



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: INTERFACES E INSTITUCIONALIDADES

PATRICIA ZIMERMANN

**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA A CULTURA
OCEÂNICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

São Paulo

2024

PATRICIA ZIMERMANN

**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA A CULTURA
OCEÂNICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial as exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação
Linha de Pesquisa: Interfaces e Institucionalidades
Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria Krohling Kunsch
Co-Orientador: Prof.Dr. Alexander Turra

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Zimmermann, Patricia
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA A CULTURA
OCEÂNICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL /
Patricia Zimmermann; orientadora, Margarida
Maria Krohling Kunsch; coorientador,
Alexander Turra. - São Paulo, 2024. 203
p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-
Graduação em
Ciências da Comunicação / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São
Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Comunicação nas organizações. 2.
Cultura Oceânica ODS 14 na Agenda 2030. 3.
ESG- Ambiental, Social e Governança. 4.
Economia circular e o combate à poluição
plástica. 5. Pesquisa e Inovação
Responsável e Sustentável. I. Krohling
Kunsch, Margarida Maria. II.
Título.

CDD 21.ed. -
302.2

Árvore

Um passarinho pediu a meu irmão para ser sua árvore.

Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.

No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de
sol, de céu e de lua mais do que na escola.

No estágio de ser árvore meu irmão aprendeu para santo
mais do que os padres lhes ensinavam no internato.

Aprendeu com a natureza o perfume de Deus.

Seu olho no estágio de ser árvore aprendeu melhor o azul.

E descobriu que uma casca vazia de cigarra esquecida
no tronco das árvores só serve pra poesia.

No estágio de ser árvore meu irmão descobriu que as árvores são vaidosas.

Que justamente aquela árvore na qual meu irmão se transformara,
envaidecia-se quando era nomeada para o entardecer dos pássaros

E tinha ciúmes da brancura que os lírios deixavam nos brejos.

Meu irmão agradecia a Deus aquela permanência em árvore
porque fez amizade com muitas borboletas.

Manoel de Barros

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram de forma significativa para a conclusão deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço profundamente à minha orientadora a Profa. Dra. Margarida Maria Krohling Kunsch cuja orientação, apoio e insights foram como uma bússola confiável em meu barco, guiando-me com sua sabedoria. Seu comprometimento verdadeiramente inspiradores, sou imensamente grata por sua dedicação incansável.

Ao meu Co-Orientador, o Prof.Dr. Alexander Turra, cuja trajetória e comprometimento na proteção ao oceano, ajudou-me explorar os mistérios do mar. Aos professores das disciplinas cursadas ao logo do doutorado, que com muita paciência e dedicação, ensinaram-me não somente o conteúdo programado, mas também o sentido da amizade e do respeito.

À professora Patricia Osseweijer e toda a equipe do departamento de *Biotechnology and Society* (BTS) da TU Delft na Holanda pelo acolhimento, respeito, paciência e carinho que me receberam na Holanda, compartilhando conhecimentos e inquietações em suas pesquisas inovadoras. Um farol na terra desconhecida enriqueceram minha jornada.

Também desejo estender meus agradecimentos aos membros da banca examinadora, as Professoras Cleusa Maria Andrade Scroferneker, Else Lemos, Patricia Horta Alves e Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias, por dedicarem seu tempo, atenção e experiência na avaliação deste trabalho e por seus valiosos comentários e sugestões esculpindo meu trabalho como a areia sob a influência das marés.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio incondicional, cujo amor é um porto seguro em meio às ondas turbulentas, eu devo uma imensa gratidão.

Aos meus amigos, companheiros de viagem. Juntos, navegamos pelas águas agitadas da existência, celebrando cada pôr do sol como uma conquista compartilhada ao longo dessa jornada acadêmica. Expresso minha gratidão ao amigo Henry Fila, fotógrafo, mergulhador e pesquisador da National Geographic, por suas magníficas imagens, verdadeiros tesouros que enriquecem nossa compreensão e apreciação do oceano. Obrigado por compartilhar generosamente sua arte conosco.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho e para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Muito obrigada a todos vocês por fazerem parte desta conquista.

RESUMO

Esta tese de natureza exploratória e qualitativa pressupõe a comunicação como um fenômeno compreensivo, que requer escuta e interpretação. Investiga como as organizações, buscam silenciar, omitir/contornar controvérsias ambientais em estratégias de comunicação, tais como discursos legitimadores como forma de reforçar compromissos e função social. Um dos grandes problemas no mundo hoje é a incidência de lixo no mar. Essa questão é proporcionalmente grave quando as pesquisas relacionam o plástico como sendo o maior poluidor do Oceano, afetando recursos hídricos, a vida marinha, a saúde humana e a economia. Esta tese aplica-se sobre a interface entre “Comunicação e Oceano” em suas dimensões teóricas e práticas para evidenciar a importância da pesquisa e inovação responsável para a sustentabilidade em ESG, “*Environmental, Social, Governance*” (que em português significa “ambiental, social e governança. Para tanto, o estudo é transversalizado nas políticas públicas e práticas organizacionais que se referem ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 – Vida na água. Pretende-se discutir o lixo no mar e evidenciar o papel da Comunicação Organizacional no contexto da Década do Oceano. A metodologia adota uma perspectiva crítico-reflexiva, cujo *corpus* analítico é evidenciado em contexto brasileiro e holandês, nos compromissos assumidos por uma organização privada na *Ocean Decade Alliance*, tendo como foco o relatório de sustentabilidade a partir de critérios e descritores que permitam observar a construção oficial do discurso organizacional (Orlandi, 2020) sobre a abordagem desse fenômeno pela organização. A questão subjacente é compreender, pelas formas de produção de sentidos, como as práticas discursivas (Foucault, 1995) que se articulam com práticas econômicas, políticas e sociais no âmbito da Agenda 2030, se constituem discursivamente numa confluência de espaços e poderes nem sempre claros e visíveis. O referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade de John B. Thompson cuja sistematização, apoiada sobre a necessidade de uma análise crítica do caráter ideológico da comunicação de massa, proporcionou poderoso dispositivo para estimular a reflexão crítica e desvelar maneiras com que o sentido, atrelado às formas simbólicas da mídia, serve para legitimar relações de dominação. Para compreensão dos sentidos produzidos nos discursos, utilizamos a análise do discurso (AD) de linha francesa. Ao final, apresentamos, características, os tipos e as formações discursivas presentes na comunicação sobre o Oceano nas organizações e como a gestão de riscos sobre a água na Holanda, organiza e apoia o conhecimento, os serviços e produtos, gerando oportunidades entre ciência e inovação, processos decisórios para a mudança social alinhada às demandas do combate à poluição plástica no oceano.

Palavras-chave: Comunicação; Comunicação Organizacional; Pesquisa e Inovação Responsável; Economia Circular; Cultura Oceânica na Agenda 2030 (ONU).

ABSTRACT

This exploratory, qualitative thesis assumes that communication is a comprehensive phenomenon that requires listening and interpretation. It investigates how organisations seek to silence, omit/contour environmental controversies in communication strategies, such as legitimising discourses as a way of reinforcing commitments and social function. One of the biggest problems in the world today is the incidence of rubbish in the sea. This issue is proportionally serious when research lists plastic as the biggest polluter of the ocean, affecting water resources, marine life, human health and the economy. This thesis focuses on the interface between "Communication and the Ocean" in its theoretical and practical dimensions to highlight the importance of responsible research and innovation for sustainability in ESG, "Environmental, Social, Governance". To this end, the study cuts across public policies and organisational practices that refer to Sustainable Development Goal 14 - Life on Water. The aim is to discuss waste at sea and highlight the role of organisational communication in the context of the Decade of the Ocean. The methodology adopts a critical-reflexive perspective, whose analytical corpus is evidenced in a Brazilian and Dutch context, in the commitments made by a private organisation in the Ocean Decade Alliance, focusing on the sustainability report based on criteria and descriptors that allow us to observe the official construction of organisational discourse (Orlandi, 2020) on the organisation's approach to this phenomenon. The underlying question is to understand, through the ways in which meanings are produced, how discursive practices (Foucault, 1995) that are articulated with economic, political and social practices in the context of Agenda 2030, are discursively constituted in a confluence of spaces and powers that are not always clear and visible. The theoretical-methodological framework of John B. Thompson's Hermeneutics of Depth, whose systematisation, based on the need for a critical analysis of the ideological character of mass communication, has provided a powerful device for stimulating critical reflection and unveiling the ways in which meaning, linked to the symbolic forms of the media, serves to legitimise relations of domination. In order to understand the meanings produced in the discourses, we used French discourse analysis (DA). In the end, we present the characteristics, types and discursive formations present in communication about the ocean in organisations and how water risk management in the Netherlands organises and supports knowledge, services and products, generating opportunities between science and innovation, decision-making processes for social change in line with the demands of combating plastic pollution in the ocean.

Keywords: Communication; Corporative Communication; Responsible Research and Innovation; Circular Economy; Ocean Culture in the 2030 Agenda (UN).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Resumo conceitual da Hermenêutica de Profundidade.....	21
Quadro 2- Arcabouço teórico	28
Quadro 3 - 10 desafios da década do oceano.....	51
Quadro 4 - Princípios ESG	67
Quadro 5 - Documentos e estratégias da UE para Economia Azul.	73
Quadro 6 - Discursos sobre a Economia Azul.....	76
Quadro 7 - Mapa de atores para a boa governança integradora.	125
Quadro 8 - Políticas e estratégias da UE que apoia e comunica a Economia Circular.	134
Quadro 9 - Procedimento metodológico.....	140
Quadro 10 - Tipos de discursos sobre o oceano encontrado em organizações.....	156
Quadro 11 - Operadores booleanos	158
Quadro 12 - Propósitos declarados pela organização.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise de conteúdo Report- Fugro 2022(1).....	167
Tabela 2 - Análise de conteúdo Report Fugro 2022(2)	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os 5 eixos de atuação da Agenda 2030	48
Figura 2 - Classificação do microplástico	60
Figura 3 - Composto da Comunicação Organizacional.....	98
Figura 4 - Os princípios da Cultura Oceânica	107
Figura 5 - Página divulgação Fugro no Instagram	159
Figura 6 - Capa Facebook Fugro	160
Figura 7 – Site Fugro	164
Figura 8 - Press release Fugro sobre Brumadinho.....	164
Figura 9- Site Fugro.....	165
Figura 10 - Divulgação site Fugro sobre a Década do Oceano.	176

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. SOBRE CAMINHOS PERCORRIDOS	18
2.1 O CAMINHO METODOLÓGICO DA HP NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO .	18
2.2 SITUANDO NOSSO CORPUS ANALÍTICO.....	25
2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS REALIZADOS	26
3. POR UMA CULTURA OCEÂNICA	32
3.1 MUDANÇA CLIMÁTICA E CONSUMO - DILEMAS MORAIS E ÉTICOS	32
3.2 UM SÓ OCEANO: GESTÃO DAS ÁGUAS E A MENTALIDADE MARÍTIMA ...	38
3.3 POR UMA SOCIEDADE SEM POLUIÇÃO PLÁSTICA	56
4. POR UMA GOVERNANÇA AZUL	65
4.1 AS ORGANIZAÇÕES E O OCEANO	65
4.2 DISCURSOS SOBRE A ECONOMIA AZUL	72
4.3 AGINDO CERTO PELA MOTIVAÇÃO ERRADA.....	78
5. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA O OCEANO	86
5.1 O MUNDO MUDOU, E AGORA?	86
5.2 TEIAS DIGITAIS E O PAPEL TRANSFORMADOR DA COMUNICAÇÃO	93
5.3 COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PARA INTELIGÊNCIA COLETIVA	96
5.4 CONEXÃO OCEANO: UMA JORNADA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO .	105
6. PESQUISA E INOVAÇÃO RESPONSÁVEL PARA ECONOMIA CIRCULAR...	115
6.1 PESQUISA PARA INOVAÇÃO RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL	115
6.2 <i>SAFE BY DESIGN</i> : A COMUNICAÇÃO EM PRÁTICAS INOVADORAS	118
6.3 UM OLHAR GLOBAL SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUOS.....	127
6.3.1 Contexto Brasil	129
6.3.2 Contexto Holanda	130
6.4 DESAFIOS NA GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	135
7. ESTUDO EMPÍRICO: ANÁLISE DO DISCURSO ORGANIZACIONAL	139
7.1 SOBRE O CORPUS DISCURSIVO E O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO ..	139
7.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DOE E O DISCURSO SOBRE O OCEANO.....	142
7.3 ANÁLISE DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	157
7.4 O DISCURSO DA FUGRO NA DÉCADA DO OCEANO.....	165
8. CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	178
8.1 RESPONDENDO NOSSAS QUESTÕES A PARTIR DOS EIXOS TEMÁTICOS..	178
8.1.1 No que diz respeito a comunicação organizacional	179
8.1.2 No que diz respeito a Pesquisa em Inovação Responsável e sustentável	181
8.1.3 No que diz respeito a Sustentabilidade em ESG	182
8.2 REFLEXÕES FINAIS	184
8.3 CAMINHOS PARA O FUTURO.....	186
REFERÊNCIAS	187

1.INTRODUÇÃO

Nasci no início da década de 1970 em uma cidade operária no Sul do Brasil, durante o governo militar que instituiu um rígido sistema repressivo, conhecido como "anos de chumbo". O discurso oficial retratava o país de maneira excessivamente otimista, escondendo o atraso e a repressão por trás da imagem de um Brasil coeso e promissor. Minha infância foi permeada pela tensão política, crescendo em um ambiente educacional que coibia opiniões e questionamentos, a mesma "educação bancária" combatida por Paulo Freire. Encontrei refúgio na dança clássica até meus 19 anos, um espaço que me permitia sonhar e expressar minha criatividade, embora não contasse com a aprovação do meu pai. Em 1983, presenciei o movimento histórico das "Diretas Já", que culminou no fim do regime militar após 21 anos e no início de um novo capítulo político democrático, incluindo a promulgação da Constituição de 1988. Na década de 1990, ingressei na assessoria de imprensa da prefeitura, coordenando eventos e lançando importantes políticas públicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa experiência aproximou-me da comunicação e do rádio, tornando-se uma paixão.

Posteriormente, estudei Design de Interiores e Cenografia, dedicando mais de uma década aos projetos sustentáveis e inovadores, tornando-me parte dos primeiros escritórios de engenharia e arquitetura no norte de Santa Catarina, seguindo padrões ISO. Durante esse período, absorvi o conceito de *Triple Bottom Line* (TBL) de John Elkington, que propõe que as empresas não devem focar apenas em resultados e lucros, mas também em consciência ambiental e impacto positivos na comunidade. Contudo, o próprio Elkington argumenta que esta visão é insuficiente e insustentável a longo prazo, dado o impacto significativo que as atividades empresariais têm sobre o meio ambiente e a sociedade. Muitas empresas podem adotar a linguagem da TBL para melhorar sua imagem pública sem implementar mudanças significativas em suas operações. O chamado "greenwashing" é um exemplo que práticas ambientalmente insustentáveis são disfarçadas por campanhas de marketing enganosas.

Concomitantemente nessa época, o Brasil ganhava destaque internacional e promovia a diversidade cultural através de designers como os Irmãos Campana e assim como um ser criativo, envolvi-me ativamente na promoção da formação profissional, atuando como professora/formadora e mobilizadora/ativista por décadas, pesquisando e trabalhando como designer mas sobretudo, uma agente cultural nas áreas de cultura e comunicação para o teatro e o rádio. O século XXI me presenteou com a maternidade, trazendo consigo desafios significativos. Diante dessa jornada, busquei compreender a educação mediada por telas,

dedicando-me aos estudos na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Minha dissertação tratou sobre a legitimação da Educomunicação Socioambiental na política pública em Educação Ambiental, junto ao Ministério do Meio Ambiente. Contudo, testemunhei com pesar o gradual esvaziamento dessa política pública, diante de uma novas mudanças ideológica no Brasil e à chegada da pandemia de Covid-19, enfrentando assim um discurso negacionista e pseudocientífico, que minou as iniciativas ambientais no Brasil.

Em minha trajetória, vivenciei tempos complexos, testemunhando discursos divergentes e desafios à democracia. Da minha essência ativista, mantenho a resiliência, defendendo agora minha tese de doutorado em Ciências da Comunicação neste 2024 vivenciando os extremos climáticos e uma democracia frágil. A pesquisa sobre "Comunicação e o Oceano" é a convergência natural de minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, impulsionada pela vivência próxima a um estuário em crise e pelo chamado global da Década da Ciência Oceânica da ONU para o desenvolvimento sustentável.

Nos últimos anos, a necessidade de uma atitude mais holística, sustentável e inclusiva aos negócios tornou-se cada vez mais urgente. O antigo modelo linear de produção e consumo já não se adequa à sua finalidade num mundo onde os desafios ambientais, sociais e econômicos estão interligados. O clima mundial está mudando e isso tem um impacto direto na humanidade. As alterações climáticas afetam os ambientes em que vivemos e trabalhamos, a saúde de muitas populações e o bem-estar das nossas sociedades. A visão e a ação pautadas na sustentabilidade para o uso e a gestão dos recursos hídricos se fazem necessárias frente ao cenário que convivemos diariamente no planeta, que pode ser ainda mais caótico nos próximos anos se novas atitudes não forem tomadas pelos mais diversos atores sociais e pelos agentes políticos econômicos

No Brasil, os deslizamentos de terra, provocados por chuvas intensas e enchentes na Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e a seca severa na bacia Amazônica, que afeta mais de 600 mil pessoas, são questões urgentes a solucionar, demandando esforços para implementação de planos de prevenção e redução de riscos entre outras medidas. Além do contingente populacional que pode ser impactado, a possibilidade de redução da produção agrícola, predominantemente de subsistência, e os impactos sobre a qualidade da água para consumo humano e animal indicam um cenário de preocupação. Diante disto, é fato que a construção de um futuro sustentável passa por mudanças de comportamento de todos nós, de indivíduos a instituições.

Como podemos pensar a comunicação nesse contexto? Imaginamos, a comunicação nas organizações: como uma instância discursiva que tem em seus processos, serviços e produtos,

capacidade de afetar, no sentido que apontou Espinosa¹ (2015) em sua teoria dos afetos, os seus distintos públicos. As organizações constituem fator significativo do impacto ambiental, social e econômico, e esse é um sinal importante do sucesso dos negócios, especialmente no longo prazo. Ao criar empregos, treinar trabalhadores, construir infraestrutura física, adquirir matérias-primas, transferir tecnologias, pagar impostos e aumentar o acesso a produtos e serviços, desde alimentos até energia e tecnologia da informação, as organizações afetam os bens, capacidades, oportunidades e padrão de vida das pessoas. E isso pode se dar tanto para o bem quanto para o mal. Os dilemas morais e éticos que incidem, especialmente, na comunicação.

Os estudos sobre o oceano vêm se tornando mais importantes já que estes geram bem-estar para a humanidade, armazenando carbono, produzindo oxigênio, estabilizando o clima e fornecendo recursos alimentares, minerais, energéticos, recreativos e culturais para a sociedade. O problema da poluição por plástico no oceano é um exemplo claro do desafio do Antropoceno, era na qual as ações humanas têm um impacto profundo no meio ambiente em todo o planeta.

O contexto sócio-histórico em relação ao oceano e ao plástico, sobre o qual nos debruçamos nesta tese, cujo objetivo geral foi o de evidenciar o papel estratégico da comunicação organizacional integrada para combater a poluição plástica, reflete a demanda em aprofundar o debate sobre os impactos negativos da poluição por plástico no meio ambiente marinho e nas sociedades humanas, mas principalmente buscar soluções para suceder este período. Para nós, a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), também conhecida por Década do Oceano, é um convite para atuarmos de forma proativa como profissionais da comunicação para integrar conceitos e ações, e co-construir as mudanças necessárias para atingir o desenvolvimento responsável e sustentável, apoiados em processos mais éticos e transparentes, situando a comunicação como a espinha dorsal dos processos organizacionais.

Desta forma, buscamos, a partir de uma comunicação que se pretende aberta e plural, potencializar a emergência para promover o uso sustentável do oceano e dos recursos marinhos, em um percurso possível para avaliar práticas, discursos e consensos sobre a competência comunicativa das organizações. Particularmente, com as organizações privadas que pautam ESG - *Environmental, Social and Governance* (sigla traduzida para o português como ASG), referente aos fatores Ambientais, Sociais e de Governança -, buscamos contribuir na condução

¹ A teoria dos afetos, elaborada por Baruch Espinosa (2015), na terceira parte da sua obra *Ética*, coloca em jogo tanto a realidade corporal quanto a mental. Para o autor, um afeto não se reduz nem a uma paixão nem a uma ação da mente. O afeto possui ao mesmo tempo uma realidade física e uma realidade psicológica.

dos processos de gestão da sustentabilidade. Além disso, consideramos oportuna a ênfase no contexto da economia circular, para resgatar e proteger valores, aspectos culturais e sociais no campo da comunicação nas organizações. A tese também evidencia a vivência oportuna em um estágio doutoral no ano de 2023 em que realizei uma pesquisa de campo participante na Holanda conduzida junto à professora Patricia Osseweijer e sua equipe no departamento de Biotechnology and Society (BTS) da TU Delft. Durante esse período, compartilhamos conhecimentos e inquietações em pesquisas sobre comunicação organizacional e inovação responsável e sustentável. A experiência in loco possibilitou observar a gestão de riscos e oportunidades na interface da gestão hídrica em um país fortemente impactado pelas águas, destacando a importância de práticas organizacionais eficazes na promoção da sustentabilidade.

Por fim, a estrutura da tese está dividida em três eixos temáticos e distribuídos em capítulos sendo que após esta introdução, no capítulo 2 apresentamos a abordagem teórica e metodológica da pesquisa. No capítulo 3, contextualizamos a cultura oceânica no cenário sócio-histórico, discutindo os impactos da poluição plástica, a importância da gestão hídrica e os objetivos da Década do Oceano para a Agenda 2030. No capítulo 4, evidenciamos os desafios e oportunidades da governança azul e as práticas ESG, considerando a influência das políticas ambientais da UE. No capítulo 5, o contexto da comunicação organizacional na interseção entre o oceano e as complexidades socioambientais é a amalgama para pensar estratégias para catapultar a cultura oceânica nas organizações. No capítulo 6, abordamos a Pesquisa e Inovação Responsável (PIR/RRI) e a urgência da transição para uma economia circular como resposta aos desafios ambientais, comparando o contexto brasileiro e holandês. No capítulo 7, descrevemos o estudo empírico e os movimentos analíticos utilizado na pesquisa, com foco no discurso organizacional da Fugro. Ao final, no capítulo 8 discutimos os resultados da pesquisa a partir dos eixos temáticos da tese e as novas perspectivas que a cultura oceânica deve estimular no campo da comunicação.



Fonte: Henry Fila

CAPÍTULO 2.

SOBRE CAMINHOS PERCORRIDOS

*“Necessito do mar porque me ensina:
não sei se aprendo música ou consciência
não sei se é onda só ou ser profundo ou apenas rouca voz ou
deslumbrante suposição de peixes e navios.
O fato é que até quando adormecido de algum modo magnético
circulo na universidade da marugem”.*
Pablo Neruda

2. SOBRE CAMINHOS PERCORRIDOS

Falar sobre ciência é sempre fascinante, especialmente quando se buscam novas formas de racionalidade, capazes de dar conta de ambientes sociais de grande complexidade. Neste capítulo, apresentamos o percurso teórico e metodológico desta tese de natureza exploratória e qualitativa e como foram realizados, considerando as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais e a estrutura social a partir das questões de pesquisa. Também apresentamos os objetivos, pressupostos e o arcabouço teórico, a fim de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa em comunicação organizacional, analisando discursos e práticas relacionadas com a Década do Oceano e o combate à poluição plástica em uma organização privada e parceira da Aliança da Década.

2.1 O CAMINHO METODOLÓGICO DA HP NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

Inicialmente cabe ressaltar que, às vezes, é difícil delimitar o que é método e o que é técnica, tratando-se de uma interface sutil, conforme explica Lopes (2003, p. 128). Para Lopes (2003), a instância teórica “é o lugar de formulação sistemática das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação” (p.123).

A teoria seria, portanto, o ator principal no processo de estabelecer a ruptura epistemológica frente às noções de senso comum. Ela é a interface por onde se constrói o objeto, se propõe as questões e se busca as respostas. Em nossa tese, as palavras, método e metodologia estão sendo utilizadas no sentido atribuído por Morin (2005), ou seja, método entendido como um caminho que auxilia “[...] a pensar por si mesmo para responder ao desafio da complexidade dos problemas”, enquanto a metodologia se constitui em um conjunto de “[...] guias a priori que programam as pesquisas” (Morin, 2005, p. 36).

Para Rosário (2016, p.179), o termo método se refere ao caminho percorrido, indicando os passos que o pesquisador vai adotar para realizar seu estudo. Sua gênese etimológica se constitui como metha – direção + hodos = caminho. Para nós, assim como contextualizou a professora Roselí Figaro no discurso de abertura do evento de pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, o Conexão Pós 2020:

Os pesquisadores da área da comunicação precisam abandonar a linearidade que busca a fundamentação teórica apenas de transmissão e perceber o que não aparece, o que está na sombra, numa abordagem complexa do objeto de comunicação como desafio para pesquisa em uma interação humanizada e dialética mediada pelos meios (Figaro, 2020).

Nossa pesquisa qualitativa compreende um estudo em teoria social e a ciência da comunicação baseadas na experiência de observação dos fenômenos, ou seja, uma pesquisa empírica em direção ao polo idiográfico (Lemos, 2017). Tal termo diz respeito a uma comunicação compreensiva, que busca identificar e explicar singularidades da relação humana, das interações com os outros, da construção e atribuição de sentidos. Como problemáticas centrais, o risco (Beck, 1998) na sociedade atual, com ênfase naqueles ambientais decorrentes da ação humana e da mudança climática causados pela poluição plástica no Oceano.

Neste contexto, nosso olhar recai, sob a chamada modernização tardia, e (in)reflexiva (Giddens; Lash; Beck, 1995) e como as organizações, buscam silenciar/omitir/contornar as controvérsias ambientais utilizando estratégias de comunicação, tais como discursos legitimadores (Foucault, 2009; Lyotard, 2015; Orlandi, 2020) com foco na sustentabilidade, como forma de reforçar seu compromisso e função social.

Para tanto, se articula a interface “Comunicação e Oceano” em uma perspectiva que considera as dimensões teóricas e práticas em que a comunicação organizacional (Kunsch, 2016) pode “catapultar” processos decisórios para a mudança social alinhado às demandas do combate a poluição plástica, uma das premissas da Década da Ciência Oceânica para o desenvolvimento sustentável da agenda 2030.

Respectivamente, nos orientamos pela abordagem de fenômenos complexos específicos, explicitados na sociedade atual e observados através da filosofia e política em comunicação integrada para sustentabilidade, que tem como referência no Brasil a pesquisa de Kunsch (2003; 2009; 2016; 2020), como sendo:

a) Para as organizações, os índices de sustentabilidade são concebidos e construídos com o objetivo de fornecer informações, aos investidores institucionais e de varejo, que valorizem a importância das responsabilidades ambiental e social das empresas e da governança corporativa na gestão do dia a dia, perspectiva que vai além dos resultados econômicos, resultados intangíveis, mas factuais.

b) A relação profunda entre as atividades econômicas desempenhadas no mercado físico e as tendências dos preços das ações disponíveis nas bolsas de valores pelos indicadores internacionais que promovem e atestam qualidade de serviços, estratégias de gestão e produtos das organizações no âmbito nacional e mundial. Empresas que tem risco maior com relação a perda da biodiversidade, por exemplo, configuram-se como risco maior de mercado.

Adotamos como referencial teórico-metodológico a Hermenêutica de Profundidade (*Depth Hermeneutics*), de John B. Thompson, cuja sistematização, apoiada sobre a necessidade de uma análise crítica do caráter ideológico da comunicação de massa, proporcionou poderoso

dispositivo para estimular a reflexão e desvelar maneiras com que o sentido, atrelado às formas simbólicas da mídia, serve para legitimar relações de dominação.

Para analisar os discursos, bem como da apreensão dos sentidos por eles produzidos, utilizamos a análise do discurso (AD) de linha francesa combinado com a análise de conteúdo, conforme Bardin (2016). Como teoria, a AD na perspectiva francesa, não separa os procedimentos metodológicos do escopo teórico, por isso entende-se que, em cada trabalho, há a construção de um dispositivo teórico e analítico próprio. Esses movimentos analíticos a partir das mensagens comunicadas nos documentos oficiais, sites e redes sociais das organizações, compuseram o *corpus* empírico da tese.

O referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP) inclui formas de análise complementares entre si, partes de um processo interpretativo complexo. A HP é um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo. O referencial metodológico da HP, proposto por Thompson, consiste em uma opção válida para as pesquisas no campo da comunicação e foi proposta e sistematizada pelo sociólogo John B. Thompson (2011). O autor destaca duas correntes da Filosofia Ocidental, em especial acerca das abordagens sobre as dificuldades do tema da interpretação.

A primeira é originada da Hermenêutica Fenomenológica de Husserl, que combinava os procedimentos interpretativos com a abordagem fenomenológica. Essa corrente avançou com os trabalhos de Heidegger, Gadamer e Paul Ricoeur. Outra linha de influência é a teoria social crítica, tradição filosófica embasada pelos escritos de Kant, Hegel e Marx, e desenvolvida por nomes como Horkheimer, Adorno² e, mais recentemente, Jürgen Habermas. Dessa tradição, se origina a preocupação com a criticidade que a HP propõe em um “movimento” de reinterpretação e que, para Thompson, a HP de profundidade é um referencial metodológico amplo que compreende três movimentos principais: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação. A partir desse prisma, a Hermenêutica de Profundidade pode ser resumida da seguinte maneira:

² ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. (Orgs.) Temas básicos da sociologia. Trad. Br. de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.

Quadro 1- Resumo conceitual da Hermenêutica de Profundidade

HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE



Fonte: 1 - Thompson, 1995, p. 365.

A análise sócio-histórica parte das “condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (Thompson, 2011, p. 34). Thompson retoma a proposta de Ricoeur de que o processo de interpretação seja “mediado por uma gama de métodos explanatórios ou “objetivantes”” (Thompson, 2011, p.34), porém mostra que a HP, como defendida por Ricoeur, enfatiza demais a autonomia semântica do texto, indicando um valor de sentido inerente do texto e “abstrai muito rapidamente das condições sócio-históricas em que os textos, ou as coisas análogas a textos, são produzidos e recebidos” (Thompson, 2011, p. 362). Para Ricoeur (1987, p.37), “[...] na medida que os textos são, entre outras coisas, exemplos de linguagem escrita, nenhuma teoria de interpretação é possível que não se prenda com o problema da escrita”.

A interpretação da ideologia é considerada por Thompson como uma forma específica de HP, e embora distinta dos movimentos analíticos, é muito facilitada por estes, pois cabe à análise sócio-histórica e discursiva “procurar desvelar os padrões e efeitos que constituem e que operam dentro uma forma simbólica e discursiva” (Thompson, 2011, p. 375). A releitura de Thompson sobre a hermenêutica de Ricoeur e de Habermas busca recuperar um caráter particular das formas simbólicas, sendo de central importância a análise, a compreensão e a interpretação dessas formas simbólicas e de seus contextos. Esse é o marco referencial metodológico da HP que a diferencia da hermenêutica, conforme Thompson:

Entender contextos sociais e históricos estruturados para dar conta do processo que envolve a compreensão e interpretação das formas simbólicas enquanto

construções de significação e sentido do mundo social, mediatizadas pelos mais variados tipos de expressões linguísticas. Essa abertura da fase da análise formal, onde o analista pode utilizar qualquer padrão formal propicia uma gama de possibilidades que torna o método da HP muito abrangente (Thompson, 2011, p.369).

Thompson (2011, p.365), a partir dessas ideias, teceu uma metodologia para a comunicação de massa que nasce como uma teoria da interpretação de textos. Textos são conjuntos de símbolos, criações humanas carregadas de interpretações, tendo um significado latente, mas também um significado interpretado, dado pelo seu leitor. É uma fase específica por produzir uma dimensão crítica: “[a] interpretação da ideologia se apoia sobre cada um destes movimentos do enfoque da HP, com a finalidade de realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.” (Thompson, 2011, p. 365). Em cada movimento analítico, o autor indica o que considera importante ser identificado: na análise sócio-histórica, a interpretação da ideologia e atenção às relações de dominação, que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação. O poder é um processo de disputas contínuo que “está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim, porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1999, p. 103).

A nossa opção por trabalhar com a HP é calcada na abertura metodológica que tal proposta oferece teórica e metodológica, possibilitando-nos analisar o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que cerca o fenômeno pesquisado. Isso permite empreender análises discursivas, de conteúdo, semióticas ou de qualquer padrão formal que seja necessário; analisar a ideologia como vertente social importante, conferindo um caráter potencialmente crítico à pesquisa, o que destacou Thompson (2011), em sua obra, “Ideologia e cultura moderna”. O referencial metodológico da HP inclui formas de análise complementares entre si, partes de um processo interpretativo complexo.

Foucault (1996), há enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão "vivas" nos discursos. Dessa maneira, Orlandi (2020), coloca a noção de que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Assim, Orlandi reforça que a formação discursiva se define como aquilo que uma formação ideológica dada determina que possa e deve ser dito:

O discurso se constitui em sentidos porque aquilo que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro as palavras falam com as outras; é pela referência com a formação discursiva que podemos compreender o funcionamento discursivo dos sentidos das palavras

iguais que podem significar diferentemente porque se escreve informações discursivas diferentes (Orlandi, 2020, p.64).

Portanto, não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua. Orlandi (2020, p.48) caracteriza o sujeito “livre e o sujeito submisso o qual pode tudo dizer contanto que se sujeita a uma língua para fazê-lo é o que chamamos de base para assujeitamento”. A questão subjacente é compreender, pelas formas de produção de sentidos, como as práticas discursivas (Foucault, 1999.p.24) que se articulam com práticas econômicas, políticas e sociais no âmbito da Agenda 2030, se constituem numa confluência de espaços e poderes nem sempre claros e visíveis. Para Foucault:

O discurso é um espaço em que saber e poder se articulam. Quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido. E, dada a existência desse lugar, a produção do discurso poderá ser controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam, mesmo que de forma legitimada, ou pelo menos socialmente aceita, determinar aquilo que pode ser dito (Foucault, 1999, p.52).

A fase da análise formal ou discursiva teve o objetivo de investigar a organização interna das formas simbólicas, discutindo seus padrões e suas relações. Esta fase admite vários métodos e tipos de análise. Na análise formal ou discursiva, o emprego dos modos gerais de operação da ideologia, segundo Thompson (2011, p.368) “podem indicar, também, que as estratégias utilizadas têm servido para sustentar relações de dominação, seja por meio da narrativização, da eternalização, ou de outros”. Procuramos, desta forma, cotejar dados e informações para detectar possíveis incoerências ou contradições, entender os contextos e a realidade que se dão nas interações institucionais da organização pesquisada para e com seus públicos, em contextos da Década do Oceano. Para Oliveira e Dornas (2021, p.37):

O discurso é construído socialmente, assim como o sentido, e é afetado constitutivamente pela cultura, pelo contexto e pelas relações de poder. As estratégias são constituídas pelos gestos discursivos que se entrelaçam com as práticas organizacionais, na medida em que, desveladas, suscitam ressignificações, afetam e são afetadas na interpretação.

Este é o nosso ponto de partida, responsável por fornecer as primeiras informações ou dados para a análise que nos propomos, verificando a existência de relações assimétricas na distribuição de poder. Para tanto, partimos em um processo interpretativo complexo (Thompson, 2011, p. 365), pois as transformações de comportamento que a emergência climática exige estão ligadas não apenas às restrições e esforços, mas também a estilos de vida cada vez mais valorizados nas sociedades urbanas. Essas transformações dizem respeito a alimentação, a economia, ao espírito comunitário e outros aspectos, como a transição energética, mobilidade limpa, saúde, educação, bem-estar e, conseqüentemente, as novas formas com que nos comunicamos e recebemos/percebemos as mensagens.

É a comunicação que possibilita a interação social. Segundo Thompson (2011, p. 19), “a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social”, desde as formas mais primitivas de comunicação gestual e de utilização da linguagem, até desenvolvimentos tecnológicos mais recentes. Na era moderna, as formas simbólicas passaram a ser produzidas e reproduzidas em escalas crescentes através da mídia, isto é, dos meios de comunicação. Os sentidos produzidos durante o trabalho do analista podem distanciar-se ou mesmo divergir do significado atribuído às formas simbólicas por quem originalmente as produziu e pré-interpretou: os sujeitos sociais.

Por “formas simbólicas” se deve entender textos, imagens, falas e toda a forma comunicacional na qual se possa organizar uma mensagem, por meio de linguagem, e que contenha sentidos, “[...] uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte” (Thompson, 2011, p. 183). Consiste em dizer que os objetos e expressões que circulam nos campos sociais, através dos quais se dão as relações, são formas simbólicas, construções complexas que apresentam uma estrutura articulada. Como o ser humano é, além do mais, eminentemente social, isto é, ele é incapaz de viver isolado e solitário, decorre daí o fato de ser o fenômeno da comunicação também um fenômeno social (Hohlfeldt, 2001). Pensando assim, as formas simbólicas estão sempre “inseridas em processos e contextos sócio históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (Hohlfeldt, 2001, p.192).

Essas estruturas geram diversas consequências, pois implicam as relações sociais específicas, campo fértil para analisar os meios pelos quais as formas simbólicas foram expressas, quais traços elas carregam e como esses traços motivam a sua valorização ou desvalorização. Para Thompson (2011, p. 370), este movimento quando “refere-se à fala especificamente é chamado de análise discursiva”, considerada pelo autor não como momentos específicos e direcionados, “mas antes casos concretos da comunicação do dia a dia, uma conversa entre amigos, uma interação em sala de aula, um editorial jornalístico, um programa de televisão ou rádio.” Além de ter a finalidade de realçar as maneiras como “o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 2011, p. 365) nas e pelas organizações.

Pensando a comunicação, Thompson destaca o aspecto referencial das formas simbólicas como meio de explicar por que estas podem ser vistas como fenômenos significativos:

As formas simbólicas tipicamente se referem a algo, dizem algo sobre alguma coisa, representam alguma coisa. Trata-se da “especificidade referencial”, ou seja, do fato de que uma forma simbólica se refere a um específico objeto ou situação quando empregada em uma dada ocasião; assim, há figuras e expressões que só adquirem essa especificidade em determinados ocasiões (Thompson, 2011, p.190).

Para Mumby (2013), a comunicação é entendida como criação e manutenção de sistemas simbólicos. O autor é tributário, ainda, de uma visão crítica da comunicação. Afirma que as organizações são marcadas pela questão do controle, vista como um processo dialético, complexo e ambíguo, e a comunicação se exerce diante deste cenário. Nesse sentido, a “comunicação constitui a organização, agindo mediante a criação de significados por meio de práticas simbólicas orientadas rumo à consecução de objetivos organizacionais determinados” (Mumby, 2013, p.18).

Partindo dessa ideia, pode-se pensar na pós-disciplinaridade como uma modalidade de organização acadêmica, conforme Fuentes Navarro (2014), Elkington (2020), Kunsch (2014, 2012, 2010), Bueno (2013) e Marchiori (2009), que busca dar conta dessa complexidade e configura-se como espaço de discussão teórica essencial para a ampliação dos estudos em comunicação (Lemos, 2017).

Consideramos a comunicação organizacional sob uma perspectiva global e abrangente, em contraste com a visão linear, instrumental e técnica ainda predominante. A comunicação organizacional é vista na Teoria das Organizações, como sistema aberto, em uma visão integrada, como subsistema da sociedade global. Assim, buscamos compreender o processo de produção de sentidos que se dá a respeito do combate à poluição plástica e ao desenvolvimento sustentável e responsável na formação discursiva (Orlandi, 2020, p.40), a partir das formas simbólicas, já que estas não subsistem num vácuo, mas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas. Se dá a partir de uma conjuntura sócio-histórica e determina o que pode e o que não pode ser dito.

2.2 SITUANDO NOSSO CORPUS ANALÍTICO

Fundada em 1962, a Fugro é uma organização privada multinacional de serviços geotécnicos, geofísicos e de levantamento marinho com sede na Holanda e está presente em mais de 60 países ao redor do mundo. Fornece serviços de levantamento topográfico e geotécnico para projetos de construção, com objetivo de garantir a estabilidade do solo e a segurança das estruturas; desenvolve estudos e monitoramento ambiental para avaliar os impactos de projetos de engenharia no meio ambiente; realização de levantamentos marinhos

para identificar rotas seguras para a instalação de cabos submarinos, garantindo a conectividade global. Como organização de capital aberto, integra a bolsa de valores e, conseqüentemente, orienta-se pelos preceitos da ESG e está listada na Euronext Amsterdam, anteriormente conhecida como a Bolsa de Valores de Amsterdam, a principal bolsa de valores dos Países Baixos, situada em Amsterdam.

Por sua expertise nos estudos para identificar reservas de petróleo e gás, tem participado da implementação de projetos de parques eólicos no mundo todo. Em nossa pré-análise constatamos que por ser uma empresa global, a Fugro mantém e utiliza uma variedade significativa de canais de comunicação com informações sobre a empresa para se conectar com seus diversos *stakeholders* especialmente com os investidores. Isso, por si só, justificaria nossa escolha pela organização. No entanto, soma-se a isso o fato que a Fugro é uma organização de capital aberto e que integra a *Ocean Decade Alliance*, a Aliança para a Década do Oceano, constituindo-se como um objeto de análise coerente e alinhado com a nossa tese.

Ao final, pretendemos compreender quais as principais características do processo comunicacional serão decisivas para que a comunicação entre pesquisadores do oceano, organizações/empresas e seus públicos ocorra com maior eficiência evidenciando, assim, o papel da comunicação na gestão da inovação para desenvolvimento sustentável, especialmente a comunicação organizacional como inteligência para implementar programas socioambientais no contexto da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável.

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS REALIZADOS

Empiricamente, o estudo compreendeu dois movimentos analíticos combinando metodologias para formar o *corpus* discursivo da tese, em uma prática de análise pela descrição e compreensão a partir da teoria. O primeiro, focado em ampla pesquisa documental, investigando documentos oficiais exemplares sobre as políticas de combate à poluição plástica para a Década do Oceano. O segundo movimento se deu a partir de critérios e descritores relacionados à temática do “risco” que permitiram observar a construção oficial do discurso organizacional (Orlandi, 2020), aplicado na análise em profundidade dos relatórios de sustentabilidade e estratégias de comunicação da Fugro, uma organização privada de capital aberto com sede na Holanda e operações no Brasil.

Essa análise é transversalizada por teorias desenvolvidas a partir de políticas públicas que orientam práticas organizacionais no Brasil e na Holanda, onde realizei pesquisa de campo participante durante seis meses no departamento de biotecnologia e sociedade na universidade

de tecnologia de Delft (TU Delft) na Holanda. Nesta perspectiva buscamos sinergias entre Brasil e Holanda para responder: (1) como a gestão de riscos organiza e apoia o conhecimento, os serviços e produtos holandeses; (2) Como geram oportunidades entre a ciência e a pesquisa em inovação responsável; e (3) como promovem a circularidade.

Conforme demonstramos no Quadro 2, o arcabouço teórico que fundamentam nossa pesquisa empírica foram definidos com base em fontes de estudiosos, dividido nas temáticas que compõem os três eixos desta tese como sendo: (1) a sustentabilidade em ESG, (2) a pesquisa em inovação responsável e a (3) comunicação e suas aplicações no contexto das organizações, sem perder de vista a convergência natural que se apresenta na construção de sentidos e formas simbólicas a partir da relação do homem com o oceano (Thompson, 2011, p.181). Foi a partir dos eixos temáticos estabelecidos que nos orientamos considerando os pressupostos da pesquisa como sendo:

- 1. A comunicação não é uma materialidade, uma substância em que podemos tocar e manusear, pois ela não se reduz a produtos, é um fenômeno sobre o qual emerge o novo. A comunicação é uma instância de constituição de sentidos capaz de compreender quais barreiras e rupturas promovem alterações na percepção dos sujeitos sobre a importância vital do Oceano.
- 2. Os estudos sobre discurso em âmbito organizacional salientam a existência de enfoques variados para as práticas organizacionais na contemporaneidade. Para os propósitos desta pesquisa, pretendemos destacar aqueles que se dediquem ao tratamento teórico/empírico das possíveis relações entre discurso organizacional que constrói socialmente o sentido, na gestão da comunicação para sustentabilidade em ESG no contexto do ODS 14.
- 3. Os mercados constituem processos de representação que não neutros (Jacobi, 2012) e não se pode depositar a esperança na capacidade do consumidor como agente transformador e mitigador para combater a poluição plástica.

Assim propomos como objetivo geral da tese: **Evidenciar o papel estratégico da comunicação organizacional integrada para o combate a poluição plástica no contexto da Década do Oceano.** Tendo como objetivos específicos:

a) Identificar sinergias entre as iniciativas ESG e estratégias para fortalecer parcerias em Pesquisa em Inovação Responsável (PIR) e/ou, Responsible Research Innovation (RRI) RRI/Open Science (Ciência Aberta) na União Europeia (UE), nas e das organizações no contexto da economia circular no Brasil e na Holanda.

b) Analisar o nível de coerência e competência comunicativa existente entre os discursos contidos em Relatórios de Sustentabilidade da Fugro.

Quadro 2- Arcabouço teórico

Arcabouço teórico		
Elemento	Ênfase	Referencial teórico
Sustentabilidade em ESG na relação das pessoas com o oceano.	Teoria da complexidade, identidade, sustentabilidade, mundo digital, cidadania corporativa, responsabilidade social, economia e sociedade.	Morin(2007); Harari(2022); Han (2015); Malvezzi (2006); Vaz (1999); Deleuze (1992) Baldissera(2013; 2021). (Jacobi, 2012)
Comunicação organizacional	Filosofia da Comunicação e as Dimensões da comunicação organizacional; O processo comunicativo nas organizações; interação entre organização x sistema social global; conceito de pós disciplinaridade.	Mumby (2005); Putnan(2009).Belen(2020),Deetz, Elkington (2020); Kunsch (2020,2016,2014, 2012, 2010); Bueno (2013); Marques e Mafra (2013); Marchiori, (2009); Lemos(2017).
Pesquisa em Inovação Responsável e sustentável	Conceitos, história e importância da Responsible Research Innovation (RRI/Open Science) na União Europeia - (Tradução nossa - Ciência Aberta) na Holanda e Brasil. Inovação e meio ambiente.	Sonck, Asveld & Osseweijer. (2020); Von Schomberg (2011) Estratégia Horizon 2020.
Teoria organizacional	Sistema aberto, perspectiva de visão integrada, subsistema da sociedade global; unidade multidisciplinar e não fragmentada em setores; micro-sociedade que opera nas mais diferentes dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e sustentabilidade.	Astley, Van de Ven (2005); Kotler, Philip; Mindak, William (1978); Hutton, James (1996)
Método e Metodologia de pesquisa	Hermenêutica e hermenêutica de profundidade	Focault(2019); Ricouer(2002) Thompson(1995). Veríssimo e Guareschi(2006).
	Análise de discurso francesa Análise de conteúdo	Focault (2019); Orlandi (1999; 2004); Schoferneker (2015); Bardin (2016)

Fonte: a autora.

Além destas, outras fontes são citadas na tese, que foram incorporadas de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, possibilitando articular nosso caminho metodológico. Com o tema de pesquisa definido, buscamos a literatura (textos que abordam o assunto), que embasaram nossa discussão, constituindo-se no arquivo de pesquisa (selecionamos os textos, imagens, vídeos, podcasts e todos os materiais que podem contribuir com a análise). Para a

construção do corpus discursivo (procedimento de recorte discursivo do arquivo de pesquisa), buscamos selecionar o que de fato foi analisado, e assim obtivemos um corpus principal e um corpus de apoio.

Para Veríssimo e Guareschi (2006, p.19):

Quando da realização de uma pesquisa, ao “botar “a mão na massa”, diante do problema empírico que se deseja investigar, surgem várias questões importantes, a serem equacionadas antes, durante e depois do trabalho de campo. Os problemas relevantes enfrentados pelos agentes da pesquisa – pressupondo que já tenham uma noção razoavelmente clara do seu objeto de estudo e dos pressupostos epistemológicos a partir dos quais pretendem aproximar-se deste – são: a escolha do método, a construção do corpus de dados e os procedimentos analíticos.

A organização do nosso percurso em análise ³ tem foco específico no contexto sócio-histórico e nas formas simbólicas e sentidos explicitados nas orientações contidas nos documentos oficiais exemplares que chamamos pelo acrônimo DOE. A partir de uma leitura aprofundada compilamos, descrevemos e apresentamos no Capítulo 7, recortes específicos que contribuem com nossa visão crítica. Esse foi o nosso primeiro movimento analítico. Para tanto partimos primeiramente de fontes de “papel” (Gil, 2007, p. 68), estudos históricos em fontes documentais, isto é, fontes de dados secundários que, de acordo com Bacellar (2010), são o ponto inicial da pesquisa documental:

Ao iniciar a pesquisa documental, é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor forma possível, a história daquela peça documental. Como foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador. (Bacellar, 2010, p. 63).

A análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) é uma metodologia de análise de dados de pesquisa qualitativa que analisa o que foi dito ou observado pelo pesquisador. Para Bardin (2016), o termo análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 47).

Bardin (2016) explica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; inferência e interpretação. Conforme demonstramos no capítulo sete da análise utilizamos este procedimento como ponto de partida para filtrar os temas de interesse nos documentos

³ Sobre estes procedimentos, apresentamos de forma aprofundada no capítulo 8 desta tese o estudo discursivo e analítico da organização.

analisados. Com base no exposto e para os procedimentos de coleta de dados, utilizamos os dados secundários obtidos por meio de pesquisa documental. Esses dados estão disponíveis em diversos portais na Internet, nos sites da União Europeia, Comissão Europeia para o Desenvolvimento Sustentável, da Fugro, da Unesco, na Década do Oceano e fontes caracterizadas em nosso arcabouço teórico. Concomitantemente, identificamos os tipos de discursos organizacionais encontrados na comunicação organizacional sobre a importância do Oceano no Brasil e na Holanda apresentados no Quadro 10 no Capítulo 7.

Desta forma foi possível evidenciar as questões que atravessam a constituição do discurso organizacional e como elas se entrelaçam às práticas organizacionais a partir dos nossos pressupostos para, posteriormente, tendo-os como sentidos analíticos, considerar as mobilizações discursivas empreendidas pela Fugro.

Segundo Veríssimo e Guareschi, uma análise interpretativa a partir da ideologia, isto é, dos modos e estratégias presentes em determinadas formas simbólicas que servem para criar ou manter relações de dominação, “revela facetas novas para a compreensão mais profunda do fenômeno e suas eventuais consequências para a sociedade” (Veríssimo; Guareschi, 2006, p.78). Não podemos esquecer que toda interpretação é parcial e conflituosa, sujeita a reinterpretções. A análise tradicional dessas categorias, baseada na doxa ou numa hermenêutica de superfície, permanece no agrupamento e descrição do fenômeno e das categorias produzidas pelos discursos dos sujeitos. Já a análise reinterpretativa “dá um mergulho” sob essa superfície e propõe interpretações mais sutis.



Fonte: Henry Fila

CAPÍTULO 3

POR UMA CULTURA OCEÂNICA

“Nós estamos usando recursos como se tivéssemos dois planetas, não um... Não podemos ter um Plano B porque não há um Planeta B.”

Ban Ki-moon

3. POR UMA CULTURA OCEÂNICA

Neste capítulo, inserimos o contexto sócio-histórico em que se deu a tese em relação à cultura oceânica e a importância da gestão hídrica. Apresentamos a importância da Década para a Cultura Oceânica da Agenda 2030 e o ODS 14. Por fim, discutimos os impactos nos ecossistemas marinhos e na saúde humana e os custos econômicos associados à problemática da gestão dos recursos hídricos e o combate à poluição plástica, considerados como riscos ambientais e climáticos. Riscos que acarretam implicações maléficas como as invisibilidades, desterritorialização, acultramento, subjetividades, dilemas morais e éticos na sociedade.

3.1 MUDANÇA CLIMÁTICA E CONSUMO - DILEMAS MORAIS E ÉTICOS

Para falar de desenvolvimento sustentável, é necessária uma compreensão mais profunda das complexidades do mundo em que vivemos. No intuito de situar o leitor, esclarecemos que adotamos na escrita da tese, o conceito de desenvolvimento sustentável a partir da definição referida no “Relatório Brundtland”, preconizada pela Conferência da Organização das Nações Unidas realizada em Estocolmo, em 1987. A conferência resultou no livro *Nosso futuro Comum*, que diz: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Nosso Futuro Comum, 1991, p.46).

As pesquisas acerca das variações climáticas resultantes do acúmulo do dióxido de carbono na atmosfera percorreram um longo caminho desde as primeiras teorizações sobre o tema, propostas por Joseph Fourier, em 1824, e Claude Pouillet, em 1827. De lá para cá, vivemos em um mundo de complexidade e riscos sem precedentes. O desenvolvimento sustentável, por assim dizer, é o que promove a sustentabilidade. Morin enfatiza que a sustentabilidade é um conceito que vai além de uma mera preocupação ambiental, como destacamos a seguir:

A sustentabilidade envolve não apenas a preservação do ambiente, mas também a preservação de uma sociedade justa, inclusiva e equitativa. Portanto, a sustentabilidade abrange aspectos ambientais, sociais e econômicos e a importância de uma abordagem holística, que compreende que todos esses sistemas estão interligados e que qualquer ação em um deles pode afetar os outros (Morin, 2015, p.33).

O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) foi criado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fornecer uma fonte objetiva de informações científicas sobre a mudança climática. Em 2013, o IPCC forneceu um relatório globalmente revisado por pares

sobre o papel das atividades humanas na mudança climática, quando divulgou seu Quinto Relatório de Avaliação. O relatório foi categórico em sua conclusão:

A mudança climática é real e as atividades humanas, em grande parte a liberação de gases poluentes da queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás), são a principal causa. A partir daí todos os anos o relatório é publicado e serve como um norteador para ações e políticas públicas sobre a questão da emergência climática (IPCC, 2013 p.11).

Segundo o relatório do IPCC no ano de 2023, dez anos depois, os impactos adversos das mudanças climáticas causadas pelo homem irão se acentuar ainda mais, com eventos extremos, como secas e enchentes, agora mais frequentes e mais intensos, ameaçando a segurança hídrica e a produção de alimentos. Em um cenário de mudanças climáticas, o acesso à água torna-se ainda mais crítico. Doenças relacionadas à água, como leptospirose, cólera e febre tifoide, já estão entre as causas mais comuns de morte no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Além disso, aqueles que menos contribuem para as mudanças climáticas são os mais vulneráveis aos seus impactos. Ao nos referir ao oceano, estamos falando sobre recursos hídricos que são os corpos de água que existem no planeta, desde o oceano até aos rios, passando pelos lagos, os arroios e as lagoas.

Este contexto alude a temas como a sexta extinção em massa, uma teoria que sugere que estamos vivendo um evento de extinção em massa na Terra, o que seria o sexto evento desse tipo na história do planeta. A "sexta extinção" é uma teoria proposta por cientistas para descrever um aumento dramático nas taxas de extinção de espécies em todo o mundo. A teoria argumenta que estamos atualmente em meio a um período de extinção em massa, causado principalmente pela atividade humana. Os cinco eventos de extinção em massa anteriores na história da Terra incluem o evento Ordoviciano-Siluriano, o Devoniano, o Permiano-Triássico, o Triássico-Jurássico e o Cretáceo-Paleogeno. O evento mais conhecido é o Cretáceo-Paleogeno, que resultou na extinção dos dinossauros.

As causas da sexta extinção são variadas, incluindo a destruição do habitat, a poluição, as mudanças climáticas, a exploração de recursos naturais, a introdução de espécies invasoras, sobrepesca e uma lista ainda maior. Só que, diferentemente das outras, esta sexta extinção em massa – ou extinção antropocênica – é causada pelo homem, através de mudanças climáticas, destruição do habitat, poluição e agricultura industrial. Antropoceno⁴ é um termo proposto para descrever uma nova era geológica em que as atividades humanas têm um impacto significativo

⁴ Em 1970, Paul J. Crutzen demonstrou que o óxido nítrico acelera uma reação química na qual o ozônio é transformado em oxigênio normal (contendo dois átomos de oxigênio). Em trabalhos posteriores, Crutzen contribuiu com a teoria de que o aumento da diminuição da camada de ozônio nos polos poderia ser explicado pela emissão de gases industriais. Fonte: <https://www.nobelprize.org/prizes/chemistry/1995/crutzen/facts/>. Acesso 12 jan. 2024.

e duradouro no meio ambiente e nos sistemas planetários. Este termo reflete a percepção de que as ações humanas estão transformando a Terra de uma forma única em sua escala e velocidade.

O contexto sócio-histórico do Antropoceno que estamos vivendo é caracterizado por vários fatores significativos, especialmente o aumento das emissões de gases de efeito estufa devido à queima de combustíveis fósseis, o desmatamento, a poluição plástica e outras atividades humanas que causam um rápido aquecimento global. Isso está levando a eventos climáticos extremos, como ondas de calor, furacões mais intensos e elevação do nível do mar, inundações e impactando comunidades em todo o mundo.

O processo de urbanização nesta era reflete uma mudança significativa na forma como os seres humanos interagem com o ambiente, à medida que cada vez mais pessoas se concentram em áreas urbanas, influenciando tanto o meio ambiente quanto a sociedade. Essa urbanização continua trazendo impactos profundos e duradouros, que exigem abordagens sustentáveis para garantir a qualidade de vida das populações urbanas e a preservação do meio ambiente. A perda de biodiversidade, provocada pela destruição de habitats naturais, a poluição e a superexploração de recursos naturais estão levando à extinção de muitas espécies. Isso tem consequências para a segurança alimentar, a saúde humana e a estabilidade dos ecossistemas.

A urbanização também está relacionada ao acesso a tecnologias de comunicação, que são mais amplamente disponíveis nas cidades e facilitam a interconexão global. As cidades muitas vezes servem como centros econômicos e financeiros, atraindo empresas e investimentos, o que por sua vez impulsiona a urbanização, sob o discurso do Desenvolvimento Econômico. Nas extinções em massa, pelo menos três quartos de todas as espécies desapareceram em cerca de três milhões de anos. No nosso ritmo atual, estamos no caminho para que isso aconteça dentro de alguns poucos séculos (Veiga, 2023). Somente nas próximas décadas, pelo menos um milhão de espécies correm risco de desaparecer para sempre, de acordo com estimativa de um relatório da ONU publicado em 2019. O fato lamentável é que a ação humana desempenha um papel significativo nesse evento de extinção que ameaça principalmente a sobrevivência do homem na terra.

Na perspectiva da complexidade, como nos apresenta Morin, um dos principais dilemas e desafios éticos na contemporaneidade é “equilibrar o desejo de crescimento econômico com a necessidade de proteger o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável” (Morin, 2012, p.93). Isso levanta questões sobre como medir o progresso e se o crescimento econômico contínuo é moralmente aceitável se isso resultar em danos ambientais significativos.

A sustentabilidade, de acordo com Morin (2015), é uma resposta à complexidade intrínseca do mundo e requer uma compreensão de como os sistemas complexos funcionam.

Além disso, o autor defende a necessidade de uma visão a longo prazo que contemple a profundidade do tema como o é:

A sustentabilidade não deve se limitar a soluções de curto prazo, mas sim considerar as implicações de nossas ações no futuro, nas próximas gerações e em todo o planeta. Ele destaca a importância de superar a mentalidade imediatista e adotar uma abordagem mais ampla e profunda em relação à sustentabilidade. (Morin, 2015, p.63)

É fato que a promoção do desenvolvimento sustentável requer compromissos e escolhas difíceis, que exigem considerações éticas profundas e discussões em níveis individuais, comunitários, nacionais e internacionais. Medir o progresso e avaliar a moralidade do crescimento econômico contínuo, especialmente quando isso resulta em danos ambientais significativos, é uma tarefa que envolve uma série de considerações econômicas, sociais, ambientais e, sobretudo, éticas. Em muitos países desenvolvidos, o consumo excessivo é uma preocupação ética.

Depreende-se que a crise ambiental é deflagrada pelo sistema econômico vigente, cujo intuito é a acumulação de riquezas e do lucro. Também neste modelo há a necessidade de lançar constantemente produtos no mercado, fazendo com que as pessoas dependam cada vez mais deste sistema, tornando-se sempre mais exigentes e consumistas, descartando o velho. Chegamos no século XXI dessa maneira. Em uma perspectiva, a expansão das marcas como mediadoras das relações e vínculos de sentido na vida cotidiana dos cidadãos, por outra, várias críticas ao crescimento desenfreado do consumo tendo as marcas como alvo privilegiado dos ataques.

Os seres humanos, na ânsia de fabricar esses produtos, acostumaram-se a explorar os recursos naturais sem nenhum critério. Desse modo, acumulam mais e mais capital, isto é, lucram sobre a natureza, uma vez que extraem dela tudo que podem, sem a preocupação de ocasionarem a escassez desses recursos naturais. Além disto, acarretam riscos à sociedade.

A atual desordem da biosfera decorre de uma longa, complexa e conflituosa cadeia de relações entre o homem e a natureza, ela materializa um conflito profundo entre a sociedade de consumo e a biosfera (Layrargues, 2000, p. 64). Cabe ressaltar que os perigos sempre existiram, assim como ameaças às sociedades humanas, estando em todos os lugares, entretanto, não dependendo da ação humana. Já risco pressupõe perigo, estando relacionado com a ação humana e, sobretudo, com a ação humana voltada ao futuro. Como destaca Giddens:

[...] qualquer um que assume um 'risco calculado' está consciente da ameaça ou ameaças que uma linha de ação específica pode pôr em jogo. Os riscos são aqueles perigos que decorrem de nossas ações. Toda ação implica decisão, escolha e aposta. Em toda aposta, há riscos e incertezas. Tão logo agimos, nossas ações começam a escapar de suas intenções; elas entram num universo

de interações e o meio se apossa delas, contrariando, muitas vezes, intenção inicial (Giddens, 1995, p. 42).

Em termos éticos, pode-se afirmar que a lógica do lucro e da acumulação ilimitada traz como corolário a descartabilidade não só do ser humano, mas da natureza como um todo (Hansel, 2003, p. 38). Esses dilemas éticos refletem a complexidade das questões envolvidas e sobretudo, as diferentes perspectivas culturais, sociais e individuais. A distribuição desigual de recursos e consumo entre países e grupos socioeconômicos levantam questões morais sobre justiça e equidade.

É justo que alguns consumam muito mais do que outros, enquanto muitos ainda sofrem com a pobreza e a falta de acesso a recursos básicos? Para Perez (2020, p. 12), do ponto de vista cultural, necessidades básicas são aquelas consideradas legítimas e cujo consumo não suscita culpa, pois podem ser justificadas moralmente. Faz-se necessário que o querer e o poder econômico adquiram legitimidade moral perante os olhos de quem compra e daqueles que o cercam. O verbo “precisar” passa a ser a materialização dessa busca moral. Segundo Perez (2020, p.14), “[...] faltou a reflexão sobre o equilíbrio da equação: o incentivo à produção, tornando-a massiva, demandava que o consumo também fosse massivo”.

Ou ainda, o problema sobre a obsolescência planejada, em que produtos são projetados para terem uma vida útil limitada, como alguns plásticos, levanta questões éticas sobre a sustentabilidade e o desperdício e está relacionado com a pressão social para aquisição constante de novos produtos. Configurado aqui como outro dilema, e a pergunta agora seria: é ético consumir em excesso recursos escassos e gerar grandes quantidades de resíduos quando muitas pessoas no mundo ainda lutam para atender às suas necessidades básicas?

Cabe salientar, o movimento em direção ao consumo responsável e sustentável, além de envolver escolhas éticas individuais - como comprar produtos locais, orgânicos ou de empresas socialmente responsáveis -, está atrelado às preocupações sobre a equidade no acesso, pois geralmente esta opção pode ser mais cara e inacessível para muitas pessoas.

Nesse “cardápio” de certo e errado, esbarramos sobre o dilema do bem-estar humano versus o impacto ambiental, quando em muitos casos, o consumo de recursos naturais pode melhorar significativamente o bem-estar humano, fornecendo acesso a alimentos, água potável, eletricidade e outros serviços essenciais.

O dilema ético, neste caso, é determinar quando e como o consumo é justificável em nome do bem-estar humano. A busca por soluções envolve um equilíbrio delicado entre atender às necessidades humanas, proteger o meio ambiente e promover a justiça social. Importante falar também nas mudanças geracionais, com posicionamento e novas perspectivas que

começaram a cobrar comportamentos sociais e ambientais diferenciados. Aristóteles definia o homem como ser racional e considerava a atividade racional, o ato de pensar, como essência da natureza humana. Para ser feliz, o homem deveria viver de acordo com a sua essência.

A razão humana deveria comandar os atos da nossa conduta ética, orientando-nos na prática da virtude. Para ele, a virtude representava o meio-termo, a justa medida de equilíbrio entre o excesso e a falta de um atributo qualquer. Exemplo: a virtude da prudência é o meio-termo entre a precipitação e a negligência; a virtude da coragem é o meio-termo entre a covardia e a valentia insana; a perseverança é o meio-termo entre a fraqueza de vontade e a vontade obsessiva. Numa visão um tanto quanto holística, mas extremamente estratégica, é possível considerar que este deveria ser o momento para escolhermos um novo modelo de vida na Terra para a era pós-Covid, com os princípios e valores que nortearão nossa vivência futura.

A ética está diretamente relacionada às regras estabelecidas por leis que regulam o modo de vida da população de um país. É um assunto que todo mundo conhece, mas que, pela própria natureza das relações sociais e do comportamento competitivo do ser humano, muitas vezes acaba sendo esquecido ou deturpado, conforme a situação e a conveniência das pessoas.

A tentativa na direção de uma abordagem ética envolve a contabilização dos custos ambientais associados ao crescimento econômico. Isso inclui considerar o impacto das atividades econômicas na qualidade do ar, da água, na biodiversidade e nas mudanças climáticas. O princípio da precaução, amplamente aceito na ética ambiental, sugere que a falta de certeza científica não deve ser usada como justificativa para adiar ações que poderiam evitar danos ambientais significativos. Isso implica uma abordagem mais cautelosa em relação ao crescimento econômico se houver riscos ambientais substanciais.

Um debate ético importante envolve se é moralmente aceitável sacrificar o ambiente para o benefício das gerações presentes em detrimento das futuras. A moralidade do crescimento econômico também envolve considerações sobre como os benefícios e custos são distribuídos dentro da sociedade. Se o crescimento econômico beneficia apenas uma pequena parte da população enquanto outros sofrem danos, isso levanta questões de equidade.

Muitos argumentam que a transição para uma economia circular na qual os recursos são usados de forma mais eficiente e os resíduos são minimizados, pode permitir algum crescimento econômico sem danos ambientais significativos. Como disse Leonardo Boff em “Sustentabilidade – O que é, o que não é”: “Precisamos de uma sociedade com mercado e não de uma sociedade de mercado” (Boff, 2012, p. 136). Trata-se de problemas complexos que necessitam de soluções igualmente complexas.

3.2 UM SÓ OCEANO: GESTÃO DAS ÁGUAS E A MENTALIDADE MARÍTIMA

Pensar o oceano implica refletir sobre a importância da água para os seres humanos e, de acordo com o relatório de 2017 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 2,2 bilhões de pessoas em todo o mundo não têm serviços de água tratada, 4,2 bilhões de pessoas não têm serviços de saneamento adequado e 3 bilhões não possuem instalações básicas para a higienização das mãos e sofrem com o acesso precário à água, saneamento e higiene. Mais da metade (68,7%) está congelada nas geleiras e glaciares, e 30,1% estão em reservatórios subterrâneos. Menos da décima parte daqueles 3% estão na superfície, em lagos, nascentes, rios e pântanos (Unicef, 2019). As previsões sobre o futuro da água de qualidade são preocupantes.

O Brasil possui uma das maiores Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) do mundo. Isso torna o país um ator importante na conservação e gestão sustentável dos recursos marinhos. Abriga uma rica biodiversidade marinha, incluindo recifes de coral, ecossistemas costeiros e uma variedade de espécies marinhas. Culturalmente tratada como um bem infinito e abundante no território brasileiro, a água é um dos principais recursos naturais fortemente afetados pelas intervenções humanas no meio ambiente e pelas mudanças do clima.

Atualmente 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e mais de cem milhões não contam com serviços de coleta de esgoto, conforme o SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), de 2022. A questão dos resíduos no mar e seus riscos ambientais e climáticos são desafios críticos que requerem atenção urgente. O acúmulo de plásticos, produtos químicos e outros resíduos no oceano não só afeta a vida marinha, mas também impacta a saúde humana e a economia. Isso envolve a gestão responsável da água, a recarga de aquíferos e a conservação de recursos hídricos naturais.

A água desempenha um papel central na produção sustentável de alimentos e a gestão responsável desse recurso é fundamental para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. A escassez de água e a degradação dos recursos hídricos são desafios crescentes e é fundamental garantir o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para apoiar práticas agrícolas sustentáveis que promovam seu uso eficiente. A água é necessária para irrigar culturas agrícolas, especialmente em áreas onde a precipitação natural não é suficiente para sustentar o cultivo.

A agricultura regenerativa enfatiza o uso eficiente da água, promovendo técnicas como a irrigação por gotejamento e a captação de água da chuva, para minimizar o desperdício e a escassez de água. Práticas agrícolas regenerativas, como a agricultura de conservação e a

agrofloresta, promovem a umidade e conseqüentemente, a saúde do solo, vital para a qualidade de plantas e a fertilidade do solo.

A proteção de rios, lagos e zonas úmidas ajuda a manter a biodiversidade e contribui para a regulação do clima e a qualidade da água. Através da absorção de nutrientes dissolvidos na água do solo, as plantas crescem e se desenvolvem. A agricultura regenerativa visa otimizar o ciclo de nutrientes, reduzindo a lixiviação de nutrientes para corpos d'água, o que pode causar poluição. Há milhões de pessoas expostas à insegurança alimentar e hídrica no Planeta. Aqueles que vivem em regiões de alta vulnerabilidade têm até 15 vezes mais chance de morrer por enchentes, secas e tempestades se comparados com os que vivem em áreas mais resilientes. Portanto, um futuro resiliente ao clima passa pelo acesso à água de qualidade e saneamento básico (IPCC, 2023).

Práticas de manejo de água, como o armazenamento de água da chuva e a gestão de inundações, podem ajudar as comunidades a se adaptarem a condições climáticas variáveis. Para garantir a produção de alimentos de forma sustentável a longo prazo, é fundamental proteger e gerenciar eficazmente os recursos hídricos. Premissa de um dos desafios da Década do Oceano que é: “Alimentar de forma sustentável a população mundial. Gerar conhecimento, apoiar a inovação e desenvolver soluções para otimizar o papel do oceano na alimentação sustentável da população mundial sob condições ambientais, sociais e climáticas em mudança” (Ocean Decade, online).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é uma agência especializada das Nações Unidas cujo objetivo é enfrentar a fome e a má nutrição, promover a agricultura sustentável, melhorar a vida rural e contribuir para o crescimento econômico global.

Embora o foco principal da FAO esteja na agricultura e na segurança alimentar, a organização está envolvida em questões relacionadas ao oceano e à pesca sustentável. De acordo com a FAO, o importante papel que os sistemas alimentares aquáticos, em particular os alimentos de origem oceânica, podem desempenhar para alcançar a segurança alimentar e nutricional e a erradicação da pobreza constitui uma parte essencial do trabalho programático prioritário da FAO sobre a "transformação azul", buscando garantir acesso a alimentos aquáticos saudáveis e nutritivos para as pessoas.

Nesse sentido, o alerta do diagnóstico apresentado no Sumário para Tomadores de Decisão, pela USP, comprovou que a abundância média das principais espécies de interesse comercial no Brasil tem diminuído e apontou que,

Vinte e cinco espécies ou grupos de espécies responsáveis por mais de 50% da produção marinha já se encontram totalmente exploradas ou sobre-exploradas. Isso inclui a piramutaba na região Norte, a lagosta-vermelha no Nordeste e a tainha no Sul (Carvalho *et al.*, 2023, p.19).

Esses dados impactam diretamente a economia, mas também a cultura e a soberania alimentar do povo brasileiro. Para criar resiliência, a produção alimentar oceânica deve satisfazer as necessidades nacionais e locais e ser adaptada às alterações climáticas. A transformação azul contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apoia os membros na integração de alimentos aquáticos em estratégias nacionais e globais de segurança alimentar e nutrição. Em apoio à implementação do Marco Estratégico da FAO para 2022-2031, “a transformação azul se concentra no uso responsável e sustentável dos recursos aquáticos, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente” (FAO Brasil, 2022, online).

Além da FAO, outras organizações, como a ONU Meio Ambiente e a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da Unesco, trabalham em conjunto para abordar desafios globais relacionados aos mares e oceano. Cada uma dessas organizações desempenha um papel específico na promoção da sustentabilidade e na proteção dos recursos marinhos. Fazer isso pode aumentar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, a saúde planetária e o bem-estar humano, criar crescimento econômico e emprego sustentável e ainda, prevenir o agravamento das desigualdades atuais.

Essa transição deve incluir uma maior transparência na governança global do oceano e nas cadeias de abastecimento e a eliminação de ineficiências e incentivos perversos que prejudicam a sustentabilidade dos alimentos que obtemos do oceano. Estima-se que 80% do lixo marinho tenha origem em terra, chegando ao oceano por meio dos cursos d'água, o que indica uma necessidade de melhores gestões dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos. Os dois maiores biomas brasileiros são o mar da Amazônia azul e a floresta amazônica. Esses dois biomas suportam a maior biodiversidade do planeta. No entanto, a saúde e a vitalidade econômica do oceano estão ameaçadas pelas atividades como a pesca excessiva, a degradação dos habitats, a poluição e o aumento das temperaturas, pois causam rápida perda de biodiversidade (Pesquisa Fapesp, 2023).

A cultura oceânica está relacionada à forma como as sociedades humanas interagem e se relacionam com o oceano e abrange aspectos culturais, históricos, artísticos e espirituais, bem como a promoção da conscientização e do respeito pelo oceano. Os países ricos e pobres estão interligados como nunca antes pela economia, o comércio, as correntes migratórias e por um corpo de água que cobre 70% da superfície da Terra, do qual depende nossa própria sobrevivência.

Do mesmo modo que só existe um mundo, também há apenas um oceano. Por este motivo, é fundamental elucidar o leitor que tratamos no singular o oceano, para que possamos estabelecer a devida conexão que temos com o outro neste planeta pelo Oceano, esta é a premissa desta tese. Em 2021, na conferência “*A blue agenda in the green deal*”, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou que “o oceano é uma fonte de vida, acrescenta 2,5 bilhões de dólares por ano à economia global, alimenta 3 mil milhões de pessoas, abriga mais de metade das espécies do mundo e é o sistema de suporte de vida do nosso planeta” (OCTA, 2021, tradução nossa).

Para o Brasil, conforme o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Biodiversidade da Amazônia Azul⁵ (INCT da Biodiversidade da Amazônia Azul) e a Marinha do Brasil, a criação do termo “Amazônia Azul” foi inspirada na Amazônia, famosa por sua biodiversidade e a maior floresta tropical do mundo, localizada no norte e noroeste do Brasil e parte de outros países da América do Sul. O termo foi registrado pela Marinha do Brasil, em 2011, com o objetivo principal de despertar a curiosidade pelo mar.

A Amazônia Azul é uma área do Oceano Atlântico, a qual abrange os 8,5 mil km da costa brasileira. Ela é a soma de toda a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com 3,6 milhões de km², e a extensão da plataforma continental, que tem mais de 2 milhões de km². Isso totaliza 5,7 milhões de km². Esse espaço marinho equivale à metade do território terrestre brasileiro, com dimensão e biodiversidade semelhantes àquelas da Amazônia Verde. No Brasil, a Marinha do Brasil (online)⁶ justifica em seu *hotsite* na *World Wide Web*⁷ a importância do Oceano para o país como transcrevemos a seguir:

Amazônia Azul deve ser vista como um conceito político-estratégico remetendo à importância do Poder Marítimo ao Brasil. Ensejada no Atlântico Sul, entorno estratégico estabelecido nos documentos de alto nível, como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Estratégico da Marinha – PEM 2040, a Amazônia Azul é patrimônio nacional, fonte de riqueza e cobiça, a ser protegido, preservado e explorado, com sustentabilidade (Marinha do Brasil, online).

As rotas de navegação costeira e nossa abertura para o mar foram fatores determinantes para a cultura brasileira, no entanto, a falta de mentalidade marítima mais bem consolidada torna vulnerável a integridade física e biológica dos ecossistemas marinhos, dos quais dependem comunidades tradicionais e muitas indústrias e atividades econômicas. A pesca e o turismo, bem como o bem-estar das comunidades costeiras no planeta, estão em perigo.

⁵ Para conhecer o Instituto e pesquisas sobre o tema acessar: <https://www.bioamazoniaazul.com/>

⁶ Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/ Acesso em 16 de jun. de 2023.

⁷ Consideramos a *World Wide Web*, um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet. Os documentos podem estar na forma de vídeos, sons, hipertextos e imagens.

Os sinais aparecem em muitos lugares: vazamentos de petróleo nas costas espanholas e no Brasil; lixo sanitário nas praias do estuário de Long Island nos Estados Unidos; morte de golfinhos e baleias ao longo da costa do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos; um terço dos recifes de corais já estão degradados, sem possibilidades de recuperação, e outro terço em risco iminente; noventa por cento dos peixes predadores oceânicos, como o atum, o tubarão ou o bacalhau, já estão se extinguindo; alarme sobre potenciais riscos à saúde humana provenientes de substâncias químicas cancerígenas presentes no salmão de criadouro, entre outros. Sim, o oceano está morrendo. Soma-se ao exposto um dos grandes problemas no mundo hoje, a incidência de lixo no mar. Essa questão é proporcionalmente grave quando as pesquisas relacionam o plástico como sendo o maior poluidor do Oceano, afetando recursos hídricos, a vida marinha, a saúde humana e a economia.

Uma especulação possível é perguntarmos: Como seria o Brasil sem o mar? Mais do que não termos a Amazônia, incluindo sua bacia hidrográfica, que formam o principal bioma terrestre de nosso país, não termos a Amazônia Azul e o seu bioma costeiro e marinho implicaria certamente enormes diferenças, principalmente geopolíticas, socioeconômicas e culturais, comparativamente com o que somos hoje.

Na tentativa de dirimir problemas nas zonas costeiras, algumas políticas públicas voltadas à gestão dessas regiões necessitaram ser desenvolvidas, revisadas e implementadas. As políticas públicas podem ser entendidas como instrumentos desenvolvidos por órgãos governamentais e organizações não governamentais com o intuito de contribuir para a solução de problemas públicos. No Brasil, antes mesmo da promulgação da constituição, o Governo editou uma lei sobre a gestão do espaço litorâneo, a fim de assegurar a sustentabilidade do uso da zona costeira (Granziera, 2009).

Portanto, em 1988 foi instituído o Gerenciamento Costeiro através da Lei nº 7.661 que introduziu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Este dispositivo legal teve como objetivo "orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural" (Brasil, 1988). No ano anterior, em 1987 a Gestão Integrada da Zona Costeira já havia sido introduzida através da implementação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), formulado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) em 1987, com o objetivo de lançar as bases para as ações de planejamento e gestão integrada, descentralizada e participativa da zona costeira (Souza, 2000).

As políticas públicas são, portanto, compostas de atos jurídicos e normas desenvolvidas objetivando-se o planejamento estratégico do Estado, num projeto de Estado e não apenas de

governo ou de poder. Organismos internacionais, tais como ONU (Organização das Nações Unidas), OEA (Organização dos Estados Americanos), COI (Comissão Oceanográfica Intergovernamental – Unesco), SCOR (Comitê Científico para Pesquisas Oceânicas), dentre outros, têm se engajado fortemente na gestão das áreas costeiras.

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) promove ações e parcerias com a sociedade no sentido de ampliar a mentalidade marítima na população, nos níveis compatíveis com a dimensão da nação oceânica que é o Brasil. A Ação do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), "Promoção da Mentalidade Marítima" (PROMAR), coordenada pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), desde 1997, busca ampliar o conhecimento da sociedade brasileira sobre o mar e sua importância para o Brasil.

Muitos países já realizam o Planejamento Espacial Marinho (PEM), e dividem o espaço marinho em áreas de petróleo e gás, energias renováveis offshore, transporte marítimo, pesca e aquicultura, além de unidades de conservação. O PEM é considerado o grande “motor propulsor” da Economia Azul de um país, na medida em que provê, simultaneamente, a segurança jurídica, indispensável aos investidores; a geração de empregos e de divisas para o Estado costeiro, mediante o estímulo de atividades sustentáveis no mar, contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, salvaguarda os necessários serviços ecossistêmicos; e contribui para a mitigação de conflitos no ambiente marinho.

A implantação do PEM brasileiro, que deve ser concluído até 2030, é um compromisso assumido pelo Estado brasileiro em 2017, durante a Conferência do Oceano da Organização das Nações Unidas em Lisboa. Com intuito de esclarecer, ainda que de forma superficial, citamos os instrumentos previstos no Decreto Federal nº 5.300/2004 (Brasil, 2004), que orientam a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro no Brasil nas diferentes esferas, que são:

- O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) consiste em diretrizes gerais que se aplicam em todas as esferas governamentais e níveis de atuação, orientando a implementação de políticas, planos e programas para promover o desenvolvimento sustentável da zona costeira;
- O Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF) envolve o planejamento de ações estratégicas para integrar políticas públicas na zona costeira, visando responsabilidades compartilhadas;

- Os Planos Estadual e Municipal de Gerenciamento Costeiro (PEGC e PMGC) implementam políticas específicas em níveis estadual e municipal, baseando-se no PNGC e estabelecendo responsabilidades e procedimentos;
- O Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO) faz parte do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA) e integra dados georreferenciados sobre a zona costeira;
- O Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC) é uma estrutura operacional que coleta continuamente dados para acompanhar o uso e ocupação da zona costeira e avaliar metas de qualidade socioambiental;
- O Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC) consolida resultados do monitoramento e avalia a eficácia das ações de gestão;
- O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) orienta o ordenamento territorial para alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento na zona costeira, em conformidade com as diretrizes nacionais, apoiando ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão. O macrodiagnóstico da zona costeira reúne informações em escala nacional sobre características físico-naturais e socioeconômicas, orientando ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais (São Paulo, 2021).

Para o Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2008), além dos planos e políticas diretamente ligadas a esta temática, existem outros instrumentos que devem ser desenvolvidos em consonância para a gestão das áreas costeiras, como a Política de Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos, Saneamento, a legislação sobre Patrimônio da União e o Estatuto da Cidade, além das ações relacionadas a áreas protegidas, pesca, exploração de recursos naturais, turismo, navegação e defesa nacional, entre outras.

De acordo com Granziera (2009), existe uma falha na gestão integrada brasileira, pois as políticas de gerenciamento costeiro e de recursos hídricos são gerenciadas por instituições distintas, não sendo considerada a zona costeira como parte integrante da bacia hidrográfica. Ainda na zona costeira, a orla marítima merece especial atenção.

A gestão da orla marítima tem o objetivo de implementar ações com a finalidade de disciplinamento no uso e ocupação do solo dessas áreas, compatibilizando-as, especialmente, com o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Nesse contexto, o Projeto de Gestão Integrada (PGI) da Orla Marítima, conhecido como Projeto Orla, é uma metodologia que deve ser

implementada nas três esferas de governo de acordo com especificações do Manual para elaboração do Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla, que segundo Ministério da Economia:

Projeto Orla é uma metodologia de planejamento integrado amparada no Decreto 5.300, de 2004, que visa à racionalização e articulação das políticas públicas das três esferas de governo. Seu foco é o planejamento da orla, por meio do Plano de Gestão Integrada - PGI (Brasil, 2022, p.18).

O Projeto Orla, por ser um arranjo institucional nas esferas estaduais e com o protagonismo dos municípios na elaboração do PGI, deve ser conduzido por profissional ou equipe de profissionais capaz de articular áreas de conhecimento variadas, como aspectos físico-geográficos dos ambientes costeiros, planejamento, orçamento e gestão públicos, legislação ambiental e patrimonial, atividades econômicas, infraestrutura, políticas sociais entre outras, especialmente aquelas que dizem respeito às habilidades para gestão e mediação de conflitos. Nesse sentido, a Coordenação Nacional promove qualificação e certificação de "Facilitadores do Projeto Orla", profissionais recomendados a serem contratados pelos municípios para condução do processo de elaboração do PGI.

No Brasil, um conjunto de diretrizes, metas e programas constituem o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelecido pela Lei nº 9.433/97, e é um dos instrumentos que orienta a gestão das águas. Foi elaborado em uma coconstrução com participação social e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em 2006. O objetivo geral do Plano é estabelecer diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade, gerenciando as demandas e considerando ser a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social (Brasil, 2006, p. 2).

A respeito da importância da governança hídrica e como promovem participação social pela formulação de políticas públicas, Paula Junior destaca:

Nos comitês de bacia hidrográfica e nos conselhos de recursos hídricos, a temática da água, desde a sua dimensão biofísica, adquire o relevo de condutor, a partir do qual são evocadas as dinâmicas de ocupação territorial, os repertórios e narrativas de natureza social, política, econômica, ambiental e cultural, transcendendo fronteiras político-administrativas e evidenciando os limites e horizontes de possibilidades da governança hídrica na transformação de realidades em diferentes escalas (Paula Junior, 2014, p. 42).

A partir dessas iniciativas, surgiram formas institucionais de participação popular que podemos destacar como sendo: audiências públicas, comitês de bacia, conferências, conselhos, mesas de negociação, ouvidorias, orçamentos participativos e planos diretores. Todas elas têm sido multiplicadas, em diferentes proporções e com múltiplos desafios, nas três esferas da Federação, conforme Paula Junior:

Ponto de partida (fundamento da Lei de Águas), a participação social contribui para dimensionar e fortalecer o significado democrático da gestão hídrica, considerando o arranjo institucional (o Sistema de Gerenciamento) e os mecanismos gerenciais (instrumentos de gestão) como meios para se promover o alcance de objetivos e finalidades comprometidos com a melhora da qualidade de vida nos territórios (Paula Junior, 2014, p. 43).

Importante salientarmos que os objetivos específicos do PNRH são:

1) Assegurar a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade; 2) a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos e 3) a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante (MMA, 2018, p.1).

O Ministério do Meio Ambiente é responsável pela coordenação do PNRH, sob acompanhamento da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH/CNRH) que é adequado, periodicamente, às diferentes realidades das Regiões Hidrográficas por meio de revisões que aperfeiçoam e aprofundam determinados temas, a partir de análises técnicas e de consultas públicas. Sobre essa questão, Paula Junior reforça que:

No Brasil, um dos principais avanços inscritos no marco legal e institucional para as águas se traduz no reconhecimento da bacia hidrográfica como o espaço territorial para o planejamento e a gestão hídrica, na definição da água como um bem público de uso comum da população e na promoção da participação das comunidades, dos usuários e do poder público no processo de gestão. Apontando para um modelo de gestão baseado numa relação de proximidade, complementaridade e cooperação entre o Estado e a sociedade, a Lei das Águas (Lei Federal 9.433/97) estabeleceu os órgãos colegiados (os comitês de bacia hidrográfica e os conselhos de recursos hídricos) como fóruns privilegiados para a expressão dos conflitos com vistas à sua superação, por meio do diálogo, da negociação e de pactuação em torno a objetivos comuns (Paula Junior, 2014, p.54).

Entretanto, não se pode deixar de alertar que, no atual contexto social que as comunidades estão inseridas, as disparidades sociais são gritantes, muitos governos não detêm responsabilidade moral para com a sociedade, no que diz respeito à implementação dessas políticas públicas, acarretando assim altos níveis de conflitos socioambientais, gerando desemprego, pobreza e exclusão social.

A ideia de universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor traz uma série de oportunidades, mas, obviamente, ameaças, uma vez que os investimentos para adequação à lei tendem a ser altos: de acordo com um estudo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), os aportes necessários para a universalização do saneamento até 2033 são da ordem de R\$ 753 bilhões. Visando monitorar a implementação do Marco importante para o setor, a ABCON, desenvolveu o Painel de Monitoramento da Implementação do Novo Marco Legal, em que será possível

acompanhar o andamento do processo de regionalização nos estados e a publicação das normas de referência pela Agência Nacional das Águas ⁸(ANA).

É necessário um “parêntese” para refletir sobre a origem da ABCON, uma entidade que congrega empresas privadas prestadoras de serviços de água e esgoto em todo o território nacional (14 holdings e mais de 120 concessionárias), ou seja, gestão privada com interesses próprios monitorando um bem comum.

No Brasil é possível verificar muitas ações executadas pelas organizações privadas com objetivo de mitigar problemas sociais, fazendo emergir assim, a ausência do Estado. Um dos principais sintomas dessa ação é a mudança na concepção dos bens públicos, assim como os princípios de sua distribuição. Direitos até então ligados à cidadania e historicamente estabelecidos como consequência lógica da democracia política, como a proteção social, a igualdade de tratamento e a universalidade, são mais do que nunca questionados pela concepção consumista do serviço público de um “sujeito” ao qual a sociedade não deve nada.

Citamos, como exemplo de formação cidadã, uma das ações de pesquisa-ação do Programa Horizonte Oceânico Brasileiro-Painel Mar⁹, programa desenvolvido entre os anos de 2016–2022, patrocinado pela Fundação Grupo Boticário, entre outros, para desenvolver protagonismo jovem pela Educomunicação na zona costeira brasileira. O resultado do Programa culminou na formação do Grupo de Trabalho para Uso e Conservação Marinha (GT-Mar), um grupo de atuação temática da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional. Grupo este que mantém a representatividade de lideranças jovens oriundas de inúmeras comunidades da zona costeira do Brasil, fortalecendo o desenvolvimento de ações em *advocacy*, e o monitoramento de políticas públicas para o oceano.

Do ponto de vista da comunicação, é possível concluir que as políticas públicas precisam ser interpretadas e comunicadas, e, além disso, precisam estar ativas em um processo que se integre com todos os agentes e dispositivos para que sejam estabelecidas, implementadas e monitoradas com responsabilidade pelos gestores públicos e a sociedade. Constituindo-se assim

⁸ Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a ANA – Agência Nacional de Águas – dividiram o território brasileiro em doze regiões hidrográficas: Amazonas, Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Oriental, Atlântico Nordeste Ocidental, Parnaíba, São Francisco, Atlântico Leste, Paraná, Atlântico Sudeste, Paraguai, Uruguai e Atlântico Sul. Fonte: Agência Nacional das Águas. Divisões hidrográficas do Brasil 2023.

⁹ Durante 4 anos (2019-2022) o Programa Horizonte Oceânico Brasileiro (HOB), impulsionou a formação de competências para a ação Inter-Redes, sobretudo dos membros(as) do PainelMar, para atuação na interface entre conhecimento (científico e local) e políticas públicas; enfatizando a criação de oportunidades para o protagonismo de profissionais em início de carreira e o tema da governança inclusiva para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, com foco na pesca sustentável, no planejamento espacial marinho, na justiça socioambiental, nos estressores ecossistêmicos e cenários futuros, na governança, política e nas redes internacionais de aprendizagem, educomunicação socioambiental, e o *advocacy* junto aos poderes legislativo, executivo e judiciário no nível Federal. (Painel Mar, online).

como um grande desafio coletivo para o país, pois se trata de ampla participação cidadã. Os processos de transformação social só podem ocorrer desta forma. Acredita-se que o provimento desses empenhos sociais acaba por incidir diretamente na promoção da cidadania, pois “a cidadania é o desenvolvimento social com igualdade” (Peruzzo, 2004, p. 46).

A preocupação em desenvolver ações expressadas em políticas públicas decorrem do grande volume e extensão dos impactos negativos das atividades antropogênicas, ou seja, tudo aquilo que for gerado por ações do homem e, portanto, a urgente necessidade de implementação de ações preventivas e de preservação dos recursos naturais desses ambientes no planeta.

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação para fortalecer a paz universal, erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de parceria global, que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

A agenda busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. ”, baseado em cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias.

O lema é: “Ninguém pode ficar de fora!”, por isso foram construídos contemplando as cinco áreas de importância crucial para a humanidade e o planeta: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias como na Figura 1.

Figura 1 - Os 5 eixos de atuação da Agenda 2030



Oficialmente adotada pelos líderes mundiais na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu em setembro de 2015, em Nova York (ONU, 2016, p. 2), a agenda estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, que devem ser alcançados por todos os países até 2030. Ao longo dos anos a agenda ambiental internacional vem chamando cada vez mais atenção para a centralidade do oceano na promoção do desenvolvimento sustentável e promovendo ações para isso.

Esse movimento resultou na proposição de um objetivo específico para o oceano, o ODS 14 - Vida na água. O ODS 14 tem como objetivo maior a conservação e uso sustentável do oceano, mares e recursos marinhos no planeta. O Brasil, como um país costeiro e com uma extensa ZEE, desempenha um papel significativo na implementação deste ODS. Para compreender o ODS 14 no Brasil, alguns detalhes são imprescindíveis. Para cumprir o ODS 14, o Brasil tem trabalhado na promoção de práticas de pesca sustentável e na redução da pesca ilegal, não regulamentada e não declarada.

A preservação desses ecossistemas é fundamental para alcançar o ODS 14, e a pesca é uma atividade importante no Brasil, fornecendo alimentos e empregos para muitas comunidades costeiras. De acordo com o relatório “Da Poluição à Solução: Uma Análise Global sobre Lixo Marinho e Poluição Plástica” (From Pollution to Solution: A Global Assessment of Marine Litter and Plastic Pollution), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):

No que diz respeito a poluição marinha, incluindo a poluição por plásticos, este configura-se como um desafio global. Sobre esta questão, o Brasil tem implementado medidas para reduzir a poluição marinha e proteger seus ecossistemas costeiros e tem estabelecido áreas marinhas protegidas, como unidades de conservação marinhas, para proteger a biodiversidade e promover a conservação do oceano (PNUMA, 2021, p.42, tradução nossa).

Como o ODS 14 é um objetivo global, o Brasil participa de acordos internacionais e colabora com outros países para abordar questões marítimas, como a conservação de espécies ameaçadas, a gestão de pescas transnacionais e a proteção do oceano em nível internacional. O ODS 14 impulsionou a declaração da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, proposta em 2017 também pelas Nações Unidas, e compreende o período entre os anos de 2021 a 2030.

Variadas ações estão sendo realizadas em eventos para mobilizar, engajar e ouvir os diferentes setores da sociedade nas ações para implementação do Plano Nacional de Implementação para a Década da Ciência Oceânica da Agenda 2030.

Na Década do Oceano, a cultura oceânica é o conceito central para que todas as pessoas e instituições reconheçam o papel do oceano em nossas vidas e a influência de nossas ações no oceano.

Desta forma, crianças, jovens e adultos da sociedade civil, do poder público e do setor empresarial, em todas as áreas do conhecimento e independente da distância do mar, são convidados a se envolverem e desenvolverem a cultura oceânica. Além de fomentar e difundir ações para o estabelecimento de uma “Cultura Oceânica”, e transmitir aos diversos atores sociais, em todos os locais do planeta, a importância do Oceano, evidenciando como as ações humanas afetam e são afetadas por ele. Como publicado no site da Década que reproduzimos a seguir:

A visão da Década do Oceano é “a ciência de que precisamos para o oceano que queremos”. A Década do Oceano proporciona um quadro de convocação para cientistas e partes interessadas de diversos setores desenvolverem o conhecimento científico e as parcerias necessárias para acelerar e aproveitar os avanços na ciência do oceano para alcançar uma melhor compreensão do sistema oceânico e fornecer soluções baseadas na ciência para alcançar o Agenda 2030 (Ocean Decade, online, tradução nossa).

A proposta para o estabelecimento da Década do Oceano foi construída ao longo de um processo, gerido pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco e submetida à aprovação da 29ª Assembleia da Unesco-Coi, em junho de 2017, para posterior submissão à conferência Geral da Unesco e aprovação final pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) em dezembro de 2020.

A esperança é que esses dez anos sejam uma oportunidade para preencher muitas lacunas de conhecimento ainda existentes sobre o oceano, as quais foram organizadas em 10 grandes desafios científicos compilados no quadro 3.

Quadro 3 - 10 desafios da década do oceano.

10 desafios da Década do oceano para o impacto coletivo		
1	Entender e vencer a poluição marinha	Compreender e mapear fontes terrestres e marítimas de poluentes e contaminantes e seus potenciais impactos na saúde humana e nos ecossistemas oceânicos e desenvolver soluções para removê-los ou mitigá-los.
2	Proteger e restaurar ecossistemas e biodiversidade	Compreender os efeitos de múltiplos fatores de estresse nos ecossistemas oceânicos e desenvolver soluções para monitorar, proteger, gerenciar e restaurar ecossistemas e sua biodiversidade sob condições ambientais, sociais e climáticas em mudança.
3	Alimentar de forma sustentável a população mundial	Gerar conhecimento, apoiar a inovação e desenvolver soluções para otimizar o papel do oceano na alimentação sustentável da população mundial sob condições ambientais, sociais e climáticas em mudança.
4	Desenvolver uma economia oceânica sustentável e equitativa	Gerar conhecimento, apoiar a inovação e desenvolver soluções para o desenvolvimento equitativo e sustentável da economia oceânica sob condições ambientais, sociais e climáticas em mudança.
5	Desbloquear soluções baseadas no oceano para a mudança climática	Melhorar a compreensão donexo oceano-climático e gerar conhecimento e soluções para mitigar, adaptar e construir resiliência aos efeitos da mudança climática em todas as geografias e em todas as escalas, e melhorar os serviços, incluindo previsões para o oceano, clima e clima.
6	Aumentar a resiliência da comunidade aos riscos oceânicos	Melhorar os serviços de alerta precoce multiperigoso para todos os riscos geofísicos, ecológicos, biológicos, climáticos e antropogênicos relacionados ao oceano e à costa, bem como a preparação e a resiliência da comunidade.
7	Expandir o Sistema Global de Observação do Oceano	Assegurar um sistema de observação oceânica sustentável em todas as bacias oceânicas que forneça dados e informações acessíveis, oportunos e acionáveis para todos os usuários.
8	Criar uma representação digital do Oceano	Através da colaboração de múltiplas partes interessadas, desenvolver uma representação digital abrangente do oceano, incluindo um mapa oceânico dinâmico, que fornece acesso livre e aberto para explorar, descobrir e visualizar as condições passadas, atuais e futuras do oceano de uma maneira relevante para as diversas partes interessadas.
9	Habilidades, conhecimentos e tecnologia para todos	Assegurar o desenvolvimento abrangente da capacidade e o acesso equitativo aos dados, informações, conhecimentos e tecnologia em todos os aspectos da ciência oceânica e para todas as partes interessadas.
10	Mudar a relação da humanidade com o oceano	Assegurar que os múltiplos valores e serviços do oceano para o bem-estar humano, cultura e desenvolvimento sustentável sejam amplamente compreendidos, e identificar e superar as barreiras para a mudança de comportamento necessária para uma mudança radical na relação da humanidade com o oceano.

Fonte: Compilado pela autora.

No Brasil, foram organizadas nas cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) algumas ações e eventos. Entre estes, destacamos as oficinas regionais denominadas de: “O Brasil na Década do Oceano”, promovidas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em 2020, no formato on-line, já que ocorreu em contexto da pandemia da covid-19. Foram cinco oficinas nas quais aproximadamente 500 participantes¹⁰ (pessoas ligadas à pesquisa e educação, ONGs, representantes da sociedade civil, gestores, dentre outros), puderam construir coletivamente indicadores regionais com prioridades específicas para a implementação da Década do Oceano no Brasil.

As oficinas contaram com a participação dos 7 grupos de trabalho, correspondentes aos resultados esperados para a Década do Oceano, com os temas: (1) um oceano limpo; (2) um oceano saudável e resiliente; (3) um oceano previsível; (4) um oceano seguro; (5) um oceano produtivo e explorado sustentavelmente; (6) um oceano transparente; (7) um oceano conhecido e valorizado por todos. Os grupos de trabalho nas oficinas “dissecaram” os seguintes cenários: o oceano que temos (2020); a ciência que precisamos (2021); e o oceano que queremos (2030).

Os trabalhos foram mediados por especialistas oriundos de áreas diversas, (oceanógrafos, biólogos, geógrafos, pessoas de comunidades ribeirinhas, pesquisadores em início de carreira e ampla participação da sociedade civil e do terceiro setor, bem como representantes das organizações), buscando a partir desses cenários estimular os participantes dos grupos a desenvolver ações para atingimento das metas globais. Essas metas foram definidas em: a) Diagnóstico, pesquisa, monitoramento e conservação ambiental; b) Governança marinha, Políticas Públicas e arranjos institucionais para a conservação e desenvolvimento costeiro e marinho; c) Diagnóstico, monitoramento, gestão e ordenamento dos recursos pesqueiros; d) Economia Azul, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; e) Participação e reconhecimento das Comunidades tradicionais costeiras; f) Sociedade e o uso sustentável dos recursos/ecossistema marinhos e oceânicos.

Nesses documentos, produzidos como resultado das oficinas, algumas características regionais foram observadas de forma bastante peculiar pelos membros da equipe mediadora e que produziu a relatoria, já que indicaram características regionais específicas para o processo de co-construção. Importante destacar que, ao tratar do cenário brasileiro, a cultura influencia fortemente e se caracteriza de uma forma diferenciada de qualquer outro país, pois é o resultado

¹⁰ Como representante da academia pelo Observatório de Comunicação, Responsabilidade Social e Sustentabilidade (SustenCOM), vinculado ao Centro de Pesquisa em Comunicação e Relações Públicas – CECORP, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), a autora da tese, participou das Oficinas subnacionais brasileiras: “O Brasil na Década do Oceano”, integrando GTs 5 e 3 das regiões Sul e Sudeste. O Canal Youtube oficial da Década da Ciência Oceânica no Brasil, disponibiliza apresentações dos resultados de cada oficina subnacional. Disponível em <https://www.youtube.com/c/D%C3%A9cadaCi%C3%A2nciaOce%C3%A2nicaBrasil/featured>. Acesso em 18 abr. 2022.

da miscigenação de diversos grupos étnicos que participaram da formação da população brasileira.

A diversidade cultural predominante no Brasil é consequência também da grande extensão territorial e das características geradas em cada região do país, e assim detém saberes distintos, especialmente na extensa Amazônia Azul. Fato este que deve ser considerado sempre que se fala em contexto brasileiro. Portanto o processo que privilegiou a orientação dialógica e participativa, do ciclo destas referidas oficinas regionais “O Brasil na Década do Oceano”, Christofoletti *et al.*, destacam os estranhamentos, os estilos variados de interação e aspectos da comunicação que se deu nos encontros virtuais:

Em relação ao processo de co-construção, o início foi precedido de uma percepção de dúvida, estranhamento, questionamento ou insegurança sobre o processo participativo e de busca do consenso, os quais invariavelmente cederam lugar à confiança, entrega, comprometimento e reconhecimento do processo no decorrer das oficinas. (...) enaltecendo aqui, a diversidade cultural do país, os estilos de comunicação e interação variaram entre indivíduos, instituições e até pelas características regionais (Christofoletti *et al.*, 2021, p.30).

O conteúdo técnico produzido, resultado das oficinas, foi sintetizados em planos estratégicos no formato de relatórios um para cada região do país, e estão disponíveis na página oficial da Década do Oceano no Brasil¹¹, bem como as apresentações resumidas para cada região do país realizadas em formato de webinários. A experiência das Oficinas Regionais resultou na criação de Grupos de Apoio à Mobilização (GAM)¹² para a Década do Oceano (Brasil, 2022, online), que integra de forma voluntária, representantes de diversas organizações e indivíduos. Os GAMs atualmente, evidenciam em suas ações a necessidade de fortalecer a comunicação sobre os temas relacionados a Década da Ciência Oceânica nas redes sociais e promover engajamento da sociedade nas iniciativas específicas que vêm sendo realizadas nas cinco regiões do país.

Nesse contexto, a ciência precisa estar diretamente ligada tanto às lacunas de conhecimento quanto às demandas que subsidiem estratégias de adaptação e formulação de políticas públicas. A iniciativa da Década do Oceano das Nações Unidas defende a promoção do desenvolvimento sustentável e da gestão responsável dos recursos do oceano. O lançamento

¹¹ O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) em 2020, por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), empreendeu esforços para construção de um canal oficial de comunicação para disseminar informações sobre as atividades e ações desenvolvidas no Brasil com relação à Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Unesco. Informações e downloads em: <https://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/sobre-o-portal/>

¹² Os GAMs foram criados para apoiar as ações da Década do Oceano no Brasil, cujo Comitê de Assessoramento é coordenado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A pasta ministerial também é o representante do País na Comissão Oceanográfica Internacional (COI) que coordena as ações globais da iniciativa.

do Plano Nacional da Década da Ciência Oceânica no Brasil, em dezembro de 2021, apresentou a política desenvolvida para mobilizar governos, pesquisadores e sociedade em torno de ações que favoreçam a conservação e sustentabilidade dos mares no país com uso da ciência e constitui-se como marco importante desde então.

O Ministério das Comunicações Tecnologias e Informação (MCTI), é o representante científico na Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco. No âmbito global, a década oportuniza principalmente para organizações, a chamada *Ocean Decade Alliance*, em inglês, ou Aliança da Década, que ocupa um nicho único e de alto perfil que aposta na ação e no desenvolvimento partilhado de soluções, que visa criar uma rede de parceiros para dar o exemplo de como catalisar apoio para a Década do Oceano por meio da mobilização de recursos direcionados, redes e influência.

Segundo os documentos disponíveis na página da Década, a adesão se dá por convite e os membros da Aliança tem como compromisso implementar estratégias da Década do Oceano. E no desenvolvimento destes compromissos, esses membros serão reconhecidos como líderes globais que apoiam a ciência oceânica por meio da pesquisa, inovação e comunicação da *Ocean Decade*, conforme extraímos do texto original:

Os membros da Aliança terão novas oportunidades de trabalho em rede formal e informal - tanto entre outros membros da Aliança como com as partes interessadas que procuram recursos. Isto conduzirá potencialmente a novas colaborações para financiamento ou iniciativas conjuntas, bem como oportunidades para otimizar as atividades de sinergias apoiadas pelos membros da Aliança. A Aliança proporcionará aos membros acesso a líderes na ciência do oceano, criando assim oportunidades para financiar ou apoiar as iniciativas mais inovadoras da Década do Oceano (*Ocean Decade*, online, tradução nossa).

A adesão se dá principalmente no nível institucional, contudo, indivíduos de alto perfil dentro das organizações membros podem escolher ser reconhecidos como patronos da Década do Oceano e assim ter os seus compromissos individuais para com a Década do Oceano reconhecidos. Atualmente os membros da Aliança, intitulados como Patronos da Aliança, conforme compilamos de seu website¹³, são: Panerai Officine, Grupo Prada e Fugro. Configurados como os únicos membros institucionais oriundos de setores distintos. Sendo que a adesão do Grupo Prada se deu muito recentemente, tendo sua participação anterior apenas como parceiro pontual em ações de educação na Itália.

Cabe resgatar o sentido e significado do termo patrono, que no contexto geral, é uma pessoa ou entidade que fornece apoio financeiro, recursos ou proteção a uma causa,

¹³ Disponível em: <https://oceandecade.org/pt/ocean-decade-alliance/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

organização, artista, autor ou instituição. Os patronos desempenham um papel fundamental no apoio a atividades culturais, científicas, artísticas e sociais.

Eles podem fornecer financiamento, suporte logístico, orientação ou reconhecimento para a causa ou indivíduo que estão apoiando. Por exemplo, na arte, um patrono pode financiar um artista ou um projeto artístico. Na ciência, um patrono pode financiar pesquisas ou uma instituição de pesquisa. Na cultura, um patrono pode apoiar uma organização sem fins lucrativos dedicada a promover a educação ou as artes.

No entanto, um "patrono" também pode ser uma referência a alguém homenageado como um modelo exemplar em uma determinada área, como um patrono das artes, um patrono da ciência, entre outros. Nesse contexto, a pessoa pode não estar fornecendo apoio financeiro ativo, mas é reconhecida por sua influência positiva em uma determinada área, não é o caso da Aliança que designa o Patrono como:

(...) uma rede de parceiros eminentes da Década do Oceano que possa levar, através do exemplo, a catalisar o apoio à Década através da mobilização de recursos orientados, do estabelecimento de redes, e da influência. (Ocean Decade, online)

A Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco (COI) coordena os preparativos da Década Oceânica em nome do sistema da ONU e lidera a criação da Aliança. Esse alinhamento objetiva a maximização de resultados, como a adequada exposição da marca, o aumento do diálogo com seus públicos estratégicos, a prevenção de possíveis problemas de comunicação e a integração dessas ações com a organização em si e seus públicos. Considerando a participação das organizações como oportunidade, a Aliança promove ganhos de imagem e reputação grandiosos e globais, como no caso da Fugro, que em 2023 participou da 28ª Conferência das Partes (COP28), como uma organização parceira no Pavilhão do oceano na Zona Azul, endossando sua expertise na geração de dados sobre o Oceano.

A Fugro divulgou amplamente em seus canais de divulgação sua participação falando sobre o papel de Fugro na COP28, especialmente a declaração de um dos seus CEOs:

Como membro líder da comunidade empresarial oceânica, nosso envolvimento na COP28 é um privilégio e uma responsabilidade. Ao participar ativamente dessas discussões globais, nosso objetivo é gerar mudanças positivas, não apenas dentro de nossa organização, mas entre os setores em que atuamos e as regiões em que trabalhamos. Sustentabilidade não é apenas um conceito para nós; é uma parte fundamental da nossa identidade. (HEINE, 2023, online, tradução nossa)

A COP28 ocorreu em dezembro de 2023 em Dubai, Emirados Árabes Unidos, convocada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a COP28 reuniu delegados de todo o mundo, incluindo chefes de estado e líderes em pesquisa,

política e negócios, para construir consenso e avançar os compromissos de ação climática descritos no Acordo de Paris.

3.3 POR UMA SOCIEDADE SEM POLUIÇÃO PLÁSTICA

De acordo com um relatório de 2021 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), nos últimos 70 anos, o plástico - um material extremamente maleável, versátil e durável - infiltrou-se no mercado e alcançou, aparentemente, todos os recantos do Planeta. Quando o plástico entrou no mercado na década de 1950, ele foi celebrado por tornar a vida mais conveniente e eficiente. As mesmas propriedades que tornaram os plásticos tão úteis também tornam os resíduos uma ameaça ambiental. Os estudos e alertas sobre a poluição marinha por plástico começaram a surgir ainda na década de 1970, mas somente a partir de 2010 as evidências acumuladas alarmaram a comunidade científica e a sociedade como um todo. Sua durabilidade significa que eles persistem no ambiente por muitos anos e sua baixa densidade significa que são facilmente dispersos pela água e pelo vento.

Como resultado, os resíduos plásticos são hoje poluentes onipresentes, mesmo nas áreas mais remotas do mundo. Por exemplo, o plástico flui com maior facilidade em direção a rios de áreas urbanas pavimentadas do que em florestas, e percorre distâncias mais longas em climas chuvosos do que secos. Segundo Hallanger, Ask e Fuglei (2022), detritos de plástico foram encontrados flutuando na superfície do mar, derretendo no gelo do oceano Ártico; as correntes oceânicas e o ar transportam o plástico até o extremo norte, onde ele se acumula - inclusive no organismo dos animais que lá habitam e se acumulam no ponto mais profundo do oceano.

O plástico é qualquer material fabricado industrialmente cuja plasticidade permite que seja moldado em várias formas e soma 85% do lixo encontrado no oceano, onde os rios desagüam. Os mais encontrados no ambiente são o plástico PE (polietileno), o plástico PP (polipropileno), o PET (polietileno tereftalato), o isopor (poliestireno) e o PVC (policloreto de vinila). Em conjunto, eles representam cerca de 70% dos plásticos encontrados. Segundo o relatório PNUMA (2021), o polietileno foi usado como material isolante para cabos de radar durante a Segunda Guerra Mundial, e a substância era um segredo bem guardado.

O plástico pode proporcionar benefícios importantes em aplicações que vão desde equipamentos médicos que salvam vidas até o armazenamento seguro e duradouro de remédios e alimentos. Entretanto, produtos plásticos desnecessários e evitáveis, particularmente embalagens de uso único e itens descartáveis, estão poluindo nosso planeta a taxas alarmantes. Cerca de 40% do plástico produzido no mundo é usado em embalagens, itens projetados para serem usados uma vez e depois descartados. Apenas cerca de 14% das embalagens plásticas

são recicladas adequadamente. De acordo com o Índice de Fabricantes de Resíduos de Plástico da Fundação Minderoo, apenas 20 empresas são responsáveis pela produção de 55% dos plásticos descartáveis no Planeta, sendo a ExxonMobil¹⁴ considerada a maior poluidora.

Décadas de crescimento econômico e uma crescente dependência de produtos plásticos descartáveis têm levado a uma enxurrada de resíduos não gerenciados que se espalham por lagos, rios, áreas costeiras e, até mesmo, pelo mar, provocando uma série de problemas. Recentemente, cientistas constataram que 80% dos resíduos plásticos são distribuídos por mais de mil rios. Eles também descobriram que a maior parte dos resíduos é transportada por pequenos rios que fluem por áreas urbanas densamente povoadas, não grandes rios. O novo modelo considera as atividades nas bacias desses rios, como a proximidade dos rios às costas, bem como os efeitos da chuva, correntes de vento e solo, além de inclinações, que facilitam o deslocamento do plástico para os canais.

Com uma produção anual de 500 bilhões de itens descartáveis de plástico e ínfimas taxas de reciclagem no Brasil, o país ainda sofre com políticas públicas ineficientes que basicamente transferem a responsabilidade, tanto dos impactos como da mitigação, para consumidores e municípios. Atualmente, são produzidas mais de 250 milhões de toneladas de plástico ao ano. Tragicamente, esses plásticos estão alimentando espécies marinhas e acabam entrando na cadeia alimentar causando sérias doenças e desequilíbrio para a vida humana.

A questão do lixo e da gestão de resíduos é um desafio constante no Brasil, como em muitos outros países. Elencamos alguns dados e informações sobre a situação da gestão de resíduos no Brasil, país responsável pela geração de uma grande quantidade de resíduos sólidos urbanos (RSU), que incluem resíduos domésticos e comerciais, que têm aumentado nas últimas décadas, acompanhando o crescimento populacional e econômico. Uma parcela significativa dos resíduos gerados é enviada para aterros sanitários. No entanto, muitas áreas do país ainda enfrentam problemas de destinação inadequada de lixo, com lixões a céu aberto que representam riscos ambientais e de saúde.

Os custos econômicos associados à poluição plástica são substanciais. Por exemplo, as indústrias pesqueira e turística são afetadas por danos aos ecossistemas marinhos, levando à perda de renda e empregos, provocando insegurança alimentar e muitos outros prejuízos. Os

¹⁴ Exxon Mobil Corporation é uma empresa multinacional de petróleo e gás dos Estados Unidos, com sede em Irving, Condado de Dallas no estado do Texas. A ExxonMobil foi formada em 1999 na fusão da Exxon com a Mobil, duas empresas resultantes da divisão da *Standard Oil Company* em 1911, a maior refinaria do mundo que fez de seu co-fundador John D. Rockefeller uma das pessoas mais ricas da história moderna. Dissolvida em 1911, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou que a multinacional era um monopólio ilegal. Subsidiárias: Mobil, Denbury, Imperial Oil, XTO Energy.

esforços de limpeza também podem ser caros, com estimativas que sugerem que o custo da poluição plástica só para a economia global poderia chegar a 13 bilhões de dólares por ano até 2050. Um estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) revelou que a poluição plástica pode ser reduzida em 80% até 2040 se os países e as empresas fizerem mudanças profundas nas políticas e no mercado usando as tecnologias existentes.

Segundo o Manifesto oriundo do “Seminário Sustentabilidade à mesa: alimentando um futuro sem plástico”, no Brasil, são despejados anualmente 325 milhões de quilos de plásticos nos mares. O seminário teve apoio da União Europeia (pelo Programa Plásticos Circulares nas Américas - CPAP, na sigla em inglês) e da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas), o evento objetivou reforçar caminhos para uma economia circular do plástico, movimento cada vez maior no Brasil.

Pesquisa realizada pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) em 2023 demonstra que 72% dos consumidores querem receber os pedidos de alimentação em suas casas solicitados por aplicativos sem plástico descartável. Além disso, 15% dos respondentes afirmam já terem deixado de solicitar o serviço por se sentirem incomodados pela quantidade de plásticos.

A pesquisa “Percepções sobre o plástico entre usuários de aplicativos de *delivery*” foi encomendada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela ONG Oceana, que juntos lideram a campanha #DeLivreDePlástico, lançada em dezembro de 2020. O movimento pede que os aplicativos de entrega de comida se comprometam com a redução da quantidade de plástico descartável enviados com os alimentos, como talheres, sacolas, canudos e embalagens e ofereçam ao consumidor opções livres de plástico. A campanha estabelece metas específicas para a redução do material nos serviços.

Conforme os dados publicados pela Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST), representante do setor de transformados plásticos e reciclagem de 2017, o maior setor consumidor de plástico no Brasil é o da construção civil com 25,2%, seguido dos alimentos com 18,6%. Artigos de comércio em atacado e varejo são 10%, seguidos de automóveis e autopeças com 7,7% e bebidas com 5,9%. Os dados ainda contam com produtos de metal (5,7%), máquinas e equipamentos (5,7%), móveis (4,6%), perfumaria, higiene e limpeza (3,1%). Para finalizar a lista segue com: papel, celulose e impressão, agricultura, químicos, eletrônicos, têxteis e vestuários, farmacêutico e outros. Essa produção, em 2017, foi de 6,13 milhões de toneladas.

As pesquisas sobre o cenário brasileiro demonstram que em torno de 70% dos resíduos encontrados nas praias brasileiras são plástico, principalmente embalagens (Iwanicki, 2020).

Esse tipo de material é um dos principais poluentes do ambiente aquático e terrestre, pois altera a composição bioquímica do biosistema, assim prejudicando o ecossistema da região e consequentemente a saúde humana quando ingerido e/ou aspirado. Ironicamente, as atividades turísticas, que dependem de um ambiente limpo, contribuem para o lixo no mar. A crise do plástico está associada a um desenvolvimento dependente da exploração de combustível fóssil e de padrões de consumo insustentáveis (Montenegro *et al.*, 2020). É preciso considerar que este é um problema social, e que a sociedade deve estar preparada e ter condições de participar da transformação de hábitos. Estamos imersos numa maré de plástico em nosso dia a dia que nos remete para um tipo de enfermidade pandêmica.

Os pesquisadores também consideraram a proximidade de aterros e depósitos de lixo às margens dos rios, e concluíram que aqueles que estão até 10 quilômetros de distância de rios provavelmente realizarão despejos nesses rios. A reciclagem de resíduos ainda é uma prática relativamente subdesenvolvida no Brasil, especialmente em comparação com alguns países europeus e os Estados Unidos. Essa é uma das problemáticas urgentes na pauta das organizações públicas e privadas, a poluição plástica no oceano. Já se sabe que nosso ar, alimentos e água potável estão contaminados com microplásticos e nanoplásticos. Eles foram descobertos no pó doméstico, no sal marinho, em frutos do mar, como peixes, ostras e mariscos, no mel, na cerveja e até em fezes humanas.

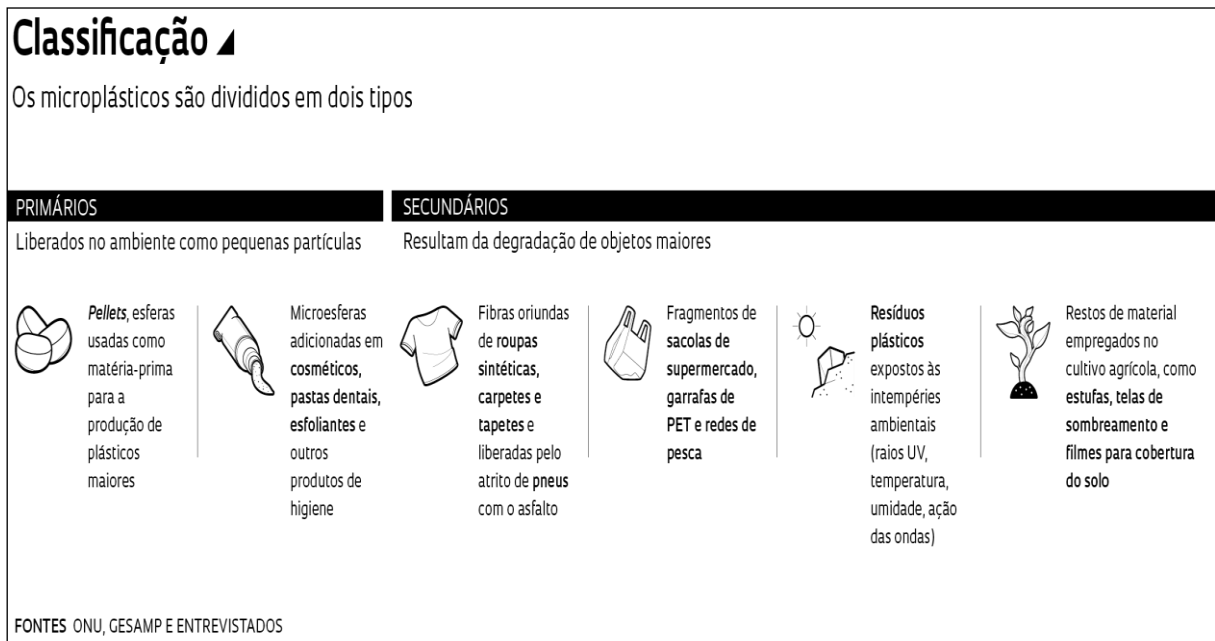
Os desafios das pesquisas estão relacionados à diversidade de tipos, fontes, formatos e tamanhos de plásticos. Além de fragmentos microscópicos, há aqueles cuja dimensão está na escala de nanômetros (menores que 1 milésimo de milímetro), capazes, em tese, de entrar na corrente sanguínea e atingir órgãos como fígado, rins e cérebro humanos. Segundo Iwanicki:

Amplamente divulgado e comentado na imprensa global, o estudo da Divisão de Gastroenterologia e Hepatologia da Universidade de Medicina de Viena, na Áustria, encontrou partículas de microplásticos em fezes humanas em indivíduos em oito países diferentes: Finlândia, Itália, Japão, Holanda, Polônia, Rússia, Reino Unido e Áustria. Todos eles tinham tido contato com comida embalada por plástico e seis haviam comido peixes e frutos do mar durante o período de observação do experimento. Cerca de 95% das fezes continham 20 partículas de microplástico a cada 10 gramas. As substâncias mais comuns foram polipropileno (PP), polietileno tereftalato (PET), poliestireno (PS) e polietileno (PE). A pesquisa não avaliou quantidades nem possíveis concentrações ou contaminações por componentes e aditivos (Iwanicki, 2020, p.106).

Microplásticos são partículas de plástico encontradas geralmente com tamanho inferior a 5mm e são oriundos da fragmentação de plásticos maiores. E o nanoplástico, partícula residual de plástico que mede de 1 a 1.000 nanômetros (ou seja, até 0,001 milímetro) e se constitui num dos principais poluentes do meio ambiente, especialmente do ecossistema marinho.

Embora sejam encontrados nos mais diversos ambientes, detectar e identificar micro e nanoplásticos ainda é um desafio, já que não existe uma metodologia padrão para esses processos. Diante disso, pesquisadores de diferentes áreas estão empenhados em estabelecer a melhor técnica para realizar esses procedimentos em amostras ambientais.. Os microplásticos podem ser divididos em dois grupos, primários e secundários conforme a classificação que apresentamos na figura 2.

Figura 2 - Classificação do microplástico



Fonte: Pesquisa Fapesp, 2023

Os microplásticos primários, que já são fabricados em pequenas dimensões, como pellets, granulados milimétricos empregados pela indústria de transformação plástica, e os utilizados como esfoliante em cosméticos e pastas dentárias. E os secundários, resultado da degradação de plásticos maiores em microfragmentos. Nesse caso, as origens são as mais diversas. Sacolas, tecidos, garrafas plásticas, bitucas de cigarro, pneus e isopor são alguns exemplos.

Em um dos primeiros estudos de abrangência nacional sobre a presença de microplásticos na costa brasileira, o biólogo marinho Tommaso Giarrizzo, professor visitante do Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará (Labomar-UFC), colheu amostras de areia de praia em 22 localidades do Pará ao Rio Grande do Sul. Depois, quantificou e caracterizou os microplásticos encontrados de acordo com os materiais que os originaram e o perfil de ocupação humana das localidades onde foram coletados, considerando a proximidade

de centros urbanos, a frequência turística e a imediação de portos ou de indústrias da cadeia produtiva do petróleo.

Um manuscrito com os principais achados encontra-se em fase de análise na *Science of the Total Environment*. “Nosso estudo tem a intenção de dar uma contribuição para a criação de um protocolo de diagnóstico, análise e monitoramento da presença de microplásticos no litoral do país”, diz Giarrizzo¹⁵ (Jones, 2019, online). Outra investigação, realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), estabeleceu o estuário de Santos, no litoral paulista, como um dos locais do mundo mais contaminados por microplásticos, numa comparação de amostras colhidas em 40 países.

Com o objetivo de verificar a ocorrência desse resíduo no ambiente, os pesquisadores analisaram ostras e mexilhões, animais que filtram a água para se alimentar. Publicado em maio de 2023, na revista científica *Science of the Total Environment*, artigo revelou que foram detectadas, em média, 12 a 16 partículas plásticas por grama (g) de tecido dos moluscos, uma quantidade grande, considerando que os animais pesam em média 5 g.

Um problema global que interfere na vida de todo o planeta, um levantamento feito há dois anos pela Orb Media, organização jornalística sem fins lucrativos sediada em Washington, Estados Unidos, mostrou que os microplásticos estão presentes na água de torneira ao redor do mundo. Das 159 amostras coletadas em cinco continentes, analisadas por pesquisadores da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, 83% continham microplásticos. Dez amostras da capital paulista integraram o estudo – e nove estavam contaminadas por fibras plásticas.

Em 2023, outro estudo da mesma entidade, relativo à água mineral comercializada, chegou a conclusões similares. Além da contaminação na água de beber, a presença de microplásticos no ar também é motivo de inquietação. Na Faculdade de Medicina da USP, a professora Thaís Mauad e o pesquisador Luís Fernando Amato Lourenço, do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental¹⁶, planejam avaliar a quantidade desses fragmentos encontrados no ar de São Paulo, analisar suas características e seus efeitos para a saúde humana.

Em um estudo-piloto, eles detectaram microfibras de plástico em suspensão na avenida Dr. Arnaldo, importante via da zona oeste da capital paulista. Portanto, precisamos de muita

¹⁵ O estudo indica a ocorrência de fragmentos plásticos nos rios amazônicos e na costa da Amazônia. Em artigo publicado em outubro de 2020 na revista científica *Marine Pollution Bulletin*, um grupo da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde Giarrizzo foi professor visitante, relatou microplásticos em resíduos estomacais de arraias-brancas (*Hypanus guttatus*) pescadas na região. Mais sobre o estudo em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ameaca-dos-microplasticos/>. Acesso em 07 fev. de 2024.

¹⁶ Estas e outras pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório podem ser conhecidas pelo link: <https://limhc.fm.usp.br/porta/lim05-laboratorio-de-poluicao-atmosferica-experimental/>. Acesso em 07 fev. de 2024.

pesquisa científica para caracterizar o material e estudar a extensão de sua distribuição, suas concentrações, seus efeitos nos ecossistemas e sobre os seres vivos e como removê-lo do meio ambiente.

O físico Paulo Artaxo, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP) e membro da coordenação do Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais, salienta:

Há um grande perigo quando o plástico se fragmenta em pequenos pedaços, formando os microplásticos, passa a ficar invisível a olho nu. Nós não vemos, mas a poluição está lá. Os microplásticos têm grande potencial para alterar a biota e o ecossistema oceânico do nosso planeta como um todo, esse tipo de poluição tem efeitos ainda não totalmente entendidos e quantificados (Jones, 2019, online).

Os plásticos estão incluídos na lista de ingredientes da embalagem, mas apenas sob os seus nomes químicos, tais como tetrafluoroetileno ou metacrilato de metilo, pelo que não são reconhecíveis para a maioria das pessoas. Há cerca de 10 anos, todas as grandes marcas de cosméticos adicionaram deliberadamente micro, nano e até plásticos líquidos a cosméticos e produtos de cuidados pessoais. Eles fazem isso para dar a seus produtos propriedades particulares, mas principalmente o plástico é enchimento barato.

Uma pesquisa encomendada pela organização ambiental holandesa *Plastic Soup Foundation*¹⁷, com a ajuda de cerca de 3.500 entrevistados, mostrou que 80% das pessoas na Holanda consideram isso preocupante. Os consumidores holandeses consideram que os plásticos devem ser claramente rotulados. Cerca de 93% dos entrevistados exigem o direito de saber exatamente o que está em seus produtos. Quase o mesmo número, 88%, acha que deveria ser obrigatório que os fabricantes declarassem claramente que seu produto contém plásticos. E 77% dos consumidores sentem que "esconder" plástico na lista de ingredientes prejudica sua confiança na marca de cosméticos.

Em termos de políticas públicas, na UE já foram implementadas soluções em que os governos estão trabalhando, uma delas é a estratégia que visa aumentar a taxa de reciclagem de resíduos de plástico. Além disso, os eurodeputados solicitaram à Comissão que introduzisse uma proibição em toda a UE de microplásticos adicionados intencionalmente nos produtos, como em cosméticos e detergentes até 2020, e que tomasse medidas para minimizar a liberação

¹⁷ A Plastic Soup Foundation, membro do movimento global *Break Free From Plastic*, faz campanha contra aditivos plásticos deliberados e plásticos escondidos na lista de ingredientes de cosméticos desde 2012. A campanha Microbead já resultou na remoção de microesferas de muitas marcas de pasta de dentes e esfoliantes, mas o objetivo final é tornar todos os produtos de cuidados com a pele e cosméticos livres de plástico. Mais sobre a Plastic Soup Foundation disponível em: <https://www.plasticsoupfoundation.org/en/what-we-do/microplastics/>. Acesso em 10 jan. de 2024.

de microplásticos dos têxteis, pneus, tintas e pontas de cigarro. No mês seguinte, o Parlamento Europeu (PE) aprovou a proibição da UE de certos produtos de plástico descartável encontrados, de forma ampla, nos mares e que já possuem substitutos não-plásticos disponíveis.

Os eurodeputados adicionaram os plásticos oxidegradáveis à lista de itens a serem proibidos. A Comissão Europeia adotou a sua estratégia para a sustentabilidade dos produtos químicos (ECHA). Esta faz parte da ambição de poluição zero da UE, um compromisso fundamental do Pacto Ecológico Europeu, e visa proteger melhor os cidadãos e o ambiente dos produtos químicos nocivos e impulsionar a inovação, promovendo a utilização de produtos químicos mais seguros e sustentáveis.

A Comissão Europeia encarregou a ECHA de investigar quaisquer perigos potenciais dos microplásticos para os seres humanos e para o ambiente. Segundo os movimentos ativistas e pesquisadores, a indústria dos cosméticos opõe-se veementemente a eventuais restrições e tenta encurtar significativamente a lista da ECHA. Assim também como o lobby internacional das petroleiras tem se mostrado muito mais eficiente. Enquanto se discute como fazer o acordo, a produção de plástico cresceu e deve aumentar para 34 mil milhões de toneladas até 2050, com U\$ 400 bilhões de investimento previsto na indústria petroquímica para aumentar a oferta de plástico virgem.



Fonte: Henry Fila

CAPÍTULO 4

POR UMA GOVERNANÇA AZUL - AS ORGANIZAÇÕES E SEU PAPEL

PARA O OCEANO

“Sem água, sem vida. Sem azul, sem verde”.

Sylvia Earle

4. POR UMA GOVERNANÇA AZUL

A partir do nosso pressuposto de pesquisa onde “os estudos sobre discurso em âmbito organizacional salientam a existência de enfoques variados para as práticas organizacionais na contemporaneidade”, pretendemos destacar, neste capítulo, aqueles que se dediquem ao tratamento teórico/empírico das possíveis relações entre discurso organizacional que constrói socialmente o sentido, na gestão da comunicação para sustentabilidade em ESG no contexto do ODS 14. Visando compreender as atividades que o oceano, em uma gama variada de segmentos, gera em ambientes aquáticos ou relacionadas a eles, conseqüentemente os novos modelos de gestão que criam oportunidades no campo da comunicação para impulsionar o crescimento econômico.

4.1 AS ORGANIZAÇÕES E O OCEANO

A emergência da Agenda 2030 tem destacado a importância das demandas ESG (ambientais, sociais e de governança). A busca por comunidades prósperas, instituições sociais resilientes e ecossistemas saudáveis é crucial para a prosperidade econômica e social, embora o equilíbrio perfeito seja desafiador de alcançar.

Além disso, novas regulamentações na Europa, como o “*Green Deal*” ou Pacto Ecológico, visam transformar a UE em uma economia eficiente em recursos, competitiva e com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050. Essas medidas buscam dissociar o crescimento econômico do uso excessivo de recursos e garantir uma transição socialmente justa para um sistema econômico sustentável.

Embora tenha um foco direto na UE, as políticas ambientais adotadas por grandes blocos econômicos, como a UE, podem ter impactos indiretos na economia global, incluindo o Brasil. É importante notar que os impactos exatos dependem de como as políticas do *Green Deal* serão implementadas e de como o Brasil escolherá abordar suas próprias políticas ambientais e econômicas. A interconexão global significa que as mudanças em grandes economias, como a UE, podem ter efeitos em cascata em outras partes do mundo.

A transição verde, rumo a uma economia de baixo carbono e sustentável, implica a adoção de práticas e políticas destinadas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a sustentabilidade ambiental e social. Apesar dos desafios e lacunas a serem superados nesse processo, muitos países estão progredindo na implementação de políticas e práticas, como a expansão das energias renováveis, a promoção da eficiência energética, a conservação da biodiversidade e a redução da poluição.

Esses esforços representam passos significativos em direção a uma economia mais verde e justa. Nesse sentido, os Dez Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável servem de guias para que as empresas analisem se suas práticas ESG estão alinhadas aos padrões internacionais e de referência. Os princípios do Pacto Global são:

Direitos humanos: 1. empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente. 2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos. Trabalho: 3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. 4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório. 5. A abolição efetiva do trabalho infantil. 6. Eliminar a discriminação no emprego. Meio ambiente: 7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais. 8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental. 9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis. Anticorrupção: 10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina (Pacto Global, 2024).

Na UE, países como a Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Islândia, Canadá e Nova Zelândia têm estabelecido metas ambiciosas para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e promover políticas verdes. Como os países e governos adotaram políticas e regulamentações para cumprir seus compromissos de alcançar um mundo neutro para o clima até meados do século, eles formularam sistemas de classificação ou "taxonomias" para definir, orientar e medir atividades econômicas ambientalmente sustentáveis.

As taxonomias foram desenvolvidas na UE, na China e em todo o mundo para traduzir objetivos verdes em critérios de investimento, estabelecer como os ativos e projetos estão alinhados com objetivos verdes e definir atividades verdes que podem ser financiadas pelo sistema financeiro.

As organizações estão recebendo forte pressão do mercado financeiro e seus investidores, para pautar os critérios de ESG sigla para o termo em inglês *environment, social and governance*, refere-se ao meio ambiente, à responsabilidade/impacto social e à governança corporativa ou ambiental, social e governança. Embora pareça um termo de referências recentes, trata-se de uma sigla apresentada em 2004 durante uma publicação denominada “*Who Cares Wins*” (Ganha quem se importa), realizada em parceria da ONU com instituições financeiras de nove países, o ESG visa atrelar a necessidade do desenvolvimento sustentável com as boas práticas das grandes agendas financeiras.

Basicamente os princípios ESG referem-se a três áreas-chave que são consideradas fundamentais para avaliar e medir o desempenho sustentável e a responsabilidade corporativa de uma empresa, conforme ilustramos no quadro 4 , e que compreende objetivos e indicadores

específicos que são ampliados e ajustados constantemente, a saber que estamos tratando de um tema em constante avaliação.

Os princípios orientadores são:

Quadro 4 - Princípios ESG

Os princípios ESG			
	Ambiental (E - Environmental)	Social (S - Social)	Governança (G - Governance)
Objetivo	Avaliar o impacto da empresa no meio ambiente e sua abordagem em relação à sustentabilidade.	Analisar como a empresa lida com questões sociais e impacta as comunidades em que opera.	Avaliar a estrutura de governança da empresa, incluindo suas políticas, práticas de gestão e conformidade com normas éticas.
Indicadores-chave	Emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, gestão de resíduos, eficiência energética, práticas de conservação ambiental, entre outros.	Diversidade e inclusão, direitos dos trabalhadores, segurança no trabalho, relações comunitárias, práticas de responsabilidade social corporativa, entre outros.	Estrutura do conselho de administração, transparência financeira, ética empresarial, prevenção de corrupção, práticas de remuneração executiva, entre outros.

Fonte: A autora.

Esses princípios formam a base dos critérios ESG, usados por investidores, analistas e outras partes interessadas para avaliar o desempenho de uma empresa em termos de sustentabilidade e responsabilidade social.

Os aspectos ambientais enfatizam a necessidade da preservação do bioma marinho e da exploração racional do oceano, a gestão de resíduos de acordo com o desenvolvimento da ciência e a evolução tecnológica, buscando desvendar a diversidade biológica, o potencial biotecnológico e as províncias minerais. Indústrias importantes ao redor do mundo dependem da saúde do oceano e têm impacto sobre ela.

A dimensão Ambiental, considera muitos riscos relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade, assim, conforme cresce a complexidade do negócio, a métrica utilizada deve se tornar mais sofisticada, para garantir que a medição esteja o mais próximo possível do impacto real. As que têm risco maior com relação à perda da biodiversidade, por exemplo, configuram-se como risco maior de mercado, têm menor liquidez em suas ações e impactam as instituições financeiras, e podem provocar instabilidades até mesmo na economia de um país e em seu sistema financeiro.

A gestão hídrica é uma parte importante dos critérios de acordo com a materialidade específica de cada organização, a dimensão ambiental (E) do ESG, porque o uso responsável da água é fundamental para a sustentabilidade ambiental. A inclusão da gestão hídrica como

parte integral dos critérios de materialidade indica uma compreensão aprofundada de seu impacto nos aspectos ambientais e, por extensão, na sustentabilidade global da organização. Esse reconhecimento sugere um compromisso em lidar proativamente com desafios relacionados à água, tanto em termos de conservação quanto de uso responsável.

Organizações que adotam e comunicam práticas sólidas em relação a esses princípios são frequentemente vistas como mais atrativas para investidores e clientes preocupados com questões ambientais e sociais na hora que adquirem seus produtos.

O aprimoramento dos padrões de divulgação em relatórios de sustentabilidade fornece às organizações uma base indicativa para medir seus impactos e resultados ESG, permitindo comparações com seus pares. As classificações ESG também são conhecidas como classificações de sustentabilidade ou classificações de responsabilidade social corporativa. Os indicadores-chave de desempenho (KPIs) referem-se a medidas usadas para avaliar o desempenho geral de uma organização. Os KPIs de ESG, especificamente, medem o desempenho em tópicos ambientais, sociais e de governança.

Os indicadores dos relatórios de sustentabilidade seguem frequentemente as normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*, as referências do *International Business Council (IBC)* do Fórum Econômico Mundial e as recomendações do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*. Conforme a publicação “Grandes Mudanças, Pequenos Passos”, que destaca Pesquisa Global de Relatórios de Sustentabilidade 2022, desenvolvida pela KPMG, o aumento na quantidade de relatórios socioambientais de 2019 para 2023 foi observado em 72% das organizações na América Latina.

Os índices de sustentabilidade são construídos com base em métricas relacionadas ao ESG, principalmente para comunicar o desempenho sustentável às partes interessadas. A aceleração da implementação do ESG nas organizações está impulsionada pela emergência climática e pressões para a transição para modelos neutros em carbono, destacadas em eventos como as COCs anuais da ONU. O Pacto Global da ONU, uma iniciativa voluntária, destaca o Princípio 2, que orienta as organizações a não serem cúmplices em violações aos direitos humanos. Mídias sociais podem rapidamente revelar a adoção genuína desses princípios.

Já no que se refere aos princípios do ESG, o risco é abordado principalmente na dimensão Social, que se refere à forma como a empresa lida com questões relacionadas à responsabilidade social, incluindo a gestão de riscos sociais, ambientais e de governança.

No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) é uma referência importante, refletindo o retorno médio de empresas de capital aberto listadas na bolsa que incorporam valores sustentáveis. Esse índice, criado em 2005, é uma estratégia para analisar

comparativamente a performance das empresas sob os aspectos de eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

Existem agências/consultorias especializadas em desenvolver metodologias de avaliação e selecionar organizações para análise, visando determinar as melhores com base em seus desempenhos econômico, ambiental e social. O Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE B3) e índices globais como o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) nos EUA e Europa, desempenham papéis cruciais nesse cenário. O ISE B3 avalia organizações listadas na bolsa sob a perspectiva da sustentabilidade corporativa, enquanto o DJSI reconhece as melhores práticas sustentáveis, levando em conta aspectos como governança corporativa, ética, gestão de riscos, desenvolvimento sustentável e bem-estar dos funcionários.

Esses índices contribuem para a diferenciação de empresas comprometidas com a sustentabilidade e promovem a transparência e prestação de contas em suas operações. A estratégia predominante para integrar fatores ESG nos investimentos é o filtro negativo, excluindo investimentos em setores, empresas, países ou projetos que não atendem aos critérios ESG específicos.

Portanto, a incorporação de práticas ESG demanda uma cultura organizacional que promova inclusão, diversidade, equidade e sustentabilidade em todos os níveis hierárquicos e departamentos (Basso, 2021, p. 25-26). Do ponto de vista dos investidores, incluir aspectos socioambientais na análise de empresas e projetos é essencial para dar a real dimensão do perfil de risco e da expectativa de retorno do investimento. Se buscarmos classificar o nível de envolvimento com o tema, podemos encontrar no mercado exemplos que vão desde a utilização do conceito como mero atributo de vendas até as que começam a apresentar uma postura de vanguarda e defendem a diminuição do consumo como filosofia e cultura organizacional. (Kunsch, 2016).

Embora o filtro negativo seja uma abordagem inicial comum, espera-se que as organizações evoluam para práticas mais proativas e integradas de ESG. Isso envolverá a consideração desses fatores desde o estágio inicial do planejamento e da execução, em vez de apenas uma exclusão reativa. À medida que as práticas ESG se tornam parte integrante da cultura organizacional, a busca por sustentabilidade será percebida como um catalisador para o crescimento e a resiliência no cenário empresarial global em constante mudança.

Sob o ponto de vista econômico, no Brasil, aproximadamente 95% do nosso comércio exterior é realizado por via marítima, considerando o período de 2020 a 2040, uma projeção de alta acumulada de US\$49,2 bilhões nas exportações brasileiras. Desse total, US\$45,5 bilhões por via marítima e US\$3,7 bilhões, via aérea, entre exportações e importações.

É importante considerar também os números expressivos que estão concentrados em até 200 km do litoral e nos 8.500 km de costa, onde se localizam 17 estados, 16 capitais, cerca de 90% do PIB, 80% da população, 85% do parque industrial, 85% do consumo de energia e em torno de 80 portos e terminais organizados, entre públicos e privados (Pereira *et al.*, 2022). As atividades sob a influência do oceano geram milhões de empregos ao redor do mundo, incorporando uma gama variada de segmentos, muitos dos quais em ambientes aquáticos ou relacionadas a eles, tais como os apresentados pela ONU em 2022, como sendo:

Alimentos, atividades portuárias, construção naval, navegação mercante e turística (como cruzeiros marítimos), esportes e lazer (como surf, kitesurf, mergulho, pesca esportiva e vela e canoagem), balneários turísticos, energia offshore eólica e das marés, petróleo e gás, extração de sal, prospecção de minerais no fundo do mar, água a partir de usinas de dessalinização e biocombustível e insumos para a indústria farmoquímica, entre outros (ONU, 2022, p.75).

Segundo dados da ONU, a economia oceânica movimenta entre US\$3 e 6 trilhões a cada ano, em bens e serviços, correspondendo à sétima maior economia do mundo.

Cabe salientar que o oceano faz parte do complexo sistema de bens e serviços ecossistêmicos, segundo a Lei nº 14.119, de janeiro de 2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, podem ser classificados em quatro tipos principais: serviços de provisão (fornecimento de bens ou produtos ambientais para consumo ou comercialização, como água, alimentos e madeira), serviços de suporte (que mantêm a perenidade da vida na Terra, incluindo ciclagem de nutrientes e polinização), serviços de regulação (contribuindo para a estabilidade dos processos ecossistêmicos, como sequestro de carbono e purificação do ar) e serviços culturais (benefícios não materiais, como recreação, turismo e experiências espirituais). Essas categorias refletem a variedade de maneiras pelas quais esse ecossistema contribui para o bem-estar humano e para a manutenção da biodiversidade (Bernardo, 2016, p.31).

Fundamental, portanto, considerar a relação entre serviços ecossistêmicos e ESG sobre a necessidade de as organizações considerarem não apenas as dimensões econômicas, mas também as ambientais, sociais e de governança em suas práticas e decisões para promover a sustentabilidade global. No entanto, a excessiva exploração está destruindo os recursos naturais, ameaçando várias espécies e colocando em risco a continuidade de diversas atividades econômicas.

Essas organizações precisam buscar caminhos para combater as perdas da biodiversidade mapeando riscos e para isso demandam de uma comunicação organizacional estratégica (Kunsch, 2016). Ainda nesse contexto, as cidades próximas de hidrovias estão

igualmente sujeitas a uma série de variáveis reguladas por normas e regras nas esferas Federal, Estadual e Municipal. É o caso das cidades portuárias que sediam organizações que se relacionam com demandas diversas e complexas no mercado, por exemplo, as que lidam com petróleo.

A dimensão da governança em ESG aborda riscos relacionados à gestão e à transparência corporativa. Segundo Jacobi (2012), governança ambiental não pode ser entendida, apenas, como uma construção ideológica, mas como exercício deliberado e contínuo de desenvolvimento de práticas cujo foco analítico está na noção de poder social que medeia as relações entre Estado, Sociedade Civil, os mercados e o meio ambiente. Essa perspectiva adota uma visão abrangente, reconhecendo os esforços culturais para articular teorias, agendas e parcerias. Além disso, destaca a necessidade de superar abordagens verticais e estanques das atividades humanas, transcender a supremacia do mercado e promover cooperação para lidar com os desafios ambientais de maneira integrada e sustentável.

Os desafios atuais do planeta exigem a promoção ativa do engajamento cívico, a proteção da biodiversidade, a restauração da relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, e a criação de ambientes organizacionais mais equitativos e solidários. A urgência em evoluir de uma abordagem de sustentabilidade para uma ética da vida na Terra tem gerado apelos globais por um "novo capitalismo", que seja mais humano, ecológico e igualitário. A governança eficaz, que incorpora a participação de diversos grupos interessados, emerge como uma estratégia crucial para equilibrar considerações éticas na tomada de decisões relacionadas ao crescimento econômico e ao meio ambiente.

O empreendedorismo azul representa uma abordagem inovadora para fazer negócios, centrada no uso sustentável do oceano como recurso. Vai além do sucesso individual ou empresarial, visando a prosperidade da comunidade envolvida, assegurando uma utilização responsável dos recursos aquáticos para evitar degradação e exaustão. Essa abordagem se alinha à "Economia Azul", que engloba diversas atividades econômicas e setores dependentes do oceano e de seus recursos marinhos, promovendo uma perspectiva sustentável e integrada.

Alguns exemplos dessas atividades incluem a pesca sustentável, a aquicultura, o turismo costeiro, a energia renovável no mar (como a energia eólica e solar offshore e a energia das marés e correntes marinhas), o mapeamento do fundo e subfundo marinho, mineração no mar, a investigação oceanográfica da coluna d'água e a conservação marinha.

No Brasil, ainda não temos uma política para orientar, mas ações de empreendedorismo com o intuito de conectar o ambiente azul à sustentabilidade estão sendo realizadas através de uma série de eventos para mobilizar, engajar e ouvir os diferentes setores da sociedade nas

ações, inclusive para implementar o Plano Nacional de Implementação para a Década da Ciência Oceânica da Agenda 2030.

Importante destacar que, de acordo com o Banco Mundial, a economia azul é: o uso sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento econômico, melhoria dos meios de subsistência e empregos, preservando a saúde do ecossistema oceânico.

A Comissão Europeia a define como:

Todas as atividades econômicas relacionadas ao oceano, mares e costas. Abrange uma ampla gama de setores interligados, estabelecidos e emergentes." A *Commonwealth of Nations* a considera "um conceito emergente que incentiva uma melhor administração de nossos recursos oceânicos ou "azuis". (European Investment Bank, 2023, p.4)

A *Conservation International* acrescenta que "a economia azul também inclui benefícios econômicos que podem não ser comercializados, como armazenamento de carbono, proteção costeira, valores culturais e biodiversidade" (Portal ODS, online). O *Center for the Blue Economy* diz que:

Agora é um termo amplamente usado em todo o mundo com três significados relacionados, mas distintos - a contribuição geral do oceano para as economias, a necessidade de abordar a sustentabilidade ambiental e ecológica do oceano e a economia oceânica como uma oportunidade de crescimento para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. (Middlebury Institute of International Studies, s.d.)

Nos últimos 50 anos, diversas iniciativas abordaram, em nível global, questões pertinentes aos resíduos sólidos e estes requerem urgência na implementação das soluções. A União Europeia tem adotado uma abordagem abrangente para promover a economia azul, que se concentra na sustentabilidade dos recursos marinhos e costeiros. Essa abordagem inclui uma série de documentos, estratégias e regulações em políticas que defendem e orientam a economia azul e os desafios do Antropoceno por meio de acordos como o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e as Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em Políticas e Acordos Internacionais, como descrevemos anteriormente.

4.2 DISCURSOS SOBRE A ECONOMIA AZUL

Analisar o discurso sobre poluição plástica envolve entender como ele contribui para a construção de normas, valores e práticas sociais relacionadas à gestão ambiental. A ausência de certos temas ou perspectivas pode ser tão significativa quanto o que é incluído, e isso pode revelar escolhas políticas ou estratégicas. Também cabe examinar as condições de produção do discurso, incluindo o contexto social, político e econômico em que os documentos foram criados. Compilamos e descrevemos alguns documentos importantes, disponibilizados com

acesso livre na internet e que contribuem para a compreensão sobre o *status* e a importância dedicada para Economia Azul na UE, conforme apresentamos no quadro 5:

Quadro 5 - Documentos e estratégias da UE para Economia Azul

Estratégia Marítima Integrada da União Europeia (2007)	Essa estratégia estabelece as bases para uma abordagem coordenada e integrada para o desenvolvimento sustentável do oceano e mares da União Europeia.
Estratégia Europeia para a Economia Azul Sustentável (2012)	Visa promover o crescimento econômico sustentável no setor marinho e costeiro, com ênfase na inovação, empregos e proteção do meio ambiente.
Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (2008)	Este regulamento estabelece um quadro para a proteção do meio ambiente marinho e a gestão sustentável das atividades humanas nos mares europeus.
Horizon 2020 - Programa de Pesquisa e Inovação da União Europeia	Horizon 2020 inclui financiamento para projetos de pesquisa e inovação relacionados à economia azul, com o objetivo de apoiar tecnologias e abordagens inovadoras.
Estratégia para o Crescimento Azul no Atlântico (2013)	Estratégia específica para promover o crescimento econômico sustentável nas regiões costeiras do Atlântico e o uso eficiente dos recursos marinhos.
Acordo Verde Europeu (2019)	O Green Deal é uma iniciativa abrangente que visa tornar a União Europeia neutra em termos de carbono até 2050 e inclui compromissos relacionados à economia azul, como a promoção de energia e transporte sustentáveis no mar.
Estratégia da UE sobre Plásticos (2018)	Esta estratégia visa combater a poluição por plásticos no mar, promovendo a reciclagem e a economia circular.
Diretiva de Monitoramento de Resíduos Marinhos (2019)	Esta diretiva estabelece um quadro para monitorar e reduzir os resíduos marinhos, incluindo plásticos, nas águas europeias.
Estratégia de Biodiversidade 2030 (2015)	Esta estratégia inclui metas relacionadas à conservação e restauração dos ecossistemas marinhos e costeiros.
Plano de Ação para a Economia Azul Sustentável na Região do Mar Báltico (2014)	Esse plano é específico para a Região do Mar Báltico e destaca a importância da economia azul sustentável nessa área.

Fonte: A autora.

Estes são apenas alguns dos documentos e estratégias da UE que promovem a economia azul e a sustentabilidade dos recursos marinhos e demonstra como os mercados estão orientando políticas e os regramentos desta temática. A UE continua a desenvolver e atualizar suas políticas e estratégias para enfrentar os desafios relacionados ao oceano. Isso ajuda a compreender as

influências externas que podem moldar a maneira como a poluição plástica é discutida nesses documentos, permitindo uma compreensão mais profunda não apenas do que está sendo dito sobre a poluição plástica, mas também de como essas representações são construídas, quem tem poder na discussão e como o discurso contribui para a conformação das práticas sociais relacionadas à gestão ambiental.

Um importante desafio da economia azul é entender e gerenciar melhor os diversos aspectos da sustentabilidade oceânica, que vão desde a pesca sustentável até a saúde do ecossistema e a prevenção da poluição. Uma forma de parar a destruição e adotar eticamente a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento da economia azul é agir para informar e implementar várias políticas públicas que já existem e incidem sobre os processos produtivos de todos os setores da sociedade.

Os processos discursivos são intrínsecos às organizações, constituídos na/pela comunicação e que para Deetz (2010, p. 84), “cada vez mais, vem sendo reconhecido como o processo fundamental pelo qual as organizações existem e como ponto central para a análise da produção e reprodução organizacionais”. Conforme Foucault:

Toda relação é uma relação de força que revela arenas de batalhas entre aqueles que se encontram em interação. Emerge, então, o status dos falantes, seja daqueles que falam – quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido – ou daqueles que tiveram suas falas silenciadas (Foucault, 1996, p.45).

Para Oliveira e Paula (2014), as organizações adotam intensa produção discursiva em políticas e práticas, além de (re)configurarem as estruturas sociais que constituem e que são por elas constituídas, posicionando-se na sociedade por meio de estratégias discursivas. O discurso é algo que está intrinsecamente conectado ao poder. Isso porque, para Foucault (1999, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque e pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.

Essa virada para a sustentabilidade vem sendo aplicada também às atividades científicas, sociais e/ou econômicas ligadas ao oceano e ambiente costeiro, no que vem sendo chamada de Economia Azul.

Em nossa pesquisa foi possível identificar algumas organizações (quadro 3) que elencam a economia azul em seus discursos, para comunicar suas respectivas atividades, bem como a sua razão de existir. Nesse enfoque, segundo Foucault (2020 p.93), um discurso pode ser entendido como “um fenômeno linguístico mais amplo e profundo do que a mera agregação de proposições”, pois os enunciados demonstram que as relações que constituem os objetos são estabelecidas pelo tangenciamento de diferentes sistemas, como as instituições, processos

econômicos, formas de comportamentos, técnicas, etc. Essa complexidade demonstra a dificuldade de definir um objeto, uma vez que isso depende de uma conjuntura social e histórica, a partir da qual não se busca um solo originário dos objetos discursivos, “mas que se desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão” (Foucault, 2020 p.85). Tais relações não são internas ao discurso, elas estão no limite dele e oferecem os objetos de que se pode falar, o que demonstra o estatuto social da formação dos objetos.

Trata-se de um encadeamento essencialmente político de enunciados, cujos saberes expressos são sempre conduzidos socialmente, por uma operação de poder. Por esse ângulo, saber e poder coexistem e são constituídos por relações mútuas, pois “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (Foucault, 2012, p. 28).

Assim, ao analisar um discurso, segundo Foucault (2012), devemos considerar a interdependência e a inter-relação entre verdade, saber e poder. Nesse caso, poder não está associado a algo negativo ou repressor e não se reduz a uma força que diz não, mas como “força produtiva” que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 2012, p. 45). Pois será sob esta ótica que nos dedicaremos.

Nesta perspectiva, selecionamos sete instituições representativas dos setores relacionados à pesquisa e inovação na economia azul, que atuam no incentivo a práticas sustentáveis nos setores ligados ao oceano, ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao oceano, para a promoção de objetivos relacionados ao oceano na Agenda 2030, ao envolvimento em questões de conservação e uso sustentável dos recursos marinhos, à representação de empresas e indústrias no setor oceânico, à promoção da economia azul sustentável e a colaboração entre setores empresariais, ao desenvolvimento econômico dos países por meio do uso sustentável dos recursos marinhos, ao enfoque em comunidades costeiras e oceânicas, promoção ativa da economia azul sustentável por meio de relatórios, iniciativas e parcerias público-privadas, na promoção de práticas sustentáveis na pesca e aquicultura e na certificação e padrões para garantir a sustentabilidade nessas indústrias, como o MSC e o ASC.

Após selecionadas, agregamos no Quadro 6 as instituições e iniciativas a fim de contribuir com a discussão desta temática e os respectivos posicionamentos adotados em seus meios de divulgação e comunicação com seus públicos.

Quadro 6 - Discursos sobre a Economia Azul

<p>Comissão Europeia: A União Europeia (UE) tem sido um grande defensor da economia azul. Através do seu programa Horizon 2020 e outras iniciativas, a UE promove a pesquisa e a inovação na economia azul, incentivando práticas sustentáveis e o desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao oceano.</p>
<p>Organização das Nações Unidas (ONU): A ONU, por meio de sua Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, inclui objetivos específicos relacionados ao oceano, como o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14) - "Vida na Água". Este ODS promove a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos.</p>
<p>World Ocean Council (Conselho Mundial do Oceano): Uma organização internacional composta por empresas e indústrias que operam no setor oceânico. O World Ocean Council promove a economia azul sustentável e a colaboração entre setores empresariais.</p>
<p>Blue Growth Initiative (Iniciativa Crescimento Azul): Esta é uma iniciativa global liderada pelo Banco Mundial, que promove o desenvolvimento econômico dos países por meio do uso sustentável dos recursos marinhos, com ênfase em comunidades costeiras e oceânicas.</p>
<p>Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): O PNUMA desempenha um papel ativo na promoção da economia azul sustentável, por meio de relatórios, iniciativas e parcerias com governos e organizações.</p>
<p>Fórum Econômico Mundial: O WEF frequentemente aborda questões relacionadas à economia azul em suas reuniões anuais e publica relatórios sobre o assunto. A organização também promove parcerias público-privadas para promover práticas sustentáveis na economia azul.</p>
<p>Organizações de Pesca Sustentável: Diversas organizações e iniciativas, como o <i>Marine Stewardship Council (MSC)</i> e o <i>Aquaculture Stewardship Council (ASC)</i>, trabalham para promover a pesca e a aquicultura sustentáveis, aspectos-chave da economia azul.</p>

Fonte: A autora.

Mais do que o discurso sobre a "economia azul", encontramos uma ênfase sobre o desenvolvimento econômico sustentável relacionado aos recursos marinhos e à “exploração” responsável do oceano. Várias organizações e iniciativas em todo o mundo promovem esse conceito. O discurso, nesse aspecto, é caracterizado por ser coextensivo ao corpo social e por estar em todas as partes da sociedade e em todos os tipos de relação. O discurso sobre a "economia azul" enfatiza o desenvolvimento econômico sustentável relacionado aos recursos marinhos e à exploração responsável do oceano.

Várias organizações e iniciativas em todo o mundo promovem esse conceito. A palavra exploração causa estranheza, pois ninguém gostaria de ser explorado. No uso desta palavra nas próprias definições publicizadas pelas variadas organizações elencadas no quadro 5 - que,

interagem com o Oceano -, encontramos desdobramentos e ressignificações propícias para nosso exercício analítico apresentado mais adiante no Capítulo 7.

Compreendemos que para comunicar de forma eficaz com seus *stakeholders* sobre a dimensão social, as organizações devem adotar algumas estratégias comunicativas, tais como: devem ser transparentes em relação ao desempenho social, divulgando dados e indicadores relevantes. Precisam promover engajamento na definição de objetivos sociais e desenvolvimento de ações de impacto social. Comunicar suas atividades sociais e seus impactos positivos e negativos, nestes casos, quais são as medidas tomadas para modificar a situação, de forma clara e, utilizando linguagem acessível em canais adequados para cada público. E ao final, é desejável monitorar e avaliar continuamente seu desempenho social, e comunicar os resultados aos seus *stakeholders* para demonstrar seu compromisso com a melhoria contínua. Parece simples, mas não é. Parece o mundo de Alice, mas também não é.

A dimensão social dos princípios ESG refere-se à forma como a empresa lida com questões relacionadas à responsabilidade social, incluindo a gestão de riscos sociais, as relações com os *stakeholders* e o impacto social da organização, especialmente no seu entorno. Para avaliar a dimensão social nas organizações, os investidores ESG utilizam uma variedade de indicadores, tais como na temática dos Direitos Humanos, avaliação da empresa em relação aos direitos humanos e a prevenção de abusos em sua cadeia de fornecimento; Diversidade e Inclusão: avaliação da empresa em relação à diversidade de sua equipe e inclusão de grupos historicamente marginalizados; Relações com Funcionários: avaliação da empresa em relação ao respeito aos direitos trabalhistas, saúde e segurança dos funcionários; Impacto Social: avaliação da empresa em relação ao impacto positivo que suas atividades geram na sociedade e na comunidade local.

Muitas dessas organizações têm suas operações e processos produtivos desenvolvidos em algum tipo de relação com o oceano e nesses casos suas operações incidem em relações, quase sempre conflituosas, com uma rede de atores sociais impactados tanto positiva quanto negativamente.

Uma delas é a energia eólica, que vem ganhando cada vez mais território em solos brasileiros, e que, diversos movimentos têm demonstrado violações de direitos humanos e impactos socioambientais na instalação dessa tecnologia, principalmente no Brasil (Rangel, 2019); (Goraybe, 2019).

4.3 AGINDO CERTO PELA MOTIVAÇÃO ERRADA

Muitas organizações¹⁸ estão investindo e empreendendo em tecnologias verdes e sociais, bem como na economia azul, demonstrando que a busca pelo lucro pode ser compatível com a criação de um mundo melhor.

Para a comunicação organizacional, essas e outras transformações vêm sendo destacadas e descritas por muitos pesquisadores (Castells, 2003); (Sodré, 2014); (Kunsch, 2009), e, em sua maioria, girando em torno do papel central que a comunicação vem assumindo nas relações sociais e nas atividades organizativas e econômicas, principalmente na medida em que as plataformas digitais possibilitam a participação ativa dos usuários em rede, rompendo com a lógica linear clássica do processo comunicativo emissor-mensagem-receptor (Saad, 2015); (Thompson, 2018).

O principal veículo para a transmissão de ideologia nas sociedades modernas é a comunicação, embora não seja o único. A ideologia, compreendida como o significado de poder, permeia diversos contextos da comunicação na vida cotidiana, como afirma Thompson:

O fator principal na transmissão de ideologia nas sociedades modernas é a comunicação, mas não é, de forma alguma, a única. É importante ressaltar que a ideologia – entendida de forma ampla como o significado de poder – opera em diversos contextos da vida cotidiana, desde conversas cotidianas entre amigos até declarações ministeriais em espaços televisivos (Thompson, 2011, p.31).

Para as organizações, os índices de sustentabilidade são construídos para comunicar a investidores institucionais e de varejo a importância das responsabilidades ambiental e social, bem como da governança corporativa no gerenciamento diário. Essa perspectiva vai além dos resultados econômicos, abrangendo aspectos intangíveis, mas factuais.

Um estudo de 2019 da Accenture Strategy revelou que 83% dos 8.000 consumidores entrevistados no Canadá, França, Alemanha, Itália, Espanha, Suécia, Reino Unido e EUA, preferem comprar de marcas alinhadas com seus valores de vida (Accenture, 2019, p.6). Esse dado ressalta a preferência por marcas transparentes e que se posicionam em relação a questões sociais e ambientais. A pesquisa também indicou que 79% dos consumidores desejam que as empresas tomem partido em assuntos relevantes, como meio ambiente e cultura. A origem dos produtos, as condições de trabalho e a questão dos testes em animais são fatores importantes

¹⁸ Adota-se, a conceituação de Kunsch (2003, p.27), segundo a qual as organizações constituem aglomerados humanos planejados conscientemente, que passam por um processo de mudanças, se constroem e reconstróem sem cessar e visam obter determinados resultados e “que permeiam as mais diversas modalidades no âmbito dos setores público, privado e o chamado terceiro setor.” (Kunsch, 2003, p. 19).

para 87% dos entrevistados, enquanto 65% afirmaram ter deixado de comprar produtos de uma marca que "traiu suas crenças".

No entanto, em um mercado competitivo e muitas vezes mercantilista, práticas como o *Greenwashing*, que cria uma falsa aparência de sustentabilidade, ainda persistem. A comunicação desempenha um papel fundamental na promoção de estratégias éticas e valores morais, conectando os diversos atores do sistema e incentivando a implementação efetiva de soluções climáticas. A comunicação ética é crucial para estabelecer trocas de conhecimento e promover ações compartilhadas, acelerando positivamente a adoção de práticas sustentáveis.

Para “ocupar” esse lugar comunicativo, no combate ao *Greenwashing*, ações planejadas de ativismo ambiental em todo o mundo que contam com ampla participação social e sólidas estratégias comunicativas, geram dados para combater a poluição plástica, por exemplo, e tem se mostrado eficiente.

Um exemplo marcante é a abordagem da Coca-Cola. Apesar de investir bilhões para construir uma narrativa de mitigação ambiental, o relatório global do *Break Free From Plastic* a coloca como a principal contribuinte para a poluição plástica desde 2018. A empresa, inclusive, patrocinou a 27ª Conferência do Clima da ONU (COP27) em 2022, sendo considerado um caso de *Greenwashing* pela coordenadora da *Break Free From Plastic*, Emma Priestland, e denunciado como "incompatível" com a luta contra as mudanças climáticas. Esses casos destacam a importância das estratégias comunicativas na promoção da transparência e responsabilidade ambiental.

"É uma operação de '*greenwashing*'", denuncia a coordenadora da *Break Free From Plastic*, Emma Priestland, ao jornal *Le Monde* (Mandard, 2022). Outras recomendações importantes são elencadas no relatório como:

A poluição plástica é uma crise causada pela produção de plástico e deve ser tratada por meio da redução da produção. Todos os anos, exatamente as mesmas empresas de bens de consumo de rápida movimentação dominam a lista, sendo que a *The Coca-Cola Company* é claramente a maior poluidora por uma margem significativa em todos os cinco anos. Após anos de lavagem verde e falsas soluções, as empresas demonstraram que não se pode confiar nelas para promover mudanças sistêmicas por meio de compromissos voluntários.

Ao lado da Coca Cola, em anos anteriores e em 2021, estão *Pepsico*, na segunda posição, seguida por Unilever, Nestlé e Procter & Gamble. Pelo quinto ano consecutivo, a *Break Free*

From Plastic identificou as principais empresas poluidoras de plástico do mundo e destaca em seu quinto relatório anual¹⁹ que:

Graças a 14.760 voluntários em 44 países, foram realizadas 397 auditorias de marcas em seis continentes em 2022. Uma auditoria de marca é uma iniciativa participativa em que cientistas cidadãos contam e documentam as marcas encontradas em resíduos plásticos para ajudar a identificar as empresas responsáveis pela poluição plástica. No total, 429.994 peças de plásticos foram coletadas e analisadas para identificar as empresas que poluem a maioria dos lugares com mais resíduos plásticos. Os participantes documentaram marcas de 4.645 empresas controladoras este ano. Nossa análise revelou que as principais empresas poluidoras de plástico de 2022 como: The Coca-Cola Company, PepsiCo, Nestlé, Mondelēz International, Unilever, Procter & Gamble, Mars, Inc., Philip Morris International, Danone e Colgate-Palmolive (Break Free From Plastic, 2022, p.2, tradução nossa).

Nesse cenário, surge um intrincado conjunto de estratégias de influência, desafiando éticas e operando na fronteira entre segredo e visibilidade. O que entra em jogo, nesse caso, é a criação de um complexo emaranhado de estratégias de influência que, desafiando entendimentos éticos e atuando no limiar entre segredo e visibilidade, entrelaçam inúmeras agências de Relações Públicas, corporações, *think tanks*, *front groups*, agentes políticos, cientistas, jornalistas e personalidades mediáticas.

Trata-se de um poder simbólico (Bourdieu, 1998), resultante da instituição de diferentes sujeitos (organizações, conselhos, ativistas, meios de comunicação) na sociedade, que tende a ser reforçado pela habilidade das organizações em ofertar imagens positivas de si, seja encenando, persuadindo, propagando ideias, enfim, lançando luzes sobre aspectos de sua identidade (nem sempre tão palpável) que, de alguma forma, podem gerar sentidos de sustentabilidade. Uma disputa entre diferentes concepções de sociedade e de relações ser humano-natureza, concretas ou imaginadas, bem como das práticas sociais e ambientais a elas associadas e por elas legitimadas (Lima, 2003); (Dryzek, 2005).

Edgar Morin aborda a questão da sustentabilidade em seu trabalho por meio de uma perspectiva complexa e interdisciplinar. Ele não oferece uma definição simples de sustentabilidade, mas sua visão abrange uma compreensão profunda das complexidades envolvidas na busca pela sustentabilidade que envolve a interconexão entre sistemas naturais, sociais e culturais, a justiça social, a visão a longo prazo e uma compreensão profunda da complexidade do mundo em que vivemos.

¹⁹ Disponível em <https://brandaudit.breakfreefromplastic.org/wp-content/uploads/2022/11/BRANDED-brand-audit-report-2022.pdf>. Acesso em 20 jan. de 2024.

Sua abordagem destaca a necessidade de uma transformação cultural e uma mudança de paradigma para alcançar a sustentabilidade real e duradoura. Morin enfatiza que a sustentabilidade é um conceito que vai além de uma mera preocupação ambiental, como destacamos a seguir:

A sustentabilidade envolve não apenas a preservação do ambiente, mas também a preservação de uma sociedade justa, inclusiva e equitativa. Portanto, a sustentabilidade abrange aspectos ambientais, sociais e econômicos e a importância de uma abordagem holística, que compreende que todos esses sistemas estão interligados e que qualquer ação em um deles pode afetar os outros (Morin, 2015, p.37).

Nesse contexto de disputas narrativas, é crucial que as organizações entendam como seu sucesso está intrinsecamente ligado aos capitais natural, social e humano. Essa compreensão permite que tomem decisões que agreguem valor a todos esses capitais; caso contrário, estarão sujeitas a riscos de fracasso econômico e reputacional. No Brasil, diversos conflitos envolvem disputas por terras entre famílias e povos indígenas, resultando em homicídios e frequentes denúncias de infrações ambientais cometidas por empresas do agronegócio e mineração. Exemplos dessas catástrofes ambientais incluem o rompimento da barragem da Samarco em Rio Doce, Minas Gerais, a contaminação do Rio Pará em Barcarena, e o rompimento de minerodutos da Anglo American em Minas Gerais. De acordo com o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil²⁰, até agosto de 2023, havia 636 conflitos socioambientais registrados no país, a maioria decorrente de disputas fundiárias e contaminação de rios e mananciais hídricos.

Em 2022, os conflitos pela água atingiram mais de 44 mil famílias nas cinco regiões do Brasil, segundo o mapa de conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No que tange às populações acometidas por esses conflitos, 33% atingem agricultores familiares e 28% indígenas e que 22% desses conflitos impactam comunidades quilombolas. A especulação imobiliária na zona costeira tem sido responsável pela expulsão da terra e pela desarticulação cultural dessas populações, bem como pela destruição de importantes áreas naturais.

²⁰ Esta ferramenta foi criada por uma equipe técnica do ICICT/Fiocruz especializada no georreferenciamento de informações sobre saúde, utilizando-se do GoogleEarth como plataforma auxiliar de localização espacial dos territórios onde os casos estão inseridos. As fontes de informação privilegiadas e sistematizadas nos casos apresentados seguem orientação científica e provém, do acúmulo da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), incluindo a experiência de suas entidades, suas discussões e seus Grupos de Trabalho. Dentre eles destacamos o GT Químicos e o GT Racismo Ambiental, sendo deste último o levantamento inicial, baseado no Mapa do Racismo Ambiental no Brasil. Parcela dos documentos que circulam na RBJA e seus GTs encontram-se disponibilizadas no Banco Temático, ferramenta construída pela Fiocruz e Fase acessível na internet que permite a busca e consulta de documentos.
https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?populacao_tax=0&atv_gerad_tax=0&dano_tax=0&impacto_tax=0&uf_tax=0&q. Acesso em 20 jan. de 2024.

Ao escrever esta tese, não foram poucos os exemplos que presenciamos na mídia e que dizem respeito à manipulação da opinião pública, em sua maioria, por meio da comunicação de massa, promovidos por grandes corporações e em nome do progresso. Uma história trágica capaz de ilustrar essa contextualização, trata-se do ocorrido em Maceió, que tem como protagonista do maior crime ambiental urbano, a Braskem, responsável pela extração de sal-gema na capital Alagoana e que desabrigou mais de 60 mil pessoas desde 2018.

No que diz respeito à transição de energia fóssil para renovável, a energia eólica, embora seja uma fonte renovável e limpa de energia elétrica, pode gerar impactos socioeconômicos e ambientais negativos. A infraestrutura de um parque eólico afeta as aves migratórias e os morcegos, mamíferos que voam durante a noite e que possuem um sistema de ecolocalização chamado de sonar. Tanto os pássaros, quanto os morcegos se chocam com as hélices, e a colisão ocasiona a morte desses animais. Assim sendo, existe um impacto negativo sobre parte da fauna local, o que resulta em desequilíbrio ambiental.

A perda dessa biodiversidade pode afetar negativamente o setor econômico, visto que os animais podem auxiliar no controle de pragas das plantações das áreas por onde percorrem. Os impactos ambientais negativos são, principalmente, a perda de biodiversidade, o desmatamento e o desequilíbrio ecossistêmico com a supressão de habitats.

Os impactos sociais negativos estão relacionados ao ruído das hélices das torres eólicas, que afetam o bem-estar e a saúde das pessoas, e também aos conflitos pela terra e a alteração no modo de vida da população local. Os impactos econômicos versam tanto sobre as atividades econômicas anteriormente realizadas na área onde o novo empreendimento será instalado quanto nos elevados custos para a sua implementação. Identificam-se esses problemas nos parques eólicos já instalados e em processo de instalação no Brasil, principalmente na região Nordeste do país.

Conforme entrevista divulgada pela Agência Jovem de Notícias (AJN)²¹, em seu website, com o biólogo, professor e especialista em geociências da Universidade Federal do Ceará, Marcelo Soares, a implantação de eólicas *off-shore* pode impactar o ambiente marinho e costeiro de diversas maneiras, tais como:

Durante a construção das eólicas *off-shore*, por exemplo, existe a possibilidade do aumento de turbidez nas águas e impactos em ecossistemas marinhos importantes, como os bancos de algas calcárias e recifes, que são muito utilizados para a pesca. Além disso, a rápida propagação do som na construção e alteração das usinas *off-shore* nas águas pode impactar organismos como mamíferos, tartarugas e aves migratórias (Viração, 2023).

²¹ Agência Jovem de Notícias (AJN) é um portal de notícias feito por e para adolescentes e jovens do Brasil e do mundo, criado e gerenciado pela Viração Educomunicação.

A produção de energia eólica é alvo de protestos de pequenas comunidades por parte do litoral do Nordeste brasileiro, especialmente no Ceará e Rio Grande do Norte. Os impactos ambientais e sociais ocasionados pela implantação destes empreendimentos não são levados em conta quando se afirma ser uma energia limpa. Um caso concreto é o da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual de Ponta do Tubarão, que vem sofrendo com a instalação de dois grandes parques eólicos em seu entorno e em parte de sua área.

A população da reserva, composta basicamente por pescadores artesanais e agricultores familiares, teve seu modo de vida alterado e dificultado pelas obras das usinas. O acesso dos pescadores à praia está comprometido pelos muros das usinas, e a paisagem foi severamente alterada com aterramento de dunas e desmatamentos. O governo do Estado apoia amplamente a instalação dos empreendimentos. Além disso, os documentos que regulamentam as formas de uso e ocupação do solo e de manejo da reserva, dez anos depois de sua criação, ainda não foram elaborados.

Já se sabe que o esforço para alcançar a transição de energias renováveis causam hoje, no Brasil, disputas de terra, especialmente no Nordeste. Segundo Porto, Pacheco e Leroy (2013, p.133), “um fenômeno estrutural faz aumentar o número e a gravidade dos conflitos ambientais em todo o mundo, principalmente no 'sul global' exportador de commodities”. Os autores, a partir de um meticuloso estudo, evidenciam ainda que:

Isso ocorre em razão da explosão dos monocultivos com seus agrotóxicos, da extração de recursos naturais, do transporte de materiais e da produção de rejeitos. Assim, sofrem as populações pobres, indígenas, quilombolas e tantas outras, que perdem seu sustento e sua saúde, e, por isso, mobilizam-se e protestam. Até mesmo a esquerda política mostra-se cada vez menos empenhada em reconhecer a ecologia popular e o movimento global por justiça ambiental. Enquanto isso, o comércio injusto e insustentável continua a gerar inúmeros problemas ambientais, de saúde e violação dos direitos fundamentais (Porto, Pacheco e Leroy, 2013, p. 133).

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), em uma nota de repúdio intitulada "O crime da Vale: a desigual repartição entre lucros e perdas na mineração brasileira", publicada em sua homepage em 2019, aborda as catástrofes humanas e ambientais resultantes do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale em Brumadinho/MG. A RBJA denuncia que esses crimes são, em grande parte, motivados pelos interesses econômicos das empresas, que negligenciam medidas de segurança com o consentimento de autoridades estaduais e federais, as quais delegam às próprias empresas a responsabilidade de se autoavaliarem e se monitorarem. Conflitos como esses afetam fortemente os recursos hídricos, gerando perdas incalculáveis, segundo a RBJA:

Desastres relacionados ao rompimento de barragens, como os ocorridos em Brumadinho e Mariana, sob a leniência criminoso do governo de Minas, têm sido recorrentes: as atividades realizadas pelas mineradoras Rio Pomba Cataguases (Mirai/MG, 2007), Companhia Siderúrgica Nacional (Congonhas/MG, 2008), Herculano Mineração (Itabirito/MG, 2014), Hydro Alunorte (Barcarena/PA, 2018) também resultaram em desastres semelhantes. Eles evidenciam um setor cuja cadeia de produção exige a apropriação de vastos territórios, terras, florestas e **águas**, contamina o meio ambiente, provoca degradação social e mortes. Um setor que responde a um modelo voltado para a exportação primária de recursos que escoam, sem nenhum tipo de beneficiamento, para o mercado internacional. Enquanto exportamos toneladas de minérios brutos condenamos as gerações presentes e futuras a conviverem com a escassez mineral e com os danos ambientais decorrentes (RBJA, 2019, online)

Ainda sobre os inúmeros conflitos socioambientais, a especulação imobiliária tem sido responsável pela expulsão da terra e pela desarticulação cultural de populações, bem como pela destruição de importantes áreas naturais. O desenvolvimento do turismo, consubstanciado na edificação de hotéis, em habitações de veraneio (segunda residência), parques balneários, condomínios de luxo e visitas em desconformidade com a capacidade de suporte dos ambientes naturais, tem contribuído para a destruição dos ecossistemas costeiros e para a sua descaracterização paisagística.

O consumo consciente, promovido por políticas ambientais internacionais, incluindo a Agenda 2030, e disseminado pela sociedade por meio de vários canais, é central para essa abordagem. No que demanda às ações dos responsáveis pela comunicação e Relações Públicas nas organizações, isso requer buscar processos de governança colaborativa com altos níveis de criatividade, compromisso, conformidade e customização (Deetz, 2009), em um movimento para a responsabilidade compartilhada. Agora é o momento de redefinir conceitos e posturas, estabelecendo uma nova ordem que abranja a complexidade do mundo em que vivemos.



Fonte: Henry Fila

CAPÍTULO 5

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL SUSTENTÁVEL: AVANÇOS RESPONSÁVEIS EM UM CONTEXTO GLOBAL PARA O OCEANO.

*“No descomeço era o verbo. Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto
a cor dos passarinhos”.*

Manoel de Barros

5. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA O OCEANO

Neste capítulo, aprofundamos a análise da comunicação organizacional na interseção entre o oceano e as complexidades ambientais, econômicas e sociais que a permeiam. Exploramos a interconexão desses elementos e as práticas da comunicação e educação para a literacia oceânica (*ocean literacy*), como possibilidades para difundir a circularidade e a cultura oceânica. Por fim, enfatizamos a imperatividade da comunicação para a prevenção de riscos orientada pela ética, alinhando-se aos princípios do Pacto Global, respondendo ao chamado da década do oceano.

5.1 O MUNDO MUDOU, E AGORA?

Nas civilizações primitivas, a cultura e a língua foram elaboradas a partir da interação do homem com o meio ambiente. A evolução da comunicação ao longo da história é um fenômeno intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da sociedade e às transformações culturais. Desde as civilizações primitivas até os dias atuais, o modo como os seres humanos interagem, compartilham informações e constroem significados passou por uma jornada complexa e multifacetada.

Ao explorarmos essa trajetória, percebemos a influência de diversas correntes de pensamento, desde a ênfase na retórica e nas palavras na Grécia Antiga, até os desafios contemporâneos de comunicação entre culturas distintas. O século XIX, com a Revolução Industrial (1780-1840), trouxe mudanças radicais nos processos de produção, levando ao desenvolvimento de máquinas, ferrovias e fábricas. Isso impulsionou o crescimento econômico e transformou a sociedade de uma base agrária para uma mais industrializada, marcando avanços significativos na ciência e tecnologia, incluindo a teoria evolucionária de Charles Darwin, a descoberta das leis da termodinâmica e a invenção de tecnologias como a fotografia e o telégrafo.

O século XX (1901-2000), por sua vez, foi marcado por avanços extraordinários em ciência e tecnologia, incluindo a revolução da computação, a descoberta da estrutura do DNA, a exploração espacial e o desenvolvimento de medicamentos e vacinas. Destaque para a revolução dos meios de comunicação que provocou transformações profundas nas dinâmicas sociais e políticas. As disparidades socioeconômicas foram exacerbadas, resultando no surgimento de movimentos sindicais e reconfigurando o cenário do capitalismo. O aumento das diferenças entre a alta burguesia e o proletariado fortaleceu o capitalismo e deu origem aos primeiros movimentos sindicais como parte das consequências do Pós-Guerra. O sistema

capitalista, como força econômica predominante, intensificou as desigualdades sociais entre a classe trabalhadora (proletariado) e a classe detentora dos meios de produção (alta burguesia).

Jürgen Habermas, no final da década de 1980, descreve este cenário global como alarmante, destacando ameaças aos interesses da vida, como a espiral armamentista, a disseminação descontrolada de armas nucleares, o empobrecimento estrutural de países em desenvolvimento, desemprego e desequilíbrios sociais nos desenvolvidos, além de questões ambientais e tecnologias à beira do desastre. “A perplexidade dos intelectuais, semelhante à dos políticos, reflete a busca por orientações para o futuro diante de uma situação objetivamente ininteligível. Essa imperspicuidade é, ao mesmo tempo, uma expressão da confiança da cultura ocidental em sua capacidade de ação” (Habermas, 1984, p.104).

Convém lembrar que a Europa, neste período - final da década de 1980 -, passava por modificações político-econômicas cujos efeitos refletiam-se na sociedade. No Brasil, soltavam-se as correntes do militarismo e cresciam os movimentos populares pela democracia. No que tange a questão ambiental, os efeitos catastróficos relacionados a acidentes envolvendo energia nuclear, sem contar com o processo de industrialização que causava sérias degradações ecológicas. Foi diante desse panorama desigual que emergiram movimentos sindicais, que buscavam melhorias nas condições de trabalho, salários justos e direitos laborais. A organização coletiva dos trabalhadores refletia a determinação de enfrentar as desigualdades estruturais e pleitear melhorias em suas condições de vida.

A citação de Habermas ressoa nos tempos atuais, destacando a urgência de uma reflexão crítica e a busca por orientações que considerem a complexidade e interconexão dos desafios globais. A confiança na capacidade de ação da cultura ocidental ainda persiste, mas a necessidade de uma abordagem colaborativa e orientada para o futuro é evidente. A comunicação desempenhou um papel fundamental na disseminação de informações sobre essas questões, moldando a percepção pública e possibilitando a organização dos movimentos sindicais. Segundo Beck (1995, p.12), a sociedade de risco origina-se da sociedade industrial.

O final do século XX foi marcado pela globalização, conectando o mundo de maneiras sem precedentes em termos de comércio, comunicação e intercâmbio cultural. A Revolução Digital, com o advento da internet e da computação pessoal, catalisou mudanças significativas na sociedade e na economia. O tipo de sociedade existente no final do século XX inaugura outra fase histórica da humanidade, na qual finalmente se reconhece que a mesma tecnologia que gera benefícios ao ser humano é também responsável por provocar inesperadas e indesejadas consequências. E assim, reforçando sua teoria sobre a sociedade de risco, Beck constata:

Uma parte dos riscos contemporâneos escaparam do controle do sistema convencional das instituições da era industrial. O Estado-nação não consegue mais regular os riscos de alta complexidade, principalmente, aqueles que têm uma espacialidade e uma temporalidade que vão além das fronteiras geopolíticas nacionais (Beck, 1995, p. 210).

A característica principal da sociedade de riscos é que as inovações tecnológicas e organizacionais da sociedade moderna também acarretam efeitos colaterais negativos, cada vez mais complexos, imprevisíveis e, alguns deles, incontroláveis. Assim, a compreensão dos riscos contemporâneos requer uma abordagem mais global e colaborativa, reconhecendo a interconexão das questões que ultrapassam as fronteiras nacionais. A mídia, as redes de comunicação e as práticas discursivas desempenharam um papel crucial na formação de narrativas em torno das desigualdades, conflitos de classe e demandas dos trabalhadores.

Essas mudanças refletiram não apenas avanços tecnológicos (Giddens, 2002, p.681), mas também as complexidades das relações humanas em uma era marcada por informações onipresentes, demonstrando a força dos dispositivos de informação, marcado sobretudo pelas mudanças históricas, as quais afetaram drasticamente o comportamento político-social do nosso tempo.

O contexto do Antropoceno, sobre qual nos debruçamos no terceiro capítulo, conseqüentemente, é marcado por desigualdades socioeconômicas significativas, já que enquanto alguns têm acesso a recursos e oportunidades, outros sofrem os impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental de forma desproporcional. Esse cenário desafia as fronteiras tradicionais entre natureza e cultura, bem como entre as disciplinas das ciências naturais e sociais. O desafio é repensar as relações entre seres humanos e meio ambiente, superando as divisões convencionais e buscando abordagens integradas para enfrentar os complexos desafios da era atual.

A história da ciência, afirmou Bachelard (1996), consistiu na formação e no estabelecimento de obstáculos epistemológicos e, depois, na destruição desses obstáculos. Este último estágio é uma ruptura epistemológica, na qual um obstáculo inconsciente ao pensamento científico é completamente rompido ou quebrado.

O Antropoceno pede uma reconsideração profunda das noções do humano, contrato social, natureza, história e sociedade. A concepção tradicional de um mundo natural inerte está “desmoronando, exigindo uma reavaliação das ideias sobre autonomia, agência e liberdade humanas que sustentaram a modernidade por séculos” (Veiga, 2023, p.89). Importante considerar que a reflexão coloque em marcha o que sucedeu esta era geológica que nos colocamos. Concordamos com Veiga quando questiona:

Haverá um estado Antropoceno permanente do planeta, com humanos dirigindo e projetando tudo? Ou uma época em que as atividades humanas e a Terra alcançariam um novo equilíbrio, de modo que os humanos não mais fossem os principais agentes de mudança? Ou mesmo uma época em que os humanos simplesmente não estariam mais presentes? Alcançar vida digna para todos os humanos, em uma Terra finita e desorganizada, tornou-se a questão principal de nosso tempo. Isto constituirá uma nova condição humana (Veiga, 2023, p.89).

Há uma crescente conscientização sobre os problemas ambientais do Antropoceno e uma pressão crescente sobre governos, organizações e instituições para adotar práticas mais sustentáveis, mas sobretudo mais ética. A necessidade de interdisciplinaridade vai além de simples apelos, envolvendo a compreensão de objetos híbridos socioecológicos, revelando a complexidade das relações entre as atividades humanas e o ambiente.

Reconhecemos que as disciplinas da comunicação usufruem da interdisciplinaridade que é própria desse campo, e essas imbricações eventualmente moldam o que as distingue entre si, suas peculiaridades. Uma vez que o fenômeno comunicacional e suas implicações sobre a vida social perpassam diferentes disciplinas (da comunicação ou não), é complexo pensar em como, quando e onde cada uma delas participa e contribui para o todo.

Compreendemos que, ao tratar de interdisciplinaridade, a comunicação é o pilar propulsor e conseqüentemente estratégico para alavancar os processos de mudanças necessárias no Antropoceno. Assim, Jensen, enfatiza que a pesquisa no campo da comunicação produz informações que permitem planejamento, coordenação e controle em âmbitos variados:

(...) As rápidas transformações das práticas comunicativas na sociedade do século XX e o vantajoso sucesso das tradições de pesquisas individuais que os explicam, levaram o campo a se tornar cada vez mais interdisciplinar, observando a comunicação por meio de diferentes perspectivas das ciências humanas, sociais e, em certo grau, das ciências naturais (Jensen, 2008, p.127).

Em “A ciência do comum – notas para o método comunicacional”, Muniz Sodré (2014), um dos grandes pensadores contemporâneos da comunicação no Brasil, admite uma nova forma de socializar em um novo ecossistema existencial, em que a comunicação se posiciona de maneira instantânea, simultânea e global, e que desloca os sujeitos e os objetos de seus lugares. O autor reforça a importância da comunicação e enfatiza que “no necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa” (Sodré, 2014, p.78), deslocando os sujeitos e os objetos de seus lugares tradicionais, desestabilizando as interações humanas e demandando formas novas de inteligibilidade. Muniz Sodré, inicialmente, foge do paradigma funcionalista pelo projeto da interdisciplinaridade.

As inovações digitais em rápida evolução influenciam todos os setores da sociedade. Com o surgimento da Inteligência Artificial (IA), *Blockchain*, Internet das Coisas e Big Data,

estamos desbloqueando novas maneiras de compreender nossas cadeias de valor, o que nos permite abordar e comunicar as pressões, os pontos críticos e os impactos, em termos de questões ambientais, sociais e econômicas.

A sociologia está passando por uma transformação em resposta a mudanças importantes nas mídias e infraestruturas sociais. Comunicação e informação têm sido fontes fundamentais de poder e contrapoder, de dominação e mudança social ao longo da história. Isto acontece porque a batalha fundamental que ocorre na sociedade é a batalha sobre as mentes das pessoas. A forma como as pessoas pensam determina o destino das normas e os valores sobre os quais a sociedade se baseia (Castells, 2003 p.7)

A transformação no pensamento sociológico e a relação a respeito de mudanças importantes nas mídias e nas infraestruturas sociais propõem entender como o social é construído em uma época de profunda mediatização, quando os próprios elementos básicos a partir dos quais um sentido do social é construído se tornam processos tecnológicos de mediação (Latour, 1994); (Durkheim, 2002). Muito se tem discutido sobre o embotamento dos sentidos (Couldry; Hepp, 2017, p.47) e a perda da sensibilidade como um fenômeno consequente da mediatização. Sem dúvida, o bombardeio de imagens e sons a que o indivíduo está exposto no mundo contemporâneo contribui muito para isso.

A interação com diferentes disciplinas proporciona uma abordagem holística aos estudos em Comunicação, permitindo uma compreensão mais completa e integrada dos fenômenos comunicativos, considerando não apenas os aspectos tradicionais da transmissão de mensagens, mas também suas implicações sociais, culturais, psicológicas, entre outras. A conexão com campos como Ciência da Informação, Engenharias e Cibernética é importante para acompanhar e compreender as inovações tecnológicas que continuam a moldar a comunicação contemporânea.

Essa interseção facilita a adaptação a novas tecnologias e a compreensão de seu impacto na sociedade. Notadamente, os pesquisadores da área de comunicação, ainda sobre a influência do digital para a pesquisa, chamam atenção para a interdisciplinaridade necessário aos estudos em comunicação, devido à alta complexidade:

Marcadamente, a partir da instalação da World Wide Web (a rede mundial de computadores comercial, de interface gráfica tal como a conhecemos hoje) nos primórdios dos anos 1990 e as contínuas (re)evoluções desde então, assistimos a uma gradativa dissolução de fronteiras entre o conjunto de paradigmas-teorias-modelos-metodologias vinculados à delimitação da Comunicação como campo de estudo da transmissão de mensagens por meio de dispositivos de mídia; e a busca de referenciais e correlações em outros campos científicos das próprias Ciências Sociais – a exemplo da Sociologia, da Antropologia, ampliando para a Psicologia, a Economia, as Ciência da

Informação, o Design e a Arquitetura e dialogando com a Geografia, a Cibernética, a Matemática e até mesmo as Engenharias (Saad, 2015, p. 3).

O poder que a comunicação, em suas mais variadas vertentes e tipologias, bem como os meios massivos tradicionais e as mídias sociais da era digital exercem na sociedade contemporânea, é uma realidade incontestável. Isso pode incluir a mediação de interações sociais, construção de identidade e percepção do mundo ao nosso redor por meio de plataformas tecnológicas. Essa transformação pode envolver a revisão de conceitos e abordagens tradicionais para compreender a sociedade. Castells (2009), em sua visão pluralista e holística em oposição a visões simplistas ou reducionistas, destaca a importância das redes de comunicação na formação e organização da sociedade contemporânea. Ele argumenta que as redes, em vez de:

(...) hierarquias tradicionais, são fundamentais para entender as dinâmicas sociais e políticas e que os impactos da globalização nas relações sociais e econômicas, contribuem para a interconexão global e a formação de identidades transnacionais, superando as estruturas hierárquicas tradicionais (Castells, 2009, p.72)

Dá a importância da mediação e do entendimento desses processos complexos, tanto para demonstrar suas possibilidades, quanto para compreender a criação de posturas éticas (Kunsch, 2003, p.129). A era contemporânea, marcada pelo advento do Antropoceno, apresenta desafios que questionam as noções estabelecidas sobre a relação entre os seres humanos e o ambiente em que vive, forçando uma reflexão crítica sobre esses conceitos fundamentais. “Nada poderia exigir mais insistentemente novas pesquisas em ciências sociais, pois o ser humano, que se encontra nesta era incerta e radicalmente nova, é um conjunto de sistemas sociais, instituições e representações” (Veiga, 2023, p.89). Concordamos com a visão do autor de que:

Fica cada vez mais difícil entender a concepção do mundo natural sobre a qual a sociologia, a ciência política, a história, o direito, a economia e a filosofia se acostumaram por dois séculos: a de uma reserva inerte de recursos, um indiferente cenário ao drama das coisas humanas. Parecem estar desmoronando as concepções exclusivamente sociais de autonomia, agência, liberdade e reflexividade, que têm sido os pilares da modernidade desde o século XIX. Pedem para ser repensadas: a ideia do humano, do contrato social, e do que são a natureza, a história, a sociedade (Veiga, 2023, p.89).

Unir a comunicação e o oceano parece por si só provocar uma percepção ampla da realidade e mobilizar para práticas criativas e inovadoras na pesquisa em comunicação. Considerando as organizações em um contexto amplo da sociedade, chamando atenção à sua importância como integrantes do sistema global e de microsociedades (Astley, Van de Vem, 2005); (Kunsch, 2016), que exercem grande influência no desenvolvimento econômico, social e nas transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo.

A Comunicação Organizacional e as Relações Públicas pensam estrategicamente a interação da organização com a sociedade em seus vários níveis (Oliveira, 2009). Como assinala Deetz (2010), a teoria do campo comunicacional tem ressaltado a comunicação como o processo fundamental para a existência das organizações. Nos tradicionais estudos da comunicação organizacional, a visão funcionalista é predominantemente em pesquisas administrativas e empiristas, como afirmam Caldas e Fachin (2005), que fazem uma crítica sobre essas teorias, pois deixam de ver questões modernas da e na pesquisa.

A abordagem pragmática, centrada no lucro e comportamento clientelista, muitas vezes negligencia aspectos humanos e sociais, excluindo a subjetividade. A compreensão desses processos deve considerar discursos, narrativas e representações, destacando relatórios como locais-chave para a construção dos discursos organizacionais sobre sustentabilidade. A produção e reprodução de valores organizacionais são percebidas nos processos discursivos e dialógicos que orientam as estratégias e práticas comunicativas.

Na atual fase do desenvolvimento humano, torna-se crucial repensar o presente para garantir a sobrevivência da sociedade além das gerações atuais, especialmente diante dos impactos negativos da poluição plástica ao longo do ciclo de vida dos produtos. Refletir sobre a produção-consumo em uma era de esgotamento de recursos naturais torna-se uma necessidade urgente. Como lugar teórico entre Comunicação Organizacional e as Relações Públicas coadunamos com Oliveira, pois:

Apostamos na articulação entre elas, reconhecendo que as Relações Públicas estão no campo da Comunicação e que utilizam técnicas e processos para promover os relacionamentos da organização com os inter locutores e a comunicação no contexto das organizações, como a configuração do olhar da Comunicação em um contexto específico. A indicação de que qualquer fenômeno comunicacional se dá na relação e se institui em relação com o outro vem confirmar a nossa insistência em dizer que pertencemos ao campo teórico e conceitual da Comunicação. Consideramos que a partir do olhar comunicacional os processos organizacionais adquirem tratamento interativo e a concepção da comunicação no contexto das organizações se amplifica como terreno mais sedimentado e fundamentado. Essa concepção pode facilitar o entendimento das forças em disputas no contexto organizacional e a compreensão dos discursos como parte do espectro teórico-prático, que constrói sentidos para legitimação e visibilidade da organização (Oliveira, 2009, p.73)

Imaginamos desta forma a comunicação organizacional estratégica nas organizações: como uma instância discursiva que tem em seus processos, serviços e produtos, capacidade de afetar os seus distintos públicos. Pensar na comunicação organizacional, conforme orientado por Kunsch (2003, 2007, 2014, 2016), implica contemplar a importância do planejamento estratégico nas organizações, considerando seus diversos públicos.

Ao empregar teorias e habilidades específicas de Relações Públicas, o objetivo é estabelecer uma convergência e sinergia eficazes com as demais subáreas da comunicação organizacional integrada, tais como as modalidades administrativa, interna, institucional e mercadológica, conforme destacado por Kunsch (2016). Essa reflexão não apenas analisa, mas abre espaço para a consideração de diversas possibilidades no âmbito da comunicação organizacional.

5.2 TEIAS DIGITAIS E O PAPEL TRANSFORMADOR DA COMUNICAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel central na sociedade atual pela disseminação de informações e a capacidade de coordenação global que estão transformando a maneira como enfrentamos os desafios do Antropoceno. Dizer que o fenômeno da globalização é uma das forças principais que configuram nosso mundo já se tornou um lugar comum. Não precisamos discorrer sobre o quanto nossa sociedade está inserida no universo tecnológico.

Segundo Grunig (2003, p.84), "as organizações são menos vulneráveis às crises e a questões emergentes quando estabelecem relacionamentos duradouros com aqueles grupos que poderiam ser afetados pelas decisões e pelos comportamentos da organização". Fábio França (2004) defende o relacionamento como uma das funções principais da área de Relações Públicas. Essa comunicação deve ser regida por uma governança integrada entre os vários atores sociais e numa perspectiva de governança global.

Rafael Alberto Pérez (2008, p.441) relaciona o poder superior da comunicação, especialmente quando utilizada estrategicamente. Ele enfatiza o impacto significativo da comunicação nas esferas social, econômica e política. A comunicação, em suas diversas formas, incluindo mídias tradicionais e digitais, exerce um poder inegável na sociedade contemporânea. Para o autor, "esse poder pode ser 'domado' se atuamos/comunicamos estrategicamente". Daí pode-se perceber o papel relevante exercido pelos atores envolvidos nas indústrias das comunicações e nas esferas do poder social, econômico e político.

As tecnologias presentes em cada canto do planeta de forma instantânea, produzindo sentidos e induzindo ideologias, acarretaram profundas transformações nos séculos XX e XXI, culminando em um mundo complexo e, agora, mediado por telas (Castells, 2003). Para Kunsch:

São inúmeras as ponderações que poderíamos fazer sobre a sociedade atual na era digital e do poder da informação e da comunicação em todo esse contexto. Fazem-se necessárias novas abordagens diante de violências, guerras, terrorismo, crises financeiras mundiais, desigualdades sociais, direitos

humanos, alfabetização digital, multiculturalismo, novas competências etc. Situar a sociedade na qual estamos inseridos constitui condição *sine qua non* para análises de contexto, reflexões e planejamento de ações propositivas de intervenção tanto no meio social, político e econômico quanto no mercado da comunicação corporativa (Kunsch, 2016, p.51).

Os meios de comunicação de massa propiciam ao homem uma nova forma de representação do mundo, e não apenas aquela derivada da percepção direta e imediata. Ao falar de comunicação, tratamos de uma habilidade até então exclusivamente humana, que ocorre por meio da linguagem, que é também uma capacidade que pertence apenas ao ser humano. Assim:

A introdução das redes de mídia social, a partir de meados da década de 2000, são muito mais do que canais específicos de conteúdo centralizado: as mídias compreendem plataformas que, para muitos humanos, são literalmente os espaços onde, através da comunicação, promovem o social. Há então uma organicidade, uma circularidade de expressões que ampliam-se e se fortalecem em produções midiáticas disseminadas em redes. A utilização das redes sociais, mídias digitais, os algoritmos no cotidiano da sociedade mediando consumos, o combate às notícias falsas, assim como a educação à distância, têm apresentado desafios para o entendimento das relações sociais e culturais na sociedade (Castells, 2008, p. 106).

Para Jenkins, essas novas relações mostraram outro perfil da audiência. Antes,

o público era passivo, submisso, previsível e isolado socialmente, na atualidade ele assume caráter proativo e participativo. Reunidos em redes, as pessoas se apresentam ativas, críticas, mutantes, conectadas, resistentes, barulhentas e preferem produzir colaborativamente seus próprios produtos e conteúdos midiáticos (Jenkins, 2004, p. 37-38).

Martín-Barbero (2001) ao concentrar-se na análise das práticas culturais cotidianas, especialmente nas experiências de comunicação nos contextos latino-americanos, enfatiza a importância da comunicação como um fenômeno social complexo, enraizado em dinâmicas culturais, políticas e históricas específicas da região. Para o autor, a comunicação não é apenas uma transmissão de informações, mas um fenômeno intrinsecamente ligado à cultura, política e história. Ao examinar as dinâmicas de comunicação na América Latina, Martín-Barbero destaca como a diversidade cultural e as relações de poder moldam e são moldadas pelos processos comunicativos.

O que a trama comunicativa da revolução tecnológica introduz em nossas sociedades não é, pois tanto uma quantidade inusitada de novas máquinas, mas um novo modo de relação entre os processos simbólicos que constituem as formas de produção e distribuição de bens e o cultural serviços. A sociedade da informação não é, então, apenas aquela em que a matéria prima mais cara é o conhecimento, mas também aquela em que o desenvolvimento econômico, social e político encontra-se

intimamente ligado à inovação, que é o novo nome da criatividade e da invenção (Martín-Barbero, 2001, p.79).

Assim, sua abordagem reconhece a complexidade da comunicação como um componente vital da vida social. Contudo, à medida que a sociedade progride em termos econômicos e tecnológicos, enfrenta, concomitantemente, desafios e conflitos relacionados à produção, definição e distribuição dos riscos oriundos da ciência e tecnologia. Esses riscos não podem ser negligenciados se almejamos utilizar as tecnologias digitais de maneira sustentável para o bem de nosso planeta e a busca contínua de nossa prosperidade.

Néstor García Canclini, antropólogo e teórico cultural argentino, conhecido por suas contribuições no campo dos estudos culturais, ao analisar o hibridismo cultural na América Latina no final do século XX, defende a ideia de que “as culturas contemporâneas são caracterizadas pela hibridização e pela interconexão” e que, em um “mundo globalizado, as fronteiras entre as culturas não são fixas, e as práticas culturais são frequentemente marcadas pela mistura e pela troca” (Canclini, 2006, p. 19).

O autor questiona como as culturas locais podem se adaptar, resistir ou negociar com as influências culturais globais sem perder suas identidades distintas. Ele argumenta que, em meio à globalização, há uma ameaça à diversidade cultural, com a propagação de formas culturais globais que podem suprimir as expressões culturais locais.

Dentro do contexto desses paradigmas de desenvolvimento, emergem conflitos ambientais nos quais relações de poder assimétricas resultam em resistências, lutas e disputas de significado. Nesse contexto, o desenvolvimento tecnocientífico acabou revelando incertezas que marcam a Sociedade de Risco (global), na qual se verifica a distribuição desigual de riscos (Beck, 2018). Torna-se evidente a busca por outras cosmovisões e modos de vida como uma resposta a essas dinâmicas.

Em última análise, compreender a sociedade na era digital exige novas abordagens para lidar com os diversos desafios, desde questões sociais e culturais até crises globais. A complexidade da comunicação, entrelaçada com aspectos políticos, econômicos e históricos, destaca a importância de uma visão abrangente para analisar, refletir e planejar ações propositivas de intervenção. A sociedade digital é um terreno fértil para a inovação, mas demanda responsabilidade e consideração dos riscos associados, buscando um equilíbrio entre progresso tecnológico, diversidade cultural e sustentabilidade.

5.3 COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PARA INTELIGÊNCIA COLETIVA

Promover o engajamento cívico, a proteção da riqueza da terra, o resgate da boa relação do homem com a natureza, tanto quanto a promoção de ambientes organizacionais com maior equidade e solidariedade são alguns dos desafios dessa fase no planeta. A transparência na comunicação sobre práticas ESG pode ser essencial para construir a confiança pública e enfrentar desigualdades estruturais, contribuindo para uma abordagem colaborativa, dialógica e orientada para o futuro na sociedade contemporânea, a partir das organizações.

Nessa perspectiva, a filosofia da comunicação organizacional, segundo Kunsch (2016), expressa o pensamento, os valores e os princípios que vão nortear as estratégias e as ações de comunicação com os públicos, a opinião pública e a sociedade. Para Kunsch (2022, p.11), a dimensão estratégica da comunicação deve ser vista “sob a vertente da complexidade e da Nova Teoria Estratégica (NTE)”, proposta por Rafael Pérez (2012) e Sandra Massoni (2013), a autora destaca que:

São inúmeros os fundamentos teóricos destacados por esses autores, que defendem outras perspectivas e novos paradigmas para conceber e praticar a comunicação estratégica nas mais diferentes esferas sociais, políticas e econômicas. Busca-se assim desenvolver novas metodologias de como planejar a comunicação estratégica de forma mais holística e interativa entre os atores envolvidos, isto é, propiciando ações mais integradoras e participativas entre quem a promove e aqueles aos quais ela se destina. (Kunsch, 2022, p.11)

A autora defende uma visão que contemple a complexidade da sociedade e que influenciei os novos modelos de gestão e proporcionou novas dinâmicas no ambiente corporativo e na administração pública. Ela reconhece a natureza inerente da comunicação nas organizações, abrangendo processos e elementos constitutivos, e enfatiza a importância dos significados, relacionamentos interpessoais, práticas cotidianas e interações sociais para uma compreensão mais complexa e abrangente desse fenômeno, Kunsch elucida:

A comunicação organizacional deve ser entendida de forma ampla e holística. Pode-se dizer que é uma disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações e todo seu contexto político, econômico e social. Como fenômeno inerente à natureza das organizações e aos agrupamentos de pessoas que a integram, a comunicação organizacional envolve os processos comunicativos e todos os seus elementos constitutivos (Kunsch, 2022, p.23).

Vista sob esta perspectiva ampla e holística da comunicação organizacional, considerando-a como uma disciplina que analisa o fenômeno comunicacional nas organizações em seu contexto político, econômico e social, Kunsch acrescenta:

Nesse contexto, faz-se necessário ver a comunicação inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e coletivos, valorizando as práticas

comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social. Portanto, nessa linha de pensamento se supera a visão linear e instrumental da comunicação por uma muito mais complexa e abrangente (Kunsch, 2022, p.24).

Ao problematizar historicamente sobre os paradigmas que afetam os estudos da comunicação nas organizações, Kunsch (2014), citando Stanley Deetz, reflete que no âmbito do dissenso, em síntese, os estudos de comunicação organizacional podem ser caracterizados como dialógicos, pós-modernos, desconstrucionistas, críticos e reformistas. E, na dimensão do consenso, como interpretativos, pré-modernistas, tradicionais, normativos, modernistas e progressivos. A comunicação pode ser posicionada em quatro níveis que contextualizam os problemas de comunicação, a saber:

Nível intrapessoal - que estuda o comportamento do indivíduo; interpessoal – estuda como os indivíduos se afetam mutuamente; organizacional – sistema organizacional e os grupos sociais; e tecnológico – voltado para os sistemas relacionados à formação de dados. Junto a isso, existem os fluxos, os quais se referem a como os mecanismos de comunicação se movimentam simultaneamente (Kunsch, 2020, p.78).

Uma comunicação que se subdivide em outros segmentos, perfazendo o chamado “composto da comunicação”, de acordo com a visão de Kunsch (2003): a comunicação administrativa, a comunicação interna (com seus processos e fluxos formais e informais), a comunicação mercadológica e a comunicação institucional. O composto da comunicação organizacional integrada, envolve a comunicação administrativa, interna, institucional e mercadológica em suas múltiplas intervenções, fluxos e redes que se imbricam para promover um processo de inteligência (Bueno, 2009, p.48) de governança. Para uma compreensão visual, apresentamos na figura 4, o esquema desenvolvido e atualizado por Kunsch em 2006, a partir de seus estudos desde a década de 1980.

Figura 3 - Composto da Comunicação Organizacional



Fonte: Kunsch, 2006.

Em síntese, comunicação mercadológica ou de marketing trata sobre as manifestações simbólicas de um mix integrado de estratégias comunicativas persuasivas para “conquistar o consumidor e os públicos - alvo estabelecidos pela área de marketing” (Bueno, 2009, p.48). Na visão de Kunsch, a comunicação interna é compreendida como o conjunto de ações coordenadas pela organização, objetivando ouvir, informar, mobilizar, educar e manter coesão interna em torno de valores compartilhados.

Esses valores não apenas contribuem para os objetivos organizacionais, mas também desempenham um papel vital na construção de uma boa imagem pública. Em seus últimos estudos sobre as dimensões da comunicação integrada nas organizações, Kunsch tem enfatizado a importância da comunicação interna e dos relacionamentos e vínculos que as organizações precisam compreender:

Atentar para a humanização das organizações nunca foi tão necessário como no mundo globalizado e desigual de hoje, no qual o emprego é privilégio de poucos e esses poucos precisam, muitas vezes, trabalhar para muitos se quiserem continuar empregados (Kunsch, 2016, p.51).

Essa abordagem mais abrangente e humanizada reflete a compreensão contemporânea de que a comunicação interna vai além da simples transmissão de informações, buscando também fortalecer a cultura organizacional e promover a participação ativa de todos os

membros na construção de um ambiente colaborativo e alinhado com os valores institucionais.

Curvello complementa:

A comunicação interna, durante muitos anos, foi definida como aquela voltada para o público interno das organizações (diretoria, gerências e funcionários), para informar e integrar os diversos segmentos desse público aos objetivos e interesses organizacionais. Hoje, podemos definir a comunicação interna como o conjunto de ações que a organização coordena com o objetivo de ouvir, informar, mobilizar, educar e manter coesão interna em torno de valores que precisam ser reconhecidos e compartilhados por todos e que podem contribuir para a construção de boa imagem pública (Curvello, 2012, p.19).

Em geral, a comunicação interna abrange diferentes formas de comunicação dentro da organização, incluindo a comunicação administrativa (Curvello, 2012, p.20), (utilizando memorandos, cartas circulares, instruções), a comunicação social (por meio de boletins, jornais internos, vídeo jornais, revistas e intranet) e a comunicação interpessoal (face-a-face entre funcionários, bem como entre chefias e subordinados).

Em sua proposta, Kunsch, (2003), sugere que as organizações, em sua visão, missão e valores, tenham uma política institucional firme, ética e dinâmica capaz de interferir positivamente em seus públicos. Nesse aspecto, a convergência da comunicação como um processo de inteligência (Bueno, 2009) que deve proporcionar informações e conhecimentos para estabelecer um novo capitalismo social, implica reconciliar a dimensão humana e afetiva nas organizações.

A lógica técnica, extrativista e baseada em premissas extremamente racionais, precisa ser substituída por uma abordagem que promova a saúde organizacional, eleve os funcionários ao papel de protagonistas, reduza os níveis hierárquicos e incentive o diálogo e a participação. A consolidação de uma inteligência em comunicação exige uma perspectiva crítica, especialmente em um cenário de turbulências, fragmentação do consumo e aceleração do tempo. A comunicação institucional desempenha um papel crucial no composto da comunicação organizacional integrada, atuando diretamente na gestão estratégica das Relações Públicas.

Sua principal incumbência é moldar e consolidar uma imagem e identidade corporativas robustas e positivas para a organização. Ao estar intrinsecamente vinculada aos aspectos corporativos institucionais, revela o lado público da organização, construindo uma personalidade credível. Além disso, a comunicação institucional visa exercer influência político-social na sociedade em que a organização está inserida.

A relação ética dos processos comunicacionais entre as organizações e seus públicos, pela história, conceitos, mas, especialmente, pelas práticas discursivas que demandam uma

comunicação organizacional humana e dialógica, como a professora Margarida afirma: “a questão ética e a responsabilidade social das organizações no mundo contemporâneo, passam a ser algo que precisa ser considerado fortemente como uma filosofia de gestão” (Kunsch, 2007, p.54). Necessário também considerar que a comunicação nas organizações brasileiras enfrenta muitos desafios para ser reconhecida como estratégica. Para alcançar esse status é fundamental que esteja alinhada com o sistema de gestão, a cultura organizacional e que receba a devida alocação de recursos humanos, tecnológicos e financeiros. Esses elementos são fundamentais para a efetivação da comunicação como parte integrante e influente da realidade organizacional, como destacou Bueno:

Para que a comunicação empresarial seja assumida como estratégica, será, pois, necessário que esta condição lhe esteja favorecida pela gestão, pela cultura e mesmo pela alocação de recursos (humanos, tecnológicos e financeiros), sem os quais ela não se realiza (Bueno, 2009, p.54).

Apesar de o autor atentar para estas questões há mais de uma década, nos dias de hoje ainda podemos encontrar grandes organizações, oriundas dos mais variados setores, tratando a comunicação como departamento de áreas como recursos humanos ou marketing, organizando processos com poucos recursos. A defesa em busca da gestão integrada da comunicação, junto à alta administração, é fator decisivo para o sucesso dos empreendimentos, já que está o tempo todo monitorando e perseguindo os objetivos desenhados de forma participativa com os *stakeholders*.

Diante da ascensão da informação como uma nova "commodity" (Bueno, 2009, p.48), é fundamental abandonar a visão ultrapassada que trata os indivíduos como simples recursos humanos, passando a enxergá-los como verdadeiros parceiros na construção da história organizacional. Isso representa, sem dúvida, a nova ética da inteligência. A importância da divulgação de fatos e informações ambientais e sociais pelas organizações tem aumentado nos últimos anos, tanto para investidores nos relatórios anuais de sustentabilidade, quanto para os públicos. Como constata Mumby:

As organizações não mais se preocupam apenas com a fabricação de produtos, mas principalmente em agregar valores e significados (políticos, sociais e democráticos) a eles. Não é simplesmente o produto, e sim a criação da marca, capaz de ‘amarrar’ o produto a qualquer emoção humana e ser exatamente como a sociedade quer que ela seja. Os consumidores desejam estabelecer um relacionamento com a marca, ao passo que as organizações querem conectar-se com seus públicos e completá-los emocionalmente, por meio do chamado ‘emotional branding’. Comunicação não é alguém dando informações a outra pessoa. Comunicação envolve humanizar” (Mumby, 2013, p.192).

Os consumidores desejam estabelecer um relacionamento com a marca, “como figuras de marca que se referem menos à racionalidade e à ordem e muito mais à conexão do desejo e

da cultura” (Gobé, 2002, p. 194), ao passo que as organizações querem conectar-se com seus públicos e completá-los emocionalmente, por meio do chamado ‘*emotional branding*’. O autor esclarece: “por emocional, quero dizer como uma marca se comunica com os consumidores no nível dos sentidos e das emoções; como uma marca se aviva para as pessoas, forjando uma conexão profunda e duradoura” (Gobé, 2002, p. 18-19). Dessa forma, torna-se essencial para estabelecer uma presença significativa e favorável, promovendo a compreensão e aceitação da organização em seu contexto mais amplo nas interações a partir do planejamento estratégico de comunicação e das distintas e transformadoras atividades propostas em planos e programas socioambientais, conforme Kunsch:

No composto da comunicação organizacional integrada, a comunicação institucional é a responsável direta, por meio da gestão estratégica das relações públicas, pela construção e formatação de uma imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização. A comunicação institucional está intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações, constrói uma personalidade creditiva organizacional e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserida (Kunsch, 2003, p.164).

A autora destaca as Relações Públicas como uma área principal na gestão da Comunicação Institucional, conjuntamente com as subáreas afins, como jornalismo empresarial, marketing social e cultural, assessoria de imprensa, Editoração Multimídia e a Comunicação Digital e Mídias Sociais (Kunsch 2003, p.166).

No que diz respeito às Relações Públicas, até por volta dos anos 1980, a literatura brasileira e as que eram traduzidas, sobretudo as norte-americanas, enfatizavam predominantemente as técnicas e práticas no âmbito das empresas e dos governos, centrada em uma perspectiva pragmática e com a preocupação de como as organizações deviam se relacionar com seus públicos, para melhorar sua “imagem” e serem bem aceitas, criando condições favoráveis para a venda de seus produtos e serviços, sem uma visão mais ampla do contexto sociocultural (Kunsch, 2017). De lá para cá, cada vez mais as organizações, impulsionadas pelo conceito da responsabilidade social, aproximam-se dos seus diversos públicos, com ações em projetos e temas relacionados. Por exemplo: ao combate e redução da violência, da formação para a cidadania e da empregabilidade, bem como incentivando programas voltados à sustentabilidade, entre outros, demonstrando um entendimento mais amplo do contexto sociocultural.

Foram justamente as mudanças econômicas e sociais que trouxeram novos olhares para a área de Relações Públicas, impulsionados pela expansão e maior democratização do consumo de bens industrializados no país, em especial a partir dos anos 2000. Kunsch (2016) destaca sua

preocupação, a partir do composto da comunicação, em posicionar as organizações no contexto mais amplo da sociedade, reconhecendo seu papel crucial no desenvolvimento econômico e social global. Reflete sobre a interconexão entre as práticas organizacionais, responsabilidade social e as transformações no mundo contemporâneo.

Para Lemos, hoje, nas Relações Públicas, nota-se um certo enfrentamento entre duas abordagens principais:

De um lado, a (1) abordagem mesossocial ou organizacional de relações públicas, cujas bases epistemológicas e ontológicas estão voltadas para os fenômenos de relações públicas nas organizações a priori, e a (2) abordagem sociocrítica, com bases epistemológicas e ontológicas orientadas para os estudos dos usos e efeitos intencionais e não intencionais das ações de relações públicas sobre a sociedade e os indivíduos, por meio de grande variedade de referenciais teóricos. A percepção de antagonismo não tem beneficiado o campo, a autora a partir daí, defende uma visão de complementaridade e circularidade entre essas abordagens, o que pode trazer novos insights e mais diversificação para os estudos na área (Lemos, 2017, p.165).

A autora argumenta que essa percepção de antagonismo não beneficia o campo como um todo. Ela defende a ideia de complementaridade e circularidade entre essas abordagens. Isso sugere que, em vez de serem vistas como mutuamente exclusivas, as duas abordagens podem ser entendidas como complementares e interconectadas. Portanto, em vez de escolher uma abordagem em detrimento da outra, Lemos (2017, p.165) sugere que “há vantagens em reconhecer e explorar a inter-relação entre ambas”. Segundo Kunsch (2016), Relações Públicas, como área aplicada, trabalha com o planejamento e a gestão da comunicação nas e das organizações a partir da:

Análise e avaliação dos comportamentos institucionais e dos públicos, por meio de pesquisas de opinião pública, auditoria social e auditorias de imagem. Administra conflitos, percepções e relacionamentos públicos. Desenvolve ações específicas para construção e preservação da credibilidade e valorização dos ativos intangíveis. Para tanto, exerce as funções administrativa, estratégica, mediadora e política, desenvolvendo, por meio de técnicas e instrumentos específicos, inúmeras atividades com finalidades institucionais, em apoio às áreas de marketing e de recursos humanos (Kunsch, 2016, p.11)

Essa abordagem integrada pode proporcionar novos *insights* e uma maior diversidade nos estudos em Relações Públicas. Cabe destacar, as atividades de marketing social e marketing cultural que desempenham um papel crucial na comunicação institucional, na construção e manutenção da imagem pública de uma organização. Em sua maioria, as ações de patrocínio e oportunidades culturais são direcionadas a públicos específicos, como comunidades locais, públicos internos e segmentos de interesse para a empresa. As relações com governos também são consideradas, especialmente através de "mecenato", que geralmente são bem recebidas nesse contexto.

Portanto, não se trata apenas de criar e implementar um projeto ou programa, escolher uma comunidade que vai se beneficiar, mas, sim, de fazer o caminho inverso do processo, conhecendo seus respectivos públicos e identificando suas necessidades de forma dialógica e participativa, incorporando práticas comunicativa e, por que não, educativas, a fim de alcançar objetivos que devem, eticamente falando, ir além do compromisso com o lucro (Kunsch, 2003). Nas organizações, essas questões devem ser desenhadas a partir de missão, visão e valores, de modo a eleger e defender causas que façam sentido ao consumidor e demonstrem comprometimento ético com a verdade de suas crenças e valores.

Um fato corriqueiro é que, em determinados países, especialmente no Brasil, podemos ver muitas organizações desenvolvendo ações sociais cuja responsabilidade é do Estado. Este aspecto, leva a comunicação organizacional no Brasil ao enfrentamento da falta de consenso entre Estado e organizações privadas (Polanyi, 2000); (Durkheim, 2010) o que, fatalmente, provoca sérios ruídos e desvios em ações e responsabilidades que se sobrepõem pela necessidade de que sejam pensadas a partir de paradigmas que dêem conta de suas complexidades (Morin, 2011), exigindo novas práticas de gestão.

As organizações, inseridas nestes dilemas, passam a desenvolver o que é chamado de Cidadania Corporativa (CC), este conceito surgiu como um termo de destaque na literatura de gestão organizacional que trata do papel social das empresas (Matten; Crane, 2005). De acordo com Vidaver-Cohen e Altman (2000), a ideia de entender a empresa como parte de cidadania não é nada novo, mas este conceito ganhou maior interesse desde o início do século. Garriga e Melé (2004) consideram que isso ocorre porque, desde então, aumentou a conscientização de que o negócio requer levar em consideração a comunidade onde opera, protegendo e melhorando suas condições sociais e ambientais.

Marqués-Martínez (2017) destacam que a globalização avivou ainda mais o conceito, fazendo emergir o que Schwab (2008) chama de “cidadania corporativa global”, visto que, em várias ocasiões, a empresa deve enfrentar responsabilidades que podem estar além da capacidade do estado-nação, como a crise climática, a escassez de água potável, a pobreza, pandemias como a da Covid-19, terrorismo, guerras, corrupção, entre muitos outros desafios. (Barroso, 2021).

Sob a ótica da legislação, e ao apresentar dados sobre os conflitos socioambientais, como descrevemos no quarto capítulo, é nítido perceber o "afrouxamento" das leis no Brasil, onde a legislação configura-se, em sua maioria, apenas para "sancionar", emitir multas (Fernandes, 2014), mas não previne ou investe o suficiente em políticas para a mitigação e controle de riscos eminentes.

Exemplo dessa realidade é a questão da contaminação, risco ambiental e climático, provocados por empresas petrolíferas em nome da transição energética. Assim, é fato que algumas organizações, mesmo com tantas "controvérsias" ambientais, buscam manter sua legitimidade ou legitimar-se socialmente através de discurso e narrativas (Santos; Zimmermann, 2023) bem elaboradas, utilizando a comunicação para a legitimação social. Muitas vezes tais contradições são observadas nas causas que defendem, nos relatórios de sustentabilidade e em comunicações propagadas em variados canais.

Embora as causas por trás de tais circunstâncias sejam complexas e interligadas, o objetivo está posto: é necessário um projeto político que possibilite garantir uma governança com base no equilíbrio e articulação entre diferentes dimensões da sustentabilidade – ambiental, econômica, e social, que envolve os três principais atores: governos, sociedade civil e organizações.

Para que a responsabilidade social exista, é necessário, antes de tudo, que as técnicas e filosofias das empresas sejam repensadas, que o fim social não seja massacrado pelo desejo de lucro – “lucro este que não deve ser um fim em si, e sim o viabilizador de uma atitude mais ética e responsável por parte das empresas” (Ashley, 2005, p.70). A ética, contrariamente à sustentabilidade, tornou-se um tema estratégico, que mobiliza os Conselhos de Administração e as lideranças das empresas, com a criação de diretorias, programas de compliance e códigos de conduta.

Nesse sentido, os aspectos regulatórios desafiam as organizações a criarem um modelo inovador para gestão de seus negócios. Há a necessidade de as empresas atingirem um novo patamar de governança corporativa, para enfrentarem os complexos riscos além de adaptarem os processos internos, com foco no atendimento às regulamentações e regulações, e endereçar adequadamente riscos de imagem e reputação, litígios e processos e administrativos e criminais, restrições regulatórias, perda de licenças operacionais, continuidade, multas financeiras e fraude (Ashley, 2005, 63).

Da ética emanam imperativos que as companhias cumprem rigorosamente, principalmente em seus programas de *compliance*. Aspectos como riscos de imagem e reputação, litígios administrativos e criminais, restrições regulatórias, multas financeiras e fraudes demandam atenção estratégica (Paraventi, 2016, p.133). A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) apresentou um estudo, “O que esperar da comunicação organizacional do Brasil” (Aberje, 2021), com 204 empresas participantes, evidenciando que 58% das organizações comunica suas ações focadas em sustentabilidade e responsabilidade social, 42% não as comunicam, entre estas, 12% dizem acreditar que é “muito provável” que o façam em um futuro próximo (ainda em 2021), e 20% afirmam que é “provável”.

Na visão dos pesquisadores e coordenadores deste estudo, é um marco para a história da Comunicação Organizacional no Brasil a importância que o tema da sustentabilidade é relevante na pauta das organizações no Brasil. Nesse panorama, no “Anuário de Comunicação Corporativa 2021, A Era do Capital Ético”, o professor Paulo Nassar chama atenção sobre porque que as organizações não podem (e não devem) mais ignorar o ESG:

[...] Na era da sociedade conectada, do *accountability* (prestação de contas), do próprio “G” da sigla ESG, a boa governança, não praticar o que se fala é uma decisão medíocre e não apenas moralmente questionável, mas estrategicamente equivocada. As empresas regidas pelo ESG trazem consigo o conceito de Responsabilidade Histórica – mãe de todas as responsabilidades –, que é olhar as questões atuais a partir de uma escala maior, não apenas com a intenção de melhorar a imagem. É colocar as organizações e suas lideranças debaixo da lupa da história, em um intervalo maior de tempo na sua trajetória. A Responsabilidade Histórica dá consistência às narrativas das empresas. Nesse aspecto, a visão de futuro é fundamental. É a ideia de projeção, que deve ser tão zelada como a ideia de reputação. Se fazer o bem – e comunicá-lo – é um bom investimento, como defendemos, é preciso que se entenda que o legado é um investimento de longo prazo, assim como é a construção da reputação das organizações (Aberje, 2021, p. 7).

Portanto, o professor Nassar defende que a visão de futuro é crucial, assim como a construção da reputação das organizações, ao entender que fazer o bem e comunicá-lo é um investimento valioso, é imperativo reconhecer que o legado também é um investimento de longo prazo, ele destaca ainda que organizações, orientadas pelo ESG incorporam o conceito de responsabilidade histórica, que deve transcender a intenção de melhorar a imagem imediata.

Essa exigência passa a obrigar que o tema ambiental faça parte da gestão da comunicação e que, assim como em todos os outros assuntos, as empresas assumam a função de dialogar, informar e conscientizar seus públicos. As organizações precisam mostrar que assumem de fato uma prática responsável e comprometida e ética com a verdade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Diante das pressões presentes no mercado, na pesquisa, na gestão pública e na sociedade, direcionamos nossa abordagem para a dimensão social, humana e cultural da comunicação integrada. Nosso foco reside na promoção de práticas corporativas sustentáveis, com ênfase na sensibilização e engajamento ético e criativo dos públicos das organizações. Essa orientação visa, sobretudo, contribuir para a preservação da água.

5.4 CONEXÃO OCEANO: UMA JORNADA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

No Brasil, país com uma das maiores áreas costeiras e marinhas do mundo, a importância ambiental, social e econômica do oceano é inegável, porém a cultura oceânica é pouco explorada no ambiente escolar. Situação extremamente preocupante é que um em cada três jovens brasileiros não sabe em qual bioma vivem, por exemplo. Essa é uma das conclusões

da pesquisa Juventudes, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas²², divulgada em abril de 2023. O estudo revela o comportamento e o entendimento dos jovens do país sobre o assunto. Foram entrevistadas 5.150 pessoas, entre 15 e 29 anos, dos seis biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

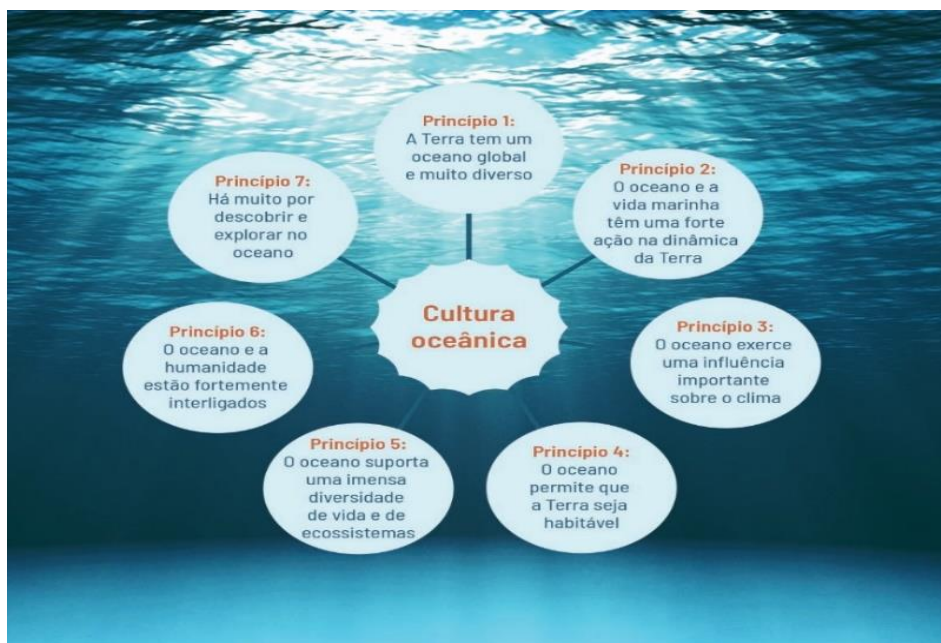
O relatório concluiu também que oito em cada dez jovens concordam que as reservas ambientais ajudam a diminuir os efeitos das mudanças climáticas. Além disso, mais de 60% defendem o investimento em fontes de energia alternativas, limpas e renováveis. O desconhecimento e a desconexão da sociedade com o oceano aumenta o potencial negativo desses impactos. A esse respeito o professor Jacobi esclarece que:

A necessidade de uma crescente internalização da problemática ambiental, um saber ainda em construção, demanda empenho para fortalecer visões integradoras que, centradas no desenvolvimento, estimulem uma reflexão sobre a diversidade e a construção de sentidos em torno das relações indivíduos-natureza, dos riscos ambientais globais e locais e das relações ambiente-desenvolvimento (Jacobi, 2003, p.201).

No mundo, um movimento iniciado em 2002 nos Estados Unidos ganha força em diversos países é a *ocean literacy*, ou a literacia do oceano que, em tradução livre, significa alfabetização oceânica. Esse movimento começou refletindo sobre o que todas as pessoas deveriam saber sobre o oceano e como esse conteúdo poderia ser inserido nos documentos oficiais da educação. A iniciativa é descrita como “uma compreensão da influência do oceano na vida do ser humano, bem como a influência do ser humano no oceanos” (Turra, 2022) e apresenta sete princípios essenciais, divididos em 44 conceitos. Os sete princípios são apresentados a seguir:

²² O estudo foi desenvolvido pela Aliança Em Movimento com a colaboração das organizações Rede Conhecimento Social, Engajamundo, Instituto Ayíka e GT de Juventudes de Uma Concertação pela Amazônia. O Em Movimento é uma aliança de organizações que, com base em evidências, atua de forma colaborativa e intersetorial com a missão de apoiar a garantia de direitos e o pleno desenvolvimento das juventudes. <https://www.emmovimento.org.br/>. Acesso em 20 jan. de 2024.

Figura 4 - Os princípios da Cultura Oceânica



Fonte: Unesco, 2020.

Um dos pontos necessários para aumentar a inserção da cultura oceânica nas escolas e fortalecer uma educação ambiental crítica e de qualidade está relacionado à formação dos educadores no Brasil. Outro fator crucial é a disponibilidade de material capaz de apresentar os princípios da cultura oceânica e conectá-los às realidades locais, evidenciando a conexão dos processos, funções, serviços ecossistêmicos e impactos que afetam o oceano e sua biodiversidade com cada indivíduo e com todo o planeta. Neste aspecto, que:

A educação ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável (Jacobi, 2003, p.203-204).

Podemos afirmar que as iniciativas, ações e atividades costumam provocar, em seus agentes e/ou participantes, sentidos de cidadania, consciência, criatividade, criticidade, diálogo, democracia, emancipação, engajamento, participação e protagonismo, entre outros atributos/características sobre os quais Paulo Freire, pensador brasileiro do Século XX, se debruçou em suas reflexões e ideias. Para Jacobi, a sustentabilidade amplia a necessidade em promover a interação sociedade e natureza:

A sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que busca superar o reducionismo e estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e

natureza. Nesse sentido, o papel dos professores(as) é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo (Jacobi, 2003, p.203-204).

E também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar a reorganização do poder e da autoridade. Jacobi reforça:

A problemática socioambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos atuais e potenciais, assim como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis, sob a ótica da sustentabilidade ecológica e a equidade social (Jacobi, 2003, p.198).

O planejamento de intervenções de adaptação ao clima representa um desafio complexo. A escala, a taxa e a intensidade do impacto ambiental dos seres humanos geraram uma ampla discussão sobre como encontrar caminhos plausíveis de desenvolvimento que sejam mais promissores para promover um futuro melhor no Antropoceno. As partes interessadas com diferentes papéis, responsabilidades e ambições precisam trabalhar juntas para encontrar soluções atraentes, inclusivas, justas e resilientes, tanto no espaço público quanto no privado. E isso só será possível se implementarmos uma comunicação para a inovação responsável, aproximando Ciência e Sociedade.

O predomínio de visões distópicas de degradação ambiental irreversível e colapso social, juntamente com utopias excessivamente otimistas e cenários de negócios como de costume, que carecem de percepção e inovação, frustram o progresso (Bennett *et al.*, 2016). As "*Seeds of Good Anthropocene*" ou sementes do bom antropoceno, referem-se a iniciativas existentes, porém pouco difundidas ou conhecidas, que têm o potencial de contribuir significativamente para a construção de um futuro justo, próspero e sustentável. Essas iniciativas podem abranger diversos campos, como social, tecnológico, econômico, projetos socioecológicos, organizações, movimentos ou novas abordagens operacionais.

O termo destaca a importância de reconhecer e promover soluções inovadoras e positivas para os desafios contemporâneos, muitas vezes fora do *mainstream*, mas com grande potencial de impacto positivo. *Seeds of Good Anthropocene* são portanto:

[...] iniciativas existentes que ainda não são muito difundidas ou conhecidas; podem ser iniciativas sociais, novas tecnologias, soluções econômicas, projetos socioecológicos ou organizações, movimentos ou novas formas de operar que, de acordo com alguém, têm o potencial de contribuir substancialmente para a construção de um futuro justo, próspero e sustentável (Bennett *et al.*, 2016, p.48).

Segundo o filósofo chinês Chuang-Tzu: "A verdadeira empatia requer que se escute com todo o ser: ouvir somente com os ouvidos é uma coisa, ouvir com o intelecto é outra" (Rosenberg, 2006)

A equipe gestora da década da Ciência Oceânica no Brasil, em eventos distintos realizados nos anos de 2020 e 2021, vem buscando sensibilizar profissionais da área de comunicação para implementar os desafios em comunicação. O Conexão Oceano foi o primeiro evento realizado cujo objetivo foi "o de fortalecer a comunicação para conscientizar e engajar a sociedade e despertar o sentimento de pertencimento ao tema no Brasil" (Conexão Oceano, 2019, p.3). O evento foi promovido pela Fundação Grupo Boticário, Unesco no Brasil, Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da Unesco e Museu do Amanhã.

As informações debatidas durante o evento Conexão Oceano foram compiladas em um relatório²³ publicado como fonte de consulta pelos organizadores. Frederico Antonio Saraiva Nogueira, vice-presidente da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da Unesco para a América Latina e Caribe, abre a publicação declarando a importância da comunicação para a década:

A comunicação tem papel importantíssimo para a conservação da saúde oceânica e para melhores condições do desenvolvimento sustentável do oceano, dos mares e das regiões costeiras. Os meios de comunicação têm um papel preponderante na conscientização e sensibilização da população na causa da conservação oceânica, uma vez que os impactos sobre os mares são sentidos por todos (Conexão Oceano, 2019, p.3).

Para nós, a comunicação, especialmente a que trata das organizações, desempenha um papel vital na realização dos objetivos da década da Ciência Oceânica no Brasil, facilitando a troca de informações e promovendo a colaboração entre as partes interessadas. A comunicação entre pesquisadores e tomadores de decisões precisa ser ampliada e os artigos científicos, essenciais para o desenvolvimento da ciência, devem embasar documentos de linguagem clara e acessível que deem suporte às políticas públicas globais. Christofolletti *et al.* destacam aspectos sobre a oportunidade que a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável oferece para promover uma reflexão qualificada sobre as principais características da difusão científica para a temática:

A Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável possui características essenciais que formam uma chance única de transformação. A primeira é a de que esta é a Década da Ciência Oceânica, reconhece o papel central da ciência em nossa sociedade. A segunda é a de ser a ciência oceânica orientada para o desenvolvimento sustentável, ou seja, o olhar científico

²³ Disponível em:

<https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Biblioteca/Produto%20Conex%C3%A3o%20Oceano.pdf>. Acesso em 12 fev. de 2022

buscando melhoria da qualidade social, ambiental, econômica e cultural de todos de forma integrada ao longo do tempo futuro (Christofoletti *et al.*, 2021, p.15).

Apesar dos esforços empreendidos para compreender e difundir o conceito sobre cultura oceânica, bem como a importância deste para a vida humana, no que diz respeito à comunicação se faz necessário rever alguns aspectos fundamentais. É possível verificar uma visão reducionista e instrumental replicada pelos diversos atores envolvidos com a década no Brasil. Tanto nos artigos científicos publicados, como nos eventos e publicidades, podemos encontrar a comunicação sendo tratada de forma ultrapassada e reducionista, identificando-a como uma “ferramenta”, ou pior, como veículo, deixando de fora o que para nós é vital para o alcance dos objetivos da década do oceano, ou seja, a necessidade de compreender a comunicação como estratégica e estruturante.

Ao analisar documentos, o referido relatório do evento Conexão Oceano, por exemplo, pontuamos uma definição a esse respeito que considera a comunicação “uma das principais ferramentas para engajar a comunidade global sobre a importância dos mares.” (Conexão Oceano, 2019, p.7). Em outra publicação, o artigo “A Década da Ciência Oceânica para o desenvolvimento sustentável. E eu com isso?”, Christofoletti e colegas, grupo responsável pelas oficinas da década quando discorre sobre a importância da comunicação, reforçam que:

A comunicação é ferramenta fundamental para a co-construção, sendo que, muitas vezes, diferentes setores da sociedade possuem estilos diferentes de se comunicar e agir, relacionados ao pragmatismo, aos termos utilizados e a forma de comunicação (Christofoletti *et al.*, 2021, p.9).

A busca de soluções para problemas extremamente complexos prevê justamente o encontro de todos os setores para sensibilizar e promover engajamento sobre a urgência de implementar processos de comunicação que possam ser implementados de forma clara e transparente. Assim, reitera-se que “a comunicação deve ser considerada como processo social básico e como um fenômeno, vendo-se o poder que ela e a mídia exercem na sociedade contemporânea” (Kunsch, 2022, p.65). Mais do que comunicar à sociedade aspectos relevantes do oceano em pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do oceano, será preciso incluir a própria sociedade nesta transformação, em particular as crianças e jovens, futuros cidadãos ativos, nomeadamente através das escolas e espaços públicos e privados.

Assim, ao tratar do alcance dos objetivos da Década, compreendemos a área de comunicação como um setor específico ou grupo de profissionais que gerencia os processos pertinentes à informação e a interação entre uma organização e seus diferentes públicos, com a finalidade de esclarecer, orientar, informar, estabelecer conexões, construir ou disputar sentidos (Baldissera, 2010, p.2). Nos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas, a cultura é sinônimo de

tolerância, responsabilidade e diversidade, conceitos cruciais a um desenvolvimento sustentável. Assim, é fundamental implementar estratégias de comunicação que, combinadas, promovam a cultura, afirmando a nossa identidade multicultural. Kunsch (2022, p.10) lembra que “a comunicação ocorre primeiro no nível intrapessoal e subjetivo”, sendo importante considerar ao pensar a comunicação em todas as esferas que:

Cada indivíduo possui seu universo cognitivo e irá receber as mensagens, interpretá-las e dar-lhes significado a seu modo e dentro de um determinado contexto. Quando se introduz a comunicação na esfera das organizações, o fator humano, subjetivo, afetivo, relacional e contextual constitui um pilar fundamental para qualquer ação comunicativa produtiva e duradoura (Kunsch, 2022, p.10).

É imensurável o alcance que a produção, criação e divulgação do conhecimento e da cultura podem trazer ao bem-estar das comunidades e a um país, para além da projeção internacional, do retorno econômico e da criação de empregos. Em se tratando da comunicação para a Década do Oceano, é imprescindível desenvolver estratégias de valorização do patrimônio cultural que contribuam para as futuras políticas de educação, ciência, ordenamento do território, ambiente e turismo, por exemplo. Está sinalizada, também, a necessidade de se estimular a formação, a inovação e a cooperação internacional nesta área, bem como de se assumir o patrimônio cultural marítimo como um vetor de promoção internacional do País.

Diante de tais desafios, segundo Kunsch (2022, p.78), “quando se fala da comunicação para a sustentabilidade, defende-se justamente a visão interativa dessa comunicação, utilizando todos os potenciais da comunicação participativa para geração de mudanças”. Além disso, a Década reforça a aposta na Literacia do Oceano, para transformar o modo de pensar e agir promovendo uma mudança de paradigma, - sobre este tema, abordaremos mais profundamente adiante. Por todas as características e motivos mencionados, concordamos com Duarte (2020, p.89), para quem a área de comunicação precisa ser gerenciada por especialistas “capazes de estabelecer e coordenar mensagens, padrões, diretrizes e estratégias a partir de uma visão sistêmica e holística, aptos a entender e lidar com a complexidade, a interdisciplinaridade, o conflito e a pressão”.

Mais do que locais de trabalho, as organizações são hoje lugares importantes para o desenvolvimento da identidade humana (Mumby, 2005) e abarcam um desejo crescente de que tanto o trabalho em si quanto o ambiente que ocorre dessa interação sejam gratificantes e enriquecedores. No que demanda às ações dos gestores da comunicação nas organizações, isso requer buscar processos de governança colaborativa com altos níveis de criatividade, compromisso, conformidade e customização (Deetz, 2009), em um movimento para a responsabilidade compartilhada.

Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. O oceano é fundamental para a vida na Terra, no entanto, é impactado por ações humanas diretas ou indiretas.

O ponto principal para evitar enganos e problemas éticos é abster-se de mentir ou deturpar a verdade. Por exemplo, negar um delito quando uma investigação revelou que a administração sabia de um problema leva à desconfiança. Assim, os gestores devem reconhecer que mensagens específicas são direcionadas a audiências diferentes ou que eles podem empregar um discurso ambíguo direcionado a um grande conjunto de audiências. Uma vez que a situação se torne mais clara, eles podem manter os stakeholders informados e fornecer mensagens diretas e explícitas (Putnam, 2008, p.222).

A promoção da sustentabilidade marítima exige estímulo à formação, inovação e cooperação internacional, além do reconhecimento do patrimônio cultural marítimo como um meio de projeção internacional. A análise revela uma visão reducionista e instrumental da comunicação oceânica, observada em diversos atores envolvidos na Década do Oceano no Brasil. Tanto em artigos científicos, quanto em eventos e publicidades, a comunicação é frequentemente tratada como uma "ferramenta" ou mero "veículo", desconsiderando sua natureza estratégica e estruturante para alcançar os objetivos da Década.

Documentos como o relatório do evento Conexão Oceano e artigos acadêmicos destacam a importância da comunicação, mas ainda a enquadram de maneira limitada. Para enfrentar problemas complexos, a coconstrução e a convergência de diferentes setores demandam uma compreensão mais ampla da comunicação como um processo social fundamental, conforme enfatizado por Kunsch (2022, p.65).

A Década também enfatiza a Literacia do Oceano como uma possibilidade para transformar mentalidades e comportamentos, demandando gestão especializada na área de comunicação, capaz de coordenar estratégias diante da complexidade e interdisciplinaridade do tema. A presença de profissionais em comunicação e um planejamento estratégico para avançar não apenas promove uma compreensão mais profunda, mas também assegura um impacto sustentável ao longo do tempo, ao construir relacionamentos duradouros com as partes interessadas.

Ao articular esses pontos, ressaltamos a necessidade de uma abordagem profissionalizada e especializada em comunicação para maximizar os esforços durante a Década do Oceano, garantindo uma compreensão efetiva e uma mudança positiva nas atitudes e comportamentos. É essencial multiplicar práticas sociais que fortaleçam o direito ao acesso à informação e à educação ambiental, especialmente no contexto do oceano, afetado por ações

humanas. A transparência e a honestidade são fundamentais para evitar enganos e dilemas éticos, reconhecendo a importância de mensagens claras e explícitas para diferentes audiências. A interação entre ciência e sociedade, guiada por uma comunicação estratégica e participativa, é fundamental para promover a sustentabilidade marítima e enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.



Fonte: Henry Fila

CAPÍTULO 6

PESQUISA E INOVAÇÃO RESPONSÁVEL PARA ECONOMIA CIRCULAR

*“O maior perigo para nosso planeta
é a crença de que uma outra pessoa o salvará.”*
Robert Swan

6. PESQUISA E INOVAÇÃO RESPONSÁVEL PARA ECONOMIA CIRCULAR

Neste capítulo, exploramos a necessidade urgente de transição para uma economia circular como resposta aos desafios ambientais, com ênfase na crise climática. Destacamos o descarte inadequado no Brasil e como a economia circular pode ser uma solução promissora. Abordamos a Pesquisa e Inovação Responsável (PIR/RRI) para alinhar pesquisa e inovação aos valores sociais como estratégia. Comparamos o contexto brasileiro e holandês, ressaltando seus papéis na busca por soluções sustentáveis. Enfatizamos a gestão de riscos ambientais na ordem global, considerando os desafios trazidos pelos avanços científicos e tecnológicos. Concluimos destacando a importância de uma compreensão profunda dos oceanos na sociedade e de uma abordagem ética na gestão responsável e inovadora dos riscos ambientais.

6.1 PESQUISA PARA INOVAÇÃO RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL

A Década do Oceano enfatiza a importância crucial da Ciência na consecução do Desenvolvimento Sustentável e no Plano Global de Implementação. Por meio do conceito de ciência transformadora, destaca a relevância de processos participativos no cenário científico, alinhando-se às necessidades tanto locais quanto globais.

As universidades e instituições científicas não são neutras nesse processo. Elas também estão envolvidas e contribuem amplamente com tecnociência e "recursos humanos" formados para promover a produtividade e a competitividade dos empreendimentos. Essa contribuição também alimenta a dominação simbólica e avança na busca por hegemonia.

A pesquisa e inovação responsável (PIR, sigla em português do Brasil) ou *Responsible Research Innovation* (RRI), em inglês, diz respeito a uma estrutura que visa alinhar as atividades de pesquisa e inovação com os valores, necessidades e expectativas da sociedade. A abordagem de RRI foi proposta para orientar o desenvolvimento de tecnologias abordando questões socialmente sensíveis e visa identificar e incorporar as preocupações do público no desenvolvimento de novas tecnologias, envolvendo uma ampla gama de intervenientes de forma interativa e transparente.

O termo (pesquisa e) inovação responsável ganhou relevância política da União Europeia nos últimos anos, em particular no âmbito de um importante programa intitulado, "Ciência na Sociedade", da Comissão Europeia, no contexto da estratégia "Horizonte 2020". PIR ou RRI é uma preocupação para todas as pessoas que especificam, adquirem, empreendem ou utilizam os resultados da pesquisa em suas atividades econômicas, sociais ou políticas – em nível comunitário, regional, nacional ou internacional. É relevante, portanto, para uma ampla gama de indivíduos e organizações.

Identificamos três características distintas que emergiram do conceito histórico e de discursos associados. A primeira é uma ênfase sobre a governança democrática dos propósitos de pesquisa e inovação responsável e sua orientação para os "impactos certos". A segunda é a responsividade, enfatizando a integração e institucionalização de abordagens estabelecidas de antecipação, reflexão e deliberação e em torno da pesquisa e inovação, influenciando a direção destas e políticas associadas. A terceira diz respeito ao enquadramento da própria responsabilidade no contexto da investigação e inovação como atividades com consequências incertas e imprevisíveis.

A definição de PIR/RRI, assim como as declarações feitas em nível de política da UE, valorizam a participação inclusiva que permite o estabelecimento de metas de pesquisa e inovação definidas em termos dos "impactos certos", e estão ancorados em valores sociais. Trata-se de problemas complexos que necessitam de soluções igualmente complexas. A pergunta óbvia então torna-se: quais são os "impactos certos" da pesquisa para inovação, e em quais valores eles devem estar ancorados? Os pesquisadores, do *Department of Biotechnology, Faculty of Applied Sciences* da TU Delft, chamam atenção para a complexidade sobre o que significa trabalhar o termo responsabilidade, neste contexto da pesquisa em biotecnologia já que este incorpora muitos significados e também no contexto da investigação e inovação (I&I) organizacional. Sonck, Asveld e Osseweijer (2020) explicam que:

A abordagem da Investigação e Inovação Responsáveis (RRI) emergiu como promotora de uma conduta responsável de inovação, mas até agora carece de um quadro sistemático para descrever, inventariar e, eventualmente, gerir as diferentes responsabilidades que as unidades de investigação e inovação (I&I) detêm nas empresas e na sociedade. (p.10)

A proposta do grupo holandês para desenvolver RRI seria então:

A ideia de desenvolver o RRI numa abordagem de “meta-responsabilidade”, para orquestrar responsabilidades em I&I corporativa. Primeiro, introduzimos um quadro para definir responsabilidade, que inclui quatro elementos (cuidado, responsabilidade, responsabilização e capacidade de resposta) e está atento à incerteza intrínseca do ambiente de I&I. (idem. p.7)

A dicotomia entre justificação assertiva e receptiva torna-se crucial para compreender como a responsabilidade é tratada no dinâmico contexto da Pesquisa e Inovação na União Europeia. Von Schomberg (2011) sugere uma abordagem pragmática, reconhecendo que, pelo menos no contexto europeu, os "impactos certos" estão alinhados com os princípios da Constituição Europeia, como uma economia social de mercado competitiva, visando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. O autor afirma que o cumprimento desses objetivos “deve ser alcançado de forma eticamente aceitável, socialmente desejável, segura e sustentável” (Von Schomberg, 2011). Essa perspectiva contrasta com abordagens, como a

brasileira, em que o mercado desempenha um papel determinante na definição dos impactos considerados certos ou errados.

Em conjunto, essas metas para a inovação claramente incorporam dilemas complexos e áreas de contestação. Algumas estarão em oposição direta umas às outras. A pesquisa e Inovação (P&I), como uma atividade voltada para o futuro, concentra-se em transformar o estado atual das coisas em direção ao que é considerado mais desejável. Entretanto, determinar o que é um resultado desejável pode não ser tão simples. Um exemplo é a pesca indiscriminada que está matando o oceano. A revolução tecnológica tornou possível a captura de volumes cada vez maiores de pescado, junto com a exploração populacional dos litorais, os subsídios às frotas pesqueiras nos países desenvolvidos e o aumento da demanda por produtos do mar, parecem ter se combinado de tal forma que geraram uma ameaça global de consequências maléficas sem precedentes.

Embora a dinâmica entre responsabilidade e capacidade de resposta esteja intrinsecamente ligada ao conhecimento dos impactos de uma trajetória de inovação, a interação entre cuidado e capacidade de resposta envolve uma reflexão mais profunda sobre se o entendimento de alguém sobre o que constitui um bom impacto é, à partida, "correto" ou "incorreto" (por exemplo, se o impacto é positivo) ou "apropriado" (por exemplo, alinhado às percepções da sociedade ou às necessidades do consumidor). É imperativo aproveitar as oportunidades para aumentar de forma sustentável a produtividade da pesca e da produção aquícola, especialmente fortalecendo as oportunidades para as comunidades costeiras, os povos indígenas, os pescadores artesanais e de pequena escala.

Essas práticas são capazes de promover um desenvolvimento que contemple maior compreensão a respeito da importância do oceano, considerando nosso tema, na vida da sociedade como um todo, levando em conta que toda organização busca ser lucrativa.

Em síntese, as metas para a inovação, embora busquem transformar o status quo em direção ao desejável, enfrentam dilemas complexos e áreas de contestação. Um exemplo paradigmático é a crise resultante da pesca indiscriminada, que representa uma ameaça global de proporções alarmantes para os oceanos. Ao analisarmos essa problemática à luz do eixo central da tese, que destaca a ética nas relações entre organizações e seus públicos, percebemos a necessidade de uma comunicação organizacional orientada pelas dimensões humana, estratégica e cultural (Kunsch, 2016). A dinâmica entre responsabilidade, capacidade de resposta, cuidado e compreensão do impacto benéfico ou correto evidencia a complexidade inerente à gestão responsável e inovadora.

A busca por soluções sustentáveis na pesca e na aquicultura torna-se crucial, exigindo a promoção de práticas que não apenas aumentem a produtividade, mas também fortaleçam comunidades costeiras, povos indígenas e pescadores artesanais. Essa abordagem é essencial para desenvolver uma compreensão mais profunda da importância dos oceanos na sociedade, alinhando-se ao objetivo comum de todas as organizações de alcançar lucratividade, que deve contemplar maneiras responsáveis e sustentáveis.

6.2 *SAFE BY DESIGN*: A COMUNICAÇÃO EM PRÁTICAS INOVADORAS

Enquanto investigadores do meio acadêmico e organizações privadas estão ocupados com o desenvolvimento técnico-econômico (Sonck, 2023), há uma necessidade urgente de combinar conhecimentos criando sinergias entre inovação responsável e a comunicação nas organizações para a sustentabilidade. As nanotecnologias, destacadas como uma área inovadora com amplos potenciais, atraem crescentes investimentos, especialmente por sua capacidade de contribuir positivamente para soluções sustentáveis. No entanto, persistem dúvidas e incertezas em relação aos riscos nanotecnológicos. Essa inovação tem sido aplicada no desenvolvimento de plásticos avançados, denominados nanocompósitos poliméricos. Esses materiais resultam da combinação de polímeros com nanopartículas, visando aprimorar propriedades como resistência, durabilidade e condutividade.

Paralelamente, os investimentos em biocombustíveis, energias renováveis e tecnologias para redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) apresentam frequentemente aspectos incertos e de difícil compreensão. Várias tecnologias e produtos emergentes (incluindo materiais e produtos químicos) são considerados promissores para apoiar esta transição.

Embora sejam áreas distintas, a nanotecnologia e a biotecnologia muitas vezes colaboram para explorar soluções inovadoras em medicina, meio ambiente e outras disciplinas. O entendimento e controle de sistemas em escala nanométrica podem contribuir significativamente para avanços em biotecnologia. Um exemplo é a Nanobiotecnologia Ambiental, uso de nanomateriais para remediar poluentes ambientais com a ajuda de microrganismos modificados geneticamente.

Pode parecer loucura abordar estas temáticas, mas pensar que nos últimos anos a questão do branqueamento de corais levou a restrições em alguns locais tropicais (Palau, Havaí, etc.) pelo uso de alguns filtros solares (Battistin *et al.*, 2022) implica e relaciona-se com hábitos muito mais próximos de nós do que poderíamos imaginar.

Essas incertezas sobre os riscos dos produtos e processos de produção trazem consigo preocupações sobre os potenciais impactos sociais, culturais e ambientais associados a esses

setores. A sustentabilidade pode impedir a segurança, uma vez que as soluções seguras nem sempre são sustentáveis. Segundo Beck,

(...) estamos vivenciando a sociedade que assume o risco – que se dilui no tempo e de forma paulatina, com nossas decisões passadas sobre energia atômica e nossas decisões presentes sobre o uso de tecnologia genética, genética humana, nanotecnologia e ciência informática, desencadeamos consequências imprevisíveis, incontroláveis e certamente até incomunicáveis que ameaçam a vida na Terra (Beck, 2018, p.22).

Beck ainda explica que, “na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” (2018, p. 23). Isso significa que, ao lado dos “problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez, sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos” (Beck, 2018, p. 22).

Para Grundel e Dahlstrom (2016), o enfoque é transformar conhecimento científico-tecnológico em riqueza socioeconômica, a partir de vocações locais, que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador de um país. “[...] representa um motor de novos conhecimentos e inovações em resposta a desafios ambientais, sendo uma perspectiva mais ampla de transformações socioecológicas e ambientes naturais” (Grundel; Dahlstrom, 2016, p.67). As universidades desempenham um papel fundamental na consecução de uma economia circular, preparando a próxima geração de líderes para enfrentar o desafio da sustentabilidade.

Através da sua investigação, ensino e envolvimento com a sociedade, as universidades podem impulsionar a transição para uma economia circular no que desvenda e transmite descobertas e soluções para os problemas do cotidiano da sociedade. Esse conhecimento pode então ser utilizado para informar a tomada de decisões a todos os níveis, desde consumidores individuais até organizações.

Exemplos de instituições no Brasil envolvidas em pesquisas nesses campos incluem a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicap), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), um centro de pesquisa que abriga o Laboratório Nacional de Nanotecnologia, entre outros laboratórios, dedicados ao estudo e desenvolvimento de nanomateriais. Estes são apenas alguns exemplos, e muitos outros pesquisadores e instituições em todo o Brasil contribuem para o avanço da pesquisa em nanotecnologia e tecnologias sustentáveis.

Projetar para a economia circular é um desafio criativo para os designers e comunicar essas possibilidades configura-se como essencial para promover processos compatíveis. A

comunicação eficaz sobre segurança em biotecnologia enfrenta desafios, “devido à percepção pública, frequentemente influenciada por emoções e experiências pessoais” (Osseweijer, 2019, p.17). Embora a legislação baseie as decisões formais de segurança, as preocupações muitas vezes se originam de incidentes em outras áreas da biotecnologia.

O *Safe by Design* (SbD) é considerado uma abordagem viável para mitigar os riscos ecológicos e à saúde humana dos produtos ao longo de seu ciclo de vida, possibilitando assim a transição sustentável prevista em compromissos políticos recentes. A segurança desde a concepção (SbD) tem sido sugerida como uma nova abordagem inspirada nos princípios de segurança inerentes desenvolvidos para a nanotecnologia, para melhorar a segurança de produtos e processos. A segurança inerente centra-se na alteração do processo numa fase inicial para eliminar os perigos, em vez de desenvolver características adicionais para os controlar (Khan; Amyotte, 2003).

De forma semelhante, a SbD dá ênfase à prevenção de riscos em vez de gestão de riscos. Encoraja uma identificação precoce dos riscos ao longo de todo o ciclo de vida do produto e a procura de soluções de concepção alternativas que previnam, na medida do possível, os riscos identificados. Coloca uma maior responsabilidade nos investigadores e uma maior exigência na interação das partes interessadas a diferentes níveis (tecnologia, política e sociedade). Este fato coloca questões sobre o risco percepções de risco e aceitabilidade dos riscos que são particularmente emergentes e problemáticos na inovação para a circularidade, com vista a uma economia sustentável e circular.

A responsabilidade na SbD é, por conseguinte, complexa e influenciada por cadeias de valor estabelecidas por vários atores. Para a aplicação mais geral da SbD, é necessária uma mudança de abordagem da conformidade regulamentar para a responsabilidade, mas como podemos definir e chegar a acordo sobre concepções e aplicações responsáveis num ambiente multi-ator e dependente do contexto? Os métodos da investigação responsável da inovação em e do design inclusivo podem elucidar a exploração de valores e fornecer orientações para a inovação sustentável e responsável específica do contexto para uma economia circular.

A avaliação sistemática dos riscos ecológicos e de saúde humana durante o desenvolvimento inicial do produto pode também facilitar a gestão do risco e melhorar a preparação regulamentar à medida que os novos produtos se aproximam da produção comercial (OCDE²⁴, 2021), (Isigonis *et al.*, 2019), bem como dar oportunidades para escolher

²⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização intergovernamental com 38 países membros, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

conscientemente onde se situa a responsabilidade pela segurança no processo de concepção (Van de Poel e Robaey, 2017).

O Horizon Europe é o programa de pesquisa e inovação da União Europeia para o período de 2021 a 2027. Este programa sucede o Horizon 2020 e representa a nona iniciativa quadrienal consecutiva da UE para promover a pesquisa e a inovação em diversos campos. Ele financia projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento em uma variedade de áreas, incluindo ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente, energia, digitalização, entre outras. O programa Horizon Europe visa estimular a colaboração entre setores público e privado, promover a inovação, e contribuir para o crescimento econômico sustentável e a resiliência da União Europeia. Apresenta uma série de "desafios sociais" de alto nível em toda a UE, a serem enfrentados por meio da ciência e da inovação.

Esses desafios incluem o uso mais eficiente dos recursos, transportes mais inteligentes e ecológicos, um suprimento seguro de alimentos e energia confiável, limpa e eficiente. Com base na análise da pesquisa sobre SbD no contexto de produtos habilitados para nano em projetos do Horizon 2020 da UE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define SbD como:

Safety-by-Design refere-se à identificação dos riscos e incertezas relacionados a humanos e ao meio ambiente em uma fase inicial do processo de inovação, de modo a minimizar incertezas, perigo(s) em potencial e/ou exposição. A abordagem SbD trata da segurança do material/produto e dos processos associados durante todo o ciclo de vida: desde a fase de pesquisa e desenvolvimento até a produção, o uso, a reciclagem e o descarte" (OECD, 2021).

Köhler e Som (2014) observam que, embora as equipes de desenvolvimento de produtos tenham estabelecido processos para lidar com alguns tipos de riscos (por exemplo, segurança técnica e elétrica, riscos de incêndio, biocompatibilidade), esse não é o caso dos riscos ecológicos e à saúde humana de novos produtos. É necessário criar orientação e métodos de SbD para que as equipes de desenvolvimento de produtos avaliem e reduzam esses riscos.

No *Department of Biotechnology, Faculty of Applied Sciences* da TU Delft, na Holanda, a seção de Biotecnologia e Sociedade (BTS) foca em pesquisas essenciais para entender os aspectos sociais e de sustentabilidade, convertendo-os em inovação responsável e comunicação de biotecnologia para o desenvolvimento sustentável. Suas principais áreas de atuação envolvem o desenvolvimento de estratégias para implementar inovações sustentáveis em uma economia circular baseada em princípios biológicos, considerando valores culturais e sociais.

As pesquisas nesse contexto se desenvolvem sob coordenação da professora Patricia Osseweijer, que defende que para implementar com eficiência a pesquisa e desenvolvimento

(P&D), é necessário haver espaços colaborativos, nos quais pesquisadores das ciências naturais e sociais interagem. Este ambiente se revela fundamental para abordar os desafios da Inovação Socialmente Responsável (SRI) ao delinear claramente as complexidades envolvidas no que tange aos riscos previamente diagnosticados. Em uma discussão sobre como implementar o SRI em pesquisa e desenvolvimento (P&D), os pesquisadores salientam que é exatamente esse diálogo necessário para levar a inovação ao próximo nível:

Na nossa opinião, espaços colaborativos em que investigadores das ciências naturais e sociais trabalham em conjunto podem constituir esses pontos de partida. Não há indicação de que isto “embota” o papel crítico e analítico do cientista social; pelo contrário, um espaço colaborativo é um local onde as opiniões críticas não são apenas toleradas, mas também apreciadas e levadas a sério uma vez que ajudam a especificar a “maldade” do desafio da Inovação Socialmente Responsável (SRI) (Osseweijer *et al.*, 2014, p.19).

Esses projetos de pesquisa colaborativa foram realizados em todo o mundo durante as últimas décadas (Fisher, 2016), como a Pesquisa de Integração Sociotécnica (STIR), liderada por Erik Fisher na Universidade Estadual do Arizona, evidenciam os benefícios da colaboração entre cientistas naturais e sociais. Essas parcerias enriquecem projetos de pesquisa, abordando dimensões sociais e éticas que, de outra forma, poderiam ser negligenciadas. No entanto, estabelecer essas colaborações é desafiador devido às diferenças linguísticas entre as disciplinas. “Superar essa barreira é crucial, pois a colaboração permite a geração de opções de pesquisa mais robustas” (Osseweijer *et al.*, 2014, p.25). Exemplos práticos incluem, entre outros, alguns observados no estudo de (Fischer, 2016):

Um engenheiro de bioprocessos e um cientista social discutiram as implicações da construção de uma unidade de produção em vários locais do mundo. Para além da disponibilidade de recursos e energia, a discussão centrou-se também nas condições de trabalho e outros fatores socioeconómicos. Ao final, a proposta do engenheiro à sua gestão baseou-se não apenas em considerações técnicas e económicas, mas também em considerações sociais e éticas (Fischer, 2016, p.178).

Essas experiências destacam a necessidade de compreensão mútua entre cientistas naturais e sociais para promover a Inovação Socialmente Responsável (ISR) na prática de pesquisa e desenvolvimento. O processo colaborativo requer uma postura ativa de tentativa e erro, sendo que a prática contínua é fundamental para alcançar a excelência na colaboração interdisciplinar.

Além da disposição individual dos cientistas naturais e sociais para colaborar, várias condições organizacionais são cruciais para facilitar uma colaboração bem-sucedida. Um "espaço colaborativo" que promova confiança e compreensão mútua é essencial. No entanto, algumas organizações podem hesitar em permitir o estudo de seus processos de I&D por

cientistas sociais externos, e muitos cientistas têm dificuldade em integrar as atividades de (SRI) com suas principais atividades de I&D. Neste aspecto, Osseweijer e colegas elucidam que:

A cultura institucional aberta e receptiva ao SRI pode ser um facilitador crucial, e a colaboração bem-sucedida muitas vezes depende da voluntariedade, permitindo que as organizações e cientistas optem por participar. A imposição obrigatória das práticas de SRI pode pressionar os resultados, mas, atualmente, o SRI é predominantemente um *modus operandi* voluntário na inovação, e forçar sua obrigatoriedade pode não ser apropriado neste estágio de exploração de seu potencial na sociedade (Osseweijer *et al.*, 2014, p.25)

É necessário um novo modelo que considere a interdependência de todas as partes interessadas no sistema e que facilite a circularidade para todos os níveis. (Grundel; Dahlstrom, 2016). Alternativamente, a química verde pode ajudar a proporcionar melhorias significativas em materiais que não são combustíveis fósseis por meio do design de moléculas, materiais e produtos que são mais facilmente reciclados do que aqueles atualmente no mercado (PNUMA, 2021). Essa perspectiva demonstra a necessidade de uma colaboração mais ampla entre partes interessadas de diversos setores, incluindo empresas, universidades e organizações da sociedade civil. Propostas para melhorar a comunicação incluem envolver mais o público no processo de tomada de decisão e realizar avaliações de risco abrangentes.

O modelo da quádrupla hélice é um conceito inovador que procura reenquadrar a economia em termos de um sistema de cinco partes: os órgãos de governação e de elaboração de políticas, a indústria privada, a sociedade civil, o mundo acadêmico e os desafios sociais como componentes igualmente importantes de um ecossistema econômico. Consequentemente, o modelo da hélice quádrupla cria oportunidades de novas abordagens para impulsionar o crescimento econômico e alcançar objetivos comuns, além de solucionar problemas complexos e promover o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem busca superar barreiras e fragmentações que podem existir em sistemas de governança tradicionais, nos quais diferentes partes interessadas muitas vezes operam de forma isolada ou competem entre si. A governança, assim, conforme a Fundação Dom Cabral (FDC):

Refere-se aos mecanismos e instâncias de direcionamento, controle e incentivos, território típico da ideia de governança corporativa, que aqui necessita ser significada para arranjos integrativos e de colaboração. Estes necessitam de direcionamento, via mecanismos de interlocução e planejamento, muitas vezes com sistemas de gestão do desempenho baseados em metas e incentivos (financeiros ou não) (IOLI *et al.*, 2023).

Ela é frequentemente adotada por organizações que buscam maior alinhamento estratégico e eficiência em suas operações para promover a colaboração, a coordenação e a sinergia entre todas as partes, levando em consideração a diversidade de perspectivas, interesses e conhecimentos. Essa abordagem é frequentemente aplicada em contextos de políticas

públicas, gestão ambiental, desenvolvimento urbano, planejamento regional e em questões que exigem abordagens holísticas para lidar com desafios complexos, como mudanças climáticas, gestão de recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

Em um ambiente imprevisível com alto grau de incerteza e instabilidade em que as empresas e seus dirigentes se relacionam com um grupo cada vez mais amplo de *stakeholders* (*multistakeholderism*) e expostos às mais diversas externalidades, fica evidente a necessidade de um processo decisório robusto e qualificado e, ao mesmo tempo, capaz de responder com agilidade às demandas do negócio.

Pensando esse cenário, exercitamos a partir dos princípios de ESG e da Pesquisa em Inovação Responsável (PIR), considerando os objetivos e pressupostos da tese, o que para nós parece “desejável” para compor um mapa de atores envolvidos para uma governança integradora e integrativa.

O *multistakeholderism* é frequentemente considerado uma abordagem mais democrática e participativa em comparação com modelos de tomada de decisões mais centralizados.

A gestão da comunicação é uma parte essencial da gestão de riscos na governança integrativa. Garantir que todas as partes interessadas estejam informadas sobre os riscos e as estratégias de mitigação é crucial para minimizar conflitos e garantir uma integração eficaz. O uso de tecnologia, estratégias de gestão de riscos e software de governança corporativa podem ser úteis na identificação e monitoramento de riscos para uma governança integrativa, contudo a questão ética e os interesses capitalistas não podem estar descolados dos objetivos das organizações.

O envolvimento dos dirigentes é crucial, pois eles desempenham um papel fundamental na definição e modelagem da cultura organizacional. Se os líderes estão engajados no processo, demonstrando e promovendo os valores culturais, isso cria um ambiente propício para a implementação bem-sucedida das estratégias.

Destacamos, assim, os papéis e responsabilidades dos setores, no intuito de formar uma inteligência eficiente para promover desenvolvimento sustentável e responsável.

Na prática, um conjunto, uma teia ou rede, conectados e interagindo conforme preconizamos no quadro 7.

Quadro 7 - Mapa de atores para a boa governança integradora.

ENVOLVIDOS	EXEMPLOS DE RESPONSABILIDADES	EXEMPLOS DE PAPÉIS
Governo	– Estabelecimento de políticas e estrutura regulatória;	– Liderança e coordenação estratégicas; Orientações sociais
	– Planejar o desenvolvimento da infraestrutura social e física e o uso da terra;	– Assegurar que as comunidades se beneficiem do desenvolvimento em sua região;
	– Alavancar recursos estaduais e externos;	– Garantir que o desenvolvimento ocorra em âmbito local;
	– Monitoramento e avaliação de empreendimentos.	– Proteger os direitos e interesses dos cidadãos.
Empresas	– Gerenciar a exploração, construção, operação e fechamento de suas plantas de acordo com as exigências legais;	– Estabelecer parcerias e apoiar os programas e ações dos governos locais, das ONGs e das comunidades no território onde atua, por todas as fases do ciclo de operação/produção; Orientações sociais
	– Transferir aptidões técnicas para a comunidade local.	– Catalisar as ações ambientais e socioeconômicas no território.
ONGs	– Avaliação de necessidades locais;	– Agir em nome das comunidades e distribuir serviços locais.
	– Promover o fortalecimento institucional;	– Cuidar para que seus interesses não se sobreponham aos da comunidade local; Orientações sociais.
Comunidades	– Avaliação e priorização das necessidades locais;	– Possuir compromisso com metas de desenvolvimento definidas localmente; Orientações sociais.
	– Mobilização de bens e recursos locais;	
	Organização interna e resolução de conflitos.	
Instituições de ensino e pesquisa	– Capacitação de profissionais e cientistas;	– Estabelecimento de parcerias com as empresas ou partes interessadas para o desenvolvimento de metodologias e tecnologias limpas, por exemplo; Orientações sociais.
	– Inclusão dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável no ensino e na pesquisa.	

Fonte: A autora.

A liderança é um elemento essencial a todo processo colaborativo e também pode ser vista como capacidade de atuação em conjunto, como tratado em modelos de liderança integrativa. Além do papel empreendedor, de iniciadores de relações colaborativas, os líderes desempenham seus distintos e respectivos papéis de patrocinadores, mobilizadores, facilitadores, mediadores e representantes institucionais perante o público em geral. Os líderes

são essenciais em momentos de deliberação e conflito, muito típico das relações colaborativas, além de serem os grandes promotores da gestão do desempenho, na medida em que devem assegurar a implementação das determinações.

Também envolvem mecanismos de controle de conformidade a regras (*compliance*), contábeis (auditorias), prestação de contas e a gestão de risco. Estes papéis podem ser desempenhados por uma multitude de instâncias, sendo mais usual a segregação de instâncias deliberativas (conselhos e comitês, emulando-se a ideia empresarial de um conselho de administração) e executivas, mas também instâncias consultivas e executivas. Há três principais questões relacionadas à capacidade de um líder promover a atuação em conjunto.

(1) A relação entre líderes e membros em geral. É fundamental que a liderança assegure confiança e apoio, o que requer uma capacidade de reconhecimento do outro, sensibilidade para perceber necessidades, diferenças e formas de estímulo, oferecer feedback encorajador, além de uma postura de colaboração (*Collaborative Leadership*), e não de um líder herói, que sabe tudo e vai conduzir todos para o paraíso.

(2) O aspecto relacional, da liderança distribuída, do exercício do compartilhamento de poder na busca de um papel integrador (*Integrative Leadership*). Nessa perspectiva, o líder se posiciona a serviço de uma inteligência coletiva, promovendo o engajamento externo e compartilhando responsabilidades. É um facilitador.

(3) Perspectiva de liderança da rede de parceiros, especialmente em organizações cujo papel essencial numa parceria é coordenar outras e exercer uma liderança sistêmica (*Network Leadership*). Nesse caso, os líderes são operadores de modelos de governança com papéis direcionadores, incentivadores, de controle, responsabilização e animação (a criação de um ambiente de constante interação).

O alinhamento entre a cultura e a estratégia não é apenas uma questão de ajuste superficial, mas sim de garantir que as práticas diárias, a tomada de decisões e a comunicação estejam em sintonia com a cultura da organização. A gestão de riscos na governança integrativa ajuda a garantir que a rede colaborativa que acontece interna e externamente, ou seja, de diferentes áreas da organização, ocorra de forma suave e eficaz, minimizando os obstáculos e as incertezas associadas ao processo. Ela desempenha um papel crítico na consecução dos objetivos estratégicos da organização e na melhoria do desempenho global. Segundo Vieira:

A análise de riscos é o processo que permite compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a sua avaliação e eventual tratamento. A análise de riscos é uma função da probabilidade de ocorrência e do impacto das consequências. Ou seja, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, o impacto nos objetivos. O

resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade quanto para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A função risco é fundamentalmente um produto das variáveis probabilidade e impacto (Vieira, 2019, p.132).

Isso implica uma série de atitudes e adoção de práticas e posicionamentos que o advento das mídias sociais podem desvendar rapidamente quando não adotados verdadeiramente. Isso lembra do Princípio 2 do Pacto Global ao destacar que: As empresas devem assegurar-se de que não são cúmplices em violações aos direitos humanos (UN Global Compact, online). A tentativa na direção de uma abordagem ética envolve a contabilização dos custos ambientais associados ao crescimento econômico. Assim, defendemos a adoção de uma governança integradora, já que está baseada na cooperação e na integração, possibilitando melhores resultados do que abordagens isoladas e fragmentadas.

6.3 UM OLHAR GLOBAL SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUOS

As agências governamentais e não governamentais, operadores de infraestrutura e outras partes interessadas em todo o mundo enfrentam o desafio de proteger infraestruturas de desastres naturais, e cada um com uma riqueza única de conhecimento e experiência. Para se avançar rumo às sociedades sustentáveis, algumas orientações para uma possível boa governança, foram expressas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou ODS, que sugerem políticas públicas mundiais para priorizar a sustentabilidade.

Esses objetivos destacam como principais desafios, a sensibilização e a mobilização dos indivíduos para maior integração entre as dimensões econômica, social e ambiental. Os dispositivos possíveis para sua implementação são os programas e políticas centrados, especialmente, nos sistemas de proteção social e educação.

A relevância da economia circular para o enfrentamento da crise climática é sublinhada como oportunidade de repensar, redesenhar e reconceituar as economias para melhor atender às necessidades humanas e fazer uso mais eficiente dos recursos naturais. A mudança para uma economia circular representa uma oportunidade para as organizações globais tomarem medidas significativas para proteger os frágeis ecossistemas do nosso planeta, ao mesmo tempo que promovem a equidade entre os cidadãos de todo o mundo.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou, em 2023, dados alarmantes (Ipea, 2023) sobre o descarte inadequado no Brasil, indicando que anualmente mais de R\$8 bilhões em materiais são destinados a aterros e lixões, em vez de passarem por processos de reciclagem.

Contudo, há uma perspectiva otimista na adoção da economia circular como solução para esse problema. A economia circular, combinada com avanços tecnológicos, possibilita a gestão eficiente de recursos finitos, equilibrando os insumos renováveis das organizações. Isso favorece a criação de sistemas industriais integrados, restaurativos e regenerativos, oferecendo uma alternativa sustentável e promissora para reverter o atual cenário de desperdício (Pereira *et al.*, 2022). O conceito de economia circular associa desenvolvimento econômico a um melhor uso de recursos naturais, por meio de novos modelos na gestão de negócios para otimização nos processos de fabricação, priorizando insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis. Para Ellen MaCarthur Foundation-EMF (2017), a economia circular fundamenta-se em três princípios:

(1) preservar e aumentar o capital natural, controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis; (2) otimizar a produção de recursos, fazendo circular produtos, componentes e materiais no mais alto nível de utilidade o tempo todo, através de projetos elaborados pensando na manufatura, na reforma e na reciclagem, de modo que componentes e materiais continuem circulando e contribuindo para a economia; (3) fomentar a eficácia do sistema, revelando as externalidades negativas e excluindo-as dos projetos, reduzindo danos a produtos e serviços.

Para isso, baseia-se em uma forma de repensar o desenho, a produção e a comercialização dos produtos para garantir o uso e a recuperação inteligente dos recursos naturais. Trata-se de um aperfeiçoamento do sistema econômico atual, uma nova forma de relacionamento com os recursos naturais e a sua utilização pela sociedade. É importante observar que o compromisso com políticas e práticas verdes varia de um lugar para outro e de uma organização para outra, e os esforços estão em constante evolução à medida que a conscientização sobre as questões ambientais aumenta. Além disso, a eficácia dessas políticas e o sucesso na redução da poluição por plásticos, por exemplo, depende de diversos fatores, incluindo a implementação adequada e a colaboração global. Alguns pesquisadores e ativistas brasileiros defendem a urgência sobre essa discussão no país, que está “em sintonia com as discussões feitas em Paris”, conforme Iwanicki:

Precisamos parar de alimentar falsas soluções, como a reciclagem química e a incineração dos resíduos plásticos, e discutir uma Economia Circular, começando pela redução da produção exorbitante de itens de uso único. Não é um apelo por menos empregos mas sim uma ressignificação de produção e uso de produtos substituíveis por outros mais inteligentes. Para isso é necessário enfrentar a crise, precisamos fechar essa torneira, reforçando que precisamos aprovar essa legislação e implementar uma Economia Circular que traga soluções desde o início da cadeia produtiva. Afinal, estamos na lista dos maiores poluidores do mundo (Maggio, 2023).

O plástico, segundo a Rede Global de Limpeza da Parley²⁵, é uma falha de design que polui todas as partes do nosso planeta, “desde o cume mais alto até a trincheira mais profunda”. Está na água que bebemos, no ar que respiramos, nos alimentos que comemos e no nosso próprio corpo. A produção de plástico continua aumentando e gerando descarte que deságua no oceano a cada minuto. Para impedir que o plástico entre em nosso oceano, precisamos parar a produção de plástico descartável, desnecessário (conhecidos como de uso único) e problemático, produzido na fonte. Essa abordagem está alinhada com os princípios da Economia Circular e abre espaço para o desenvolvimento de negócios inovadores, novas tecnologias e mercados que favorecem a reutilização de embalagens, por exemplo, parte crucial da solução para a poluição plástica.

Novos recursos em biomateriais, manufatura aditiva, fabricação digital e inteligência artificial estão desbloqueando possibilidades ilimitadas de fabricação. Projetar para a economia circular não é “tamanho único”, portanto, é um desafio criativo para os designers. As soluções relevantes vão desde embalagens bioprojetadas que se dissolvem no momento em que são usadas, até fachadas de edifícios - que incorporam algas para gerar energia, manipulação da estrutura de materiais para construir novas propriedades- , até o uso de materiais duráveis para a longevidade do produto. Um exemplo é película de revestimento comestível à base de plantas aplicada a produtos frescos que imita e aumenta as defesas naturais de frutas e vegetais. Isso retarda os dois principais fatores que causam deterioração – perda de água e oxidação. Criada pela Apeel²⁶, uma organização americana, esta é uma maneira inovadora de eliminar embalagens plásticas descartáveis de frutas e vegetais frescos, ao mesmo tempo em que combate o desperdício de alimentos.

6.3.1 Contexto Brasil

No Brasil, foi implementada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), uma lei (Brasil, 2010) que organiza como o país lida com o lixo, exigindo dos setores transparência no gerenciamento de seus resíduos. Assim, todos os envolvidos no ciclo produtivo se tornam responsáveis pela diminuição dos resíduos sólidos e pela adoção de práticas mais sustentáveis. Em 2019, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizou a pesquisa “Economia Circular na Indústria Brasileira”, cujo levantamento inédito, com abrangência nacional, apresentou a

²⁵ A Rede Global de Limpeza da Parley opera em todo o mundo, tomando medidas diretas contra a poluição marinha por plástico, desenvolvendo programas educativos e construindo infraestruturas de reciclagem.

²⁶ Informações em <https://www.apeel.com/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

percepção dos empresários brasileiros sobre a importância do assunto para a indústria nacional e constatou que 70% dos empresários não conheciam o termo da economia circular.

Para a inserção do Brasil na economia de baixo carbono, é imprescindível a ação articulada entre iniciativa privada, governos, academia e sociedade no sentido de criar novas formas de produzir, consumir, bem como disseminar e divulgar as oportunidades da economia circular. Além disso, as políticas para implementação da economia circular dependem de aprovação pelo congresso, entre outras, da lei proposta (PL 1.874/2022) que foi apresentada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) após debates com especialistas e propõe a criação da Política Nacional de Economia Circular (PNEC). No quinto artigo da proposta, estabelece oito instrumentos os quais destacamos:

Criação do Fórum Nacional de Economia Circular; a elaboração de Planos de Ação Nacional e estaduais; compras públicas sustentáveis; financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovações em tecnologias, processos e novos modelos de negócios, destinados à promoção da circularidade; o direito de reparar; o incentivo fiscal; o Mecanismo de Transição Justa; e a educação com foco na circularidade. (Brasil, 2022a)

Em 2023, o governo do presidente Lula anunciou um “pacote” de ações para estimular a economia sustentável e voltar ao protagonismo mundial das discussões climáticas. Denominado como Pacote Verde, o plano contempla seis eixos prioritários sendo: finanças sustentáveis, bioeconomia, transição energética, infraestrutura verde e saneamento, adensamento tecnológico e economia circular.

No Brasil tramita o Projeto de Lei 2524/2022, que estabelece regras relativas à economia circular do plástico; e define em seu Art. 2º, inciso XIII, a Economia circular como:

Modelo de transformação econômica que visa a estimular o uso sustentável dos recursos naturais e eliminar a geração de resíduos e poluição desde o design do produto até a sua comercialização e, após o uso pelo consumidor, por meio do retorno do produto e dos materiais utilizados às cadeias produtivas para novos ciclos de vida (Brasil, 2022b).

O Brasil, assim, retomou a consciência da sua responsabilidade global na proteção ambiental e do clima, quando assumiu papel fundamental na formulação da Convenção de Paris em 2015. À época, se comprometeu em reduzir até 2025 suas emissões de gases de efeito estufa em até 37%, estendendo essa meta para 43% até 2030.

6.3.2 Contexto Holanda

Geopoliticamente, o Brasil e a Holanda têm diferenças significativas devido às suas localizações, influências históricas e posições no cenário internacional. Os dois países desempenham papéis importantes no cenário internacional, mas em diferentes escalas.

A Holanda, do ponto de vista geográfico, é um delta, e seu solo está afundando a uma velocidade maior do que se esperava, por causa da ação humana e da mudança climática. Por esse motivo, há mais de 400 anos o investimento em pesquisa e tecnologias em gestão hídrica é um dos mais relevantes e destacados do planeta. O país é conhecido por sua longa história de gestão de água, devido a maior parte do país estar abaixo do nível do mar. Para proteger a nação da ameaça de inundações, foi desenvolvido um sistema de gestão de água altamente avançado que inclui diques, barragens, canais, e outros projetos de engenharia hidráulica. Isso é essencial para evitar inundações e garantir o controle de níveis de água em rios e lagos.

Além disso, os holandeses também são conhecidos por suas políticas de gestão da água sustentável, que incluem medidas para a conservação da qualidade da água, proteção de áreas naturais e habitats aquáticos, e promoção do uso eficiente da água. Essas políticas visam equilibrar as necessidades da sociedade com a proteção do meio ambiente. Sua importância transcende o risco, tornando esses locais, genuínos cartões postais e a marca da Holanda.

No entanto, nem tudo são flores, ou tulipas, marca cultural dos holandeses, pois nos Países Baixos, a busca por água doce cresce a cada dia e a escassez já observada em algumas regiões indicam a urgência de ações para evitar uma crise hídrica no país. Em Gelderland e Overijssel, na parte ocidental da Holanda do Sul e na província de Groningen, já havia água potável insuficiente em 2020 em horários de pico. O Instituto Nacional de Saúde Pública e Ambiente (RIVM) realizou uma análise para avaliar os desafios e possíveis soluções para garantir o abastecimento de água potável até 2030.

Uma das principais estratégias propostas é a redução do consumo de água potável, juntamente com o aumento das reservas hídricas por meio de técnicas de armazenamento prolongado, como o Programa Delta de Água Doce. Essa iniciativa visa conter o desperdício de água para o mar através dos rios, além de promover a cooperação entre empresas de água potável para a troca de suprimentos durante os picos de demanda. A introdução de novas tecnologias, como a extração de água potável de fontes salgadas (Bierkens *et al.*, 2021), é considerada uma medida promissora para complementar as estratégias de abastecimento de água a longo prazo. Além disso, a preservação da qualidade das águas subterrâneas e superficiais é destacada como fundamental, conforme exigido pela Diretiva-Quadro da Água da UE, para garantir uma base sólida para a produção de água potável. Essas ações são essenciais para proteger não apenas o meio ambiente, mas também a saúde e o bem-estar da população holandesa.

O governo holandês estabeleceu a meta de alcançar uma economia totalmente circular até 2050. Os governos, o setor e as organizações da sociedade civil uniram forças para acelerar a transição para uma economia circular. Todas as ações em que esses parceiros trabalham estão reunidas no Programa de Implementação da Economia Circular. O Programa fornece uma visão geral dos desenvolvimentos da economia circular e das novas atividades que estão sendo lançadas, além de relatar o progresso das atividades que já estavam em andamento.

No âmbito desse programa, estão sendo feitos esforços por meio de cinco agendas de transição, dez temas transversais e ao nível regional, com projetos que geram experiência para a política do governo. O Governo da Holanda declarou no final de junho de 2022 que as emissões de nitrogênio e amônia devem ser reduzidas em 50% até 2030. Em partes do país as emissões de nitrogênio devem ser reduzidas em 70%, referindo-se a 131 áreas próximas à natureza vulnerável. Essa questão afeta diretamente os agricultores, já que nem todos conseguirão continuar com suas operações da forma como fazem hoje.

O Programa Nacional para Áreas Rurais, em uma tradução livre, indica por área o quanto as emissões de nitrogênio devem ser reduzidas até 2030 para dar à natureza a chance de se recuperar. Em alguns, a redução meta é de 12%, mas há 131 áreas onde ela é muito significativa. Essa decisão tem implicações diretas para os agricultores, pois as mudanças propostas podem impactar suas práticas operacionais atuais. Alguns agricultores já enfrentam desafios significativos para se adequarem às novas regulamentações e padrões ambientais, o que pode afetar a viabilidade de suas operações agrícolas.

O plano de nitrogênio deve levar a uma redução de 50% nas emissões totais de nitrogênio até 2030 (em 8 anos). De acordo com os planos, os agricultores devem reduzir suas emissões em 40%, o que implica reduzir o rebanho holandês em cerca de 30%. As áreas identificadas como “Natura 2000”, estão espalhadas por todo o país dentro e limitada de área protegida. Dadas as diversas posições e opiniões das diferentes partes envolvidas e interessadas, a discussão sobre como reduzir a emissão de nitrogênio deve continuar sendo um assunto de alto nível para a Holanda nos próximos anos.

Além disso, existe um compromisso significativo no sentido de transformar a economia da União Europeia (EU) para se tornar eficiente em termos de recursos, de clima e menos poluente. Este fato é evidente em iniciativas recentes como o Pacto Ecológico Europeu, o novo Plano de Ação da Comissão Europeia para uma Economia Circular, a nova estratégia industrial europeia e a estratégia para a sustentabilidade dos produtos químicos.

A Comissão Europeia adotou um conjunto de propostas legislativas, mais ousado que o Brasileiro, em março de 2020, o Plano de Ação para Economia Circular, com objetivo de tornar as políticas da UE em matéria de clima, energia, transportes e fiscalização adequadas para alcançar uma redução das emissões líquidas dos gases de efeito estufa de, pelo menos, 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. O plano propõe novas regras em matéria de embalagens, a fim de diminuir o crescente número de resíduos. Declara que, em média, cada europeu gera quase 180 kg de resíduos de embalagens por ano.

As embalagens são um dos principais produtos que utilizam materiais de uso único, uma vez que 40% dos plásticos e 50% do papel utilizado na UE se destinam a embalagens. Os dados evidenciam que, se não houver medidas emergenciais para conter a poluição plástica, a UE registrará um aumento adicional de 19% dos resíduos de embalagens até 2030 e, no caso dos resíduos de embalagens de plástico, um aumento de 46%. Os plásticos de base biológica, os plásticos biodegradáveis e os plásticos compostáveis emergem neste contexto, como alternativas aos plásticos convencionais.

Os cidadãos podem encontrá-los, por exemplo, em embalagens, em bens de consumo e em têxteis, bem como em outros produtos. A qualificação - bio - leva os consumidores a pensar que tais produtos são necessariamente positivos para o ambiente. No entanto, isto só é verdade em certa medida. O pacote de medidas apresentado na UE que aborda essas questões surge na sequência do primeiro pacote de medidas relativas à economia circular, adotado em março de 2022, com medidas práticas mas também punitivas sobre a rotulagem de produtos.

Este pacote incluía o novo regulamento relativo à concepção ecológica dos produtos sustentáveis e a Estratégia da UE em prol da Sustentabilidade e Circularidade dos Têxteis e propunha novas medidas para capacitar os consumidores e permitir-lhes desempenhar um papel de maior relevância e participação na transição ecológica.

A abordagem e as políticas relacionadas à economia circular variam entre o Brasil e a Holanda devido a diferenças em termos de desenvolvimento econômico, infraestrutura, desafios ambientais e prioridades governamentais. Ambos os países enfrentam desafios socioeconômicos, mas os contextos são diferentes, entendendo nesse aspecto que o Brasil lida com questões como desigualdade, pobreza e infraestrutura, enquanto a Holanda pode enfrentar desafios relacionados a mudanças climáticas e gestão da água, dada a sua geografia.

Em nossa pesquisa, constatamos nos documentos e compromissos oficiais, sobretudo nas políticas públicas, que a União Europeia (UE) adota, uma abordagem abrangente para apoiar e comunicar a economia circular, combinando regulamentações, financiamento, educação e promoção das partes interessadas para práticas mais sustentáveis em toda a sua área

de jurisdição, o que obviamente inclui a Holanda. A partir da análise em sites e documentos digitais, tais como diretivas disponíveis na *world wide web*, elencamos no quadro 8 alguns dispositivos legais pelos quais a UE, apoia e comunica a economia circular:

Quadro 8 - Políticas e estratégias da UE que apoia e comunica a Economia Circular.

Políticas e Regulamentações	A UE desenvolveu uma série de políticas e regulamentações que incentivam a economia circular. Isso inclui diretrizes relacionadas à gestão de resíduos, embalagens sustentáveis, reciclagem, ecodesign de produtos e muito mais. Essas políticas estabelecem metas específicas de reciclagem, redução de resíduos e eficiência de recursos.
Estratégias e Planos de Ação	A UE adotou várias estratégias e planos de ação específicos para promover a economia circular, como a Estratégia para os Plásticos na Economia Circular e o Plano de Ação para a Economia Circular. Esses documentos estabelecem diretrizes e medidas para acelerar a transição para uma economia circular na UE.
Financiamento	Oferece financiamento e apoio a projetos relacionados à economia circular por meio de programas como o Horizonte 2020 e o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos. Esses fundos financiam projetos de pesquisa, inovação e infraestrutura que promovem a economia circular.
Rotulagem Ecológica	A UE introduziu o rótulo ecológico da UE, que ajuda os consumidores a identificar produtos e serviços que atendem a rigorosos critérios de sustentabilidade, incentivando a demanda por produtos circulares.
Campanhas de Sensibilização	Realiza campanhas de sensibilização pública para educar os cidadãos sobre a economia circular e incentivar a mudança de comportamento. Essas campanhas incluem informações sobre reciclagem, redução de desperdício e consumo responsável.
Plataformas de Conhecimento	Mantém plataformas online e recursos educacionais que oferecem informações detalhadas sobre a economia circular, incluindo estudos de caso, melhores práticas e orientações para empresas e organizações.
Diálogo com partes Interessadas	Promove o diálogo com partes interessadas, incluindo empresas, ONGs e governos locais, para colaborar na promoção da economia circular. Isso envolve consultas públicas, grupos de trabalho e parcerias público-privadas.
Incentivos para a Inovação	Oferece incentivos financeiros e regulatórios para estimular a inovação em produtos, processos e modelos de negócios circulares, visando tornar a economia mais sustentável e eficiente em recursos.

Fonte: a autora

Como vimos, a UE tem sido uma defensora ativa da economia circular e tem implementado uma série de políticas, legislações e iniciativas para promovê-la, utilizando estratégias de comunicação para informar e engajar os cidadãos, organizações e outras partes interessadas sobre a economia circular. Enfatizamos que, embora a regulamentação holandesa se baseie na política da UE, reconhecemos que existem diferenças na regulamentação entre os estados-membros da UE.

O Brasil dispõe de legislação ambiental robusta, no entanto, a implementação efetiva é um desafio, e neste contexto a aplicação consistente das leis relacionadas ao meio ambiente pode afetar a eficácia das políticas de economia circular.

6.4 DESAFIOS NA GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Enquanto escrevamos nossa tese, a cidade de Macéio afundava e cabe refletir sobre outra ação organizacional mal planejada e que nos ajuda a compreender essa temática complexa. No dia 25 de janeiro de 2019, a cidade brasileira de Brumadinho, no estado de Minas Gerais (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, testemunhou uma das maiores tragédias com o rompimento de uma barragem de minério denominada barragem da Mina Córrego do Feijão, controlada pela organização Vale S.A.

O acidente na barragem da Mina Feijão causou o vazamento de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério. O terrível mar de lama não causou apenas prejuízos financeiros, mas um desastre industrial, humanitário e ambiental, com a morte de 270 pessoas - incluindo três desaparecidas - em números oficiais divulgados em 20 de dezembro de 2022 (com a identificação da 267ª vítima quase quatro anos depois do rompimento da barragem).

A Defesa Civil do estado de Minas estima que 24 mil pessoas foram afetadas de algum modo pelo rompimento da barragem. A tragédia fez com que o Brasil se tornasse o país com o maior número de mortes nesse tipo de acidente, somando-se a outros dois desastres com perdas humanas ou graves danos ambientais: o rompimento da barragem da Herculano Mineração, em Itabirito (2014, com três mortes) e o rompimento da barragem em Mariana (2015, com dezenove mortes). A pedido do Ministério Público Federal, o Centro Internacional de Métodos Numéricos en Ingenieria (CIMNE) vinculado à Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), estudou as causas do rompimento da Barragem de Brumadinho (MG).

Neste estudo/relatório, a Universitat Politècnica de Catalunya reitera que “a maioria dos rejeitos da barragem eram fofos, contráteis, saturados e mal drenados e, portanto, altamente suscetíveis à liquefação”. (CIMNE, 2021, p.4) e descarta outras possibilidades de gatilhos para o rompimento. Foram examinados os registros sismográficos e excluída a hipótese de um carregamento dinâmico, seja por terremotos ou atividades de mineração, como gatilho provável. O procedimento, que teve o aval da consultora Tüv Süd, foi realizado pela empresa Fugro, contratada pela Vale. Segundo o relatório, todas as três companhias não levaram em conta regulamentos técnicos internacionais. “A empresa Vale S.A. e a sua consultora Tüv Süd haviam sido alertadas quanto aos riscos de executar perfurações com utilização de água, em uma estrutura tal como a barragem” (CIMNE, 2021).

De fato, normas e regulamentos internacionais relatam sobre o potencial de causar danos por esse método, estabelecendo diversas restrições e recomendações. “Esses cuidados não foram tomados pela Vale S.A., pela sua consultora Tüv Süd, ou pela responsável pela execução do serviço, a empresa Fugro, em um procedimento pouco cuidadoso na definição da técnica e do equipamento utilizado”, diz o laudo conforme nosso recorte a seguir. No dia 25 de janeiro de 2019, foi atingida a marca aproximada de 68 metros de profundidade. O laudo da PF levanta como principal hipótese para o rompimento da barragem uma perfuração geotécnica cujo objetivo era coletar amostras de solo e instalar piezômetros multiníveis, que são instrumentos que medem a pressão da água presente nos poros do solo:

A empresa Vale S.A. e a sua consultora Tüv Süd haviam sido alertadas quanto aos riscos de executar perfurações com utilização de água, em uma estrutura tal como a barragem I. De fato, normas e regulamentos internacionais relatam sobre o potencial de causar danos por esse método, estabelecendo diversas restrições e recomendações. Esses cuidados não foram tomados pela Vale S.A., pela sua consultora Tüv Süd, ou pela responsável pela execução do serviço, a empresa Fugro, em um procedimento pouco cuidadoso na definição da técnica e do equipamento utilizado (Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2021).

Os peritos consultados argumentam que tanto a Tüv Süd quanto a Fugro deveriam ter considerado as recomendações das melhores práticas internacionais de engenharia, que preveem, por exemplo, um histórico de incidentes de ruptura hidráulica decorrentes da utilização de fluidos durante a execução de perfurações, as quais devem ser realizadas a seco em estruturas como a de Brumadinho. Cabe frisar, contudo, que leis e normas definem responsabilidades e atribuições, mas não impedem ocorrências de incidentes/acidentes. A comunicação permeia todo o processo de gestão do risco. Envolve a mineradora e as partes interessadas, uma vez que deve estabelecer processos contínuos e interativos de comunicação visando fornecer, compartilhar e obter informações referentes à visão da sociedade frente à segurança de barragens. A gestão de risco também tem o papel de proporcionar a transparência dos resultados por meio da comunicação às partes interessadas, principalmente ao público externo, quanto aos tipos de riscos e como estão sendo tratados. Estas informações são importantes para melhorar a confiança da sociedade no setor.

Concordamos com (Fleury, 2023, p.73) quando reflete que o desafio é tornar a população mais informada sobre como são os procedimentos de segurança da mineradora, aumentando a confiança na organização, “devendo-se atentar para a qualidade da informação reportada à sociedade e aos variados públicos de interesse” (p.74). Nesse quesito, a regulação pode auxiliar que a mineração incorpore boas práticas de gestão, como sistemas declaratórios e mecanismos de reporte, como parte de sua política de gestão de riscos.

A gestão do risco é a característica principal da ordem global. Segundo Beck (*apud* Giddens, 2002, p. 679), o risco torna-se central por várias razões, visto que por meio do avanço da ciência e da tecnologia surgiram novas situações de risco diferentes das existentes em décadas anteriores. A ciência e a tecnologia proporcionam à sociedade muitos benefícios, entretanto, criam riscos que são imensuráveis. Justamente, em virtude disso, não se sabe os riscos que se corre com os alimentos modificados geneticamente ou com as tecnologias nano, por exemplo.

Cabe ressaltar a importância para o desenvolvimento da ciência na UE, especialmente a Holanda e Alemanha, combinados com interesses dos governos brasileiros que recebem vultosos investimentos de organizações internacionais para exploração de recursos naturais, bem como a cooperação entre países que têm interesse econômicos nessas explorações, como o hidrogênio verde, eólicas, mineração, etc., somados às políticas públicas de países ricos em oposição à maior flexibilidade das mesmas políticas protetivas do meio ambiente em países pobres. Esse cenário, somado às reflexões a partir dos referidos estudos supracitados, nos permite concluir que prática e teoria ainda não estão combinadas com a realidade.



Fonte: Henry Fila

CAPÍTULO 7

ESTUDO EMPÍRICO: ANÁLISE DO DISCURSO ORGANIZACIONAL

*“Produz uma imensa tristeza pensar que a natureza fala enquanto a
raça humana não ouve”.*
Victor Hugo (1802-1885).

7. ESTUDO EMPÍRICO: ANÁLISE DO DISCURSO ORGANIZACIONAL

Neste capítulo, descrevemos o estudo empírico e o dispositivo analítico, combinando metodologias relacionadas ao tema do "risco". Utilizamos critérios e descritores na análise empírica para observar a construção oficial do discurso nos documentos exemplares oficiais (DOE) que orientam e legitimam práticas organizacionais. Por fim analisamos o discurso organizacional nos relatórios de sustentabilidade e em estratégias de comunicação adotados pela Fugro. Os pressupostos conceituais baseiam-se no arcabouço teórico apresentado no capítulo dois desta tese.

7.1 SOBRE O CORPUS DISCURSIVO E O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Após discorrermos sobre algumas das principais visões sobre a Comunicação na interface com o oceano, nos capítulos anteriores, cujo objetivo foi evidenciar o papel estratégico da comunicação organizacional integrada para o combate à poluição plástica no contexto da Década do Oceano, é hora de falar sobre o estudo discursivo e analítico que empreendemos.

Levando em conta as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições e a estrutura social para a compreensão contextual mais ampla possível, e para responder nossas questões de pesquisa conforme nosso arcabouço teórico, os pressupostos e objetivos, identificamos as organizações, a fim de realizar uma análise descritiva de treze documentos oficiais que abordam a agenda ambiental do desenvolvimento sustentável na UE e no Brasil.

Concentrando-se em temas, que incluem Compromissos e Acordos Internacionais, Economia Circular, Combate à Poluição Plástica entre outros. A atenção especial foi dedicada à origem e função desses documentos no contexto organizacional. Em um segundo movimento analítico, objetivamos interpretar o discurso organizacional presente na comunicação dos documentos da Fugro (o *corpus* analítico desta tese, descrito no capítulo 2) uma organização comprometida com o tema do oceano em políticas e práticas organizacionais.

Inicialmente partimos do referencial metodológico da HP de profundidade (como referimos no capítulo 2). Para analisar os discursos, bem como da apreensão dos sentidos por eles produzidos, utilizamos a análise do discurso (AD) de linha francesa combinada com a análise de conteúdo conforme Bardin (2016) e a observação participante. A (AD) na perspectiva francesa não separa os procedimentos metodológicos do escopo teórico, por isso entende-se que, em cada trabalho, há a construção de um dispositivo teórico e analítico próprio.

Para tanto, utilizaremos a metáfora de um mosaico, no qual, ao reunirmos os fragmentos de diversas tonalidades e formatos, como o objetivo de pesquisa, os pressupostos, o referencial

teórico adotado, os procedimentos metodológicos para a coleta de dados e as estratégias de análise, atuamos como mosaicistas, como artistas unindo suas peças, construindo assim a investigação proposta. Seguindo o esquema que apresentamos no quadro 9, referimos nosso percurso metodológico descrevendo-os a seguir.

Quadro 9 - Procedimento metodológico

ETAPA	PROCEDIMENTO REALIZADO	RESULTADOS
Pré-análise	Leitura flutuante dos documentos oficiais orientadores das políticas que incidem na Gestão do Oceano, da UE e Brasil, dos relatórios de sustentabilidade produzidos entre os anos de 2012 a 2022 da Fugro.	Visão de conjunto dos documentos.
	Definição e escolha dos relatórios a serem analisados.	Definição da unidade de análise escolhida – definição da empresa pesquisada.
	Definição dos critérios e segmentos dos documentos e relatórios a serem analisados.	Desenvolvimentos de descritores de discursos
	Definição das classificações iniciais dos discursos.	Classificação e critérios definidos a partir da análise de conjunto de documentos chamados por nós de DOE.(Taxonomia UE, princípios ESG, GRI, Pacto Global, Tratado do Plástico, Década do Oceano, Cebds).
Exploração do material	Identificação de possíveis distorções (verdade e legitimidade)	Aplicação e identificação dos 10 princípios do GRI - Busca de distorções, rupturas e sinergias com os Princípios de ESG e os 10 Desafios da Década do Oceano.
	Identificação de possíveis distorções (sinceridade e legitimidade)	Aplicação de palavras-chave a partir dos tipos de discurso encontrados nas organizações considerado como descritores de discursos na interface comunicação e oceano.
Tratamento dos resultados	Tratamento, inferência e interpretação.	Interpretação a partir dos pressupostos teóricos e dados encontrados.

Fonte: a autora.

Considerado como o primeiro estágio de um estudo de qualquer natureza, a observação se baseia principalmente na sensorialidade humana (ver e ouvir) para captar com precisão os aspectos fundamentais de um fenômeno dentro de seu contexto empírico. Segundo Fachin (2001), na área das ciências sociais, esse aspecto é chamado de fato, resultante de um ato observado, é dado, quando registrado.

No que se refere aos métodos de tratamento de dados qualitativos, como no caso da nossa pesquisa, Lopes (2014) destaca que:

A observação, como processo de construção dos dados da pesquisa, abrange duas operações distintas: amostragem e coleta de dados. A amostragem, utilizada para delimitar o campo de investigação, pode ser probabilística, envolvendo métodos estatísticos e quantitativos, ou não probabilística, sendo significativa ou de representatividade social (não estatística), com métodos de tratamento de dados qualitativos.

Conforme o esquema do Quadro 9 apresentado, na pré-análise fizemos a leitura flutuante, ou seja, estabelecemos um contato exaustivo com os dados, buscamos uma primeira percepção das mensagens neles contidas, deixando-nos “invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (Franco, 2008, p. 52).

Em seguida, selecionados os documentos considerados oficiais e que foram produzidos por instituições e governos, encontrados, iniciamos nas leituras e na análise documental. Esta etapa processa-se a partir de semelhanças e diferenças, e é uma forma de investigação que consiste em um conjunto de operações intelectuais que têm como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação. Segundo Duarte e Barros, (2008, p. 275):

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos.

Nessa fase, o *corpus* estabelecido foi estudado mais profundamente, com o objetivo de estabelecer as unidades de registro e unidades de contexto. “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (Bardin, 2016, p. 134). O tratamento dos dados, ao empregar técnicas usuais da análise de conteúdo para decifrar, em cada texto, o núcleo emergente que servisse ao propósito da pesquisa, consistiu em um processo de decodificação, interpretação e inferência sobre as informações, e conforme Duarte e Barros, (2008, p.276):

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e o manuseio. Visitados os espaços (reais ou virtuais), superados os obstáculos na etapa de apuração e organizado o material, o pesquisador parte para a análise crítica dos documentos que, com vínculos e desdobramentos, apresentam-se para avaliação.

Assim, partimos para a determinação das unidades de registro. “A Unidade de Registro é a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas” (Franco, 2008, p. 41).

Os registros, de acordo com Franco (2008), podem ser de distintos tipos que podem estar inter-relacionados: a palavra, o tema, o personagem. Primeiramente, escolhemos o tema para depurar nossos achados como nossa “unidade de registro” por ser uma afirmação sobre determinado assunto que envolve “não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos e emocionais” (Franco, 2008, p. 43).

Segundo Bardin, o tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (2016, p. 135). Orientando-nos atentamente pelo que Orlandi (2020, p.75) preconiza sobre os procedimentos da análise do discurso:

Os procedimentos da Análise de Discurso têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem um certo grau de operacionalização dos conceitos.(...) a saber, que a análise se faz por etapas que correspondem à tomada em consideração de propriedades do discurso referidas a seu funcionamento, e vamos cotejar as etapas com os procedimentos que dão forma ao dispositivo. Estas etapas de análise têm, como seu correlato, o percurso que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o *corpus*, o material empírico.

Voltamos aos dados, por meio dos procedimentos metodológicos aplicados, os registros orais (*podcasts* e transcrições dos encontros presenciais – cursos, conferências, palestras e eventos que participamos) e escritos (documentos oficiais orientadores das políticas que incidem na gestão do oceano, no combate a poluição plástica da UE e Brasil, dos relatórios, código de ética e compromissos de sustentabilidade produzidos entre os anos de 2012 a 2022 da Fugro), constituídos nos encontros virtuais e presenciais. Destes, selecionamos treze documentos e exploramos cada conjunto de dados individualmente, buscando unidades de significação relacionadas à temática da pesquisa, como se estivéssemos montando um mosaico, escolhendo peças que se encaixam harmoniosamente.

7.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DOE E O DISCURSO SOBRE O OCEANO

Para desenvolver um dispositivo analítico, baseado na compreensão do movimento exercido na pré-análise, partimos para a exploração dos materiais. Essa exploração envolve uma análise aprofundada dos materiais coletados e depois selecionados, considerando-os como produções históricas e políticas com significados e subjetividades intrínsecos nas mensagens. Esse exercício analítico é fundamentado em um amplo arcabouço teórico em busca de possíveis distorções, especialmente relacionadas à verdade e à legitimidade. Foucault (2009), oferece uma contribuição significativa ao entendimento da verdade ao considerá-la não apenas como

um elemento socialmente construído, mas como um elemento em constante construção, moldado pelas transformações na estrutura social. Foucault destaca a intensa relação entre poder, direito e verdade, enfatizando que somos compelidos a produzir a verdade pelo poder que a exige e precisa dela para funcionar. Segundo Foucault (2009, p. 146):

A verdade está ligada às relações de regularidade que produzem as nossas leis e justificam as nossas ações, não existindo conceito de verdade se não há conceito de poder. A verdade pode, então, ser compreendida como um conjunto de procedimentos regulados e justificados, sendo ela também factual, pois é constituída a partir da ação do sujeito, na dinâmica das realidades sociais, cabendo às sociedades o julgamento daquilo que é verdade e do que é falso, do que é moral e imoral, ético e antiético.

Foucault aborda a materialização da verdade e do poder destacando que a verdade se manifesta por meio das práticas sociais, especialmente através do discurso. No pensamento de Foucault, o discurso desempenha um papel significativo nas tramas sociais, possivelmente porque as relações sociais, a sociedade e o próprio ser humano são construídos a partir da linguagem. Para nós, isso inclui identificar os sujeitos discursivos e suas posições ideológicas no discurso destes documentos, orientadores de práticas e regramentos produzidos por setores governamentais, empresariais e institucionais no Brasil e na UE. Consideramos esses documentos como elementos discursivos que contribuem para construção do nosso dispositivo analítico, como ensina (Orlandi, 2020):

O dispositivo analítico, pode ser aplicado na análise do discurso e oferece uma abordagem crítica para compreender como a linguagem e o discurso são usados para criar e perpetuar relações de poder e significado em uma variedade de contextos sociais. Enfatiza que o dispositivo analítico não é um método rígido, mas sim uma estrutura flexível que pode ser adaptada a diferentes contextos de pesquisa. Ele é usado para investigar como os discursos são construídos, como os sujeitos se posicionam em relação ao discurso e como o poder é exercido por meio da linguagem.

Isso envolve a análise do contexto social, político e histórico em que o discurso é produzido, incluindo as relações de poder que o permeiam. Orlandi (2020) destaca a importância da análise da enunciação, ou seja, quem fala, em que condições e com que propósito.

Nessa perspectiva, analisamos os documentos oficiais exemplares DOE. Em suma, a estrutura conceitual oferecida em cada DOE visa compreender como as práticas discursivas operam, quem tem autoridade para falar e como as ideias são disseminadas e consolidadas em contextos específicos. Segundo a perspectiva de Baldissera e Mourão (2021), a análise de um saber-prática discursiva deve considerar relações entre:

(1) o domínio dos objetos, compreendido como aquilo de que se pode falar em uma determinada prática discursiva; 2) as posições subjetivas – sujeitos autorizados a falar dos objetos em um determinado espaço/campo por serem

reconhecidos por outros sujeitos nesse lugar; 3) o campo dos enunciados no qual os conceitos se movimentam; e 4) as possibilidades de utilização e de apropriação das formações discursivas e, conseqüentemente, dos discursos. A análise dessas relações conduz às verdades enunciativas que podem ser vistas na copa de uma árvore de derivação enunciativa, em que os enunciados de um saber-prática discursiva aparecem consolidados e da forma como são reverberados (p.15).

Abordaremos os documentos selecionados seguindo uma ordem cronológica, contextualizando-os tanto no âmbito nacional (Brasil) quanto global (UE), e destacando suas filiações.

Como peças distintas em um mosaico, cada documento representa um aspecto particular do entendimento sobre a gestão ambiental. A escolha e a análise destes documentos refletem a diversidade de perspectivas e abordagens para a questão em análise, buscamos compreender quais sentidos e ideologias são ativados nos locais onde são instituídos esses significados especialmente em um contexto de formulação de políticas públicas que orientam práticas organizacionais. Nesse contexto, apresentamos uma análise descritiva da agenda ambiental do desenvolvimento sustentável por meio de narrativas distintas extraídas desses documentos oficiais exemplares, os quais passaremos a denominar pelo acrônimo DOE.

Este enfoque se alinha-se ao pressuposto central da tese, inspirado na metáfora do mosaico, onde reconhecemos:

1. Os mercados constituem processos de representação não neutros, (Jacobi, 2012) e não se pode depositar a esperança na capacidade do consumidor como agente transformador e mitigador para combater o lixo no mar”.

Os temas destacados e que orientaram a análise incluem: Compromissos e Acordos Internacionais, Economia Circular e Gestão de Resíduos, Combate à Poluição Plástica, Taxonomia e Obrigações Verdes, Desafios na Implementação, Educação Ambiental e Conscientização, Envolvimento do Setor Privado e Cooperação Internacional, além da Regulamentação sobre Produtos de Plástico. Dedicaremos uma atenção especial aos documentos, explorando como surgiram e qual é sua função no universo organizacional.

(DOE 01) - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi criada em 1992 para promover a cooperação internacional sobre questões técnicas e políticas relacionadas ao aquecimento global. Ratificada por mais de 175 países, busca estabilizar as emissões de gases de efeito estufa e prevenir interferências humanas perigosas no clima. O

princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, destaca a necessidade de proteger o sistema climático com base na equidade e nas capacidades específicas de cada país. Ao finalizar a COP28 em 2023, os países elaboraram uma Declaração Conjunta sobre Clima, Natureza e Pessoas, que transcrevemos:

Afirmamos que não há caminho para alcançar plenamente os objetivos de curto e longo prazo do Acordo de Paris ou os objetivos e metas para 2030 do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal sem abordar urgentemente as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a perda de terras, de uma forma coerente, sinérgica e holística, de acordo com a melhor ciência disponível. "

A UNFCCC reflete uma ideologia global de cooperação e responsabilidade compartilhada diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. A ênfase na prevenção de interferências humanas perigosas no clima sugere uma preocupação com ações que possam ter efeitos prejudiciais significativos no equilíbrio climático global. Como um instrumento global, reconhece e busca enfrentar os riscos multidimensionais associados às mudanças climáticas, adotando uma abordagem que considera a diversidade de impactos e vulnerabilidades em diferentes contextos.

(DOE 02) Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é uma exigência do órgão ambiental municipal, no Brasil, conforme a Lei nº 12.305/2010, a qual requer um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) para algumas organizações, portanto é um elemento do planejamento e gestão, em conformidade com as práticas internacionais, para a elaboração dos planos de gestão dos resíduos sólidos. O texto desta política está relacionado ao tipo de discurso de Sustentabilidade e Uso Responsável.

Na nossa visão, esta é uma política estratégica para avançar no combate à poluição plástica e, além de um diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, a política traz as metas a serem atingidas e os programas que serão desenvolvidos, como: Programa Nacional Lixão Zero, Programa de implementação e ampliação da Logística Reversa e Programa Nacional de Combate ao Lixo no Mar. Os pesquisadores no Brasil, (Besen, Jacobi, Silva e Christian, 2021) em amplo e aprofundado estudo sobre a ineficiência desta política, pela falta de implementação, concluíram que:

O efeito desta política até aqui é muito modesto se avaliarmos os dados que apontam que entre 2010 e 2019, o percentual de resíduos com destinação adequada aumentou apenas de 56% para 59%. Os lixões, que no prazo original deveriam encerrar suas atividades em 2014, aumentaram a quantidade recebida de resíduos em todas as regiões do país. Ao lixo já conhecido, desde

2019 adicionaram-se os resíduos da pandemia: máscaras, sapatilhas, toucas, luvas, e mais embalagens de desinfetantes e álcool gel. Materiais usados no Planeta todo, com mais de 7,5 bilhões de pessoas, e alguns deles descartáveis em horas (aos médicos é recomendado que troquem a máscara a cada 2 horas e, aos cidadãos comuns, a cada 4 ou 6 horas). A vacinação em massa, já em curso, implicará bilhões de seringas, agulhas, recipientes plásticos ou de vidros (p.17).

A menção aos desafios de infraestrutura, educação ambiental, coleta seletiva e conscientização ressalta a complexidade do problema, indicando que a efetividade da PNRS é influenciada por fatores multidimensionais. A ideologia identificada no documento com um discurso protecionista e voltado para melhorar a gestão dos resíduos no Brasil difere da realidade, apesar de alguns avanços, persistem desafios significativos na gestão de resíduos no Brasil, exigindo uma revisão mais profunda e eficaz desta política.

(DOE 03) - Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável

Este plano de ação visa orientar e fortalecer a paz global, promovendo mais liberdade para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Guiado pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, e embasado em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração do Milênio, busca um mundo onde todos os países desfrutem de crescimento econômico sustentável, sem esgotar recursos naturais ou prejudicar o meio ambiente. A visão idealizada destaca a importância do desenvolvimento alinhado aos princípios do desenvolvimento sustentável, mencionando o oceano como elemento crucial para alcançar o equilíbrio desejado, conforme destacamos:

Preveremos um mundo em que cada país desfrute de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos ao oceano e mares – são sustentáveis. Um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia são sensíveis ao clima, respeitem a biodiversidade e são resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos (p.05).

Podemos interpretar esse discurso como pertencente ao gênero do discurso utópico, pelo qual se projeta uma visão idealizada de um mundo futuro. A linguagem utilizada é otimista e aspiracional, buscando inspirar uma abordagem positiva em relação ao crescimento econômico, inclusivo e sustentável, bem como ao trabalho decente para todos. No entanto, uma análise

crítica pode questionar a viabilidade prática da realização dessas aspirações utópicas, especialmente diante dos desafios complexos e das realidades políticas e econômicas enfrentadas globalmente. O texto se identifica com o tipo de discurso de Sustentabilidade e Uso Responsável.

(DOE 04) ODS 14 - Vida na água

Conservar e usar de forma sustentável o oceano, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável:

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes. 14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável do oceano e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável do oceano e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos” (ONU, 2016, p.35-36)

O discurso abrange elementos tanto de conservação e proteção quanto de sustentabilidade e uso responsável no contexto específico dos oceanos e seus recursos. Para fins de análise do *corpus* da nossa pesquisa, importa-nos também atentar sobre os indicadores para medir o progresso em relação ao objetivo 14 – vida na água que abrangem várias áreas, incluindo a saúde dos ecossistemas marinhos, a conservação da biodiversidade marinha e a redução da poluição. No que tange a capacidade de Monitoramento e Gestão do oceano: este objetivo tem como premissa a avaliação sobre a capacidade dos países de monitorar e gerenciar seus recursos marinhos de forma sustentável.

No Brasil, a gestão dos recursos marinhos é atribuída a diversas instituições, notavelmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essas instituições desempenham papéis cruciais na elaboração de regulamentações e na fiscalização das atividades marítimas. Na convergência com o *corpus analítico* desta tese, é possível situar a Fugro, considerando, que desenvolve serviço de pesquisa e coleta de dados marinhos e terrestres em estudos para monitorar a qualidade da água, as condições do leito do mar e a saúde dos ecossistemas marinhos.

Esses dados são usados para avaliar o impacto de atividades humanas no oceano e para tomar medidas de mitigação. Portanto, a Fugro desempenha um papel importante na capacidade de monitorar, estudar e gerenciar o oceano, fornecendo dados e serviços essenciais para governos, indústrias e organizações que trabalham para a preservação e utilização sustentável dos recursos marinhos.

(DOE 05) Da poluição à solução: uma avaliação global do lixo marinho e da poluição plástica

Este Relatório é um documento que avalia a gravidade do lixo marinho e da poluição por plásticos, analisa as soluções e serve como base às discussões na Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente (Unep 5.2) em 2022, onde os países se reuniram para decidir um caminho a seguir sobre a cooperação global. Globalmente, a avaliação, que se destina a informar ações baseadas em evidências a todos os níveis, mostra que, embora tenhamos o conhecimento, precisamos de vontade política e de medidas urgentes para enfrentar esta crise crescente.

A quantidade de lixo marinho e poluição plástica tem crescido rapidamente. As emissões de resíduos plásticos nos ecossistemas aquáticos estão projetadas para quase triplicar até 2040 sem uma ação significativa. A escala e o rápido aumento do volume de lixo marinho e da poluição plástica estão colocando em risco a saúde de todos os oceanos e mares do mundo. Os plásticos, inclusive os microplásticos, são agora onipresentes. Eles são um marcador do Antropoceno, da era geológica atual, e estão se tornando parte do registro fóssil da Terra. Os plásticos deram seu nome a um novo habitat microbiano marinho, a "plastisfera" (p.98).

Em um cenário de negócios como de costume e na ausência das intervenções necessárias, a quantidade de resíduos plásticos que entram nos ecossistemas aquáticos poderia quase triplicar, de cerca de 9 a 14 milhões de toneladas por ano em 2016 para projetada de 23 a 37 milhões de toneladas por ano até 2040. A referência aos plásticos como marcadores do Antropoceno destacada no documento, a compreensão de que as atividades humanas estão deixando uma marca significativa no ambiente global, especialmente no oceano, enfatiza uma ideologia que sobre a gravidade da situação, a necessidade de ações imediatas, a importância da cooperação global e a crítica às práticas atuais que contribuem para a crise do lixo marinho e da poluição por plásticos. Portanto, o discurso do texto está principalmente centrado na conservação e proteção dos oceanos, bem como na promoção da sustentabilidade e do uso responsável dos recursos marinhos.

(DOE 06) Acordo de Nairóbi sobre a eliminação de resíduos marinhos e poluição plástica.

O "Acordo de Nairóbi", formalmente conhecido como um tratado internacional adotado durante a Quarta Sessão da Assembleia da ONU para o Meio Ambiente (UNEA-4) em março de 2019, visa abordar a crescente preocupação com a poluição plástica no oceano. Este acordo, assinado e ratificado por vários países, tem como principal objetivo combater a poluição plástica no oceano, promovendo a cooperação internacional. Suas metas incluem o desenvolvimento de estratégias e políticas para mitigar a poluição, promover a gestão

sustentável de resíduos plásticos, responsabilidade das partes, apoio a países em desenvolvimento e relatórios regulares sobre ações para reduzir a poluição plástica. A análise do documento nos fornece subsídios para afirmar que o texto está alinhado com o discurso de Diplomacia e Cooperação Internacional, mas sobretudo para Sustentabilidade e Uso Responsável.

(DOE 07) Tratado global contra a poluição plástica

O Tratado Global Contra a Poluição Plástica, liderado pelas Nações Unidas com a participação de 167 países, está em fase de elaboração do documento inicial. O tratado visa reduzir significativamente a poluição causada por plásticos descartáveis de uso único em todo o mundo. O "rascunho zero" orientou as negociações das propostas, que começarão em novembro de 2023 em Nairóbi, Quênia. A expectativa é que o acordo seja juridicamente vinculante, estabelecendo metas específicas para reduzir a produção de plástico de uso único e mitigar seus impactos ambientais e na saúde humana. O objetivo é finalizar o texto em dezembro de 2024, refletindo a urgência diante da crise ambiental causada pela produção irresponsável de plásticos. A pesquisadora Lara Iwanicki destaca a importância desse tratado, cuja decisão foi tomada durante o segundo encontro em Paris, reunindo governos, empresas, organizações e comunidades locais. O discurso desse texto está principalmente alinhado com o tipo de discurso de Diplomacia e Cooperação Internacional e Conservação e Proteção.

(DOE 8) Pacto ecológico europeu - *Green deal*

Este “pacote²⁷” de medidas da UE para reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, foi concluído. A UE dispõe de metas climáticas juridicamente vinculativas que abrangem todos os setores-chave da economia e representam uma oportunidade para promover a competitividade e a resiliência. Destacamos desta política europeia, a deliberação do parlamento em dezembro de 2022 sobre a importância dos relatórios anuais de sustentabilidade das organizações e que, qualifica-os como forte dispositivo para comportamentos mais responsáveis e qualificados para comunicar os riscos e os impactos no ambiente e nas pessoas, oriundo dos processos produtivos das organizações, como transcrevemos:

(9) O relato de sustentabilidade por parte das empresas tem o potencial de beneficiar diretamente os cidadãos e investidores, permitindo-lhes uma participação mais informada no diálogo social. Para alcançar esses benefícios,

²⁷ Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022.

os relatórios anuais das empresas devem atender principalmente a dois grupos de usuários: investidores que buscam compreender os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, e membros da sociedade civil que buscam responsabilizar as empresas por seus impactos ambientais e sociais. Além disso, outras partes interessadas, como parceiros comerciais e clientes, podem utilizar essas informações para promover a comparabilidade entre setores e garantir a compreensão e comunicação dos riscos e impactos sustentáveis em suas cadeias de valor. (Comissão Europeia, 2023, síntese e tradução nossa)

Esta Diretiva desempenha um papel crucial ao criar um ambiente regulatório que promove a integração da sustentabilidade nos negócios, incentivando práticas mais responsáveis e alinhadas com as metas ambientais e sociais. Com enfoque na divulgação de informações sustentáveis e relatórios anuais de sustentabilidade, tem relevância significativa para o universo organizacional. Reforça a ideia de que as organizações devem ser responsáveis pelos impactos ambientais e sociais de suas operações. O relato de sustentabilidade é visto como uma estratégia para responsabilizar as empresas por suas práticas e promover comportamentos mais sustentáveis. O documento reflete principalmente o discurso de Sustentabilidade e Uso Responsável.

(DOE 9) Plano industrial do pacto ecológico

O Conselho e o Parlamento chegaram ao acordo político provisório sobre a diretiva relativa à capacitação dos cidadãos para a transição ecológica em fevereiro de 2023. A proposta visa reforçar os direitos dos consumidores através da alteração da Diretiva Práticas Comerciais Desleais e da Diretiva Direitos dos Consumidores e da sua adaptação à transição ecológica. Parte do texto extraído apresentamos a seguir:

O acordo hoje alcançado mantém os principais objetivos da diretiva, mas introduz algumas melhorias, como a inclusão na lista de práticas proibidas de alegações falsas baseadas na compensação das emissões de gases com efeito de estufa, medidas mais firmes contra a obsolescência prematura, a clarificação da responsabilidade dos comerciantes em determinados casos e a introdução de um formato harmonizado para aumentar a visibilidade da garantia comercial voluntária de durabilidade, bem como aperfeiçoamentos no lembrete sobre a garantia legal de conformidade (Comissão Europeia, 2021).

O Plano Industrial do Pacto Ecológico fortalece a competitividade da indústria europeia, garantindo emissões líquidas zero e impulsionando a transição para a neutralidade climática. O Conselho e o Parlamento alcançaram um acordo político provisório sobre a diretiva para capacitar os cidadãos na transição ecológica. O texto do documento reflete um discurso predominantemente centrado em práticas sustentáveis, responsabilidade ambiental e a

necessidade de capacitar os cidadãos na transição ecológica, portanto caracterizado como discurso para Sustentabilidade e Uso Responsável.

(DOE 10) Diretiva (UE) 2019/904 do parlamento europeu e do conselho

A Diretiva da União Europeia de junho de 2019 visa reduzir o impacto ambiental de certos produtos de plástico, em conformidade com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Com foco em produtos de plástico de uso único e artes de pesca, a diretiva reconhece o impacto negativo desses itens nos ecossistemas marinhos. Destacando a questão do lixo marinho como um problema global, o texto ressalta a importância da União desempenhar um papel normativo global e propõe sanções eficazes, avaliação contínua das medidas, metas de redução para 2030 e a possibilidade de expansão do escopo da regulamentação, visando melhorar continuamente as ações de combate ao lixo marinho. Como destacamos:

A União deve desempenhar o seu papel na prevenção e no combate ao lixo marinho, procurando tornar-se uma entidade normalizadora à escala mundial. A presente diretiva integra os esforços da União nesse sentido e para que sejam eficazes, é também importante que as exportações de resíduos de plástico da União não resultem num aumento do lixo marinho noutras regiões (Official Journal of the European Union, 2019, tradução nossa).

Destacamos como uma diferença crítica na legislação europeia em relação ao Brasil, que a legislação brasileira não define plásticos de uso único, mas, de acordo com a Diretiva Europeia sobre plásticos (2019/904)30, em seu artigo 3º, das Definições, é justamente a definição do que é plástico de uso único, como transcrevemos a seguir:

Produto de plástico de uso único é um produto fabricado total ou parcialmente a partir de plástico e que não é concebido, projetado ou colocado no mercado para perfazer múltiplas viagens ou rotações no seu ciclo de vida mediante a sua devolução a um produtor para reenchimento ou a sua reutilização para o mesmo fim para o qual foi concebido (Official Journal of the European Union, 2019, p.34, tradução nossa).

Isso inclui a análise de medidas complementares, estabelecimento de metas de redução para 2030 e além, revisão do anexo que lista os produtos de plástico de utilização única e a possibilidade de expansão do escopo da diretiva para incluir outros produtos. O objetivo é aprimorar continuamente as regulamentações para enfrentar os desafios do lixo marinho. O texto desta Diretiva se alinha principalmente ao discurso de Conservação e Proteção e Sustentabilidade e Uso Responsável.

(DOE 11) Regulamento Delegado Taxonomia Climática da UE

A Taxonomia da UE representa um instrumento de base científica destinado a empresas e investidores. Seu propósito é contribuir para uma Europa mais ecológica, justa e sustentável, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Abrange as “atividades econômicas de aproximadamente 40% das empresas cotadas nos mercados, em setores responsáveis por quase 80% das emissões diretas de gases com efeito de estufa na Europa”, e incluirá mais atividades futuramente. Selecionamos um trecho do regulamento:

Introduz critérios de desempenho claros para determinar que atividades económicas contribuem substancialmente para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Estes critérios criam uma linguagem comum para as empresas e os investidores, permitindo-lhes comunicar sobre atividades ecológicas com maior credibilidade e ajudando-os a integrar a transição já em curso. A taxonomia da UE desempenhará igualmente um papel importante na criação da norma da UE para as obrigações verdes e do rótulo ecológico da UE para determinados produtos financeiros de retalho (Official Journal of the European Union, 2020).

Além disso, ela cria uma linguagem comum para empresas e investidores, facilitando a comunicação e compreensão das atividades ecológicas. Pensando em uma tendência global em direção a regulamentações mais rigorosas em sustentabilidade, as empresas brasileiras podem enfrentar pressões para adotar práticas mais sustentáveis, mesmo que não estejam diretamente ligadas à Taxonomia da UE. Contudo, a implementação da Taxonomia da UE pode impactar a economia de países fora da UE de várias maneiras, com desafios relacionados a barreiras comerciais, tensões diplomáticas, impactos setoriais e custos para empresas e instituições financeiras.

As regulamentações podem ser percebidas como barreiras comerciais não tarifárias, especialmente se consideradas restritivas. Setores que enfrentam desafios para atender aos critérios podem sofrer perdas econômicas e de empregos. Este documento centra-se especialmente no discurso de Economia Verde e Sustentabilidade Corporativa. O texto reflete um discurso posicionado e fundamentado no desenvolvimento econômico, oportunidade o que poderia caracterizar-se como na nossa escala como: Discurso para Economia Azul.

(DOE 12) Diretiva de capacitação na Holanda para a transição ecológica

Em 30 de março de 2022, a Comissão Europeia apresentou a proposta da Diretiva sobre capacitação dos consumidores para a transição ecológica, como parte do Pacto Ecológico Europeu. O interesse positivo dos consumidores holandeses na transição verde, ficou evidenciado por pesquisas. No entanto os obstáculos persistem, como a percepção de preços elevados em produtos sustentáveis. A diretiva visa combater práticas comerciais injustas que

prejudicam a escolha de produtos e serviços ecológicos, proibindo alegações ambientais enganosas, melhorando a credibilidade dos rótulos de sustentabilidade e esclarecendo a responsabilidade dos comerciantes em relação à obsolescência prematura.

Apesar da receptividade dos consumidores à sustentabilidade, desafios como a percepção de preços elevados persistem. A proposta faz parte de iniciativas mais amplas, como a Nova Agenda do Consumidor de 2020 e o Plano de Ação para a Economia Circular de 2020, alinhando-se ao Pacto Ecológico Europeu. Para validar a proposta, a Comissão promoveu uma pesquisa que demonstrou que os consumidores holandeses estão abertos a participar da transição verde, como transcrevemos:

A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados não está disposta a pagar por informações sobre sustentabilidade e reparo de bens duráveis, mas existe uma disposição considerável para pagar uma sobretaxa por produtos duráveis, especialmente se acompanhados por garantia comercial. A percepção de que produtos ecologicamente corretos são mais caros é um obstáculo para comportamentos sustentáveis. Fornecer informações melhores sobre a durabilidade, vida útil e pegada ambiental dos produtos ao longo do ciclo de vida é visto como uma maneira eficaz de incentivar escolhas mais ecológicas pelos consumidores (Conselho Europeu, 2024, tradução nossa).

A Diretiva tem como objetivo combater práticas comerciais desleais que prejudicam a escolha de produtos e serviços ecológicos pelos consumidores. O acordo provisório mantém os principais objetivos, proibindo práticas como "ecomaquiagem" enganosa e alegações falsas sobre a durabilidade de produtos. Introduce um rótulo harmonizado sobre garantia de durabilidade e um aviso visível nas lojas e websites sobre a garantia legal de conformidade.

A ideologia subjacente a esses documentos é orientada para práticas ambientais sustentáveis, responsabilidade compartilhada e conscientização global sobre os desafios ambientais, sem perder de vista a importância da participação ativa de diferentes atores, incluindo consumidores e empresas. O discurso predominante neste texto está alinhado com a ideia de Sustentabilidade e Uso Responsável, destacando a importância de práticas ambientalmente conscientes e o papel dos consumidores na transição para escolhas mais ecológicas.

(DOE 13) Plano nacional de implementação da década da ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável.

O Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável é um instrumento de planejamento nacional elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com a participação do Comitê de

Assessoramento à Gestão da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Portaria MCTI nº 4.534 de 8 de março de 2021).

Este Plano é parte do Programa Ciência no Mar do MCTI (Portaria nº 4.719 de 5 de maio de 2021) que tem por intuito promover a gestão do conhecimento para o uso e exploração sustentável dos recursos do mar e alinha as ações nacionais à agenda global da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, popularmente conhecida como Década do Oceano.

A Década do Oceano busca unir esforços de todos os setores para reverter a degradação do oceano e criar melhores caminhos para o desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável. O conhecimento produzido pela Década poderá subsidiar uma série de ações, da escala global à local, para atingir alguns resultados: um oceano limpo; saudável e resiliente; produtivo e sustentável; previsível; seguro; acessível; inspirador e envolvente. Esse conhecimento poderá contribuir também com o fortalecimento e desenvolvimento de uma economia do mar para o Brasil, que atualmente gera aproximadamente R\$2 trilhões por ano, contribuindo com cerca de 20% do PIB nacional (Brasil, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, online).

No que refere a contribuição para o Desenvolvimento Sustentável, cabe analisar que o texto ressalta a relevância do conhecimento gerado durante a Década do Oceano para sustentar ações em diversos níveis, desde global até local, visando uma economia do mar sustentável, crucial para o Brasil, onde essa economia desempenha um papel significativo no PIB. Salienta que os oceanos têm um valor econômico expressivo, contribuindo com cerca de 20% do PIB nacional brasileiro, enfatizando a necessidade de uma gestão responsável dos recursos marinhos. O discurso desse texto se alinha principalmente com os temas de Ciência e Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável.

A partir da análise descritiva dos treze (DOE), observamos a construção de um “mosaico ambiental”, onde a interconexão e interdependência entre as diferentes partes revelam a complexidade e a diversidade de abordagens na gestão ambiental, e proporciona reflexões fundamentais para o desenvolvimento de nossa tese. Procedemos à exploração deste material buscando identificar distorções (sinceridade e legitimidade) com a aplicação dos temas para encontrar palavras-chave nos documentos analisados, sites e mensagens encontrados nas organizações considerado como descritores de discursos na interface comunicação e oceano.

Compreendemos como distorções de sinceridade, referido a não conformidade com o pressuposto pragmático que exige que o falante realmente busque o que enuncia. Isso implica que o que é comunicado não deve ser obscurecido por recursos que dificultem o entendimento, como ambiguidades, metáforas ou palavras conotativas. Esses elementos podem comprometer a clareza e gerar distorções no processo de comunicação (Habermas, 2012).

A análise possibilitou-nos identificar os tipos de discursos presentes nos DOE e nas organizações/atores que ampliamos, por integrarem este contexto como sendo: as ONGs, Comunidades, Instituições de ensino e pesquisa, Acionistas, Governo e Empresas que citamos ao longo dos capítulos desta tese.

Atores estes que se articulam em discursos e ações sobre o tema oceano e que apresentamos, não nominados, mas identificados a partir de suas funções na coluna “Quem” no “Quadro 10”.

Este movimento, se dá a partir do nosso segundo pressuposto como sendo:

2. A comunicação não é uma materialidade, uma substância em que podemos tocar e manusear, pois ela não se reduz a produtos, é um fenômeno, sobre o qual emerge o novo.

Para fins de conceituação, explicamos que a referência ao termo “tipos”, no Quadro 10, expressa no sentido de linguagem e linguística, como a um conjunto de palavras, frases ou construções que compartilham características semelhantes em uma língua ou dialeto. Os tipos são usados para analisar e classificar estruturas linguísticas. A análise resultou nos tipos de discursos presentes na comunicação das organizações, e que se destacam pelas mensagens e narrativas encontradas. Sobre as distorções no que refere a palavras conotativas, destacamos a palavra "oportunidade", que muitas vezes carrega uma conotação utilitarista, sugerindo que os benefícios econômicos são a principal métrica de avaliação do valor do oceano. Isso pode desconsiderar as dimensões éticas, sociais e culturais inerentes ao uso dos recursos marinhos aos quais nos referimos nos capítulos desta tese.

Da mesma forma, a palavra "explorar" e sob uma lente epistemológica, é crucial questionar o viés colonialista embutido na concepção de "explorar", que frequentemente implicou na apropriação unilateral de recursos, conhecimentos e territórios por parte de determinados grupos. Revela uma dinâmica de poder inerente, onde aqueles que detêm o poder têm o privilégio de explorar, muitas vezes em detrimento de comunidades marginalizadas e ecossistemas. A ideia de exploração, em muitos contextos, está enraizada em perspectivas antropocêntricas, subestimando os sistemas naturais e relegando-os a meros recursos a serem utilizados. Assim concordamos com Oliveira e Amaral (2021, p.14),

O caráter prático do discurso está no processo de representação do mundo e nos modos de significação do espaço e das relações, constituindo e construindo significados. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as organizações coletivas; como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo e as diversas relações de poder.

Concluindo, a palavra "explorar" é recorrente e em nossa análise crítica destaca a necessidade de reconhecer e desafiar as assimetrias de poder subjacentes, repensar as

abordagens hierárquicas e adotar perspectivas mais colaborativas e sustentáveis em relação à interação humana com o ambiente. Desta forma, a partir do quadro 10, descrevemos os atores e as palavras-chave, contidas nos enunciados encontrados.

Quadro 10 - Tipos de discursos sobre o oceano encontrado em organizações

TIPOS	QUEM	PALAVRAS-CHAVE
Conservação e Proteção	Organizações, como ONGs ambientais, instituições de pesquisa e agências governamentais, enfatizam a necessidade de “conservar e proteger o oceano e seus ecossistemas”. Esses discursos destacam os danos causados pela poluição, sobrepesca, acidificação oceânica e mudanças climáticas, e argumentam a favor da adoção de medidas para preservar a biodiversidade marinha.	conservar, proteger, preservar.
Sustentabilidade e Uso Responsável	Um discurso amplamente adotado é o da sustentabilidade dos recursos marinhos, defendido por diversas organizações, especialmente as governamentais e empresariais. A ideia central é “a possibilidade de explorar os recursos oceânicos de maneira sustentável, assegurando benefícios para as futuras gerações”. Isso envolve a implementação de práticas de pesca sustentável, a gestão de áreas marinhas protegidas e a promoção de tecnologias limpas.	explorar, futuras gerações, beneficiar.
Economia Azul	O conceito de economia azul se concentra na utilização econômica dos recursos marinhos de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento econômico enquanto se mantém a saúde do oceano. Empresas e governos frequentemente adotam esse discurso para destacar “as oportunidades econômicas oferecidas pelo oceano, como aquicultura, turismo costeiro e energias renováveis offshore”.	desenvolvimento econômico, oportunidade.
Ciência e Pesquisa	Organizações de pesquisa e acadêmicas frequentemente enfatizam a importância da pesquisa oceânica para aumentar o entendimento dos ecossistemas marinhos, mudanças climáticas, previsões meteorológicas, etc. Esses discursos argumentam que a pesquisa é fundamental para “tomar decisões informadas” sobre a gestão do oceano.	tomar decisões informadas.
Educação e Conscientização	Muitas organizações também se concentram em educar o público e aumentar a conscientização sobre questões oceânicas. Inclui campanhas de conscientização sobre poluição plástica, programas de educação ambiental em escolas e esforços para envolver as comunidades locais na proteção do oceano.	educar, conscientizar, envolver.
Diplomacia e Cooperação Internacional	Em um contexto global, as organizações frequentemente promovem “diplomacia e a cooperação internacional” para abordar desafios oceânicos transfronteiriços. Envolve acordos internacionais, negociações sobre a conservação da biodiversidade marinha e a governança de áreas oceânicas de interesse comum.	promover diplomacia, interesse comum

Fonte: A autora.

Compreendemos que os discursos dentro das organizações não são práticas isoladas, mas se dispersam pelos espaços, influenciados por conflito verbal que envolve as organizações como participantes ativos em constante interação com a sociedade. Neste aspecto, a língua está intrinsecamente ligada à percepção cultural da realidade, orientando a produção de significados. Baccega (2003, p. 48) enfatiza que a língua não é apenas um meio de transmitir informações, mas um sistema dinâmico que reflete o movimento da sociedade, sendo, portanto, um campo de conflitos.

Esses conflitos se manifestam nos discursos, que são sempre produtos de indivíduos sociais, já que os significados são estabelecidos por meio de "contratos" entre sujeitos socialmente organizados. Embora o ato da fala seja único para o indivíduo, ele é sempre um ser social, e seu discurso é construído socialmente, influenciado por discursos anteriores e pelos acordos de sentido estabelecidos pela sociedade. Refletir sobre uma visão da comunicação como algo mais abstrato e fluido, que vai além de elementos físicos, pode ser um passo adiante para promover uma compreensão mais equitativa e consciente das relações entre humanos e a natureza. Ressaltamos que a comunicação não se limita a produtos palpáveis, mas é um processo dinâmico no qual o novo surge.

7.3 ANÁLISE DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Por ser uma empresa global, a Fugro mantém e utiliza uma variedade significativa de canais de comunicação para se conectar com seus diversos *stakeholders* com informações pertinentes sobre suas práticas organizacionais. Para analisar os dispositivos acionados nos discursos da organização em seus canais de comunicação, exploramos diversas facetas da organização, abrangendo elementos culturais, sociais, econômicos e ambientais, e destacamos como essas dimensões se entrelaçam na cultura organizacional. Para mapear e descrever a comunicação da organização, que constitui o *corpus* discursivo da tese, iniciamos com uma pesquisa no sistema de busca *Web*, utilizando o Google (www.google.com.br). Cientes da vasta quantidade de informações disponíveis na *Web*, reconhecemos que, se não houver um plano adequado, isso pode afetar negativamente os resultados e as características da pesquisa.

Concordamos com a visão de Castells (1999, p.197), que destaca que, “diante do aumento da informação na *Web*, a capacidade do pesquisador de selecionar e compartilhar dados também aumenta”. Assim, para aprimorar nossos resultados, elaboramos um plano com base nos conceitos explorados até o momento, fragmentando-os em palavras-chave. Utilizando operadores booleanos e inserindo palavras como: "Fugro", "Década do Oceano" e "comunicação", conduzimos a busca seguindo o esquema proposto no Quadro a seguir.

Quadro 11 - Operadores booleanos

Fugro AND DÉCADA DO OCEANO
Fugro AND OCEAN DECADE.
Fugro AND COMUNICAÇÃO
Fugro AND COMMUNICATION

Fonte: A Autora

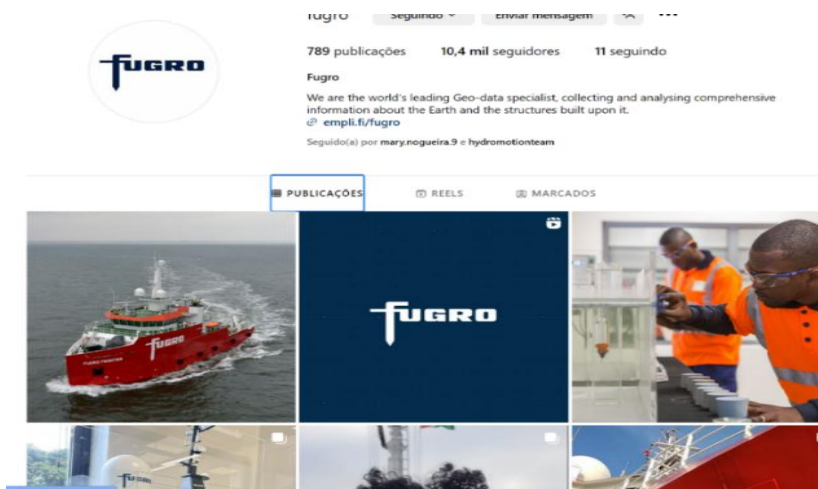
O objetivo foi identificar mensagens isoladas e os principais discursos da organização em diversos canais de comunicação na *Web*. Além disso, realizamos uma análise mais detalhada, explorando individualmente os canais de comunicação produzidos pela própria organização, direcionados aos seus *stakeholders*. Essas pesquisas visaram responder às seguintes indagações:

1. Quais canais são empregados na comunicação corporativa da Fugro?
2. Como a organização se manifesta em seus relacionamentos e expressa suas mensagens?
3. Qual é a natureza predominante da comunicação - institucional ou mercadológica?
4. Quais são os objetivos subjacentes a essas mensagens?
5. Quais públicos a organização visa atingir?
6. Qual é a filosofia orientadora da comunicação?
7. A organização adota uma política de comunicação integrada?

No contexto da investigação destacada, procedemos ao registro nos canais de comunicação da organização, permitindo-nos acompanhar e receber informações personalizadas. Além disso, utilizamos o processo disponível nas redes sociais para nos tornarmos "seguidores" da Fugro, assumindo o papel de observadores dos movimentos comunicacionais da organização durante o período compreendido entre junho de 2022 e dezembro de 2023. Mapeamos os espaços de diálogo que a Fugro utiliza para interagir com seus *stakeholders* em diferentes formatos e plataformas, por meio dos quais comunica sua missão, visão, propósito, valores, estratégias, mercados e públicos, e que descrevemos a seguir algumas das principais características identificadas por nós.

A Fugro mantém perfis ativos em várias plataformas de mídia social, incluindo LinkedIn, Twitter, Instagram, Facebook e YouTube. Esses canais são usados para compartilhar atualizações da empresa, conteúdo técnico e notícias relevantes para a indústria. Com pouco mais de dez mil seguidores em seu perfil no Instagram, a frase de destaque sobre a organização e que traduzimos livremente para o português é a que segue: “Somos **os maiores especialistas em dados geográficos do mundo**, coletando e analisando informações abrangentes **sobre a Terra** e as estruturas construídas sobre ela”. (Fugro, Instagram, 2024, grifo nosso).

Figura 5 - Página divulgação Fugro no Instagram



Fonte: Instagram Fugro, 2024

Facebook - Com quase 70 mil seguidores, a página da Fugro no Facebook comunica com um apelo forte sobre as mudanças na visão organizacional em relação à transição energética, sempre respaldada pelos discursos de seus funcionários, um exemplo disso é a seguinte declaração:

Ao longo dos anos, tenho testemunhado a natureza do nosso trabalho se transformar. Inicialmente, dedicamo-nos principalmente à exploração, mas agora estamos focados nas energias renováveis, investigando a viabilidade de locais para a construção ou expansão de parques eólicos offshore.- Craig, Coordenador Técnico (novembro de 2023, tradução nossa)

Figura 6 - Capa Facebook Fugro



Fonte: Fugro, Facebook, 2024.

Podcast: Para compreender o que é podcast enquanto dispositivo de comunicação, nos orientamos segundo Consani (2017, p.15), que define podcast como sendo:

Uma publicação digital em formato de áudio ou vídeo. Sua transmissão possui regularidade e conta com a facilidade de baixar, armazenar e compartilhar o arquivo. O termo podcast é um acrônimo para as palavras Pod, que se refere ao iPod, player da Apple, para o qual os primeiros programas foram transmitidos. Seu objetivo é acelerar o desenvolvimento e entrega de conteúdo útil para que seja facilmente consumido. A estrutura do podcast é semelhante à de um programa de rádio: possui um apresentador que desenvolve o tema, sozinho ou acompanhado, e às vezes, inclui música, alcança um público amplo, tornando os criadores de conteúdo uma referência para o tema específico que aborda.

O podcast da Fugro, intitulado "Planet Beyond" ou "O Planeta Além da Fugro" em português, iniciou em 21 de maio de 2021 e está disponível no Spotify. Com 29 episódios até outubro de 2023, aborda temas como desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, oceano, mercado, ESG, tecnologia, ciência, pesquisa e inovação. O tom didático-pedagógico do apresentador é evidente em entrevistas com especialistas internos e externos à organização, predominantemente do mercado e de países da União Europeia, em sua maioria do gênero masculino. Os episódios destacam a reputação, visibilidade, credibilidade e autoridade da Fugro, enfatizando sua expertise na gestão de dados sobre o oceano. Um exemplo é o episódio "Como fazer melhores negócios", apresentado por Jon Baston.

Bem-vindo ao podcast Planet Beyond. Trazido a você pela Fugro, líder na descoberta de dados geográficos das maiores profundidades submarinas até o espaço sideral, e apresentado por Jon Baston - Pitt. Planet Beyond é sobre como fazer negócios melhor em nosso mundo em rápida mudança e extremamente delicado, porém requintado. Juntos, exploraremos questões que vão além dos desafios do dia a dia; ouviremos aqueles que devem ser ouvidos;

buscaremos o que precisa ser feito e nos alinharemos em torno do novo amanhã que nossos filhos merecem e que temos a responsabilidade de oferecer (Planet Beyond, 2021, tradução nossa).

No episódio 04, o podcast Fugro adota um discurso aventureiro e confiante, personificando um líder que se aproxima do ouvinte como alguém comum e bem-sucedido. O texto destaca valores essenciais, espírito aventureiro e autoconfiança como elementos cruciais para o sucesso organizacional, como transcrevemos:

Um espírito aventureiro nas pessoas fez de muitas organizações de sucesso o que são hoje. Para ser verdadeiramente grande, muitas vezes descobrimos que essas pessoas são guiadas por uma bússola moral, possuindo valores fundamentais que fornecem aquele ponteiro implacável para o caminho certo, mesmo quando todos os planos viraram de cabeça para baixo. O diretor hidrográfico da Fugro, Mark Sinclair, é um homem que sempre sabe como encontrar o caminho. Em 2018 participou na Corrida do Globo de Ouro, uma volta ao mundo sem paragens, sem ajuda e sem assistência, em barcos à vela tradicionais, utilizando meios tradicionais. Neste episódio, falamos com Mark, conhecido na comunidade náutica como 'Capitão Coconut' e CEO da Golden Globe Race, Don McIntyre, para entender o que significa abraçar verdadeiramente a aventura e a autoconfiança. E a importância de nos testarmos continuamente. Se nunca ultrapassarmos os limites, eles nunca avançarão (Planet Beyond, 2021, tradução nossa).

A narrativa enfatiza a importância de líderes, como o diretor hidrográfico, possuírem uma "bússola moral e valores sólidos que orientam suas ações". No entanto, uma análise crítica sugere que o forte apelo para endossar a imagem da Fugro pode indicar uma abordagem mais voltada para o marketing, levantando questões sobre a imparcialidade das informações apresentadas.

Site corporativo: O site corporativo da Fugro é uma fonte importante de informações sobre a empresa, com uma arquitetura arrojada e ampla, incluindo todas as narrativas e percursos comunicativos sobre sua história, seus serviços, soluções e projetos, bem como informações financeiras e de relações com investidores. É o lugar que dissemina seus outros dispositivos comunicacionais com *links* de acesso às mídias sociais, *podcast*, *YouTube*, etc. Na aba: O que nós fazemos, a Fugro se autodenomina como uma empresa que:

Ajudando as pessoas a entender a Terra desde 1962 - Usamos o poder dos dados geográficos para desvendar os segredos da Terra. Da superfície ao subsolo, do natural ao ambiente construído. Juntamente com os nossos parceiros e clientes, estamos a construir um mundo mais seguro e habitável. (Fugro, online, tradução nossa)

Na análise do discurso, o sujeito surge como resultado da interação entre história e ideologia. A comunicação apresentada no *site* pode ser caracterizada como um discurso institucional em uma abordagem voltada para a apresentação de valores e propósitos da organização.

Na sequência apresentamos no quadro 5, a declaração dos propósitos da organização como norteadores de suas práticas e processos organizacionais que nos ajudam a compreender declarações, compromissos e a importância da sustentabilidade conforme segue:

Quadro 12 - Propósitos declarados pela organização

PROPÓSITOS - Fugro
Criando juntos um mundo seguro e habitável. É nisso que acreditamos.
Nosso objetivo é contribuir para um mundo onde a natureza seja protegida e as pessoas possam prosperar.
Nosso trabalho é maior que projetos individuais.

Fonte: Compilados pela autora a partir do site da Fugro.

O discurso apresentado indica uma ideologia alinhada com valores ambientais e sociais, sugerindo uma perspectiva voltada para a sustentabilidade e responsabilidade social. As expressões como "um mundo seguro e habitável", "contribuir para um mundo onde a natureza seja protegida" e "as pessoas possam prosperar" refletem uma visão que valoriza a preservação ambiental e o bem-estar social. Além disso, a ênfase na colaboração, expressa pela frase "Criando juntos um mundo seguro e habitável", sugere uma abordagem coletiva e parcerias na busca por esses propósitos. Essa linguagem e ideologia são comuns em discursos de organizações que desejam destacar seu compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade corporativa. O discurso sobre a governança da Fugro, indica comprometimento com: integridade, transparência, responsabilidade e supervisão adequada como extraído do *site*:

Na Fugro, acreditamos que os **princípios da boa governança** são integridade, transparência, responsabilidade e supervisão adequada. Então é com isso que estamos comprometidos. Estamos totalmente em conformidade com o Código de Governança Corporativa Holandês. (Fugro, online, tradução nossa)

Para Oliveira e Amaral (2021, p.53), “as organizações buscam criar estratégias comunicacionais que envolvam seus interlocutores, seja no âmbito público, privado, institucional ou social, construindo discursos de valorização de espaços dialógicos ou fóruns de interlocução”. Isso pode se constituir como o lócus do enfrentamento do simbólico que, por meio da linguagem, descortina discursos e contra discursos – o discurso que envolve o eu e o outro.

Comunicados de imprensa: A Fugro emite comunicados de imprensa regularmente para fornecer atualizações sobre a organização, incluindo anúncios de novos projetos, contratos e parcerias. Um dos comunicados que encontramos na busca em seu site, nos chamou atenção

especial. Trata-se de uma repercussão negativa sobre a organização e diz respeito ao Brasil e o crime ambiental ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019, na cidade de Brumadinho no estado de Minas Gerais (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma das maiores tragédias o rompimento de uma barragem de minério denominada barragem da Mina Córrego do Feijão, controlada pela organização Valle S.A. Considerada uma das maiores tragédias ambientais e trabalhistas do Brasil, a estrutura que se rompeu operava respaldada por auditorias da Tüv Süd, uma consultoria alemã, que assinou a declaração de estabilidade, e foi responsável pela contratação da Fugro, empresa que executou o serviço de perfuração.

Em janeiro de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) no Brasil, apresentou nova denúncia que é basicamente a mesma que havia sido formulada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e que resultou no processo que tramitava na Justiça mineira desde fevereiro de 2020. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, determinou o início imediato do andamento do processo penal na esfera federal, atendendo um pedido dos familiares de uma das vítimas, que manifestaram temor pela prescrição dos crimes. O processo volta praticamente à estaca zero. Os réus terão que ser novamente citados e serão abertos novos prazos para apresentarem suas defesas. Ao assumir a responsabilidade do caso, o MPF poderia apresentar uma nova denúncia, mas divulgou um comunicado anunciando a ratificação da denúncia do MPMG que destaca:

Um conluio entre a Vale e a Tüv Süd resultou na emissão de declarações de condição de estabilidade falsas que tinham como objetivo servir de escudo para que as atividades da mineradora permanecessem sigilosamente arriscadas. A denúncia ainda pode ser alterada. "Na petição, o MPF destacou que se reserva o direito de aditar a denúncia, a qualquer momento, para, se for o caso, acrescentar ou substituir denunciados ou fatos delituosos", diz o comunicado divulgado.

Citada em inúmeros veículos de comunicação na Holanda e no Brasil, a Fugro precisou emitir um comunicado a respeito o qual foi divulgado publicamente no seu site conforme transcrevemos a seguir:

O rompimento da barragem de Brumadinho em janeiro de 2019 foi um acontecimento trágico, onde, entre muitos outros, quatro de nossos colegas perderam tristemente a vida. Não nos reconhecemos como retratados na transmissão. A transmissão apresenta uma visão unilateral e sugestiva do caso. A Fugro não tem conhecimento de nenhuma informação nova. Ainda há investigações em andamento sobre o trágico acontecimento. Enquanto isso estiver ocorrendo, a Fugro não poderá comentar mais. Gostaríamos de enfatizar que as investigações concluídas até o momento não levaram a qualquer processo ou ação legal contra a Fugro (Fugro, online).

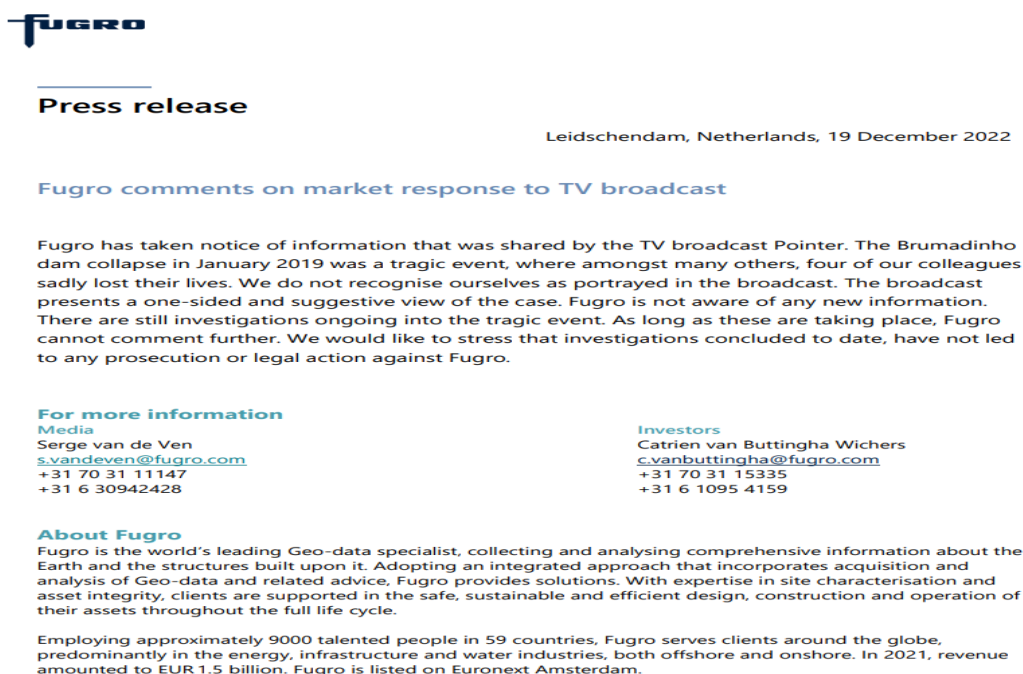
Figura 7 – Site Fugro



Fonte: Compilado do site Fugro pela autora

Além do comunicado, é possível fazer *download* de *um press release* divulgado pela organização que reproduzimos conforme segue:

Figura 8 - Press release Fugro sobre Brumadinho



Fonte: Compilado do site Fugro pela autora.

Para Orlandi (2020, p.13)

[...] a compreensão do que é não-dito pelo sujeito é uma particularidade que encerra uma gama de significados. O silêncio é o ponto-chave de construção

do discurso, pois permite que o público ao qual este é dirigido, atribuam-lhe os sentidos e significações individuais e únicos, de acordo com a constituição deste público.

Há sempre momentos em que o silêncio não é conveniente. Cada papel que a sociedade faz desempenhar ao cidadão, este preza por determinado comportamento que, em caso de silêncio, incorre nas palavras da autora:

(...) mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não vinga em um lugar determinado.” (Orlandi, 2020, p. 13).

Ou seja, mediante as necessidades da sociedade, exige-se que o discurso seja claro e não incorra em silêncios lesivos a ela. O direito individual deve ser preservado ante o coletivo. Sua complexidade é interessante para a compreensão do discurso. O silêncio por si encerra a verdade de toda uma ideia e o contrário dela simultaneamente. Ter no silêncio a base para a busca de algo que se deseja, como é o caso do discurso jurídico dos tempos atuais, é um exemplo da frase: “Todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras.” (Orlandi, 2020, p. 15).

7.4 O DISCURSO DA FUGRO NA DÉCADA DO OCEANO

Ainda no site Fugro um dos links/aba da página, a comunicação organiza as informações que dizem respeito às áreas específicas para o interesse dos vários públicos da organização e um deles está direcionado aos Investidores (Figura 9), onde é possível localizar e fazer *downloads* dos Relatórios anuais que destacam informações sobre sustentabilidade.

Figura 9- Site Fugro



Fonte: Compilado do site Fugro pela autora.

Utilizando a técnica de análise de conteúdo nos relatórios anuais (*Report Fugro*), primeiramente estabelecemos um padrão formal de análise, que contemplou organizar os

relatórios e avaliá-los no período entre 2012 e 2022, levamos em conta a busca dos tipos de discursos por temas encontrados e depois pelas palavras-chave encontradas a partir do Quadro 4 (Tipos de discursos). Na sequência filtramos esta seleção para a delimitação do arquivo de tese (fase 01), contemplando os relatórios dos anos de 2020, 2021, 2022. Por fim, priorizamos a prática discursiva da Fugro presente em enunciados divulgados publicamente pela organização, no Relatório de sustentabilidade 2022, relacionados com o compromisso assumido pela organização para a Aliança da Década do Oceano.

Abordam-se assim as questões que atravessam a constituição do discurso organizacional e como elas se entrelaçam às práticas organizacionais a partir do arcabouço teórico e o terceiro pressuposto desta tese:

- **3.** Os estudos sobre discurso em âmbito organizacional, que salientam a existência de enfoques variados para as práticas organizacionais na contemporaneidade, e para destacar aqueles que se dediquem ao tratamento teórico/empírico das possíveis relações entre discurso organizacional que constrói socialmente o sentido, na gestão da comunicação para sustentabilidade em ESG no contexto do ODS 14.

O objetivo foi identificar a ocorrência mais significativa quantitativamente em ocorrências de palavras-chave (tabelas 5 e 6) e qualitativamente nos enunciados capazes de fornecer "pistas" sobre a implementação de ações concretas para a redução de resíduos. Isso envolve a avaliação de práticas organizacionais, como a implementação de políticas de redução de plástico, eficiência na reciclagem e gestão adequada de resíduos, com foco na redução do lixo no mar.

Tabela 1 - Análise de conteúdo Report- Fugro 2022(1)

Análise de conteúdo - REPORT Fugro 2022		
Palavras Chave	Palavras Chave em Inglês	Ocorrências
Social	Social	21
Conservar	Preserve	1
Explorar	Exploit	0
Proteger	Protect	54
Preservar	Preserve	1
Beneficiar/beneficiado	Benefit/Benefitted	86
Futuras gerações	Future generations	0
Desenvolvimento econômico	Economic development	2
Oportunidade	Opportunity	9
Tomar decisões informadas	Make informed decisions	2
Educar,	Educate/education/educating	5
Conscientizar	Raise awareness	7
Envolver	Engage	63
Promover a diplomacia	Promote diplomacy	0
Interesse comum	Common interest	0

Fonte: A autora.

Sobre o termo proteção (protect) na *tradução nossa*, ocorreu 54 vezes no *report 2022* da organização. Transcrevemos alguns termos que interessou-nos no momento da coleta.

Tabela 2 - Análise de conteúdo Report Fugro 2022(2)

Análise de conteúdo - REPORT Fugro 2022		
Palavras Chave	Palavras Chave em Inglês	Ocorrências
ESG	ESG	32
Riscos	Risks	139
Morte	Dead	0
Acidente	Accident	2

Fonte: A autora.

No que se refere aos termos encontrados e com maior recorrência no relatório destacamos a palavra Riscos (em inglês, *Risks*), foi encontrado 139 vezes, relacionadas em temas em vários capítulos do relatório, como segue:

Mensagem 1: Conscientizamos nossa equipe comercial a reconhecer o risco de conversão ou degradação de áreas protegidas, ou habitats críticos.

Mensagem 2: Além dos principais riscos mencionados na tabela da página 70, outros riscos que podem afetar a posição financeira ou de mercado da Fugro, bem como sua reputação, são monitorados de perto e discutidos semestralmente pela Equipe de Liderança Executiva. Riscos considerados incluem desenvolvimentos geopolíticos e macroeconômicos, biodiversidade, ética nos negócios e direitos humanos. Esses riscos influenciam o ambiente de

trabalho da Fugro e podem, portanto, afetar a implementação da estratégia de crescimento lucrativo da Fugro (Fugro, 2022, tradução nossa).

Palavra-chave: Envolvimento das partes interessadas, este termo ocorre apenas duas vezes no Relatório, no entanto, como está relacionada no texto com a palavra risco, mereceu maior apropriação do sentido.

Mensagem 3: A Fugro valoriza muito o envolvimento com suas partes interessadas e busca ativamente suas opiniões e ideias por meio de discussões e consultas regulares sobre nossos serviços, desempenho comercial, nosso papel na sociedade e outros tópicos. Uma boa compreensão de seus interesses e expectativas legítimos nos ajuda a gerenciar melhor as oportunidades e os riscos que podem afetar nossa capacidade de criar valor a longo prazo. As partes interessadas consideradas mais relevantes para o nosso sucesso são clientes, funcionários, fornecedores e investidores. Além disso, levamos em consideração a sociedade em geral (Fugro, 2022, tradução nossa).

Nas mensagens 1, 2 e 3, algumas palavras e expressões carregam conotações ideológicas relacionadas à transparência, responsabilidade social, participação ativa e sustentabilidade, refletindo os valores e princípios da organização, enquanto utilizam termos que evocam valores positivos e uma abordagem colaborativa. A palavra "risco" na mensagem 3 é mencionada em "A compreensão de seus interesses e expectativas legítimos nos ajuda a gerenciar melhor as oportunidades e os riscos que podem afetar nossa capacidade de criar valor a longo prazo," relacionada à ideia de gerenciamento de situações ou eventos que podem representar desafios ou ameaças à capacidade da empresa de criar valor a longo prazo. O compromisso da Fugro com o entendimento das expectativas de suas partes interessadas é destacado como uma estratégia para gerenciar tanto as oportunidades quanto os riscos associados às suas operações.

No contexto da Aliança da Década do Oceano, direcionamos nossa atenção para as redes e conexões internas e externas da organização, analisando parcerias, relações com fornecedores, clientes, concorrentes e interações entre departamentos. Analisamos o discurso organizacional considerando a organização como um sistema complexo de partes interconectadas, nos interessa verificar como expressões que circulam nos campos sociais, através dos quais se dão as relações, são formas simbólicas, construções complexas que apresentam uma estrutura articulada para avaliar o compromisso da organização com a redução do lixo no mar.

Em 2019, em resposta à ação global por um futuro livre de plástico de uso único, a Fugro estabeleceu duas metas globais para alcançar reduções consideráveis até 2025:

Para os plásticos gerados pela Fugro, a meta é zero plástico de uso único utilizado. Para o plástico que a Fugro recebe de fornecedores como material de embalagem como material de embalagem, a meta é uma redução de 50% (Fugro, 2022, tradução nossa).

Segundo a organização, para atingir essas metas, um programa e um “kit de ferramentas” dedicados foram implementados para replicar os sucessos locais em todo o

mundo, “apesar da desaceleração da implementação devido à pandemia, conseguimos fazer um bom progresso, em muitos dos locais da Fugro, o uso de garrafas plásticas de água e copos descartáveis foi interrompido com a introdução de dispensadores de água e copos reutilizáveis”. A organização salienta que em outras partes da cadeia de suprimentos também há incentivos para reduzir o uso de plásticos em suas embalagens, orientados pelos critérios e demandas em ESG, como destaca o relatório:

Juntamente com os principais parceiros do setor, a Fugro está comprometida com os princípios "Construindo com responsabilidade o bem-estar dos trabalhadores" da Fugro. Além disso, a Fugro endossa as convenções trabalhistas internacionais da OIT, as convenções trabalhistas internacionais da OIT e as Diretrizes da OCDE, as Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE. Os tópicos relacionados a ESG (ambiental, social e de governança) aparecem com mais destaque nas discussões com os clientes, investidores e outras partes interessadas, incluindo nossos próprios funcionários (Fugro, 2022, tradução nossa).

E segue,

Reconhecemos a importância crescente dos relatórios não financeiros. Este ano engajamos com várias organizações de classificação e de ESG, levando entre outras, à divulgação completa dos dados corporativos da empresa sobre mudanças climáticas por meio da plataforma CDP. Em 2020, começamos a implementar as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima, com uma avaliação qualitativa do impacto das mudanças climáticas em nossas oportunidades de negócios e perfil de risco. Em 2021, aderimos ao Pacto Global das Nações Unidas, que ajuda as empresas a fazer negócios de forma responsável (Fugro, 2022, tradução nossa).

Destaca que as estratégias e operações com princípios universais sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção são ações estratégicas para promover objetivos sociais amplos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

Enfatizamos a colaboração e a inovação; Apoiamos ativamente os Dez Princípios do Pacto Global da ONU. “Todos os anos, apresentamos uma Comunicação sobre o Progresso descrevendo os nossos esforços para implementar estes princípios”. Os nossos oceanos são a chave para um planeta equitativo e sustentável. No entanto, as alterações climáticas representam uma grande ameaça para os oceanos e costas. É por isso que é tão importante para nós protegê-los e aos ambientes costeiros circundantes. Na Fugro, ajudamos a compreender as mudanças e os riscos em nossos ambientes terrestres, costeiros e marinhos. Assim, podemos ajudar a protegê-los e reduzir os riscos para o desenvolvimento sustentável (Fugro, 2022, tradução nossa).

Ao analisar o discurso organizacional nestes enunciados da Fugro, evidencia-se, conforme manifestado em sua visão, a ênfase em valores associados à sustentabilidade, parceria, qualidade, compromisso social e visão de futuro.

Visão Fugro: Junto com você, adaptamos uma solução que atenda aos requisitos de qualidade, sustentabilidade, cronograma e custo do seu projeto. Ao fazê-lo, obtemos uma compreensão mais profunda do oceano, para que possamos construir comunidades costeiras resilientes e proteger o nosso oceano (Fugro, 2022, tradução nossa).

A narrativa empregada, especialmente na expressão "Junto com você", transmite uma perspectiva colaborativa, indicando que a Fugro trabalha em estreita colaboração com seus clientes para conceber soluções personalizadas. Essa abordagem ressalta a importância da parceria e envolvimento ativo dos clientes nos projetos da empresa.

O texto apresenta um discurso predominantemente institucional e empresarial, com foco na promoção da imagem da Fugro, onde algumas subjetividades e características do discurso podem ser identificadas como ênfase no Compromisso Ambiental, Identificação com Necessidades Humanas, Cuidado com a Imagem Corporativa, Apelo à Colaboração, Foco em Soluções Adaptadas promovendo a expertise da empresa, associando o texto ao "Líder da indústria – Infraestrutura".

Essa construção da imagem busca estabelecer a Fugro como líder no setor, reforçando a confiança e a credibilidade. E voltando sua comunicação em ESG – com foco nos investidores, apresenta uma aba que traz respostas de Por que investir na Fugro:

A Fugro é a especialista líder mundial em dados geográficos. Somos uma empresa cada vez mais diversificada e resiliente, com elevado crescimento orgânico e melhorando margens e geração de caixa. Estamos bem posicionados para cumprir a nossa estratégia de Caminho para o Crescimento Lucrativo, ao mesmo tempo que investimos num maior crescimento para beneficiar das oportunidades significativas das nossas soluções para a transição energética, infraestruturas sustentáveis e adaptação às alterações climáticas. Com uma capitalização de mercado de 1,5 bilhão de euros, a Fugro está listada na Euronext Amsterdam e incluída no índice midcap holandês AMX (Fugro, 2022, tradução nossa).

Sobre a questão da materialidade - Tópicos materiais da Fugro em que declara:

Em 2021, realizamos uma nova avaliação abrangente de materialidade para garantir que os nossos principais tópicos de sustentabilidade estavam alinhados com a nossa estratégia e com as tendências globais em evolução. A avaliação focou nos temas mais relevantes e impactantes. Não apenas para nós como empresa, mas também para nossos stakeholders. Esses tópicos apoiam nossos **objetivos comerciais, propósito e contribuição para cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. E eles estão integrados em nossa tomada de decisões e relatórios (Fugro, 2022, tradução nossa).

Vê-se novamente que o foco geral do discurso é, portanto, construir uma narrativa positiva em torno do próprio negócio, alinhando a empresa com valores ambientais, inovação e liderança no setor. A intenção é influenciar positivamente a percepção do leitor sobre a organização, destacando sua responsabilidade ambiental e sua capacidade de fornecer soluções personalizadas. Entretanto, o foco na visão de futuro e valores como expressados nos enunciados pode indicar uma conscientização em relação às demandas e preocupações contemporâneas, refletindo uma adaptação às expectativas do sujeito contemporâneo em uma sociedade orientada pelo capitalismo. O “sujeito do capitalismo” (Orlandi, 2020, p.49), muitas vezes é interpretado como sendo moldado por relações de produção capitalistas, destacando-se

como um sujeito consumidor ou um sujeito produtivo que participa ativamente na economia de mercado, como o caso da organização aqui analisada. A organização expressa sua política de biodiversidade e preocupação com a perda e a degradação dos ecossistemas, destacando as principais ameaças como mudanças climáticas, desmatamento e uso insustentável de recursos.

Esta política, conforme explicita no enunciado, estabelece a estrutura para abordar a proteção e a promoção da biodiversidade nas operações da Fugro em nível global. Esta política abrange as próprias operações da Fugro e os serviços oferecidos a seus clientes, como destaca no relatório:

Nós também trabalhamos ativamente para aumentar o conhecimento e a conscientização sobre a importância da preservação da biodiversidade por meio de **engajamento, educação e pesquisa**. A Fugro se responsabiliza pelo impacto de suas próprias atividades e ajuda os clientes a evitar ou minimizar o impacto de seus projetos na biodiversidade. A perda de biodiversidade também pode ter consequências sociais diretas para as comunidades que dependem do ecossistema ameaçado para sua subsistência. Nossa abordagem para proteger a biodiversidade. Nosso foco é **proteger** a biodiversidade por meio da avaliação de como operamos, dos serviços oferecidos aos nossos clientes, e nossas parcerias e decisões de aquisição. Nossa tomada de decisão é a seguinte: de preferência evitamos, reduzimos e, por fim, restauramos os possíveis impactos sobre a biodiversidade quando for viável (Fugro, 2022, tradução nossa).

As palavras “engajamento, educação e pesquisa”, simbolizam uma abordagem holística, indo além das operações práticas para incluir uma dimensão educativa e de pesquisa na preservação da biodiversidade. Expressa uma ideologia comprometida com a preservação da biodiversidade, destacando a responsabilidade pela conscientização e conhecimento. No setor de petróleo e gás, o foco principal da empresa está na integridade dos ativos, concentrando-se em manter a infraestrutura existente no mar segura e confiável. E se posiciona como uma solução para a transição energética:

Vemos um foco especial no gás natural, que é um importante combustível de transição. No mercado de petróleo e gás, estamos envolvidos principalmente no trabalho de integridade de ativos, permitindo que os clientes mantenham sua infraestrutura existente no mar seguro e confiável por meio de trabalhos de inspeção e detecção de corrosão, para proteger o oceano e manter os litorais livres de exposição à poluição. A inspeção regular da infraestrutura no mar é, portanto, essencial (Fugro, 2022, tradução nossa).

No que diz respeito a água e oceano, a Fugro aborda as crescentes ameaças do aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, oferecendo consultoria a organizações governamentais, instalações portuárias, institutos de pesquisa e agências de navegação.

Nossa visão sobre a água: Você sabia que os oceano e mares constituem 70% da superfície do nosso planeta? Eles nos fornecem comida, energia e água, por isso é fundamental que os protejamos. Compreender o nosso oceano e os

ambientes costeiros que os rodeiam irá ajudar-nos a fazer exatamente isso. Na Fugro, nos dedicamos a desvendar os segredos da Terra e de seu oceano. E criamos soluções totalmente adaptadas não apenas às suas necessidades de qualidade e sustentabilidade, mas também ao seu orçamento e cronograma. Juntos, construiremos ambientes costeiros resilientes e protegeremos o nosso oceano. (Leonard Sands Líder da indústria – Infraestrutura) (Fugro, 2022, tradução nossa).

A organização destaca seu papel na liderança privada em iniciativas globais de ciência oceânica, mapeamento do fundo do mar e fornecimento de soluções para infraestrutura hídrica, incluindo diques e gerenciamento de recursos hídricos como destacamos:

Ao oferecer acesso rápido a visualizações precisas, a Fugro contribui para aumentar a resistência costeira e apoiar a segurança e eficiência das atividades marítimas. A previsão de crescimento anual de 7% no mercado de infraestrutura hídrica nos próximos quatro anos ressalta a relevância contínua dessas soluções (Fugro, 2022, tradução nossa).

As declarações sobre a importância da sustentabilidade: “Nós nos preparamos para amanhã. Nosso mundo em mudança é uma oportunidade para um mundo melhor. Estamos fazendo o nosso melhor trabalho hoje enquanto investimos no amanhã através da nossa paixão pela aprendizagem e curiosidade constante.” (Fugro, 2022, tradução nossa).

O compromisso assumido pela Fugro junto a Década do Oceano, é publicado em seu *site*, transcrevemos como a organização se refere ao movimento e a parceria, demonstrando forte apelo no que diz respeito ao cuidado com o compartilhamento dos dados desde os relacionados aos direitos autorais, barreiras técnicas e jurídicas entre outras.

Há desafios pela frente quando se trata do compartilhamento generalizado de ativos de dados geográficos. Disponibilizar estes dados do setor privado significará resolver uma série de barreiras técnicas, jurídicas e econômicas em termos de infra-estruturas de tecnologia da informação, gestão e processamento de dados, direitos de propriedade intelectual e outras responsabilidades, para começar. No entanto, só unindo forças seremos capazes de resolver estas questões. As empresas têm muito a ganhar permitindo o acesso público aos seus dados e contribuindo com recursos para a Década do oceano e não apenas do ponto de vista reputacional e ambiental, social e de governança (ESG). A Década do oceano ajudará a proteger o próprio ambiente que sustenta os seus negócios marítimos, ao mesmo tempo que abre potencialmente novas oportunidades de negócios, relacionadas com novas fontes de energia ou alimentos, por exemplo (Fugro, online, tradução nossa).

Na mesma mensagem a organização refere a si própria como aquela que detém a *expertise* de seu negócio sobre o meio ambiente e busca um posicionamento que tenta descolar a preocupação exclusiva com a questão da reputação no mercado, no entanto, afirma que a motivação é pelo oferecimento de oportunidades de novos negócios. Como sabemos, em análise de discurso a metáfora não funciona como comparação ou substituição. A metáfora em análise

de discurso funciona como transferência que se produz num processo intermitente entre deslizamentos de sentidos, para Orlandi (2020, p.77):

Como esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural).

Dentro desse contexto, ao mencionar que as empresas têm muito a ganhar ao permitir o acesso público aos dados e contribuir para iniciativas como a Década do Oceano, a metáfora sugere que essa colaboração não é apenas benéfica para o meio ambiente, mas também pode abrir oportunidades de negócios inexploradas, funcionando como uma espécie de "oceano" de possibilidades econômicas.

A organização justifica a importância da parceria e sua inclusão apelando ao viés discursivo didático sobre o oceano, enaltecendo principalmente sua expertise sobre os serviços que oferece na gestão dos dados:

Hoje, apenas 4% do oceano profundo foi diretamente observado ou medido fisicamente, e apenas cerca de 20% do fundo do mar está mapeado. Estamos essencialmente caminhando em uma caverna profunda e escura, com apenas uma pequena luz de vela para nos guiar. Imaginem as maravilhas que descobriremos naquela caverna escura, quando acendermos os holofotes liberando dados geográficos antes inacessíveis! (Fugro, online, tradução nossa).

E finaliza:

Você sabia? Um oceano: cobre 71% da superfície da Terra; atinge uma profundidade média de aproximadamente 3.700 m; produz metade do oxigênio que respiramos; absorve até 30% do CO₂ que produzimos por ano (Fugro, online, tradução nossa).

Dentro da teoria discursiva, o sujeito é formado na relação com o outro, não sendo a origem do sentido, mas sim condenado a significar e permeado pela incompletude. O significado decorre de sua inserção em uma formação discursiva, pois uma mesma palavra pode variar de uma formação discursiva para outra, resultando no “deslizamento de sentido e definindo a inserção do sujeito em uma formação discursiva específica” (Orlandi, 2020 p.57). Nas palavras de Orlandi (2020, p.57), "a formação discursiva é a projeção da ideologia no dizer". Assim o discurso organizacional, conforme revelado, reflete a coexistência de relações marcadas por parcerias estratégicas. A formação discursiva da organização revela a dinâmica de poder subjacente nas interações da Fugro com a sociedade.

O discurso organizacional não é apenas informativo, mas também projeta uma imagem complexa das relações de poder e compromissos da organização com a Década do Oceano. A busca por parcerias estratégicas é apresentada como essencial para enfrentar desafios

ambientais, revelando a interconexão entre poder, sustentabilidade e inovação no contexto organizacional da Fugro.

Para Orlandi (2020, p. 35), na produção de sentidos nas relações entre sujeitos e a língua destaca-se a importância da cena da enunciação, que são as condições de produção de um discurso, para compreender o *ethos* discursivo, ou seja, o sujeito que integra essa enunciação. As condições de produção abrangem diversos fenômenos, contextos e situações que configuram pensamentos sociais por meio de uma rede de representações. A perspectiva apresentada sugere que o que é dito em um discurso é construído de forma a limitar outras possibilidades de expressão, quando estas não se alinham às representações estipuladas por esse discurso específico. A coerência das representações desempenha um papel central na construção do sentido.

Essa observação ressalta nosso pressuposto de que os discursos organizacionais têm a capacidade de estabelecer e dar origem a dinâmicas de poder. Em outras palavras, o que é comunicado pelas organizações revela não apenas informações superficiais, mas também as complexas relações de poder subjacentes que permeiam as interações entre as organizações e a sociedade. A organização declara em seus relatórios que trabalha e incentiva o desenvolvimento sustentável do planeta alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável conforme destacamos nos enunciados. ODS 7: Energia limpa e acessível- ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 15: Vida terrestre e o ODS 14: Vida na água especialmente para o cumprimento da Meta 14.a:

Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidade de investigação e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e directrizes da Comissão Oceanográfica Intergovernamental sobre a Transferência de Tecnologia Marinha, a fim de melhorar a saúde do oceano e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos. Mapeamos áreas costeiras. Particularmente aqueles de geografias vulneráveis. Nossos estudos ambientais de base ajudam a compreender, gerenciar e monitorar os impactos ambientais dos projetos marinhos de nossos clientes (Unesco, 2015)

Ao fazer parceria com a Comissão Oceanográfica da Unesco, declara que apoia ativamente a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), como elenca no relatório:

Este programa visa melhorar a coordenação e o acesso aos dados científicos globais do oceano. Dados necessários para reverter o ciclo de declínio da saúde do oceano e criar um desenvolvimento sustentável do oceano em todo o mundo. Também contribuimos para o Seabed 2030, um programa que visa mapear todo o fundo do oceano para obter benefícios científicos, ambientais e económicos (FUGRO, 2022, p.27).

Também afirma que está trabalhando para transformar a forma como os dados globais da ciência oceânica são coordenados e compartilhados:

Nossos esforços incluem a facilitação de um maior acesso a dados geográficos do sector privado para ajudar a garantir “a ciência que precisamos para o oceano que queremos”. O nosso trabalho para a Década do oceano é orientado por um acordo de parceria com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (COI- Unesco) e pela nossa adesão à Aliança da Década do oceano” (FUGRO, 2022, p. 33)

A parceria da Fugro com o COI- Unesco inclui apoio tangível e em espécie a Década do oceano por meio do empréstimo de especialistas à Secretaria do COI em Paris com o objetivo de aumentar a participação do setor privado na Década do oceano:

Este pessoal destacado por nós lideram a criação e administração de dois grupos de trabalho importantes em ciências oceânicas: **Grupo de Coordenação de Dados da Década do oceano:** centrado no “ecossistema digital” da Década do oceano, que é necessário para descobrir, aceder, partilhar, gerir, distribuir e fornecer a interoperabilidade dos dados científicos do oceano. **Grupo de Dados Corporativos da Década Oceânica:** focado no desenvolvimento de estruturas e mecanismos equitativos para acelerar o acesso público a dados científicos oceânicos privados. Ambos os grupos são essenciais para alcançar um dos resultados previstos para a Década do oceano: um oceano acessível com acesso aberto e equitativo a dados, informação e tecnologia, e à inovação (FUGRO, 2022, p.35, grifo nosso).

Conforme destacamos e apresentamos no Capítulo 3 desta tese, a Aliança da Década do oceano é uma rede eminente de líderes e instituições globais que trabalham para catalisar o apoio a Década do oceano, e pela importância do tema para nossa tese passamos a compreensão de como se dá a parceria da Fugro com as Nações Unidas neste contexto. Como membro da Aliança, a Fugro está:

Colaborando e coordenando com outros membros da Aliança para alavancar os compromissos existentes que aumentarão a conscientização sobre os objetivos e atividades da Década do oceano em todo o mundo; criar uma plataforma para demonstrar o papel e o poder da ciência no fornecimento de soluções para a sustentabilidade do oceano; e estabelecer uma ampla rede internacional que estimule ações e compromissos adicionais no âmbito da Década do oceano em todos os níveis da sociedade (FUGRO, 2022, p.33).

A liderança da Fugro no Grupo de Dados Corporativos da Década do Oceano exemplifica a ampliação desejada pelos membros da Aliança. Sob a copresidência de Mark Heine, CEO da Fugro, e Dr. Vladimir Ryabinin, secretário executivo do COI- Unesco,

[...] estamos colaborando para estabelecer uma extensa rede internacional de líderes proprietários de dados geográficos do setor privado. Juntos, desenvolveremos as estruturas necessárias para motivar as empresas a integrar seus dados científicos oceânicos no ecossistema digital da Década do Oceano. (FUGRO, 2022, p.43).

Figura 10 - Divulgação site Fugro sobre a Década do Oceano.



Fonte: Compilado do site da Fugro pela autora.

O acordo apela à Fugro a fornecer ao Secretariado do COI- Unesco em Paris, França, peritos para ajudar a estabelecer e administrar dois grupos de trabalho chave de dados oceanográficos. O CEO da Fugro, Mark Heine, declarou:

A Fugro está empenhada em trazer os nossos conhecimentos, experiência e relações globais a esta parceria e estamos ansiosos por ajudar o COI- Unesco a construir um ecossistema digital verdadeiramente global que englobe todas as fontes e todos os tipos de dados da ciência do oceano. A oportunidade de ajudar a transformar a forma como os dados das ciências oceânicas são geridos, distribuídos e acedidos através da participação direta na Década do oceano alinha-se perfeitamente com o propósito da Fugro de criar um mundo seguro e habitável (Ocean Decade, 2021).

Assim, o discurso organizacional, conforme revelado, reflete a coexistência de relações marcadas por parcerias estratégicas. Essa observação ressalta nosso pressuposto de que os discursos organizacionais têm a capacidade de estabelecer e dar origem a dinâmicas de poder. Conforme Oliveira e Amaral (2021, p.31),

Pode-se pensar o discurso como uma afirmação de identidades e diferenças, o que se alinha ao reconhecimento da alteridade como possibilidade de encontros. Os processos comunicativos pressupõem a relação entre sujeitos em processo de trocas e práticas comunicativas que, por meio do discursivo, incluem o outro – o interlocutor.

Em outras palavras, o que é comunicado pelas organizações revela não apenas informações superficiais, mas também as complexas relações de poder subjacentes que permeiam as interações entre as organizações e a sociedade.



Fonte: Henry Fila

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

*“Era como se o mar, com seus infinitos, lhe desse um alívio de sair
daquele mundo.”*

Mia Couto

8. CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Os resultados da tese, a partir da relação entre aspectos sócio-históricos do Antropoceno e a comunicação, visam a urgência ecológica diante da poluição plástica e das mudanças climáticas. Destaca-se a integração de conceitos ESG na pesquisa, evidenciando a importância da comunicação organizacional e da pesquisa e inovação responsável (PIR/RRI) na promoção de produtos sustentáveis e transparência sobre seu impacto ambiental. Conclui-se que a comunicação desempenha um papel vital na conscientização sobre desafios ambientais e pode motivar a busca por soluções, especialmente em relação ao oceano.

8.1 RESPONDENDO NOSSAS QUESTÕES A PARTIR DOS EIXOS TEMÁTICOS

Nossa pesquisa visou, primordialmente, demonstrar e refletir sobre o papel fundamental e a importância da comunicação organizacional na abordagem dos desafios enfrentados no cenário do Antropoceno. Nosso ponto de partida foi a necessidade de novas abordagens para compreender a sociedade em que vivemos, considerando fundamental as análises contextuais, reflexões e planejamento de intervenções propositivas, no âmbito social, político e econômico, a partir da comunicação nas e das organizações, conforme defendido por Kunsch desde a década de 1980. O objetivo geral da tese consistiu em evidenciar o papel estratégico da comunicação organizacional integrada para o combate à poluição plástica no contexto da Década do Oceano.

Nossos objetivos específicos foram (a) Identificar sinergias entre as iniciativas ESG que permitam combinar estratégias para fortalecer parcerias em Pesquisa em Inovação Responsável (PIR) e/ou, Responsible Research Innovation (RRI), nas e das organizações no contexto da economia circular no Brasil, e na Holanda; (b) Analisar o nível de coerência e competência comunicativa existente entre os discursos contidos em relatórios de sustentabilidade da Fugro.

A partir dos eixos temáticos estabelecidos, nos orientamos considerando os seguintes pressupostos: 1) A comunicação não é uma materialidade, uma substância em que podemos tocar e manusear, pois ela não se reduz a produtos, é um fenômeno, sobre o qual emerge o novo. A comunicação é uma instância de constituição de sentidos capaz de compreender quais barreiras e rupturas promovem alterações na percepção dos sujeitos sobre a importância vital do oceano; 2) Os estudos sobre discurso em âmbito organizacional salientam a existência de enfoques variados para as práticas organizacionais na contemporaneidade. Para os propósitos desta pesquisa, pretendemos destacar, aqueles que se dedicam ao tratamento teórico/empírico das possíveis relações entre discurso organizacional, que constrói socialmente o sentido, na gestão da comunicação para sustentabilidade em ESG no contexto do ODS 14; 3) Que os mercados constituem processos de representação que não são neutros e não se pode depositar a

esperança na capacidade do consumidor como agente transformador e mitigador para combater a poluição plástica.

Dessa forma, após considerar o arcabouço teórico abrangente que demonstramos nas reflexões sobre a sociedade contemporânea imersa na era digital e no poder da informação e da comunicação, destacamos a convergência entre comunicação organizacional, os princípios ESG e a promoção de produtos sustentáveis, juntamente com a transparência na divulgação de impactos ambientais, visando incentivar escolhas mais sustentáveis pelos consumidores. Portanto, para tal discussão optamos em dividir nossos resultados a partir dos eixos temáticos da tese: a comunicação organizacional, a Pesquisa e Inovação Responsável e a sustentabilidade em ESG.

8.1.1 No que diz respeito a comunicação organizacional

A comunicação organizacional, ao se comprometer com a sustentabilidade, reforça esse valor como um elemento central nas organizações. Isso é evidenciado pela função estratégica na divulgação de políticas e diretrizes internas e externas, interpretando e refletindo o compromisso da organização com práticas sustentáveis e responsabilidade socioambiental em níveis global e local. Para os profissionais de comunicação, esses documentos representam oportunidades para desenvolver uma narrativa qualificada, aumentar o engajamento com os *stakeholders* e contribuir para uma imagem corporativa responsável. A capacidade de traduzir informações complexas em mensagens acessíveis é crucial para o sucesso nessa área. Ao considerarmos esses aspectos, é fundamental levar em conta as particularidades de cada contexto, incluindo desafios, prioridades nacionais e capacidade de implementação. A resposta a uma política ou ação adotada por qualquer organização é imediata e pode desencadear uma série de reações e especulações que vão além das estratégias comunicacionais estabelecidas.

Nesse contexto, surge a questão do discurso: como ele se manifesta? O discurso é considerado um meio de representação e ação das organizações, enquanto a dialogicidade permeia as relações estabelecidas. Compreendemos como pontos forte de uma ação integrada em comunicação o fortalecimento de alguns aspectos, conforme encontramos a partir da análise do relatório de 2022 da Fugro que leva em conta questões como:

a) Conscientização e Educação: Fornece *insights* sobre como podem comunicar eficazmente os problemas ambientais e as soluções possíveis para seus públicos internos e externos. Isso inclui a criação de campanhas de conscientização, programas de educação ambiental e materiais de comunicação;

b) Engajamento das Partes Interessadas: Utiliza pesquisas em comunicação organizacional para entender melhor as necessidades e preocupações de suas partes interessadas em relação às questões ambientais. Isso pode incluir e dar maior ênfase aos funcionários e acionistas;

c) Transparência e Responsabilidade: Promove transparência na prestação de contas em relação às suas práticas ambientais, ao divulgar informações sobre as emissões de carbono, o uso de recursos naturais, o impacto das operações no meio ambiente e os esforços de sustentabilidade em andamento nos relatórios;

d) Inovação e Mudança Organizacional: Informa processos de inovação e mudança organizacional para tornar mais sustentáveis práticas de redução do impacto ambiental das operações, bem como a promoção de uma cultura organizacional que valoriza a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental;

e) Advocacy e Influência: Advoga por políticas e práticas ambientais mais progressivas em níveis local, nacional e global. Envolvimento em coalizões e parcerias, participação em processos de formulação de políticas e defesa de mudanças sistêmicas que promovam a sustentabilidade e a resiliência ambiental como compromissos com a Aliança da década e o Pacto Global.

No entanto, em uma perspectiva crítica sobre a condução dos processos discursivos da Fugro, uma frase de Bueno (2009, p.27) resume o presente trabalho quando diz que o “bombeiro não impede os prejuízos do incêndio”. Dessa forma, ele relaciona isso com uma organização, ressaltando que atividades de longo prazo como planejamentos estratégicos e políticas de comunicação vêm sempre a acrescentar em todos os setores da organização, mesmo que demorem um tempo para alcançarem os objetivos propostos.

Considerando a comunicação como um processo dinâmico de construção de sentidos que transcende produtos tangíveis, compreendemos que a discussão deve abranger, sobretudo, como as barreiras e rupturas na comunicação influenciam a percepção das pessoas sobre a importância do Oceano. Isso nos levou a adotar uma abordagem que reconhece a comunicação organizacional como uma força transformadora na conscientização e mobilização para a sustentabilidade dos oceanos. Como observamos no capítulo 5 as Relações Públicas, neste sentido, exercem uma função crucial ao cultivar subjetividades, fomentar a fidelização e estabelecer laços de cumplicidade entre os trabalhadores e os objetivos da organização. Elas contribuem para a formação de identidades alinhadas à cultura organizacional, buscando promover valores como o espírito de inovação, fundamentais para a competitividade, crescimento e superação de desafios concorrenciais. Assim, a comunicação organizacional

desempenha um papel crucial para os desafios do Antropoceno, promovendo uma visão estratégica e ampla, capaz de promover sensibilização e mobilização sobre a importância do oceano no cotidiano das pessoas.

8.1.2 No que diz respeito a Pesquisa em Inovação Responsável e sustentável

Procuramos demonstrar a importância da comunicação integrada em estratégias direcionadas ao contexto sócio-histórico complexo, onde inovações tecnológicas e conceitos derivados de práticas ESG desempenham papel fundamental na criação de soluções para desafios sociais e ecológicos. Esse contexto pavimentou nosso percurso para a questão da Pesquisa e Inovação Responsáveis (RRI). A RRI enfatiza a necessidade de que a pesquisa e a inovação considerem não apenas os avanços tecnológicos, mas também os impactos sociais, culturais, éticos e ambientais. Os estudos sistemáticos sobre a formação da ciência, como os discutidos por Latour (1987), questionam a suposta neutralidade dos valores culturais nos processos de pesquisa científica. Esses estudos podem ser divididos em duas categorias principais: aqueles que investigam a adesão prática dos pesquisadores à norma de neutralidade de valores, e aqueles que examinam a validade teórica dessas reivindicações de neutralidade. Especialmente nesta segunda área, a visão da neutralidade tem sido contestada.

Ao evidenciar a interdisciplinaridade defendida nos laboratórios dos pesquisadores holandeses na TU Delft (Osseweijer, Asveldt, Sonck, Palmeros, Sonck, Schubiers), ou seja, a colaboração entre disciplinas das ciências naturais e ciências sociais para uma abordagem mais ética e inclusiva na biotecnologia industrial, foi possível compreender questões que alimentam debates públicos e influenciam a aceitação de novas tecnologias. Com base na Pesquisa e Inovação Responsável, demonstra-se como opiniões divergentes afetam o sucesso ou fracasso de inovações. O resultado da análise mostrou preocupações dos cientistas quanto à influência de interesses comerciais e políticos na pesquisa científica, apontando para possíveis comprometimentos da integridade e objetividade do conhecimento. Incorporar a participação ativa dos cientistas sociais para antecipar conflitos e identificar questões relevantes da área, é essencial, segundo eles. Essa abordagem visa melhorar os fluxos de comunicação com todas as partes envolvidas.

Além disso, discutir a validade da neutralidade na pesquisa científica, questionando se é possível alcançar uma verdade objetiva ou se o conhecimento é sempre influenciado por perspectivas sociais e culturais, são importantes para compreender as disputas contemporâneas em torno da confiabilidade da ciência. Compreendemos que as pesquisas qualitativas conduzidas por cientistas sociais desempenham um papel fundamental no contexto científico,

fornecendo uma visão profunda e contextualizada dos fenômenos sociais, incluindo a própria prática científica. Ao revelar valores culturais, normas e dinâmicas sociais que influenciam a produção científica, essas pesquisas adotam uma abordagem crítica, questionando premissas, métodos e implicações sociais da ciência, e investigam questões como poder, privilégio e ética.

Relacionando ao nosso tema de pesquisa, isso é crucial para entender a origem da desinformação e do negacionismo na sociedade, especialmente em questões como mudanças climáticas, poluição plástica e saúde pública. Casos como a influência das empresas farmacêuticas e de tabaco em estudos médicos demonstraram anteriormente como pesquisas supostamente neutras podem ser afetadas por agendas ocultas. Nesse sentido, essa constatação nos leva a reconhecer as oportunidades de discussão e investigação no campo da comunicação, validando nosso esforço em uma pesquisa exploratória. Isso abre caminhos para novas áreas de estudo, oferecendo uma perspectiva atualizada sobre o cenário contemporâneo da comunicação organizacional no Brasil.

8.1.3 No que diz respeito a Sustentabilidade em ESG

Sob a perspectiva do campo da comunicação, o cenário sócio-histórico do Antropoceno, como observado ao longo desta tese, é caracterizado por uma complexa interconexão de fatores permeados por dilemas éticos e morais. Isso inclui o aumento alarmante das emissões de gases de efeito estufa devido à queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a disseminação generalizada da poluição plástica, todos impulsionados por atividades humanas. Essas tendências comunicam um quadro de urgência ecológica, refletido em eventos climáticos extremos. A interdisciplinaridade temática adotada por nós reflete o entendimento desta complexidade relacionada à sustentabilidade, envolvendo o campo da comunicação, os princípios ESG e suas interações com o oceano.

Para promover a sustentabilidade, é fundamental abordar esses desafios, tornando os produtos e processos nas organizações sustentáveis e acessíveis, bem como fornecendo informações claras sobre suas características e impacto ambiental. Portanto, nossa análise esteve voltada para a compreensão das dinâmicas originadas no mercado e nas políticas públicas em documentos direcionadores de práticas organizacionais. No âmbito da Gestão Responsável do oceano, a ênfase em documentos como o Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica, demonstra a urgência para a gestão responsável das organizações em relação ao oceano.

Documentos como o Tratado Global Contra a Poluição Plástica, o Pacto Ecológico Europeu e a abordagem de diretivas e regulamentações indicam conflitos, mas, sobretudo, a

capacidade da sociedade em adaptar-se a mudanças na legislação e regulamentação e impulsionam/pressionam a participação ativa das organizações para iniciativas globais. E no tema que diz respeito a inovação e ciência, a adoção de regulamentações como *From Pollution to Solution* evidenciaram o compromisso das organizações com a inovação e a aplicação de evidências científicas para enfrentar desafios ambientais. Além disso, estratégias como garantias comerciais e promoção de produtos duráveis podem incentivar os consumidores a fazer escolhas mais sustentáveis.

Como resultados, a análise comparativa revelou boas práticas, desafios comuns e oportunidades de aprendizado mútuo entre o Brasil e a UE no âmbito da sustentabilidade, especialmente no combate à poluição plástica. No entanto, também ficou evidente a ameaça das sanções decorrentes da implementação de novas leis para os processos produtivos mais sustentáveis, inviabilizando produtos que não priorizem tais processos, incidindo em economias mais vulneráveis fora da UE.

Comunicar sobre a importância desses documentos não apenas cumpre exigências de transparência e conformidade, mas também fortalece a imagem da organização como um agente comprometido com práticas sustentáveis, responsabilidade global e adaptação às mudanças ambientais e regulatórias. A produção e a reprodução dos valores e princípios organizacionais são concebidas como enraizadas nos processos discursivos e dialógicos que orientam suas estratégias e práticas comunicativas. Segundo Deetz (2010, p.86), a teoria do campo comunicacional destaca a comunicação como o pilar fundamental para a existência das organizações.

É crucial compreender que esses processos interativos dentro e fora das organizações têm implicações sociais, podendo ocorrer de forma espontânea dentro do contexto organizacional, independentemente da vontade e decisão da própria organização, escapando assim à sua observação direta. Quanto aos discursos sobre o oceano nas organizações, é importante reconhecer que eles podem variar consideravelmente de acordo com o contexto, o emissor, o ponto de vista e os objetivos das organizações, bem como as preocupações predominantes. O resultado da avaliação do compromisso da organização, nosso *corpus*, com a redução do lixo no mar foi realizada por meio de diversos indicadores que refletem suas práticas, políticas e iniciativas voltadas para a sustentabilidade marinha, evidenciando a existência de: 1) Presença de Metas Claras; 2) Declarações de Missão e Valores; 3) Programas de Conscientização e Educação; 4) Estratégias de Comunicação; 5) Parcerias e Colaborações; 6) Ações Concretas de Redução de Resíduos; 7) Avaliação do Desempenho Ambiental. Diante da diversidade de possibilidades que o discurso oferece das práticas discursivas da Fugro, a

análise crítica empreendida revelou a complexidade das dinâmicas de poder e influência presentes na comunicação organizacional, como apresentamos em detalhes no capítulo 7.

Os resultados compreendem tendências do ambiente ESG sobre questões relacionadas à responsabilidade social corporativa e a forte necessidade que o campo da comunicação pode desempenhar, diz respeito em pautar iniciativas consistentes levando em conta fundamentalmente os cenários onde são implementadas. A construção de diagnósticos a partir dos cenários onde se aplicam essas ações. Afinal, se falamos em uma ação ou campanha nos países nórdicos, região onde as questões básicas da sociedade já estão resolvidas, temos uma realidade e um caminho a seguir. Mas se falamos de certas áreas da África, da América do Sul ou da Ásia onde variáveis como água potável, saneamento, saúde, alimentação e moradia ainda se mostram como grandes desafios, obrigatoriamente as abordagens devem ser outras, e naturalmente adequadas a esses cenários tão diferentes.

Em qualquer hipótese, se quisermos que a jornada ESG seja efetiva, independente do conteúdo ou da abordagem escolhida, o engajamento corporativo em uma causa deve ser construído e percebido como tal, com base em confiança, consistência para uma conexão efetiva em relação aos diferentes *stakeholders*. Além disso, discutir as tendências futuras no ambiente ESG é essencial, pois se espera um aumento na conscientização pública sobre questões ambientais, sociais e de governança. Isso pressionará as empresas cada vez mais a adotarem práticas mais sustentáveis, incluindo o aprimoramento das práticas de relatórios, com maior transparência sobre as ações e impactos destas organizações, e a implementação de regulamentações mais rigorosas para garantir a conformidade com os princípios ESG.

8.2 REFLEXÕES FINAIS

Sem considerar as dinâmicas históricas reais que a produziram e que a produzem, toda discussão fica descontextualizada e sem nenhuma relação de causalidade. A crise ambiental não pode ser tematizada apenas como fenômeno físico natural externo à evolução das sociedades. Na verdade, não é a natureza que se encontra em desarmonia, é a própria sociedade. A atual desordem da biosfera decorre de uma longa, complexa e conflituosa cadeia de relações entre o mundo humano e o mundo natural, ela materializa um conflito profundo entre a sociedade de consumo e a biosfera (Layrargues, 2000, p. 64).

Promover a sensibilização e a mobilização necessárias para a importância do oceano no cotidiano das pessoas é uma questão de despertar a consciência. Em meados da década de 1960, uma experiência inédita chamou a atenção do mundo para o interior do Rio Grande do Norte. Foi quando Paulo Freire introduziu sua "alfabetização de adultos" como uma abordagem

educacional radicalmente libertadora e inovadora. Sua proposta visava capacitar os excluídos a ler e contar suas próprias histórias, permitindo que suas vidas fossem reconhecidas e consideradas por aqueles que detinham o poder. Essa abordagem desafiou a esquizofrenia da educação formal e defendeu uma educação centrada na autonomia e na conscientização dos oprimidos. Isso implica uma comunicação autêntica e inclusiva, onde as vozes dos excluídos são ouvidas e valorizadas.

Embora a revolução nas tecnologias de informação tenha possibilitado a comunicação e o comércio globais instantâneos, também trouxe à tona preocupações sobre privacidade e controle. Por um lado, a inovação tecnológica tem desempenhado um papel significativo no avanço do bem-estar humano e da prosperidade econômica, especialmente no mundo ocidental. Por outro lado, muitas vezes, essa contribuição vem acompanhada de riscos e custos, como evidenciamos ao longo desta tese. Concordamos com Martin-Barbero (2014, p.145) que as tecnologias digitais evidenciam que a verdadeira lacuna não está na técnica, mas na "brecha cognitiva", que está "começando a ser comprometida pela multiplicação das formas de raciocínio". Isso revela a relação estreita mantida por mais de um século entre o monoteísmo racionalista do cientificismo, com sua visão universal etnocêntrica, e o mercantilismo que o explora comercialmente. Em suma, significa reconhecer a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e compartilhada para lidar com os desafios complexos enfrentados pela humanidade.

Nas teorias de Martin-Barbero e Paulo Freire, a comunicação é vista como um meio fundamental para promover a inclusão e a conscientização. Barbero enfatiza a comunicação como um processo que molda e é moldado pelas estruturas sociais e culturais, enquanto Freire propõe uma abordagem educacional que capacita os marginalizados a contar suas próprias histórias e tornar suas vidas relevantes na sociedade. Ambos concordam que uma comunicação autêntica e inclusiva é essencial para promover a justiça social e o desenvolvimento humano.

Isso significa afirmar que defendemos uma abordagem na qual sociedades em desenvolvimento reconhecem a importância de se tornarem sociedades de conhecimento compartilhado para alcançar uma verdadeira humanidade e sustentabilidade. Nessa visão, a diversidade é vista como um valor essencial e deve ser incorporada em uma ética que valorize o compartilhamento de conhecimentos. Neste contexto, a cultura oceânica pode ser inserida como uma solução ao destacar a importância do oceano como fonte de conhecimento, inspiração e resiliência.

8.3 CAMINHOS PARA O FUTURO

Um dos grandes desafios encontrados por nós para conduzir este trabalho para a coleta e análise de dados, foi ter que recorrer essencialmente aos conteúdos sobre ESG em documentos redigidos em inglês, dado o limitado acesso à literatura em português, especialmente no contexto acadêmico da comunicação corporativa. Essa constatação ressalta as lacunas existentes e as oportunidades de avanço no campo da Comunicação, especialmente em relação a temas relacionados ao ESG. Reforça, ainda, nosso compromisso em realizar pesquisas investigativas para descobrir novas perspectivas de estudo e buscar uma abordagem atualizada.

Demonstra a necessidade premente de mais estudos críticos, produções acadêmicas e espaço em congressos e revistas brasileiras para aprimorar a pesquisa em comunicação, alinhando-a mais de perto com as demandas e práticas do mercado atual.

Assim como Paulo Freire e Martin-Barbero valorizam a comunicação como meio de empoderamento e transformação social, a cultura oceânica pode ser vista como uma fonte de sabedoria que promove a conexão com a natureza e com as comunidades que dependem do oceano para sua subsistência. Essa abordagem deve ser implementada por meio de programas de comunicação e educação financiados, e/ou estabelecidos com colaboração de organizações, que reconhecem e valorizam o conhecimento ancestral das comunidades costeiras e indígenas sobre o oceano. Adicionalmente, a cultura oceânica pode estimular novas perspectivas e ações diante dos desafios sociais e ambientais para a formação de uma sociedade mais consciente e comprometida com o desenvolvimento humano e social.

As organizações poluidoras de plástico devem ser transparentes e comunicar sobre as quantidades de plástico de utilização única que produzem e os produtos químicos contidos, redesenhar urgentemente os seus modelos de negócio, afastando-os das embalagens de utilização única, a fim de reduzir drasticamente a utilização de plástico, e abraçar totalmente a reutilização, a recarga e a não utilização de embalagens e sistemas de entrega de produtos.

Por essas e por outras razões que desenvolver pesquisa em Comunicação e Oceano é uma maneira de colaborar/contribuir na construção de um pensamento coletivo, analítico e crítico sobre teoria e prática como um todo, construindo uma tese de doutorado que não seja apenas referência teórica, mas que também promova reflexões e análises para o aprimoramento de processos e pesquisas inter e transdisciplinares, em que os resultados se multipliquem.

REFERÊNCIAS

- ABERJE. O que esperar da comunicação organizacional do Brasil. Sumaré: São Paulo, 2021. Disponível em https://www.aberje.com.br/mkt_parceiros/2021/docs/aberje-TendenciasComunicacao2021.pdf?utm_source=ALLINMAIL&utm_medium=email&utm_content=262863083&utm_campaign=ABERJE_THINKS_MAR_O&utm_term=.in.yu02bj5.sau.j.h.qh5.wa0.n.xay.nm.lh.j.x.yf.fmb. Acesso em 20 jan. de 2024.
- ACCENTURE. Accenture Interactive's 2019 Consumer Pulse Survey. Online, 2019. Disponível em <https://www.accenture.com/content/dam/accenture/final/a-com-migration/r3-additional-pages-1/pdf/pdf-110/accenture-see-people-not-patterns.pdf#zoom=50>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. (Orgs.) Temas básicos da sociologia. Trad. Br. de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Gestão das Águas. MINDR, online. Disponível em <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- ASHLEY, P. A. Ética e responsabilidade social nos negócios. Editora: São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. RAE-Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 52–73, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37120>. Acesso em: 8 julho. 2021.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Tecnologia e construção da cidadania. Comunicação & Educação, [S.L.], n. 27, p. 7, 30 ago. 2003. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA).
- BACELLAR, C. Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.
- BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BALDISSERA, R. Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. a. 10, edição n. 18, p. 59-70. São Paulo, Brasil: Gestcorp-ECS-USP; Abrapcorp, 2013.
- BALDISSERA, R. Organizações como complexus de diálogos, subjetividades e significação. In: KUNSCH, M.M. K. A comunicação como fator de humanização nas organizações. São Caetano do Sul: Difusão Ed., 2010. p. 61-76.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 3. reimp. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROSO, M. B. Relaciones públicas em organizaciones sostenibles El caso de las empresas de triple impacto. TESIS DOCTORAL. Málaga (España), 13 de enero 2021.

BASSO, M. ESG: a nova onda verde. E-investidor, Estadão, São Paulo. Disponível em: <https://d3351uupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F148780%2F1628794867E-book-ESG.pdf>. Acesso em: 7 dezembro. 2021.

BATTISTIN, M., Pascalicchio, P., Tabaro, B., Hasa, D., Bonetto, A., Manfredini, S., Baldisserotto, A., Scarso, A., Ziosi, P., Brunetta, A., Brunetta, F., & Vertuani, S. (2022). A Safe-by-Design Approach to "Reef Safe" Sunscreens Based on ZnO and Organic UV Filters. *Antioxidants (Basel, Switzerland)*, 11(11), 2209. <https://doi.org/10.3390/antiox11112209>

BECK, U. Risk society. London: Sage Publications, 1998.

BECK, Ulrich. A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1995.

BENNETT, Elena M; SOLAN, Martin; BIGGS, Reinette; MCPHEARSON, Timon; NORSTRÖM, Albert V; OLSSON, Per; PEREIRA, Laura; PETERSON, Garry D; RAUDSEPP-HEARNE, Ciara; BIERMANN, Frank. Bright spots: seeds of a good anthropocene. **Frontiers In Ecology And The Environment**, [S.L.], v. 14, n. 8, p. 441-448, out. 2016. Wiley.

BERNARDO, Karina de Toledo. Avaliação da efetividade de esquemas de pagamentos por serviços ambientais hídricos: proposta metodológica. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, University of São Paulo, São Carlos, 2016.

BESEN, Gina Rizpah; JACOBI, Pedro Roberto; SILVA, Christian Luiz. 10 anos da Política de Resíduos Sólidos: caminhos e agendas para um futuro sustentável. . Universidade de São Paulo. Instituto de Energia e Ambiente, 2021. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/61 Acesso em 18 dezembro de 2023.

BIERKENS, Marc F. P.; SUTANUDJAJA, Edwin H.; WANDERS, Niko. Large-scale sensitivities of groundwater and surface water to groundwater withdrawal. **Hydrology And Earth System Sciences**, [S.L.], v. 25, n. 11, p. 5859-5878, 11 nov. 2021. Copernicus GmbH. BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é: o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.305/10, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Grupos de Apoio à Mobilização da Década do Oceano debatem criação do Dia Nacional da Cultura Oceânica. Online, 2022. Disponível em [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2022/10/grupos-de-apoio-a-mobilizacao-da-decada-do-oceano-debtem-criacao-do-dia-nacional-da-cultura-oceanica#:~:text=Os%20GAMs%20foram%20criados%20para,Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20\(MCTI\)](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2022/10/grupos-de-apoio-a-mobilizacao-da-decada-do-oceano-debtem-criacao-do-dia-nacional-da-cultura-oceanica#:~:text=Os%20GAMs%20foram%20criados%20para,Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20(MCTI)). Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MCTI, online. Disponível em <https://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Plano-Nacional-de-Implementac%C3%A7%C3%A3o-da-D%C3%A9cada-da-Ci%C3%82ncia-Oce%C3%82nica-links.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Manual Projeto Orla. 2022. 324p. Brasília. ISBN 978-65-997520-0-1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006. Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1874, de 2022a. Institui a Política Nacional de Economia Circular. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153918>. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2524, de 2022b. Estabelece regras relativas à economia circular do plástico. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-2524-2022>. Acesso em: 06 fev. 2024.

BREAK FREE FROM PLASTIC. Branded: Five years of holding corporate plastic polluters accountable. 2022. Disponível em <https://brandaudit.breakfreefromplastic.org/wp-content/uploads/2022/11/BRANDED-brand-audit-report-2022.pdf>. Acesso em 20 jan. de 2024.

BUENO, W. C. Comunicação Interna e Liderança Aberta: os desafios de incorporar a geração Y e as mídias sociais. Revista Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, v. 10, n. 19, p.60-71, jul./dez. 2013.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

- CALDAS, M. P., FACHIN, R. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.
- CARVALHO, Adriana R. *et al.* Sumário para tomadores de decisão - 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos. Campinas: BPBES, 2023.
- CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.* Trad. de Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. *Comunicación y poder.* Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- CASTELLS, M. Un mapa de sus interacciones. *Telos*, [s. l.], 2008. Cuadernos de Comunicación e Innovación. Disponível em: <https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero077/un-mapa-de-sus-interacciones/?output=pdf> /. Acesso em: 14 jun. 2023.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CENTRO INTERNACIONAL DE MÉTODOS NUMÉRICOS EM INGENIERÍA (CIMNE). Análise computacional da ruptura da Barragem I na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. Universidad Politécnica de Catalunya, 2021. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2021/relatorio-final-cinme-upctraducao-do-sumario-executivo-final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- CHRISTOFOLETTI, Ronaldo Adriano *et al.* A Década da Ciência Oceânica para o desenvolvimento sustentável. E eu com isso?. *Ciência e Cultura*, v. 73 n.2, p. 28-35, 2021.
- COMISSÃO EUROPEIA. Industry Factsheet. Online, 14 jul. 2021. Disponível em [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/%5Beuropa tokens:europa interface language%5D/fs_21_3675](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/%5Beuropa%20tokens:europa%20interface%20language%20fs_21_3675). Acesso em: 13 fev. 2024.
- COMISSÃO EUROPEIA. Pacto Ecológico Europeu. Online, 09 out. 2023. Disponível em https://commission.europa.eu/publications/delivering-european-green-deal_pt#informa%C3%A7%C3%A3o-detalhada. Acesso em: 13 fev. 2024.
- CONEXÃO OCEANO. Relatório. Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza; Unesco no Brasil; Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI); Museu do Amanhã. 2019. Disponível em <http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Biblioteca/Produto%20Conex%C3%A3o%20Oceano.pdf>. Acesso em 23 fev 2021.
- CONSANI, Marciel. *Como usar o rádio na sala de aula.* São Paulo: Contexto, 2007.
- CONSELHO EUROPEU. Economia circular. Online: Consilium, 13 fev. 2024. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/circular-economy/#consumers>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- COULDRY, N.; HEPP, A. *The Mediated Construction of Reality.* Cambridge: Polity Press, 2017.

- CURVELLO, João José Azevedo. Internal communication and organizational culture / João José Azevedo Curvello. 2. ed. Brasília: Casa das Musas, 2012. 162 p.
- DEETZ, S. Comunicação organizacional: fundamentos e desafios (Organizational communication: Foundations and challenges). In: MARCHIORI, M. (ed.). Comunicação e organização em processos e práticas (Organizational communication processes and strategy). São Paulo: Difusão, 2010. p. 83-102.
- DEETZ, S. O surgimento da governança corporativa e o redesenho da comunicação (The rise of stakeholder governance models and the redesign of communication necessary for them). In: KUNSCH, M. (ed.). A comunicação na gestão para sustentabilidade das organizações. São Paulo: Difusão, 2009. p. 85-105.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Conversações. Tradução: Peter PálPelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DRYZEK, J. S. The Politics of the Earth: Environmental Discourses. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- DUARTE, Jorge. Comunicação estratégica e integrada : a visão de renomados autores de 5 países. / Joana d'Arc Bicalho Félix (org). Brasília : Editora Rede Integrada, 2020.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico (Texto integral). São Paulo, SP: Martin Claret, 2002.
- DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ELKINGTON, J. Green Swans: The Coming Boom In Regenerative Capitalism. Fast Company Press, 2020.
- ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. A new textiles economy: redesigning fashion's future. Isle of Wight, 2017. Disponível em https://emf.thirdlight.com/file/24/IwnEDbfI5JTfOAIw_2QI2Yg-6y/A-New-Textiles-Economy_Summary-of-Findings_Updated_1-12-17.pdf. Acesso em 13 fev. 2024.
- EM MOVIMENTO. Movimentando as Juventudes Brasileiras. Online. Disponível em <https://www.emmovimento.org.br/>. Acesso em 20 jan. de 2024.
- ESPINOSA, B. Ética. Coord. Marilena Chauí. trad. Grupo de Estudos Espinosa nos.: São Paulo: Edusp, 2015.
- EUROPEAN INVESTMENT BANK. Clean oceans and the blue economy – Overview 2023. Publications Office of the European Union, 2023. Disponível em <https://data.europa.eu/doi/10.2867/4724>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva. 2001.

FAO BRASIL. FAO afirma que sistemas alimentares aquáticos são essenciais para segurança alimentar e erradicação da pobreza. Online, 2022. Disponível em <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1542578/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

FERNANDES, Ana Margarida Lopes *et al.* Sustentabilidade ambiental nas empresas e comunicação organizacional e stakeholders: que relação e vantagens?. Comunicação, Desenvolvimento e Sustentabilidade, v. 2, p. 101-112, 2014.

FÍGARO, Roseli. Conexão Pós - Desafios contemporâneos da pesquisa. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA-USP), 2020. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bKdtMihbTuI&ab_channel=ECAUSPOficial. Acesso em: 12 fev. 2024.

FISHER, E. (2016). Mission impossible? Developing responsible innovation in a global context. *Journal of Responsible Innovation*, 3(2), 89-91. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23299460.2016.1252522>. Acesso em mai. 2023.

FLEURY, Sérgio Veiga. Regulação da segurança de barragens de rejeitos de mineração: Uma análise pautada na participação social. Monografia (Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação) – Instituto Serzedello Corrêa, Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Brasília DF, 2023.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Tradução de Laura Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRANÇA, Fabio. Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica. São Caetano do Sul (SP): Yendis Editora, 2004.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FUENTES-NAVARRO, R. (2014). La investigación de la comunicación en América Latina: una internacionalización desintegrada. *Oficios Terrestres*, (31), 11-22.

FUGRO (@Fugro). Instagram. 2024.

FUGRO. Annual Report 2022. Online, 2022. Disponível em <https://www.fugro.com/investors/results-and-publications/annual-report>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FUGRO. What we do. Online. Disponível em <https://www.fugro.com/about-us>. Acesso em 13 fev. 2024.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GARRIGA, E. MELÉ. Corporate Social Responsibility, Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, n. 53, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, p.51-71. 2004.

GIDDENS, Anthony. 2002. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 233p.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOBÉ, M. A emoção das marcas: conectando marcas às pessoas. Rio de Janeiro: Negócio, 2002.

GORAYBE, Adryane. Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil. Fortaleza. Edições UFC. 2019

GRANZIERA. Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. Editora Atlas. São Paulo. 2009.

GRUNDEI, Ida. DAHLSTRÖM, Margareta. A Quadruple and Quintuple Helix Approach to Regional Innovation Systems in the Transformation to a Forestry-Based Bioeconomy. *Journal of the Knowledge Economy*, 2016, vol. 7, issue 4, nº 10, 963-983. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/sprjknow/v_3a7_3ay_3a2016_3ai_3a4_3ad_3a10.1007_5fs13132-016-0411-7.htm Acesso em: 3 de nov. de 2022.

GRUNIG, James E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. Trad. de John Franklin Arce. *Revista Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 24, n. 39, p. 67-92, 1º sem. 2003.

HABERMAS, J J. Teoria do agir comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, J. A ética da discussão e a questão da verdade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jurgen. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrasp*. São Paulo, nº 18, 1987.

HALLANGER, I. G., ASK, A., & FUGLEI, E. (2022). Occurrence of ingested human litter in winter arctic foxes (*Vulpes lagopus*) from Svalbard, Norway. *Environmental pollution (Barking, Essex: 1987)*, 303, 119099. <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2022.119099>.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução: Ênio Paulo Giachini, 2. ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

HANSEL, Claudia Maria. O princípio da precaução frente a responsabilidade civil pelos danos ambientais. Caxias do Sul: UCS, 2003.

HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HEIDEGGER. Serenidad. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1994.

HEINE, Mark. Fugro to advance ocean science and ocean climate action agenda at COP28. Online: Fugro, 2023. Disponível em <https://www.fugro.com/news/business-news/2023/fugro-to-advance-ocean-science-and-ocean-climate-action-agenda-at-cop28>. Acesso em 20 jan. de 2024.

HOHLFELDT, A; Martino, Luiz C.; Veiga França, Vera (Orgs). Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 20N Manual da Redação: Folha de S.Paulo. São Paulo: PubliFolha, 2001.

IOLI, Valentina; GIANNOZZI, Alessandro; PESCATORI, Lucrezia; ROGGI, Oliviero. Are environmental, social and government factors incorporated in the credit ratings? Risk Governance And Control, v. 13, n. 3, p. 22-32, 2023. Disponível em <https://www.fdc.org.br/conhecimento/publicacoes/artigo-36235>. Acesso em: 13 fev. 2024.

IPCC. Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex and P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 2023, 1535 pp. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/> Acesso 2 jan. 2024.

IPCC. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 2023, pp. 1-34. DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1> Acesso 2 jan. 2024.

IPEA. Boletim regional, urbano e ambiental. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, 2023.

IPEA. Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento/ organizadores: João Sicsú, Armando Castelar. – Brasília: Ipea, 2009. 252 p.

ISIGONIS, Panagiotis; HRISTOZOV, Danail; BENIGHAUS, Christina; GIUBILATO, Elisa; GRIEGER, Khara; PIZZOL, Lisa; SEMENZIN, Elena; LINKOV, Igor; ZABEO, Alex; MARCOMINI, Antonio. Risk Governance of Nanomaterials: review of criteria and tools for risk communication, evaluation, and mitigation. Nanomaterials, [S.L.], v. 9, n. 5, p. 696, 4 maio 2019. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/nano9050696>.

IWANICKI, Lara. Um oceano livre de plástico [livro eletrônico]: desafios para reduzir a poluição marinha no Brasil . Lara Iwanicki, Ademilson Zamboni.1. ed. Brasília, DF: Oceana Brasil, 2020. Disponível em: https://brasil.oceana.org/wp-content/uploads/sites/23/umooceanolivredeplastico_oceana_port_web_18dez2020.pdf. Acesso 10 de mar. de 2022.

JACOBI, Pedro Roberto; de Almeida Sinisgalli, Paulo Antonio Governança ambiental e economia verde *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 17, núm. 6, junho, 2012, pp. 1469-1478.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, março 2003.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa* 204, n. 118, março de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em fevereiro de 2022.

JENKINS, Henry. The Cultural Logic of Media Convergence. *International Journal Of Cultural Studies*, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 33-43, mar. 2004. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1367877904040603>.

JENSEN, Klaus Bruhn. Teoria e filosofia da comunicação. *Matrizes*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 31-47, 2008. Traduzido por Mariane Murakami.

JONES, Francis. A ameaça dos microplásticos. Online: Revista Pesquisa FAPESP, 2019. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-ameaca-dos-microplasticos/>. Acesso em 20 jan. de 2024.

KHAN, Faisal I.; AMYOTTE, Paul R. How to Make Inherent Safety Practice a Reality. *The Canadian Journal Of Chemical Engineering*. Halifax, n. 81, p.2-16, 10 fev. 2003.

KÖHLER, Andreas R.; SOM, Claudia. Risk preventative innovation strategies for emerging technologies the cases of nano-textiles and smart textiles. *Technovation*, [S.L.], v. 34, n. 8, p. 420-430, ago. 2014. Elsevier BV.

KUNSCH, M. M. K. (Org). Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

KUNSCH, M. M. K. (Org). Comunicação Organizacional: histórico, teoria e fundamentos. São Paulo: Saraiva, 2009.

KUNSCH, M. M. K. A Comunicação como fator de humanização das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2010.

KUNSCH, M. M. K. As dimensões humana, instrumental e estratégica da Comunicação Organizacional: recorte de um estudo aplicado no segmento corporativo. *Intercom*. v.35.n. 2. São Paulo: RBCC, 2012.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional na era digital: contextos, percursos e possibilidades. *Signo y Pensamiento*, v. 26, n. 51, Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, jul./dez. 2007, p. 38-51.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. *Revista Matrizes*, v. 8, n. 2, São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 35-61, jan./jun. 2014.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

- KUNSCH, M.K.K. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 18, n. 33, p. 13-24, nov. 2020.
- KUNSCH, M.K.K. Estratégias comunicativas nos processos de parcerias para implementação da Agenda 2030 da ONU. *Organicom*, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 16-31, 23 nov. 2022. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA).
- KUNSCH, M.K.K. OLIVEIRA, I.de O. (Org.) A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio da antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*. Harvard University Press, 1987.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Sistemas de Gerenciamento Ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v. 40, n. 2, p.80, abr-jun, 2000.
- LEMOS, E. Pós-disciplinaridade e reflexividade: desafios e oportunidades para a pesquisa em relações públicas. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 6 a 9 de junho de 2017.
- LIMA, G. F. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*. NEPAM/UNICAMP, Campinas, v. 6, n. 2, jul.-dez., 2003.
- LOPES, M. I. V. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. *Matrizes*, v.8, n. 1, p.65-80, 2014
- LOPES, M. I. V. *Pesquisa em comunicação*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- LYOTARD, Jean François. *A Condição Pós-Moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 16ª ed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2015.
- MAGGIO, Sérgio. “É sobre uma crise sem limites que o Tratado Global Contra a Poluição Plástica se posiciona”, entrevista com Lara Iwanicki. *Oceana*, jun. 2023. Disponível em <https://brasil.oceana.org/blog/e-sobre-uma-crise-sem-limites-que-o-tratado-global-contr-a-poluicao-de-plastico-se-posiciona/>. Acesso em 13 fev. 2024.
- MANDARD, Stéphane. Coca-Cola, sponsor de la COP27 et « champion du monde » de la pollution plastique. *Le Monde*, online, 15 nov. 2022. Disponível em https://www.lemonde.fr/planete/article/2022/11/15/coca-cola-sponsor-de-la-cop27-et-champion-du-monde-de-la-pollution-plastique_6149885_3244.html. Acesso em: 13 fev. 2024.
- MAPA DE CONFLITOS. Mapa de conflitos: Injustiça ambiental e saúde no Brasil. Fiocruz: Online. Disponível em https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?populacao_tax=0&atv_gerad_tax=0&dano_tax=0&impacto_tax=0&uf_tax=0&q. Acesso em 20 jan. de 2024.

- MARCHIORI, M. As interconexões entre cultura organizacional e comunicação. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação organizacional: Linguagem, gestão e perspectivas. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. p. 293-320.
- MARINHA DO BRASIL. Amazônia Azul. Online. Disponível em https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em: 06 fev. 2024.
- Marqués, M. Sostenibilidad , Comunicación y Valor Compartido El discurso actual del desarrollo sostenible en la. Universidad Complutense de Madrid. 2017.
- MARTÍN-BARBERO, J. A comunicação na educação. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MASSONI, S. Metodologias de la comunicación estratégica: del inventario al encuentro sociocultural. Rosario: Homo Sapiens Ediciones. 2013.
- MATTEN, D., e CRANE, A. Corporate citizenship: Toward an extended theoretical conceptualization. Academy of Management review, v. 30, n. 1, 166-179, 2005.
- MIDDLEBURY INSTITUTE OF INTERNATIONAL STUDIES. Center for the Blue Economy. Online. Disponível em <https://www.middlebury.edu/institute/academics/centers-initiatives/center-blue-economy>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Biodiversidade aquática. Online, 2018. Disponível em <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Procedimento Investigatório Criminal n.º MPMG-0090.19.000013-4. Brumadinho: Ministério Público, 21 jan. 2020. Disponível em https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/1/D8D56A32F76E0F_denunciavaletuvsud.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.
- MLA STYLE. Paul J. Crutzen. Facts. NobelPrize.org. Nobel Prize Outreach AB 2024. <https://www.nobelprize.org/prizes/chemistry/1995/crutzen/facts/>. Acesso em 12 fev. 2024.
- MONTENEGRO, Marcelo; VIANNA, Manoela; TELES, Daisy Bispo (Orgs.). Atlas do Plástico: Fatos e números sobre o mundo dos polímeros sintéticos. 1. d. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2020.ISBN: 978-65-87665-02-3ª. Maré alta de plástico e a ressaca no turismo. Autoria: Andrea Maltchik Zamora, Caio Rodrigues Nobre, Isabelle da Silveira, Larisse Faroni-Perez, Luciana Yokoyama Xavier, **Patricia Zimmermann** e Victor Vasques Ribeiro. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2020-11/Atlas%20do%20PI%20C3%A1stico%20-%20vers%C3%A3o%20digital%20-%2030%20de%20novembro%20de%202020.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- MORIN, E. Ensinar a viver. Manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. rev. Cortez. Brasília, DF: Unesco, 2011.

MORIN, Edgar. *Ciência como Consciência*. Tradução de Maira D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MORIN, EDGAR. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Editora Sulina, 5ª edição, 2015.

MORIN, E. *O Método 4: as ideias*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4ª Edição. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOURÃO, Isaura; BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional: árvore de derivação enunciativa com inspiração foucaultiana. *Organicom*, São Paulo, v. 36, n. 18, p. 52-63, maio 2021.

MUMBY, D. K. Reflexões críticas sobre comunicação e humanização nas organizações. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). *A Comunicação como fator de humanização das organizações*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2013

MUMBY, DENNIS K. Entrevista. *Organicom*. Ano 6. Números 10/11. P- 192-207. 2009. Edição especial. Disponível em: NASSAR, P. (org.). *Comunicação Empresarial. Estratégia de organizações vencedoras*, v.1. São Paulo: ABERJE, 2005.

Nosso Futuro Comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OCEAN DECADE. 10 Desafios. Online. Disponível em <https://oceandecade.org/pt/challenges/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

OCEAN DECADE. A FUGRO compromete os seus conhecimentos e experiência em geodados para a Década Oceânica da ONU no âmbito de um novo acordo de parceria. Online, 22 set. 2021. Disponível em <https://oceandecade.org/pt/news/fugro-commits-geo-data-expertise-and-experience-to-un-ocean-decade-under-new-partnership-agreement/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OCTA. A Blue Agenda in the Green Deal. Online, 2021. Disponível em <https://www.overseas-association.eu/a-blue-agenda-in-the-green-deal-8-june-2021/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OECD. Estudos da OCDE sobre os Sistemas de Saúde: Brasil 2021, OECD Publishing, Paris, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f2b7ee85-pt>. <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/f2b7ee85-pt.pdf?expires=1707414040&id=id&accname=guest&checksum=FA19C8071B6A7E2F69273281A2C57F31> Acesso em: Abr. de 2022.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. Directive (EU) 2019/904 of the European Parliament and of the Council. EUR-Lex, 05 jun. 2019. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32019L0904>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho. EUR-Lex, 18 jun. 2020. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32020R0852>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, I. de L., & PAULA, C. F. C. Comunicação estratégica: outras lógicas e construtos no contexto de midiaticização. Trabalho apresentado ao GT2 - Comunicação Organizacional y

Relaciones Públicas do XII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC). Lima, 2014.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Amaral; DORNAS, Lara Lucienne. Discurso organizacional: contextos, práticas e produção de sentidos ORGANICOM, Ano 18, nº 36, maio/ago 2021.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Objetos de estudo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas: um quadro conceitual. *Organicom*, [S.L.], v. 6, n. 10-11, p. 57, 18 dez. 2009. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA).

ONU BRASIL; Relatório Anual 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf. Acesso em 23 de jul. 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, EUA: Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, 2015.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: ONU Brasil, 2016. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em 20 jan. de 2022.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

OSSEWEIJER, Patricia et al. Bioenergy and food security. *Bioenergy & Sustainability: Bridging the Gaps* (eds Souza GM, Victoria R, Joly C, Verdade L)(Chapter 4), v. 72, p. 779, 2014.

OSSEWEIJER, Patricia. The why and how of enabling the integration of social and ethical aspects in research and development. *Science and Engineering Ethics*. p.703-725. Delft, 2019.

PAINEL MAR. O Programa. Online. Disponível em <https://painelmar.com.br/o-programa/>. Acesso em 20 jan. de 2022.

PARADA, Mar Palmeros; PUTTEN, Wim van Der; WIELEN, Luuk A M van Der; OSSEWEIJER, Patricia; VAN LOOSDRECHT, Mark; KAMALI, Farahnaz Pashaei; POSADA, John A. OSiD: opening the conceptual design of biobased processes to a context :sensitive sustainability analysis. *Biofuels, Bioproducts And Biorefining*, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 961-972, 3 abr. 2021. Wiley.

PARAVENTI , Ágatha Camargo. Ética, compliance e o papel da comunicação. In : KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados*. São Paulo: Summus, 2016.

PAULA JUNIOR, Antonio Filogenio de. Educação e Oralidade no Oeste Africano pela representação de Amadou Hampaté Bâ. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação – Unimep. Piracicaba, 2014.

PEREIRA, A. *et al.* Economia circular no setor da água e saneamento em Portugal: situação atual e linhas de atuação futura. *Revista APDA*, Lisboa, n. 25, p. 62-69, set. 2022. Disponível

em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12150/1/BRUA_29_completo.PDF. Acesso: 29 de set. De 2023.

PEREZ, Clotilde. Há limites para o consumo? Coleção Interrogações. Estação das Letras e Cores. 2020. Edição do Kindle.

PÉREZ, Rafael. A. Estrategias de comunicaci3n. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

PÉREZ, Rafael. A. Pensar la estrat3gia. Madrid: La Crujía Editora, 2012.

PERUZZO, Cicilia M.K. Rela33es p3blicas no modo de produ333o capitalista. 4.ed. S3o Paulo: Summus. 2004.

PESQUISA FAPESP. S3o Paulo: Fapesp, n. 328, jun. 2023. Dispon3vel em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2023/06/Pesquisa_328-1.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

PLANET BEYOND: Learning from adventure . [Apresenta33o de]: Jon Baston-Pitt. Fugro, agosto de 2021. Podcast.

PLASTIC SOUP FOUNDATION. What we do. Online. Dispon3vel em <https://www.plasticsoupfoundation.org/en/what-we-do/microplastics/>. Acesso em 20 jan. de 2024.

PNUMA - United Nations Environment Programme. From Pollution to Solution: A global assessment of marine litter and plastic pollution. Nairobi: 2021.

POLANYI, K. A grande transforma33o. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTAL ODS. O que 3 a economia azul. Online. Dispon3vel em <https://portalods.com.br/noticias/o-que-e-a-economia-azul/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PORTO, Marcelo Firpo. PACHECO, Tania. LEROY, Jean Pierre. Injusti3a ambiental e sa3de no Brasil: o Mapa de Conflitos. Editora FIOCRUZ, 2013.

PUTNAM, L. Met3foras da comunica33o organizacional e o papel das rela33es p3blicas. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Rela33es p3blicas e comunica33o organizacional: campos acad3micos e aplicados de m3ltiplas perspectivas. S3o Caetano do Sul: Difus3o Editora, 2009, p. 43-67.

PUTNAM, Linda. Organiza33es e seus aspectos sutis. *Organicom*, [S.L.], v. 5, n. 9, p. 219, 16 dez. 2008. Universidade de S3o Paulo, Agencia USP de Gest3o da Informa33o Academica (AGUIA).

RANGEL, Kamila Louzada. Mitiga33o dos impactos socioambientais em empreendimentos e3olicos : o caso de Icapu3-CE. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disserta33o mestrado, 2019.

RBJA. O crime da Vale: a desigual reparti33o entre lucros e perdas na minera33o brasileira. Online: Rede Brasileira de Justi3a Ambiental, 2019. Dispon3vel em <https://redejusticaambiental.wordpress.com/2019/02/01/o-crime-da-vale-a-desigual-reparticao-entre-lucros-e-perdas-na-mineracao-brasileira/>. Acesso em 20 jan. de 2024.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL . Rede Brasil do Pacto Global. [S. I.], 2024 . Disponível em : <https://www.pactoglobal.org.br/observatorio/agua/acao-pela-agua-e-oceano/> Acesso em 13 fev. 2024

RICOEUR, P. Teoria da Interpretação. Lisboa: Edição 70, 1987.

ROSARIO, Ivone Maria Correia de Almeida do. Processo sucessório em empresas familiares: uma leitura a partir da comunicação organizacional e suas dimensões. (Dissertação, Mestrado em Comunicação) UCB. 2016.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

SAAD, E. Centralidade, transversalidade e resiliência: reflexões sobre as três condições da contemporaneidade digital e a epistemologia da Comunicação. Trabalho apresentado na Divisão Temática Ibercom Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação no XIV IBERCOM, Congresso Internacional na Universidade de São Paulo, de 29 de março a 02 de abril de 2015.

SANTOS, Larissa Conceição dos. ZIMERMANN, Patricia. Risques environnementaux: une analyse de communication de Petrobras dans ses rapports de développement durable. IAMCR - International Association for Media and Communication Research.2023. Disponível em: <https://iamcr.org/lyon2023/all-papers> Acesso em: 12 Ago. de 2023.

SÃO PAULO. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Gerenciamento Costeiro. Instrumentos da política nacional de gerenciamento costeiro. Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, 2022. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/gerco/instrumentos-de-gestao/quais-sao-os-instrumentos-do-pngc>. Acesso em: 7 jan. 2022.

SCHUURBIERS, D. Social Responsibility in Research Practice: Engaging applied scientists with the socio-ethical context of their work. 2010. 177 f. Tese (Doutorado) - Applied Sciences, Biotechnology, TU Delft, Delft, 2010.

SCHWAB, Klaus. Global Corporate Citizenship Working With Governments and Civil Society. Foreign Affairs, vol. 87, no. 1, 2008. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/world/global-corporate-citizenship>. Acesso: jan 2022.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. ANDREONI, Renata. BUKSZTEJN GOMES, Luciana. MORAES. Fernanda. Método e Metodologia: as imprecisões conceituais em teses de doutorado. Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp 2017). Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//anais/abrapcorp/assets/edicoes/2017/arquivos/6.p df>. Acesso em 02 fev.2022.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto. Visão Geral. Brasília, DF: Ministério das Cidades, dez. 2023. Disponível em https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

SODRÉ, Muniz. A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SONCK, M. M. A framework to identify and coordinate responsibilities in industrial research and innovation. [Dissertation (TU Delft), Delft University of Technology]. 202. Disponível em: <https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid%3Aadf45d4e5-0504-470e-b7e6-0fa3d5231709?collection=researchn>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SONCK, M. M. A framework to identify and coordinate responsibilities in industrial research and innovation. [Dissertation (TU Delft), Delft University of Technology], 2023.

SONCK, Matti; ASVELD, Lotte e OSSEWEIJER, Patricia. “Meta-Responsibility in Corporate Research and Innovation: A Bioeconomic Case Study.” Sustainability (Switzerland) 12 (1), 2020.

SOUZA, Sandra Coelho. A ética de Michel Foucault: a verdade, o sujeito, a experiência. Belém: Cejup, 2000.

THOMPSON, J. A interação mediada na era digital. Versão do artigo publicado em Theory, Culture & Society, Thousand Oaks, nov. 2018. Mediated interaction in the digital age. University of Cambridge, Department of Sociology. Cambridge – Cambridgeshire, Reino Unido, 2018. Tradução Richard Romancini.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. I John B. Thompson. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. I John B. Thompson. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TURRA, Alexander. Cultura oceânica propõe trabalho de educação e conscientização sobre o mar. Entrevista concedida a Simone Lemos. Jornal da USP, online, 21 fev. 2022. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/cultura-oceanica-propoe-trabalho-de-educacao-e-conscientizacao-sobre-o-mar/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

UNESCO. Agenda 2030. Nova York: Unesco, 2015.

UNESCO. Cultura Oceânica para todos. Kit Pedagógico. Paris; Veneza: Unesco, 2020. Disponível em <https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/201/2020/06/kit-pedagogico-oceanos-Unesco-373449por.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima). Disponível em: http://unfccc.int/essential_background/convention/items/2627.php. Acesso em: 05 dez. 2022.

UNFCCC. Homepage da UNFCCC (Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima). Disponível em: http://unfccc.int/essential_background/feeling_the_heat/items/2914.php. Acesso em: 05 dez. 2022.

UN GLOBAL COMPACT. The ten principles of the UN Global Compact. Online. Disponível em <https://unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles>. Acesso em: 14 fev. 2024.

UNICEF. 1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável, dizem o UNICEF e a OMS. Online, 18 junho de 2019. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-agua-potavel-dizem-unicef-oms>. Acesso em 12 fev. 2024.

Van de POEL, Ibo; ASVELD, Lotte; FLIPSE, Steven; KLAASSEN, Pim; SCHOLTEN, Victor; YAGHMAEI, Emad. Company Strategies for Responsible Research and Innovation (RRI): a conceptual model. Sustainability, [S.L.], v. 9, n. 11, p. 2045, 8 nov. 2017. MDPI AG.

VAZ, P. Agentes na rede. Lugar Comum (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 114-132, 1999.

VEIGA, Jose Eli. O Antropoceno e as Humanidades. Editora 34. 1ª. São Paulo. 2023.

VERÍSSIMO Veronese, Marília. GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social Ciências Sociais Unisinos. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/event/Downloads/solutions,+6019-Texto+do+Artigo-18494-1-10-20131023.pdf>. Acesso em dez. de 2022.

VIDAVER-COHEN, D. & ALTMAN B. Corporate citizenship in the new millennium: Foundation for an architecture of excellence. Business and Society Review, v. 105, n. 1, 145-168, 2000.

VIEIRA, James Batista. Governança, gestão de riscos e integridade. Brasília: Enap, 2019.

VIRAÇÃO. Agência Jovem de Notícias: comunicação, criatividade e potência. Viração, online, 21 dez. 2023. Disponível em <https://viracao.org/agencia-jovem-de-noticias-comunicacao-criatividade-e-potencia/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

VON SCHOMBERG, Rene. Towards Responsible Research and Innovation in the Information and Communication Technologies and Security Technologies Fields. A Report From The European Commission Services, Luxembourg, 2011.